



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IVETE HELENA RAMOS DELGADO SILVES FERREIRA

**GRANDE PROJETO URBANO NUM PEQUENO PAÍS INSULAR: Projeto chinês  
“Cape Verde Integrated Resort and Casino”**

Recife

2018

IVETE HELENA RAMOS DELGADO SILVES FERREIRA

**GRANDE PROJETO URBANO NUM PEQUENO PAÍS INSULAR: Projeto chinês  
“Cape Verde Integrated Resort and Casino”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

**Área de concentração:** Regionalização e análise regional

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Cristina De Almeida Fernandes

Recife  
2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F383g Ferreira, Ivete Helena Ramos Delgado Silves.  
Grande projeto urbano num pequeno estado insular : projeto chinês “Cape Verde Integrated Resort and Casino” / Ivete Helena Ramos Delgado Silves. – 2018.  
215 f. : il.; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina de Almeida Fernandes.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2018.  
Inclui referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Política econômica – China. 3. Investimentos chineses – África. 4. China – Relações econômicas exteriores – Cabo Verde. 5. Política urbana – Cabo Verde. 6. Disparidades regionais – Cabo Verde. I. Fernandes, Ana Cristina de Almeida (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-085)

IVETE HELENA RAMOS DELGADO SILVES FERREIRA

**GRANDE PROJETO URBANO NUM PEQUENO ESTADO INSULAR: Projeto chinês  
“Cape Verde Integrated Resort and Casino”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovada em: 09/04/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Cristina De Almeida Fernandes (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>º</sup>. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>º</sup>. Dr. Bertrand Roger Guillaume (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Norma Lacerda Gonçalves (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>º</sup>. Dr. Marco Mondaini (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu força, determinação e coragem para ultrapassar todas as dificuldades dos momentos iniciais em Recife, longe da família e com uma bebê de 14 meses.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes, excelente profissional: Na sequência da minha chegada a Recife, me disponibilizou orientação, fundamental nos momentos iniciais de indefinição e dúvidas. Soube transformar os nossos encontros em momentos de muito aprendizado, motivando-me com a forma clara e inteligente como aborda as questões. Para além de orientadora, foi uma amiga em horas difíceis.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tornou possível o doutorado, através do financiamento da bolsa Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC PG), oportunidade sem a qual este projeto não teria sido concretizado.

À minha querida filha Diana, que aos 14 meses partiu comigo para uma terra estranha, onde a adaptação foi difícil, sobretudo em relação ao clima. Teve momentos que me questionei se não te sacrifiquei demais filhota, numa altura que precisavas muito de colo materno. Obrigada por ter aguentado firme!

À minha mãe Helena Ferreira e meu pai Antero Silves Ferreira, meus pilares, sem vocês essa travessia teria sido muito mais difícil. Rogo a Deus para vos dar muitos anos de vida. Agradeço os meus irmãos Ilisito Ferreira, Elisio Silves Ferreira, Carlos Alberto Silves Ferreira, Antonio Silves Ferreira, Evandro Silves Ferreira pelos incentivos, destacamente ao Vladimir Silves Ferreira. Este doutorado resultou do teu incentivo e motivação. As nossas conversas e trocas de impressões têm sido fundamentais para o meu amadurecimento académico.

Profunda gratidão ao Prof. Dr. Fernando Mota, que ainda no processo de candidatura à bolsa, dada à sua ligação com a então temática de pesquisa, se disponibilizou em ser meu orientador.

Para a Profa. Dra. Eugênia Pereira que prontamente me apoiou, na candidatura para o doutorado no PPGeo (Programa de Pós-graduação em Geografia), todos os documentos solicitados.

À Profa. Dra. Judite Nascimento e o Prof. Dr. Marco Painho pelas cartas de

recomendação e pelos incentivos para continuar a trilhar o caminho da ciência e do conhecimento.

Aos professores Caio Maciel, Bertrand Cozic, Norma Gonçalves e Marco Mondaini que, prontamente aceitaram fazer parte da banca, com contribuições importantes para a tese.

Os meus agradecimentos ao amigo e colega Diego Coelho, pessoa incrível, ser humano com qualidades ímpares. Partilhamos dúvidas, angústias e tivemos momentos incríveis de aventura. Transformou-se num amigo para toda a vida.

Às colegas, Joselma Lucena, Laryssa Sheydder e Livanía Norberta pelos momentos de convívio e partilha de experiências, um grande abraço de reconhecimento.

Para os amigos Osiris Fernandes e Kelliany Azevedo, a minha imensa gratidão pelo enorme apoio que nos concederam, e por nos terem proporcionado momentos agradáveis. Às queridas Débora Ramos Costa, Polly Galvão, Tatiane Costa, Marisa Oliveira e Carina Santos, grandes amigadas que esta estadia em Recife me proporcionou.

Ao pessoal da secretaria do PPGEO, pela paciência, amabilidade no atendimento, destacadamente o Eduardo Vêras, profissional dedicado, atencioso, competente e incansável no atendimento. Para os discentes que não são de Recife, é reconfortante este apoio.

Para as minhas colegas e amigas, Ineida Baptista e Neusa Alves, pela vossa incansável ajuda na elaboração dos mapas, tabelas e formatação do texto.

Ao amigo Eneias Rodrigues, pela cedência das fotografias que se revelaram fundamentais para a compreensão da realidade de Cabo Verde e da área de intervenção do projeto.

Enfim (espero não ter esquecido de ninguém, foram tantos apoios), a todos que de uma forma ou outra, acabaram contribuindo para que este doutorado fosse materializado, através de informações, documentações, esclarecimentos, diálogos, entrevistas e demais formas de partilha.

Obrigada a todos!

## RESUMO

A renovação dos interesses da China pela África tem sido conotada com o seu recente empoderamento econômico e necessidade de ampliação das matérias-primas e mercado para a colocação dos produtos. Cabo Verde, pequeno país insular, com um reduzido mercado e frequentemente caracterizado como pobre em recursos minerais, parece suscitar da China outros interesses. Com um estrondoso peso na economia do país (aproximadamente 15% do PIB), o Projeto Chinês “Cape Verde Integrated Resort and Casino”, em execução na cidade da Praia e financiado por uma empresa macaense, parece confirmar a tendência mundial de execução dos denominados GPUs (Grandes Projetos Urbanos), promovidos e incentivados pelo poder público de diversos países, nas últimas duas décadas e meia. Com exceção de Sal e Boa Vista, que recentemente têm recebido expressivos investimentos turísticos estrangeiros, as restantes ilhas registram uma fraca dinâmica socioeconómica, ao mesmo tempo em que se observa a propensão para a Cidade da Praia concentrar investimentos e população, o que levou recentemente o poder público a conceber medidas e políticas públicas para reduzir as disparidades historicamente construídas. Porém, contraditoriamente, esta pesquisa permitiu observar que o Projeto Casino tende a reforçar a referida concentração, acentuando a dinâmica socioeconómica da cidade da Praia e, paralelamente, expandindo os fenómenos de segregação socioespacial que recentemente vêm ocorrendo nas ilhas de Sal e Boa Vista. Envolto num clima de sigilo, défices de informação e participação, confrontam-se as expectativas de “desenvolvimento” e criação de emprego suscitadas pelo Projeto Casino, com indicações de aprofundamento das desigualdades regionais no país. Neste sentido, o Projeto em construção em Cabo Verde tende a reproduzir efeitos observados em outros GPUs, em que pese as particularidades do contexto de pequeno país insular e das pretensões geopolíticas chinesas no continente africano, reafirmadas no ambicioso programa One Belt, One Road.

Palavras-chave: Grandes Projetos Urbanos. Políticas Urbano-regionais em Cabo Verde. Disparidades espaciais em país insular. Investimentos chineses em África.

## **ABSTRACT**

The renewal of China's interests in Africa has been connoted with its recent economic empowerment and the need to expand the raw materials and market for product placement. Cape Verde, a small island country with a small market and often characterized as poor in mineral resources, seems to raise other interests in China. With a resounding weight in the country's economy (approximately 15% of GDP), the Chinese Project "Cape Verde Integrated Resort and Casino", running in the city of Praia and financed by a Macanese company, seems to confirm the worldwide trend of implementation of so-called UDPs (Large Scale Urban Development Projects), promoted and encouraged by the public power of several countries, in the last two decades and a half. With the exception of Sal and Boa Vista, which have recently received significant foreign tourist investments, the remaining islands have a weak socio-economic dynamics, while at the same time there is a tendency for Praia City to concentrate investments and population, to devise measures and public policies to reduce historically constructed disparities. In contrast, this research allowed us to observe that the Casino Project tends to reinforce this concentration, accentuating the socioeconomic dynamics of the city of Praia and, in parallel, expanding the socio-spatial segregation phenomena that have recently been occurring in the islands of Sal and Boa Vista. Wrapped in a climate of secrecy, information deficits and participation, the "development" and job creation expectations raised by the Casino Project are confronted with indications of deepening regional inequalities in the country. In this sense, the project under construction in Cape Verde tends to reproduce effects observed in other UDPs, despite the particularities of the context of small island country and Chinese geopolitical pretensions in Africa, reaffirmed in the ambitious program One Belt One Road.

**Keywords:** Large scale urban development projects. Urban-regional policies in Cape Verde. Spatial disparities in island country. Chinese investment in Africa.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização estratégica de Cabo Verde .....	19
Figura 2 –	Aeroporto da Praia .....	43
Figura 3 –	Aeroporto de Boa Vista.....	43
Figura 4 –	Porto da Praia .....	44
Figura 5 –	Via circular da Praia.....	44
Figura 6 –	Evolução da dívida pública (% do PIB) em Cabo Verde.....	45
Figura 7 –	Barragem de Poilão (em Santiago) financiada pela China.....	49
Figura 8 –	Barragem de Faveta (ilha de Santiago) .....	49
Figura 9 –	Inauguração das obras de Modernização do Porto da Praia.....	51
Figura 10 –	Evolução do investimento direto chinês por regiões (2003-2008).....	57
Figura 11 –	Iniciativa one belt one road (OBOR), projetos realizados e planejados (2015).74	
Figura 12 –	Arquipélago de Cabo Verde.....	76
Figura 13 –	Ilha de Santo Antão .....	77
Figura 14 –	Praia de Tarrafal, ilha de Santiago .....	78
Figura 15 –	São Lourenço dos Órgãos, Ilha de Santiago .....	78
Figura 16 –	Ilha de São Vicente .....	79
Figura 17 –	Ilha de Boa Vista.....	79
Figura 18 –	Ilha do Maio .....	80
Figura 19 –	Evolução das receitas de turismo em PIB .....	81
Figura 20 –	Mapa da rota aérea nacional.....	87
Figura 21 –	Mapa de rota aérea internacional .....	88
Figura 22 –	Palácio da Assembleia Nacional .....	108
Figura 23 –	Urbanização em Santiago e São Vicente (1987, 1991 e 2017).....	112
Figura 24 –	Hotel Rio Funaná, ilha do Sal .....	117
Figura 25 –	Hotel Rio Caramboa na ilha de Boa Vista .....	118
Figura 26 –	Bairros ditos “informais” na ilha do Sal e Boa Vista.....	118
Figura 27 –	População por Municípios em 2016.....	123
Figura 28 –	PIB per capita da Praia no contexto da ilha em 2012 .....	126

Figura 29 – PIB per capita por ilha em 2007 (ECV) .....	126
Figura 30 – PIB per capita por ilha em 2012 (ECV) .....	127
Figura 31 – Bairro de lata em São Vicente.....	132
Figura 32 – Ocupação de encostas na Cidade da Praia .....	132
Figura 33 – Bairro de Bela Vista na cidade da Praia.....	133
Figura 34 – Cidade” Achada Igreja – São Salvador do Mundo .....	137
Figura 35 – Cidade” de João Teves – São Lourenço dos órgãos .....	137
Figura 36 – Domínios do Projeto Casino .....	144
Figura 37 – O ilhéu atualmente e na visão do Projeto.....	145
Figura 38 – Enquadramento do ilhéu de Santa Maria .....	146
Figura 39 – Ilhéu de Santa Maria .....	146
Figura 40 – Simulação do Casino.....	147
Figura 41 – Simulação do clube náutico .....	148
Figura 42 – Enquadramento do bairro do Brasil, relativamente à área do Projeto Casino	151
Figura 43 – Pequenas embarcações de pesca na área de intervenção .....	153
Figura 44 – Anúncio do projeto em 2006 por um jornal online .....	155
Figura 45 – Ato de assinatura do contrato em Macau .....	158
Figura 46 – Imagens da vedação da área de intervenção do Projeto Casino com uma cerca vermelha .....	159
Figura 47 – Possíveis impactos setoriais .....	161
Figura 48 – Ocupação do ilhéu pelo grupo “Korrenti di ativistas .....	162
Figura 49 – Faixa apresentada pelo grupo com a mensagem “DJÈU PA POVU .....	163
Figura 50 – Exposição do “projeto” casino nas imediações da área de intervenção.....	174
Figura 51 – Encontro da empresa MDL com a CMP para a solicitação da alteração .....	174
Figura 52 – Plano geral antigo e novo do projeto.....	176
Figura 53 – Publicação no facebook questionando as obras .....	177
Figura 54 – Interrogações suscitadas pela publicação.....	178
Figura 55 – Anúncio da alteração da localização do casino num jornal digital .....	179
Figura 56 – Visita dos eleitos municipais às obras.....	181
Figura 57 – Placar com dados gerais do projeto e a licença de construção do 1º edifício .	182

Figura 58 – O antes e o “depois” da construção do primeiro edifício.....	183
Figura 59 – Cerimônia do lançamento público do projeto na Gamboa.....	189
Figura 60 – Cerimônia de lançamento da primeira pedra na praia da Gamboa .....	190
Figura 61 – Manchetes “apelativas” do Projeto Casino em jornais online .....	196
Figura 62 – Projeto Casino: As motivações acionadas como justificação a as expetativas criadas.....	198

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Caracterização da dívida do Estado (2007-2016).....	46
Gráfico 2 –	Stocks do investimento direto chinês em África em 2009 e 2014 .....	57
Gráfico 3 –	Trocas comerciais africanas com a China (2006-2015) .....	58
Gráfico 4 –	Importância dos investimentos privados chineses em África (2000-2011) ....	59
Gráfico 5 –	Remessas dos emigrantes, IDE e transferências oficiais em Cabo Verde (1990-2015).....	83
Gráfico 6 –	Cabo Verde: Remessas de emigrantes em percentagem do PIB .....	84
Gráfico 7 –	Expetativa de vida em Cabo Verde (1960-2010) .....	92
Gráfico 8 –	Esperança média de vida à nascença em África (1960-2008).....	93
Gráfico 9 –	PIB per capita, PPP (constant \$) em CV e ASS (1990-2015).....	93
Gráfico 10 –	PIB per capita de pequenos países africanos 1970-2010 .....	95
Gráfico 11 –	Índice de Gini nos anos, 1988, 2002, 2007, 2008 e 2015 .....	96
Gráfico 12–	Picos de Coeficiente de Gini de Cabo Verde e um grupo de países .....	97
Gráfico 13 –	Evolução da taxa de desemprego na Boa Vista (2007 – 2014).....	120
Gráfico 14 –	População de Cabo Verde, por ilhas em 2000 e 2010.....	122
Gráfico 15 –	PIB do Município da Praia em comparação com as outras ilhas .....	125
Gráfico 16 –	PIB per capita por ilha (US\$) em 2007 e 2012 .....	127
Gráfico 17 –	Coeficiente de Gini por ilhas.....	128
Gráfico 18 –	Percentagem dos agregados familiares com acesso à água por Município em 2015 .....	134
Gráfico 19 –	Evolução da % de agregados com acesso ao sistema de evacuação de águas residuais no alojamento, 2010-2014.....	135

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Síntese das diferenças entre PUs e GPUs.....	35
Quadro 2 –	Tipologia dos GPUs no cenário brasileiro.....	37
Quadro 3 –	GPUS: contradições entre os discursos e as práticas.....	39
Quadro 4 –	Projetos de ajuda chinesa predominantes em África.....	56
Quadro 5 –	“Grandes” Projetos da China em Cabo Verde.....	130
Quadro 6 –	Instrumentos de divulgação e participação utilizados durante a consulta pública dos PDMs de Santiago.....	172
Quadro 7 –	Perfil dos participantes na consulta pública dos PDMs de Santiago.....	173
Quadro 8 –	Projeto Casino: expetativas positivas e negativas de alguns quadrantes da sociedade cabo-verdiana.....	198

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distâncias entre os principais portos de Cabo Verde .....	86
Tabela 2 –	Principais rotas marítimas inter-ilhas entre 1983 e 1993.....	87
Tabela 3 –	Peso (%) do turismo no PIB entre 1995 – 2005 .....	113
Tabela 4 –	População relativa por Município em 2000 e 2010 .....	121
Tabela 5 –	Taxa de crescimento populacional por Município entre 2000 e 2010.....	122
Tabela 6 –	Participação das ilhas no volume de negócios e PIB nacional 2007-2012.....	125
Tabela 7 –	Défice habitacional por ilhas em 2010 .....	131
Tabela 8 –	Acesso à água canalizada, esgoto, fossa céptica, carro de lixo e contentores, 2010 .....	134

## LISTA DE SIGLAS

ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASS	África ao Sul do Sahara
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe de Desenvolvimento da África
BEI	Banco Europeu de Investimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
B.O	Boletim Oficial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Cabo Verde Investimentos
CILSS	Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel
CMP	Câmara Municipal da Praia
CV	Cabo Verde
DCRP	Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza
EUA	Estados Unidos de América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAO	Grupo de Apoio Orçamental
GPU	Grande Projeto Urbano
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFH	Imobiliária Fundiária e Habitat
INATUR	Instituto Nacional do Turismo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IU	Internacional Socialista
LBOTPU	Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico
MAHOT	Ministério de Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

MCA	Millenium Challenge Account
MpD	Movimento Para a Democracia
MLD	Macau Legend Development Ltd
OBOR	One Belt One Road
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Orgnização dos Países Exportadores de Petróleo
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Lingua Oficial Portuguesa
PROMEX	Centro de Promoção Turística, do Investimento e das Exportações
PD	Plano Detalhado
PDM	Plano Diretor Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PIT	Programa de Infraestruturas de Transportes
PLP	Países de Lingua Portuguesa
PMA	Países Menos Avançados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDUCC	Programa Nacional de Ordenamento do Território
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Publico-Privado
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICV	Universidade de Cabo Verde
ZRPTs	Zonas de Reserva e Proteção Turística
ZDTI	Zona de Desenvolvimento Turístico e Integrado
ZTEs	Zona Turísticas Especiais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>GPUS VS DESENVOLVIMENTO: SIMBOLISMOS E CONTRADIÇÕES ..</b>	<b>30</b>
2.1	GPU'S: SÍMBOLOS DE DESENVOLVIMENTO? TIPOLOGIA E CARACTERÍSTICAS COMUNS	30
2.2	O DÉFICE DEMOCRÁTICO E AS CONTRADIÇÕES ENTRE OS DISCURSOS E A PRÁTICA ....	38
<b>3</b>	<b>RENOVAÇÃO DOS INTERESSES DA CHINA EM ÁFRICA: QUATRO DÉCADAS DE RELAÇÕES COM CABO VERDE .....</b>	<b>53</b>
3.1	A ÁFRICA NOS INTERESSES DA CHINA .....	53
3.2	A CHINA NOS DIFERENTES MOMENTOS DE CABO VERDE; BALANÇO DE QUATRO DÉCADAS DE RELAÇÃO OFICIAL .....	62
3.2.1	Primeira etapa: A independência de Cabo Verde, a China e os valores socialista: A diplomacia ao serviço da ideologia; .....	62
3.2.2	Segunda etapa: A China como um dos principais parceiros político e econômico: A diplomacia ao serviço da política e da economia; .....	66
3.2.3	Terceira etapa – Início da parceria estratégica China – Cabo Verde.....	68
3.2.4	Projeto Casino: Início da 4ªetapa? Macau como ponte de ligação de Cabo Verde aos interesses da China .....	69
<b>4</b>	<b>DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS EM CABO VERDE: TENDÊNCIAS PARA O REFORÇO DA CENTRALIZAÇÃO DA PRAIA .....</b>	<b>76</b>
4.1	AS VULNERABILIDADES DE CABO VERDE FACE À SUA CONDIÇÃO INSULAR .....	76
4.2	CABO VERDE NO CONTEXTO AFRICANO.....	91
4.3	OS ATORES DA URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO EM CABO VERDE .....	97
4.3.1	O Estado .....	98
4.3.2	Organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial .....	100
4.3.3	A ONU Habitat.....	104
4.3.4	Países parceiros de desenvolvimento – o destaque da China .....	107
4.3.5	Empresários (setor privado) nacionais e estrangeiros .....	110
4.4	DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS: GPUS: SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS URBANOS?	111

4.4.1	O incentivo aos GPUS e investimentos estrangeiros: o turismo e os impactos socioeconômicos e espaciais associados .....	111
4.4.2	As assimetrias regionais e o reforço da liderança da Praia: GPUs, soluções dos problemas urbanos? .....	120
4.4.3	A política urbana em Cabo Verde: Quadro legal, programas e projetos .....	136
<b>5</b>	<b>PROJETO CASINO: SÍMBOLO DE DESENVOLVIMENTO OU RENOVAÇÃO DA ALIANÇA CHINA-CABO VERDE? .....</b>	<b>144</b>
5.1	DIMENSÃO POLÍTICA: CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA EMERGÊNCIA DO PROJETO ...	154
5.1.1	Contexto sociopolítico no início da implantação do Projeto Casino.....	154
5.1.2	Os grupos e movimentos de apoio e de contestação ao projeto .....	160
5.2	DIMENSÃO INSTITUCIONAL: PROCESSOS DECISÓRIOS E DE CONTROLE SOCIAL NA MONTAGEM E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO.....	170
5.2.1	Das características do processo decisório: a falta de informações e o sigilo .....	170
5.2.2	Os dispositivos urbanísticos e os procedimentos legais não respeitados .....	184
5.3	DIMENSÃO SIMBÓLICA: JUSTIFICAÇÕES, DISCURSOS E POSICIONAMENTOS .....	187
5.3.1	As retóricas e os discursos nos primeiros atos públicos.....	187
5.3.2	As motivações acionadas como justificação e as principais expectativas criadas .	194
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>202</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>207</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>214</b>
	<b>APÊNDICE B - RESUMO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS .....</b>	<b>215</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar da relação China-África se ter iniciado na década de 1960, com o apoio chinês durante o período da luta colonial, tem-se notado uma certa renovação dos interesses do gigante asiático pelo continente africano nas últimas décadas, mais concretamente a partir dos anos 2000, marcada pela realização da primeira cimeira sino-africana, que passou a ser realizada de três em três anos, tendo ocorrido depois disso, mais cinco edições. Esse novo interesse da China pela África tem suscitado diversas interpretações e críticas, sendo que a mais comum se relaciona com a suposta exploração dos recursos naturais e minerais do continente, particularmente o petróleo. Contudo, apesar disso, alguns estudos recentemente realizados (COOKE, 2009; TAVARES, 2010; SHEN, 2013) mostram que, por um lado, essa relação é bem avaliada pelos africanos e, por outro lado, existem particularidades nesta parceria que devem ser levadas em consideração, tendo em conta algumas diferenças entre os investimentos diretos da China e os investimentos públicos.

Apesar dos investimentos chineses em África terem crescido muito recentemente, eles ainda têm pouco significado, quando comparados com os seus investimentos globais, e de países como o Reino Unido, os EUA e a França. Estes continuam a dominar o volume de transações comerciais realizadas com a África. Contudo, mesmo assim, as perspetivas futuras apontam para um possível aumento no ritmo dos investimentos da China em África, bem como uma viragem na abordagem desta parceria. A China dá sinais de querer reconfigurar os seus interesses do plano exclusivamente económico para outras esferas ou interesses de geopolítica externa (GRAÇA, 2009) (YU, 2009; HANAUER e MORRIS, 2014).

Dos países africanos com os quais a China atualmente mantém relações comerciais, destacam-se a Nigéria, Zâmbia, Angola, África do Sul e Etiópia. Ao contrário dos tradicionais parceiros africanos do ocidente, a China também se tem interessado por países com alguma instabilidade política e social, que têm acolhido um número considerável de projetos liderados por empresas privadas chinesas em diversas áreas. Destacam-se a República Centro Africana, a Somália e o Sudão (CHEN, DOLLAR e TANG, 2015).

Cabo Verde, pequeno país insular, tradicionalmente rotulado de pobre em recursos minerais, com um reduzido mercado, dada à sua ínfima população de meio milhão de pessoas, não se destaca no grupo de países africanos com as maiores transações comerciais com a China. Pelo que muitos consideram, no mínimo, intrigante o fato da China ter vindo a manter uma

relação estreita com o país, que considerando a sua escala, se pode caracterizar de “intensa”. Recentemente, comerciantes chineses ocuparam áreas centrais e estratégicas do centro histórico do Plateau (centro da Cidade da Praia) e dominaram o mercado nacional de comércio retalhista. Nos finais da década de 1990, observa-se um grande fluxo de imigrantes chineses a Cabo Verde e expansão de pequenos estabelecimentos comerciais de venda a retalho, destacadamente no setor têxtil, calçados e, recentemente, também no ramo alimentício. De acordo com Andrade (2008, p. 70), “a população chinesa, apesar de insignificante em relação à sua diáspora, passa a causar algum impacto na pequena sociedade e economia cabo-verdiana”.

Figura 1 - Localização estratégica de Cabo Verde



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, disponível em [http://www.mf.gov.cv/index.php/legislacao-new/cat\\_view/55-documentos/128-direccao-nacional-do-planeamento-dnp](http://www.mf.gov.cv/index.php/legislacao-new/cat_view/55-documentos/128-direccao-nacional-do-planeamento-dnp), acesso em 17 de Fevereiro de 2018

Com as suas dez ilhas, espalhadas no meio do Oceano Atlântico, entre os continentes americano, europeu e africano e com uma localização considerada por muitos como sendo “estratégica” (“equidistante do Norte da América e do Sul de África, a meio caminho entre América do Sul e Europa Central, servido por carreiras marítimas e aéreas regulares” (ANDRADE, 2008, p. 38), o arquipélago desempenhou um papel de destaque, ao longo do

período da colonização, ao ter sido utilizado como plataforma logística, no contexto das trocas comerciais, tráfico negreiro e no abastecimento de navios que cruzavam o oceano. E, ao que tudo indica, continua atual, o interesse do país em conservar e tirar proveitos desta suposta vantagem. A figura 1 mostra uma imagem dessa “localização estratégica”, que foi usada na capa do PEDS (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, concebido pelo governo central), na qual também se encontra destacada a seguinte mensagem “*Cabo Verde, país plataforma no Atlântico Médio: Um Cabo Verde com a importância que merece*”.

Esta suposta localização “estratégica” tem despertado, por diferentes motivos, interesses de grandes potências como EUA, Europa e China. Para Tavares (2010, p. 126), é de salientar que a “intensificação das relações Sino-Cabo-verdianas se enquadram no âmbito dos interesses estratégicos da China, de vir a utilizar Cabo Verde como plataforma de penetração no mercado africano”. O fato é que, para além da localização “privilegiada”, muitas especulações têm sido feitas, à volta dos motivos que justificam o interesse da China por Cabo Verde, apresentando-se entre outros fatores, a “estabilidade política e económica, indicadores económicos e sociais estáveis, um sistema político parlamentar com eleições livres, ausência de conflitos políticos, étnicos ou religiosos e uma disponibilidade elevada de mão-de-obra, facilmente treinável, com elevado nível de produtividade e acima de tudo, credibilidade aos seus investidores.” (ANDRADE, 2008, p. 39)

A cooperação China-Cabo Verde iniciou-se nos anos 1960, com o apoio chinês na luta pela independência de Cabo Verde e foi sofrendo mudanças ao longo do tempo. Começou num contexto em que Cabo Verde estava se tornando independente e dava sinal de ter interesse por uma estratégia socialista, diferente da aliança nesse momento atual, em que a China tem uma postura imperial sobre os países africanos. A relação entre os dois países tornou-se “oficial”, a partir da independência de Cabo Verde em 1975, saindo do espectro meramente militar e partidário do período da luta, para a esfera política e de estado. O balanço desses 43 anos de relação “oficial” (1975 – 2018) remete-nos para alguns questionamentos: Que ganhos esta parceria tem produzido? Como têm sido repartidos por ambos? Que perspectivas se desenham futuramente a este nível? Algumas evidências e dados apontam uma evolução positiva da renda em Cabo Verde. O PIB per capita aumentou 3.6 vezes entre 1970 e 2011 (BRITO, 2014), contudo as desigualdades também têm aumentado. Indicadores como o Índice de Gini mostram que, apesar de bem referenciado no seio dos seus pares vizinhos da África ao Sul do Saara e “pequenos” países africanos, Cabo Verde apresenta uma tendência à concentração da renda. Os dados disponíveis mostram que o Índice de Gini apresentou comportamentos oscilatórios entre

1988 e 2008. Em 2002, atingiu o valor de 0.57, um ano depois do término da governação do Movimento Para a Democracia (MpD), partido de cariz “liberal” e que liderou o processo de privatização no país), voltando a observar uma tendência de abaixamento a partir de 2007 (0.43), seis anos depois da retoma da governação pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), partido considerado “socialista”. Denota-se que, de um modo geral, o país tem se apresentado desigual.

A China, na qualidade de tradicional parceiro político e econômico de Cabo Verde, tem-lhe apoiado em vários setores da vida econômica, inicialmente mais no setor das grandes obras públicas, com a construção de grandes edifícios emblemáticos como o Palácio da Assembleia Nacional, o Palácio do Governo (e que de certa forma simbolizam essa relação) e, mais recentemente, com atuação mais diversificada, incluindo os setores do comércio, construção civil, saúde, educação etc. Particularmente nas duas últimas décadas e meia, na sequência da liberalização econômica e abertura do país à globalização, parecem ter ficado mais evidentes os interesses de investimentos chineses em Cabo Verde, especialmente dos pequenos e médios investidores privados. Ao nível da parceria pública, sobressaem a construção, em 2006, da primeira barragem (infraestrutura de retenção de água e que não abarca os componentes que uma “barragem” tem no imaginário de um brasileiro) e, recentemente, do primeiro estádio nacional. No campo dos investimentos privados, destaca-se o início da construção do Projeto Cape Verde Integrated Resort & Casino (daqui em diante denominado de Projeto Casino) no ilhéu de Santa Maria, na Cidade da Praia, Capital do país, pelo empresário chinês David Chow. Uma vez implementado, será o maior investimento externo no arquipélago, avaliado em cerca de US\$ 250 milhões de dólares. Tais investimentos, na esfera pública e na esfera privada, dão indicações da pretensão da China reforçar a sua presença no país.

O Projeto Casino aparenta alinhamento com a tendência mundial recente de investimentos em Grandes Projetos Urbanos (GPUs), cuja execução tem-se verificado em diversas cidades no mundo, acompanhada de uma alargada discussão sobre o papel das cidades nos fluxos econômicos globais após a década de 1970. Agregam múltiplos interesses financeiros e imobiliários de poderosos grupos internacionalizados, com evidente ligação à globalização financeira, constituindo canal privilegiado de escoamento para capitais excedentes (muito deles de origem duvidosa) de todo mundo. Não são propriamente novidades no desenho das grandes urbes, porém, sua dimensão, conectividade global e íntima vinculação ao processo de reestruturação produtiva em curso, os diferenciam na atualidade de experiências anteriores (Somekh e Gaspar, 2012).

Apesar de haver distintos posicionamentos sobre os GPUs, é possível identificar através da vasta literatura sobre o tema, uma tendência, reconhecida pelas diferentes abordagens decorrentes da sua execução, no sentido de promoção de deficientes processos decisórios e de controle social e aumento da segregação sócio espacial, aspectos que consideramos não serem benéficos para países que ambicionam atingir o desenvolvimento, sobretudo os que enfrentam cenários de desigualdades. Com base nas aceções defendidas por Sen (2000), parece-nos certo que o poder e a liberdade de um povo decidir sobre o seu próprio destino representam um aspecto fundamental, a ser considerado na definição do conceito de desenvolvimento.

Dada à sua megadimensão (152 mil e 700 metros quadrados) frente à escala de um pequeno país insular (4.033 km<sup>2</sup>) e eventual estrondoso impacto que poderá causar, para além dos interesses mais amplos que poderá estar a representar, o Projeto Casino pode ser designado como um GPU. Pode agravar a tendência, dos últimos anos, de concentração de investimentos na Cidade da Praia, incentivada pela implementação de programas de infraestruturização em parceria com organismos internacionais como o Banco Mundial e países parceiros como a China. Dos 14 principais projetos de infraestruturização implementados pela China em Cabo Verde, entre as décadas de 1980 e 2000, 85% se localizam na Capital Praia.

Tais investimentos, portanto, acentuaram disparidades urbano-regionais que já vinham se acumulando historicamente. Tanto que terão sido uma das motivações para a recente aprovação da Lei n.º 77/VII/2010, de 23 de agosto de 2010, que manda elevar todas as sedes dos Municípios ao estatuto de “cidades”, provavelmente como forma de incentivá-las a fazer um maior esforço de infraestruturização e dotação de equipamentos dignos desse novo estatuto. Com esta medida, o país que contava com apenas 6 cidades, passou a ter 24. Na sequência, em 2011, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 15/2011 de 21 de Fevereiro, que regula o Estatuto das Cidades e define as orientações de capacitação de espaços urbanos, prevendo, no seu artigo 16.º a “instituição de um Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades. Este foi elaborado com o apoio da ONU Habitat (Departamento das Nações Unidas responsável pelos assentamentos humanos).

Contudo, na prática, os investimentos que estão se realizando no país, continuam sendo maioritariamente na Praia e, recentemente, nas ilhas “turísticas” de Sal e Boa Vista, tendo já emergido, nestas últimas, processos de segmentação sócio-espacial incentivados pelos grandes empreendimentos hoteleiros de poderosos grupos estrangeiros.

No plano do discurso político, planos, programas, medidas legislativas levadas a cabo por entidades públicas do ramo, evidenciam alguma preocupação com a questão das

assimetrias, mas contraditoriamente, na prática, são negociados projetos e investimentos com algum potencial para agravar a situação e o Projeto Casino parece ressaltar aspectos destacados na literatura sobre o tema (FERNANDES, 2001; SÁNCHEZ, 2003; MOURA, 2011; SOMEKH e GASPAR, 2012).

Portanto, avalia-se com certo interesse a aparente contradição entre políticas públicas voltadas para uma melhor distribuição no território de serviços públicos e qualidade de vida urbana, e políticas de atração de investimentos externos do tipo Projeto Casino, apoiadas no argumento de “desenvolvimento” e criação de emprego, com impactos segregadores.

E no caso do Projeto Casino, dado o seu grande peso na economia do país, que se calcula, seja cerca de 15% do PIB, prevê-se que os impactos sejam ainda mais agudos. Por outro lado, pelas características iniciais de secretismo e sigilo que vem apresentando, seguramente não deverá colmatar nem as necessidades da população em termos de infraestruturas e equipamentos coletivos necessários para o melhoramento da sua condição de vida, muito menos garantir uma ampla participação e debate das soluções que vier a adotar. Pelo contrário, trata-se de um projeto que, por sua megadimensão, poderá impactar de forma significativa a paisagem e o entorno envolvido, e impedir o uso até agora dado ao ilhéu, que apesar da sua aridez, tem sido utilizado por alguns grupos locais. Pescadores e jovens têm utilizado este espaço para a pesca e atividades de lazer, mas, com a valorização e especulação fundiária, existem fortes possibilidades de expulsão da população mais pobre, particularmente dos bairros vizinhos de Achada Grande Frente, Lém Ferreira e Brasil.

Deste modo, e perante a aparente dinâmica de urbanização concentradora que viabiliza Grandes Projetos Urbanos liderados por empresas estrangeiras, esta pesquisa coloca a seguinte questão central: Em que medida o Grande Projeto Urbano, Cape Verde Integrated Resort & Casino, consolida a presença de interesses chineses e simultaneamente acentua tendência às desigualdades urbano-regionais em Cabo Verde, apesar de políticas públicas propostas recentemente orientadas em sentido contrário?

Como questões auxiliares colocam-se as seguintes: Quais as características comuns aos GPUs e de que forma intervêm no processo de desenvolvimento das localidades? Que fatores incentivam a renovação dos interesses da China pela África e como tem evoluído a aliança entre este e Cabo Verde? Como se posiciona economicamente Cabo Verde no contexto regional africano, e como se tem processado a dinâmica populacional e económica das diferentes ilhas e Municípios, face à tendência para implementação de GPUs e atração de investimentos

estrangeiros? Qual o contexto da apresentação e implementação do Projeto Casino e que expectativas, impactos e interesses representa?

Como hipótese que a questão central suscita, compreende-se que o Projeto Casino, pela sua dimensão potencial impactante e peso na economia do país, parece reunir condições para redefinir a aliança entre Cabo Verde e China, introduzindo novos setores focos de parceria, o turismo e a indústria do jogo. Com uma escala expressiva para as dimensões do PIB cabo-verdiano, o projeto vem reconfirmar a recente tendência de promoção de investimentos privados estrangeiros em empreendimentos turísticos pelo poder público nacional, fenómeno que já vem ocorrendo nas duas ilhas consideradas com potencial turístico (Sal e Boa Vista), onde já se registam sinais de segregação espacial e social, podendo agravar o atual cenário de concentração de pessoas e investimentos na cidade da Praia e respetiva segmentação social.

Como hipóteses auxiliares, têm-se que:

(i) as experiências de implantação dos GPUs na Europa e na América Latina têm evidenciado que, apesar de no discurso existir a promessa de progresso e “desenvolvimento”, a prática tem mostrado uma tendência para a polarização socioeconómica, através de valorização imobiliária e consequentes mudanças de escalas espaciais de governação, substituição do planeamento urbano e prioridades locais, fraca articulação com o território e fraca aplicação de mecanismos de participação;

(ii) a China tem redirecionado os antigos interesses políticos e militares na África para outros de carácter geopolítico e económico, materializados na exploração de recursos naturais, aquisição de matérias-primas para a sua indústria, destacadamente minerais como o petróleo, importantes para suportar a sua recente expansão económica e alargamento do mercado dos seus produtos. Com Cabo Verde, país pequeno e apontado como pobre em recursos minerais e estrategicamente localizado, as seis décadas de relação, sobretudo, a partir da independência, voltaram-se a apoiar o governo de inclinação socialista e priorizaram a infraestruturização do país, para recentemente dar sinais de mudança, orientando-se a grandes investimentos no setor imobiliário. A implementação do Projeto Casino, em vez de contribuir para reduzir as assimetrias regionais, reproduz o modelo de turismo de jogo e de casinos implementado em Macau, podendo ser fator indutor de segmentação social e espacial.

(iii) apesar das supostas “vulnerabilidades”, Cabo Verde tem sido considerado bem posicionado socioeconomicamente no contexto africano, com aceitável desempenho do IDH e das variáveis relacionadas, como são os casos do PIB, PIB per capita (BRITO, 2014). Constatase perspectiva favorável à alocação de GPUs, sobretudo estrangeiros, apesar dos impactos

socioeconómicos e espaciais segregadores nas ilhas de Sal e Boavista, que, embora recentemente tenham apresentado uma certa dinâmica turística, ainda não contrapõem a tendência para a consolidação da Cidade da Praia como o maior centro populacional e económico do país.

(iv) o Projeto Casino foi apresentado pelo governo central como o maior investimento externo no país, instrumento de dinâmica e “desenvolvimento” que vai gerar milhares de postos de trabalho e inaugurar uma nova fase no turismo. Apesar de algumas vozes contra, e que criticam o défice de informações e participação relativos a este processo, o projeto é bem avaliado pelo poder público e pela sociedade cabo-verdiana em geral, despoletando expectativas positivas. Interesses externos motivados por fatores de diversas ordens se cruzam com interesses internos de aumento da renda local, valorização imobiliária, criação de postos de emprego, urbanização e requalificação espacial. Para a China, que recentemente aumentou significativamente a sua presença na África, parece ser uma boa oportunidade para expandir, a partir da dita localização estratégica de Cabo Verde, a sua área de influência económica nesta região africana e com os países com os quais mantém laços tradicionais, como são os países de língua portuguesa.

Nesta perspectiva, o objetivo geral da tese consiste em verificar a importância do Projeto Casino para a consolidação da presença de interesses chineses no país, em novas bases, e simultaneamente acentuar tendência a desigualdades urbano-regionais em Cabo Verde, apesar das políticas públicas recentes orientadas em sentido contrário.

Como objetivos específicos, busca-se:

- a) Com base no debate conceitual disponível, compreender a lógica de funcionamento dos GPUs, suas contradições e simbolismos e como interferem no processo de desenvolvimento das localidades onde são implantados;
- b) Identificar os principais fatores apontados para a renovação dos interesses da China pela África, as diferentes fases de relacionamento com Cabo Verde, destacadamente a atual, marcada pelo início do Projeto Casino;
- c) Avaliar como se encontra economicamente inserido Cabo Verde no contexto regional africano, e o panorama urbano-regional, face à propensão para alocação de GPUs e atração de investimentos estrangeiros; e
- d) Analisar componentes das dimensões política, institucional e simbólica da fase inicial do Projeto Casino, no sentido de confrontar as expectativas de diferentes setores da sociedade de Cabo Verde às potenciais pretensões e interesses

chineses, procurando-se estimar efeitos espaciais na cidade de Praia e no país como um todo.

A natureza da pesquisa orientou o uso de uma abordagem metodológica qualitativa, a qual se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de um fenômeno, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. As suas características dizem respeito a: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever, compreender, explicar*; precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA, 2009). Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa confronta o mundo de significados, aspirações, motivos, valores, crenças e atitudes, o que corresponde ao ambiente mais intenso das relações, dos processos e dos acontecimentos que não podem ser resumidos à operacionalização de variáveis.

Creemos que a abordagem qualitativa se adequa bem às questões levantadas nesta pesquisa, servindo-se como instrumento para compreendermos o contexto histórico, a conjuntura internacional, e o jogo de escalas que influenciaram as transformações no campo político e económico. Tal abordagem permite identificar os fatores que propiciaram a abertura política e económica do país e a opção por uma economia aberta e liberal, bem como a reconfiguração do papel do Estado que passa a estimular a entrada de capitais e investimentos estrangeiros, com consequente alteração nas tradicionais relações com os parceiros políticos e económicos do país, destacadamente a China.

Tendo em consideração que o Estado é um dos mais dinâmicos agentes de transformação e regulação sócio-espacial, reconhecemos neste caso particular, a importância do seu papel nos 43 anos de relação oficial Cabo Verde-China, desde o seu despoletar, numa altura em que a própria conjuntura internacional, estimulava que fosse controlador da economia, com algum pendor social. Contudo, recentemente se constatou mudanças no seu perfil, sobretudo nos períodos que sucedem a liberalização económica e abertura do país à globalização. Compreender o contexto histórico em que se deram estas mudanças facilita a compreensão das dinâmicas sócio-espaciais, particularmente as que serão desencadeadas com

o Projeto Casino, pelo que os métodos dialético/histórico se ajustam bem como metodologias de abordagem e procedimentos de pesquisa.

Relativamente ao método de interpretação e análise utilizado, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, alavancando-se fundamentalmente numa abordagem dialética, cujos princípios e abordagens se adequam bem aos questionamentos levantados: análise de objetos e da relação entre eles; avanço da aparência (paisagem) à essência (espaço relacional); adoção de instrumentos essenciais de análise: produção, reprodução, consumo, troca, propriedade, Estado etc.; Entendimento da cidade como expressão da sociedade moderna; análise dos processos de fragmentação, homogeneização e hierarquização etc. (SILVEIRA, 2009).

Cruz (2011) argumenta que “discutir o método de interpretação significa tratarmos dos pressupostos filosóficos que alicerçam a nossa compreensão geral sobre o que é o conhecimento, a pesquisa e a realidade”. Nesta perspectiva, mobilizamos algumas matrizes metodológicas, utilizadas como instrumentos de interpretação e compreensão da problemática suscitada e que nos ajudou a encontrar pistas para melhor compreensão das questões levantadas. As grandes linhas de forças ou influências utilizadas como pano de fundo para as nossas reflexões, passaram por algumas referências e autores, fundamentais na configuração do quadro analítico-interpretativo da nossa pesquisa, de que é exemplo David Harvey, compondo ainda o quadro, no âmbito da temática de Grandes Projetos Urbanos, autores como Eric Swyngedouw, Frank Moulaert, Arantxa Rodriguez, Ana Cristina Fernandes, Rosa Moura, Fernanda Sánchez, Pedro Novais, entre outros.

Relativamente aos procedimentos técnicos, a pesquisa exploratória teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a explicitá-lo ou a construir hipóteses, envolvendo: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com atores que tiveram experiências concretas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Deste modo, procedeu-se à pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas, na qual foram analisadas publicações e estudos académicos que abordam temáticas próximas ao nosso tema de pesquisa e que nos permitiram aprofundar o debate sobre o assunto, contribuindo também para melhor compreensão da sua aplicação relativamente à nossa área de estudo. A pesquisa documental, recorrendo a fontes mais diversificadas e dispersas, como notícias nos jornais online, publicações nas redes sociais, blogues, relatórios, programas e planos oficiais, fotografias e documentos referentes ao histórico do espaço que acolhe o Projeto Casino, complementando a pesquisa bibliográfica, foi

fundamental na montagem das diferentes dimensões que contextualizam a forma como o projeto está a ser montado e apresentado à sociedade cabo-verdiana, bem como as expectativas que está causando no momento inicial da sua execução. Foram fontes decisivas, incluindo a recolha e levantamento de opiniões, discursos oficiais, posicionamentos individuais e de grupo, sobre a execução do referido projeto e suas dimensões política, institucional e ideológica. Para além da coleta e da análise documental, as entrevistas se revelaram como importantes técnicas de pesquisa e obtenção de dados, pois sentimos a necessidade de ouvir representantes das diversas franjas da sociedade cabo-verdiana sobre a execução de um projeto que representa ser uma forma de urbanização no país com características novas e que aparenta vir a ter um significativo impacto na vida económica e social do país. Procurou-se observar ainda a natureza do espaço que o Projeto Casino ocupa, o tipo de atividade que abarca, bem como a sua dimensão espetacular para um pequeno país insular, assim como as expectativas que gera nos indivíduos.

O trabalho de campo abrangeu 24 entrevistas abertas, contemplando atores como Presidentes das Câmaras Municipais, técnicos e dirigentes da administração pública (sobretudo pelo setor das infraestruturas, planeamento e ordenamento do território, ambiente e turismo), organizações associativas do setor privado e da sociedade civil, ordens profissionais e instituições de ensino superior. O roteiro de entrevista (anexo 1) abrangeu indagações relativas aos interesses, expectativas, vantagens, desvantagens e contrapartidas da execução do Projeto Casino. Procurando-se garantir o anonimato, os entrevistados foram identificados apenas pelas iniciais do grupo que representam: Universidades (UN), Técnicos da Administração Pública (TAP), Organizações não-governamentais (ONG), aos quais se incluiu alguns membros da comunidade chinesa residente na Praia, Ordens Profissionais (OP), Presidentes de Câmaras (PC) e Representantes de Câmaras de Comércio (RCC) (anexo 2).

Além das entrevistas formais (com envio de questionários por email), foram realizados contatos pessoais/informais, telefónicos e via correio eletrónico, para esclarecimentos sobre questões específicas, com representantes das instituições públicas (Instituto Nacional de Gestão do Território, Direção Geral das Infraestruturas), especialistas nas temáticas da pesquisa, membros de organizações não-governamentais e pesquisadores em áreas semelhantes. Trata-se, portanto, de um conjunto de agentes com papel ativo na formulação, promoção e apreciação crítica de políticas que afetam as dinâmicas espaciais.

Integram a presente tese, documento final deste esforço, mais quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. No segundo capítulo, discute-se conceitualmente a temática dos GPUs e a sua contextualização a nível da noção de desenvolvimento proposta por Amarthya

Sen (2000), as diversas tipologias identificadas, alguns traços comuns encontrados na literatura, bem como as contradições existentes entre o discurso e a prática.

No terceiro capítulo aborda-se as motivações de uma maior presença da China na África, o quadro dos seus interesses geopolíticos e económicos globais (associados ao projeto “One Belt, One Road”), identificando concretamente as diferentes etapas que marcaram a sua relação com um pequeno país insular como Cabo Verde, sobretudo a atual, rubricada pelo início da execução do grande Projeto Casino, por uma empresa privada de Macau, território que tem servido de ponte de ligação entre Cabo Verde e a China, e que parece dar indicações de querer reproduzir em Cabo Verde o seu modelo de turismo alicerçado nos jogos e nos casinos.

O Capítulo quarto faz uma caracterização da dinâmica urbano-regional de Cabo Verde, salientando a tendência para o reforço da Praia como o maior centro económico e populacional do país, identifica seus principais atores, destaca as vulnerabilidades do país e a sua inserção económica no contexto africano, e questiona a lógica dos incentivos aos grandes investimentos estrangeiros, frente aos impactos socioeconómicos e espaciais segregadores exemplificados pelas ilhas do Sal e Boavista e a uma política urbana proposta com vista à diminuição das assimetrias regionais. O capítulo 5 aborda um conjunto de componentes das dimensões política, institucional e simbólica da fase inicial do Projeto Casino, destacadamente, o ambiente político, vozes contra e a favor, instrumentos de participação utilizados, motivações e justificações, bem como expectativas e interesses envolvidos. Por último, são apresentadas as principais conclusões obtidas do confronto entre o arcabouço teórico e as evidências coletadas.

## 2 GPUS VS DESENVOLVIMENTO: SIMBOLISMOS E CONTRADIÇÕES

### 2.1 GPU'S: SÍMBOLOS DE DESENVOLVIMENTO? TIPOLOGIA E CARACTERÍSTICAS COMUNS

O “desenvolvimento” tem sido, de um modo geral, o “fim” que motiva governantes de diversos países, regiões, cidades ou localidades a implementarem um conjunto de políticas públicas, direcionado para este foco. Apesar de atualmente ser cada vez mais consensual a sua diferenciação e desvinculação do viés único do crescimento econômico, continua sendo difícil um consenso acerca deste conceito, dado que são múltiplas as definições, preferências, ênfases e perspectivas. Entre as diversas perspectivas, definições e prioridades, considera-se adequada a visão de (SEN, 2000, p. 28-29) quando refere que:

[...] uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos [...] permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo[...] (SEN, 2000, p. 28-29).

De acordo com Fukuda-Parr, (2002), estratégias para o desenvolvimento humano inicialmente priorizavam a aposta nas três dimensões do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); a saúde, a educação e o incentivo ao crescimento equitativo, que mobilizam a agência particular dos indivíduos, reforçando a sua habilidade produtiva. Contudo, os dois pilares apontados, necessitam ser reforçados por um terceiro:

[...] participação em expansão, através das instituições democráticas, dentro de governanças democráticas mais fortes. A ação coletiva - movimentos sociais - têm sido o principal motor atrás do progresso, na medida em que obtém sucesso em promover maiores mudanças políticas, necessárias para o desenvolvimento humano, como, por exemplo, o reconhecimento da igualdade de gênero, a necessidade de proteger o ambiente, ou realmente, o reconhecimento para promover e proteger o amplo conjunto de direitos humanos (FUKUDA-PARR, 2002, p. 7).

O terceiro pilar, não se relaciona diretamente com a satisfação de necessidades, tradicionalmente consideradas essenciais, como o acesso à saúde e educação, mas empodera a sociedade civil na busca de outros direitos também importantes, através da participação, da ação coletiva e dos movimentos sociais. Sen (2000) defende ser fundamental que um indivíduo tenha oportunidade de opinar, participar, argumentar e desta forma fazer opções fundamentadas, o

que só se consegue através do que ele definiu como sendo o “terceiro pilar” que se relaciona com a questão da liberdade e do direito que todos devem ter de influenciar as tomadas de decisões. Contudo, a sua viabilização, passa pela existência de instituições democráticas e governanças mais fortes. Para Sen (2000, p. 180-181), a democracia é um ganho que pode ser observado por alguns aspectos, tais como:

Os direitos políticos e civis, especialmente os relacionados à garantia de discussão, debate, crítica e dissensão abertos, são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas. Esses processos são cruciais para a formação de valores e prioridades, e não podemos em geral, tomar as preferências como dadas independentemente de discussão pública, ou seja, sem levar em conta se são ou não permitidos debates e diálogos (SEN, 2000, p. 180-181).

Portanto, concorda-se com este conceito de desenvolvimento clarificado por Sen (2000) que passa pela liberdade e garantia de direitos que viabilizam escolhas conscientes. Trata-se de uma visão de desenvolvimento com um pendor de emancipação, de liberdade de pensamento e de ação que inspiram e podem condicionar as decisões e implicar diretamente na vida das pessoas.

Contudo, a visão do desenvolvimento, centrada unicamente na vertente econômica, continua tendo o seu peso, sobretudo nos países considerados como sendo “não desenvolvidos” e que procuram, à semelhança do que aconteceu com os que hoje são designados “desenvolvidos” crescer economicamente para alcançar os caminhos do progresso. Uma das vias, aparentemente consideradas para entrar nesta corrida, tem sido um intenso processo de urbanização e infraestruturação dos seus territórios. Ademais, “a produção do espaço em geral e da urbanização em particular, tornaram-se grandes negócios no capitalismo, um dos principais meios de absorver o excesso de capital, fazendo com que uma proporção significativa da força de trabalho total global, seja empregada na construção e manutenção do ambiente edificado” (HARVEY, 2011, p. 137).

O capitalismo é uma sociedade de classe que se destina à produção perpétua de excedentes. Isso significa que está sempre produzindo as condições necessárias para a urbanização ocorrer. Na medida em que a absorção dos excedentes de capital e o crescimento das populações se revelam como entraves, a urbanização lança uma forma crucial para absorver as duas coisas (HARVEY, 2011, p. 137).

Particularmente, na sequência da crise dos anos 1970, projetos de “grande” envergadura, referenciados como GPUs (Grandes Projetos Urbanos) tornaram-se bastante atrativos para

idades de diferentes dimensões e características. A revitalização urbana passa a ser promovida como estratégia, frequentemente até como “condição essencial”, para dinamizar economicamente os espaços urbanos. Países como Cabo Verde, onde a taxa de desemprego (12,8% no ano de 2016)<sup>1</sup> constitui motivo de preocupação para os governantes, veem nos Grandes Projetos Urbanos, possibilidades de criação de emprego e dinamização das suas economias. Diante disso, tornou-se comum situações de alguma disputa para a alocação de grandes investimentos, com uma forte aposta das cidades, na ampliação das suas “vantagens competitivas”.

Segundo Somekh & Gaspar, (2012, p. 134), os Grandes Projetos Urbanos “não são propriamente novidades no desenho das grandes urbes, porém na atualidade sua dimensão, conectividade global e íntima vinculação ao processo de reestruturação produtiva em curso, os diferenciam”.

Sua lucratividade advém dos vultosos incrementos no preço da terra advindos dos investimentos imobiliários projetados e do ciclo especulativos que a perspectiva de altos negócios provoca. Seu vínculo com a globalização financeira é evidente, constituindo canal privilegiado de escoamento para capitais excedentes (muito deles de origem duvidosa) de todo mundo. Os grandes projetos urbanos se encaixam nessa nova realidade, pelo potencial e acumulação privada que ostentam, agregando múltiplos interesses financeiros e imobiliários de poderosos grupos internacionalizados (SOMEKH e GASPAR, 2012, p. 134).

A autora acrescenta ainda que o Estado, que teoricamente deveria ser o garante da defesa dos interesses públicos em jogo nestas transações, mostra-se muitas vezes, em qualquer dos seus níveis, conivente com estes processos já que participa economicamente destes projetos, na qualidade de regulador, prestamista e investidor direto, ainda que na condição de avalista dos lucros privados.

Tais resultados derivam diretamente das características da economia mundial contemporânea e da captura dos interesses públicos pela lógica financeira. A centralização econômica produzida e alimentada pelo mercado requer uma determinada centralização espacial do mesmo capital. A elevação dos preços do solo urbano é a expressão paradigmática de uma vantagem privada e unilateral, que emerge de um processo coletivo, a urbanização (SOMEKH e GASPAR, 2012, p. 137).

---

<sup>1</sup>Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IMC2015

A salvaguarda dos interesses da localidade que acolhe os investimentos nem sempre é garantida, pois para ser “competitiva”, esta concede um conjunto de incentivos que atraem o capital (desde fiscais, infraestruturas sociais, adequação da mão de obra local aos interesses dos investidores) mas que por outro lado podem prejudica-la, pois o confronto entre os custos e benefícios, nem sempre é a seu favor (SOMEKH e GASPAR, 2012; FERNANDES, 2001). A nova política do lugar focada na “competitividade” da localidade para atrair investimentos externos, passa a ser portanto, um fator objetivo no processo de reestruturação da acumulação a escala global, o que torna a localidade, por sua vez, refém do sistema global de acumulação (FERNANDES, 2001, p. 34).

Pelo que interessa saber o que são GPUs, como se deu o aparecimento deste conceito e até que ponto é possível atingir o “desenvolvimento” por meio destas iniciativas. Gadens, Hardt, e Frey (2012) frisam que o conceito encontra-se ainda em processo de formação, todavia, é possível destacar diversas formas de caracterização dos GPUs na literatura sobre a temática. Um destacam os custos financeiros e as alterações no território (HARDT, CARVALHO, *et al.*, 2008), outras, os instrumentos de política pública com abrangência e efeitos que atrasavam as suas fronteiras (ULTRAMARI e REZENDE, 2007). No caso do Brasil, “sua implementação parece estar vinculada à recuperação de áreas com grande potencial para uso urbano, porém abandonadas e degradadas” (ULTRAMARI e REZENDE, 2007, p. 11).

O termo “Grandes Projetos” ou “Grandes Obras”, ao nível internacional, mas particularmente no contexto brasileiro, “toma força nos anos 1970, durante o período militar, ainda com um objetivo de declaração de poder, mas com um caráter mais geopolítico, de tomada ostensiva de territórios até então não ocupados e, máxima na época nacionalista, “sujeitos” ao domínio de forças estrangeiras”. Consequentemente, dentro deste contexto, fortemente marcado por um “imaginário nacionalista”, os grandes projetos simbolizavam o “progresso e integração de regiões atrasadas economicamente, no contexto nacional (ULTRAMARI e REZENDE, 2007, p. 10).

Os autores acrescentam ainda, que através destas megas-estruturas (projetos com magnitude de tamanho, escala e complexidade), o poder central tinha como focos: “estimular novos processos urbanos que transformariam as cidades e trariam o “desenvolvimento” a todo o país; e atender a uma política de ordenação do território nacional que buscava diminuir as disparidades existentes (ULTRAMARI e REZENDE, 2007, p. 10)”.

A literatura sobre o tema permite individualizar duas correntes que debatem os GPUs. A considerada positivista, destaca sua contextualização a nível de um alargado processo de

planejamento estratégico, supostamente participativo, como mostrado por Del Rio (2010) quando refere que:

Através de um planejamento estratégico entre poder público (viabilizadores), poder privado (investidores) e comunidades (usuários), identificam-se planos e programas que maximizem e compatibilizem os esforços e investimentos, e norteia-se a implementação integrada de ações e projetos a curto, médio e longo, prazos. Os resultados positivos, por sua vez, realimentam o processo atraindo novos investidores, novos moradores e novos consumidores, e gerando novos projetos” (DEL RIO, 2000 apud GADENS, HARDT e FREY, 2012, p. 23).

A outra corrente, com uma posição crítica em relação à forma como estas intervenções são feitas, coloca dúvidas em relação à hipótese de um consenso democrático a volta dos GPUs e chama atenção sobre os perigos decorrentes da sua implementação. De acordo com Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2003), trata-se de uma estratégia de dominação no âmbito territorial, acabando por refletir na distribuição desigual de poder.

De destacar que, para os diferentes posicionamentos existentes, parece ser importante ter em atenção que projetos dessa natureza, abrangem intervenções de carácter exclusivamente urbanístico da cidade, na qual são executados, apesar de seus impactos nem sempre recaírem nesse mesmo âmbito (GADENS, HARDT e FREY, 2012, p. 24).

Para além dos posicionamentos diferentes, relativamente aos GPUs, alguns autores estabelecem distinções entre “Projetos Urbanos” (PUs) e os Grandes Projetos Urbanos (GPUs). Para Novais (2014), para além do porte, algumas outras características estão a ser utilizadas para estabelecer essa diferenciação. Parâmetros como foco, escala de referência e qualidades do espaço – heterogêneo ou fluido –, fazem com que “PUs” e “GPUs” tenham também diferentes interlocutores. No urbanismo voltado para bairros, concerta-se de forma direta com as comunidades que alocam os investimentos, tendo a iniciativa, o poder público como promotor, enquanto nos Grandes Projetos Urbanos, a articulação é estabelecida entre esferas do governo e entre os setores público e privado, constituindo-se excelentes oportunidades para concretizar acordos políticos e transferir recursos de uma esfera de governo para outro.

Os projetos urbanos investem na qualidade de vida nos bairros e são contidos em áreas bem delimitadas, sem atentar para a articulação do conjunto de lugares; Os grandes projetos urbanos voltam-se para desencadear processos de desenvolvimento econômico e buscam impactar o entorno, sendo propostos para reestruturar a cidade e suscitar investimentos em redes de transporte e comunicação, e implicam o reexame continuado das divisões estabelecidas no território (centralidades, vazios, regiões de planeamento, entre outras), o que, somado aos interesses em jogo, contribui para que o projeto seja apresentado como um processo decisório dinâmico: “estratégico, pragmático e oportunista” (NOVAIS, 2014, p. 21).

Novais (2014, p. 29) alerta ainda que [...] “devido a sua natureza negociável, as soluções que os grandes projetos apresentam não respondem a problemas ou desafios socialmente aceitos”. Elas criam novos desafios, trazem outros problemas e adaptam a agenda urbana local aos interesses negociados entre os atores importantes. Chama atenção para a questão da desigualdade, que também é agravada pela concentração de investimentos em lugares já nobres, ou ainda pela ocupação de áreas vazias, que implicam novos investimentos em infraestrutura e, em consequência, limitam a capacidade de ação do Estado. “Se no “urbanismo de fragmentos”<sup>2</sup> desigualdade é tema desconhecido (seu lugar é ocupado pelas noções de diferença e pluralidade) nos Grandes Projetos Urbanos ela é tomada como natural” (NOVAIS, 2014, p. 21).

Quadro 1 - Síntese das diferenças entre PUs e GPUs

<b>Interlocutores</b>	<b>Projetos urbanos</b>	<b>Grandes projetos Urbanos</b>
	Comunidades e vizinhança relativamente homogênea, sendo o poder público, o protagonista no processo;	Articulação entre os setores público e privado (acordos políticos e transferência de recursos);
Soluções apresentadas	Adequadas às necessidades das pessoas;	Engendram novos desafios, suscitam outros problemas e recriam a agenda urbana local conforme acordos estabelecidos;
Tomada de decisões	Dependentes do tempo necessário para negociar com as comunidades afetadas;	Rápida e flexível;
Qualidade do espaço	Investem na qualidade de vida nos bairros e são contidos em áreas bem delimitadas, sem atentar para a articulação do conjunto de lugares;	Desencadeiam processos de desenvolvimento econômico, buscam impactar o entorno, sendo propostos para reestruturar a cidade e suscitar investimentos em redes de transporte e comunicação;
Desigualdades	Tema desconhecido – seu lugar é ocupado pelas noções de diferença e pluralidade;	Tomada como natural, ignorada e incrementada pela concentração de investimento em lugares já nobres, ou ainda pela ocupação de áreas vazias, que impõe novas demandas de infraestrutura;

Fonte: A autora com base em Novais (2014)

Os PU's, na lógica apresentada por Novais (2014) se aproximam mais do “desenvolvimento” defendido por Sen (2000), na medida em que dão sinais, de apresentar mais possibilidades das comunidades implicadas negociarem com os investidores que tipo de intervenção querem. O fato do promotor dos investimentos ser o próprio Estado, faz com que,

<sup>2</sup> Cidade como território plural que congrega um conjunto de lugares: bairros, partes, fragmentos ou peças urbanas, diversidade resultante de histórias singulares de formação de identidades e de enraizamento territorial (NOVAIS, 2014, p. 18)

à partida, a negociação leve mais em conta os interesses comuns dos diferentes grupos envolvidos, do que seria com um privado que, naturalmente prioriza os seus próprios interesses. E neste particular, como mostra o quadro síntese, os GPU's tem interesse em propor soluções que atendam às demandas que não beneficiam diretamente as comunidades afetadas, acabando normalmente por suscitar outros problemas.

Nesse sentido, e com base na noção de desenvolvimento definido por Sen (2000), concordamos com a posição de Oliveira e Lima (2009) em relação à forma como estas intervenções são feitas, sem possibilidades de criação de um consenso democrático à sua volta.

Alguns autores (MOREIRA, 2014; VEINER, 2000, entre outros) pontuam o fato de que a parceria publico-privado (PPP) é uma forma de empreendedorismo governamental onde os espaços de participação política e de relações entre setores sociais e setores públicos são eliminados em favor de uma prática empresarial. “A participação ocorre inteiramente no âmago da esfera privada, ou seja, empresários e investidores tomam para si a tarefa de “mediadores” na elaboração do projeto urbano” (MOREIRA, 2014:54, grifos do autor). Ou seja, desaparecem as mediações políticas envolvendo interesses contrários, pois este novo modelo de planejamento urbano “exige que os protagonistas das ações e decisões sejam os mesmos que protagonizam as peripécias de mercado (VAINER, 2000: apud ABASCAL, KATO, et al., 2016, p. 9).

Alguns autores apontam como característica comum à implementação dos GPUs, a complexidade ou mesmo desinteresse de encaixar a população em processos decisórios, sobretudo quando estes envolvem grandes somas de recursos, reconfigurando formas de governança urbana e inaugurando novos procedimentos nos processos de tomadas de decisão. Para Vainer, Oliveira e Junior (2011, p. 13) a produção literária sobre Grandes Projetos Urbanos, “seja ela prescritiva ou descritiva, apologética ou crítica, indica a consolidação de novas práticas de decisão e intervenção na cidade. A mudança foi, assim, assumida por uns como inexorável (ASCHER, 2001) e criticadas por outros (MOULAERT; RODRÍGUEZ; SWYNGEDOUW, 2003).

Para além desta constatação e independentemente dos posicionamentos sobre a temática, a literatura aponta como principais atributos de GPUs, algumas particularidades como: “forte proximidade com a corrente neoliberal e suas premissas sobre mercado, sociedade, papel e tamanho do Estado, novos arranjos na parceria publico-privado (PPP), estratégias de *marketing* focados na reformatação do imaginário urbano” (MOURA, 2011, p. 12).

Portanto, uma grande diversidade de atributos lhe tem sido associado, apontando para a existência de uma diversidade de interesses e lógicas de atuação, que tem dificultado a sua conceptualização (DÍAZ, 2005, p. 52).

Tendo em consideração os diferentes posicionamentos (a visão positivista e o posicionamento crítico), e perante alguns delineamentos conceituais consensualizados sobre a temática, Gadens, Hardt e Frey (2012, p. 24) apresentaram uma definição tipológica para os GPUs (Quadro 2) no Brasil, absorvendo as características comuns na sua conceituação.

Quadro 2 - Tipologia dos GPUs no cenário brasileiro

<b>Obras</b>	<b>Obras de infraestruturas pesadas</b>	<b>Crescimento urbano e demandas por infraestruturas básicas</b>	<b>Possibilidade de alcance da cidade como um todo</b>
Marcos arquitetônicos	Projectos de arquitectura com produção de intervenções pontuais , geralmente com assinatura de arquitecto renomado	Criação de referências arquitetônicas	Espaços restritos , relacionados ao entorno imediato da intervenção
Espaços arquitetônicos	Tratamento dos espaços urbanos para a criação de locais com carácter atrativo	Promocão de espaços urbanos	Espaços restritos , relacionados ao entorno imediato da intervenção
Megaeventos	Eventos demandadas de amplas instalações para sua realização	Adequação das cidades para recepção de eventos de grande porte	Possibilidade de alcance da cidade como todo

Fonte: Gadens, Hardt e Frey (2012)

Identificaram 4 tipos de GPUs (Obras, marcos arquitetônicos, espaços arquitetônicos e megaeventos) com características, oportunidades para implantação e escalas de intervenção diferentes. De notar que, que independentemente do tipo e das características das intervenções, as oportunidades para implantação elencadas no quadro 2, evidenciam que estas não surgem como resultados do planejamento de políticas territoriais e definição das prioridades, mas sim para outros interesses ligados à promoção de espaços urbanos, adequação das cidades para a recepção de eventos de grande porte, criação de referências arquitetônicas etc.

Apesar das diferenças identificadas entre os tipos, ambos apresentam dois requisitos fundamentais, considerados como “definidores” de um Grande Projeto Urbano: “o desembolso de grandes somas de recursos financeiros e as alterações ostensivas do espaço urbano” (GADENS, HARDT e FREY, 2012, p. 24).

Na linha da proposta de tipologia apresentada por Gadens, Hardt e Frey (2012), Moura (2011, p. 9) reforça que os GPUs originam a criação de ícones arquitetônicos e urbanísticos e envolvem processos denominados requalificação, reabilitação, revitalização ou gentrificação

urbana, podendo também estar relacionados às adaptações requeridas para a concretização de grandes eventos culturais, esportivos, religiosos, comerciais, entre outros. A autora, acrescenta ainda, que por conta da inserção de novos objetos, os espaços que acolhem os GPU's sofrem processos de valorização e desvalorização contínua, conflitos, roturas e impactos territoriais, políticos, sociais, ambientais e econômicos.

## 2.2 O DÉFICE DEMOCRÁTICO E AS CONTRADIÇÕES ENTRE OS DISCURSOS E A PRÁTICA

Na maioria dos casos, as intervenções são antecedidas por comunicações que mostram vontade de articular, produzir centralidades e redefinir o território como um todo, mas que acabam por ser pontuais, sem visão geral do espaço ou verdadeiro intuito de reorganiza-lo. Prescinde-se de políticas territoriais e definição de prioridades, privilegia-se o master project em detrimento do master plan, criando a ilusão de que estas ações incentivam o desenvolvimento e reduzem os vários problemas que as cidades enfrentam (MOURA, 2011, p. 10). Portanto, de acordo com a corrente literária crítica aos GPUs, estes estão envoltos em um conjunto de contradições entre o que é proposto ou esperado e o que efetivamente é implementado.

Pero quizás uno de los mayores desafíos de los grandes proyectos urbanos es hacer realidad lo que los discursos en general le atribuyen, que pueden constituirse en un espacio de "oportunidades urbanas" para todos, cuando en muchos casos ocurre lo contrario. Por ejemplo, en una de estas grandes intervenciones urbanas emblemáticas de Estados Unidos, Battery Park, en Manhattan, se planeaba que un tercio de los 14.000 apartamentos proyectados fueran subsidiados para los pobres y otro tercio para familias de ingresos medios. La revisión del proyecto condujo a destinar los subsidios para los edificios de oficinas (bajo la forma de disminución de impuestos), y construyó 14.000 apartamentos de lujo (Frieden y Sagalyn, 1994). Lo mismo ocurre en muchos de los proyectos que caracterizan lo que se ha llamado el urbanismo posmodernista (Ellin, 1996), entre los que se encuentran desde las comunidades cerradas hasta las comunidades peatonalizadas, cuyas dimensiones tienen importantes impactos en las ciudades<sup>3</sup> (LUNGO, 2005, p. 38).

---

<sup>3</sup> (tradução) Mas talvez um dos maiores desafios dos grandes projetos urbanos seja fazer com que os discursos em geral sejam atribuídos a ele, o que pode ser um espaço de "oportunidades urbanas" para todos, quando em muitos casos ocorre o inverso. Por exemplo, em uma dessas grandes intervenções emblemáticas urbanas nos Estados Unidos, o Battery Park, em Manhattan, foi planejado que um terço dos 14.000 apartamentos projetados seria subsidiado para os pobres e outro terço para as famílias de renda média. A revisão do projeto levou à atribuição de subsídios para edifícios de escritórios (na forma de uma redução de impostos) e à construção de 14.000 apartamentos de luxo (Frieden e Sagalyn, 1994). O mesmo acontece em muitos dos projetos que caracterizam o que tem sido chamado de urbanismo pós-modernista (Ellin, 1996), entre aqueles que vão desde comunidades fechadas até comunidades de pedestres, cujas dimensões têm impactos importantes nas cidades (LUNGO, 2005, p.38).

O quadro 3 sintetiza as características gerais e os “discursos” que a literatura crítica associa aos GPU’s, bem como as práticas que apontam como efetivamente associadas a eles.

Quadro 3 - GPUS: contradições entre os discursos e as práticas

<b>Discurso</b>	<b>Práticas</b>
Centrado no mercado/setor privado;	Algum suporte do Estado;
Articulação, novas centralidades, redefinição do território como um todo;	Proposições e ações voltadas à reestruturação e adequação do espaço para os fluxos e realização do capital;
Inserção das comunidades, desenvolvimento, redução dos problemas que as cidades enfrentam;	Grandes intervenções que provocam roturas, desigualdades, conflitos e impactos territoriais, sociais, políticos, econômicos e ambientais;
Master Plan;	Master Project: intervenções pontuais, sem visão global do espaço;
Concertação e articulação com os atores locais; Planejamento participativo e democrático, pautado em políticas públicas, prioridades e respeito ao coletivo, à totalidade da sociedade e do território;	Manuais que prescrevem roteiros de gestão municipal, formulados cuidadosamente pelos mentores do pensamento único das cidades Tool kits e receitas difundidas por agências multilaterais e consultores internacionais, voltada a best practices, premiações, parcerias público-privadas, e indutora da competição entre lugares;
	Geridos sem discussão com a sociedade, sob um consenso social despolitizado, sem o propósito de redistribuir socialmente os ganhos;
	Empresas de consultoria têm importante participação no processo de planejamento e privatização do território e estão presentes na elaboração e implementação de grandes projetos urbanos;

Fonte: A autora, com base em Moura (2011)

Interessa compreender o papel dos GPUs na produção de novas formas de governança e como lidam com a questão da participação e envolvimento da “sociedade civil” ao longo dos processos de concepção e implementação das intervenções, pois na linha do que foi defendido anteriormente, o conceito de desenvolvimento aqui assumido, passa muito pela questão da emancipação, liberdade, possibilidade real que as pessoas têm, para acompanhar e de certa forma controlar as dinâmicas pelos quais os seus espaços de vivência são submetidos.

Num estudo de treze grandes projetos urbanos em doze países da União Europeia, Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez (2003) observaram que a representação dos parceiros participantes foi “difusa” e não regulamentada. Dificilmente foram encontrados instrumentos

de representação formalizados e praticamente, em nenhum dos casos, conseguiu-se visualizar quem representa o quê, quem e como. Na maioria dos casos analisados, a participação raramente

foi estatutária, tendo se realizado através de cooptação e convite, liderados pelos principais corretores de poder dentro das instituições.

This invariably influences the regulatory environment, shapes the interventions, and produces a particular imagination of the urban in line with the demands, dreams, and aspirations of the included, while marginalized or otherwise excluded groups remain symptomatically absent. This process has become the dominant mode of institutional organization and suggests a shift from a system of representative urban government to one of stakeholder urban governance that is centered on newly established institutional arrangements <sup>4</sup> (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, 2003, p. 566).

O processo decisório fundamentado nestas bases, condiciona a participação e influencia o ambiente regulatório, adapta as intervenções à vontade de uma minoria e produz uma imaginação particular do urbano, de acordo com as demandas, sonhos, e aspirações dos incluídos, enquanto os grupos marginalizados ou excluídos permanecem sintomaticamente ausentes (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, 2003).

Por outro lado, os investimentos em Grandes Projetos Urbanos têm sido acompanhados de alguma especulação fundiária, provocando uma frenética caça à terra por entidades privadas, de modo a garantir que os seus supostos terrenos estejam devidamente salvaguardados, para possível integração ou valorização no âmbito dos investimentos imobiliários implementados ou previstos.

Relativamente à vasta experiência de execução e discussão em torno dos Grandes Projetos Urbanos, nas cidades latino-americanas, Santos (1996) refere que a especulação fundiária nos centros urbanos e serviço público inadequado, se relacionam com a excessiva concentração em determinadas parcelas do território e não com a implementação de uma política social que distribui equitativamente as mais valias. Alerta também, que a produção do espaço urbano, está excessivamente alicerçada aos interesses do mercado.

---

<sup>4</sup>(tradução) Isso invariavelmente influencia o ambiente regulador, molda as intervenções e produz uma imaginação particular do urbano em consonância com as demandas, sonhos e aspirações dos grupos incluídos, enquanto grupos marginalizados ou de outra forma excluídos permanecem sintomaticamente ausentes. Este processo tornou-se o modo dominante de organização institucional e sugere uma mudança de um sistema de governo urbano representativo, para uma governação urbana de partes interessadas, centrado em acordos institucionais recentemente estabelecidos.

No México, relativamente aos megaprojetos turísticos, aquando da implementação dos Centros Integralmente Planeados (CIPs), Sánchez (2016) observa que “o tão esperado "desenvolvimento" regional que o governo federal promoveu atingiu apenas os setores privilegiados desde o início da operação:

Los pobladores locales poco pudieron hacer para reubicarse en la vorágine del desarrollo turístico neoliberal - e, incluso los que se organizaron fueron objeto de una represión permanente (Alfredo Lavariega). Lo más que pudieron conseguir los antiguos comuneros, campesinos y pescadores fue incorporarse como prestadores de servicios turísticos, dueños de pequeños hoteles o restaurantes en zonas alejadas de sus antiguas tierras, que ahora forman parte de las "bellezas naturales" de que "disfrutan" los turistas y extranjeros.nacionales (SÁNCHEZ, 2016, p. 124)<sup>5</sup>

No caso do Brasil, país com fortes relações históricas e culturais com Cabo Verde, e frequentemente mencionado como tendo uma considerável desigualdade social, Silva (2018) refere que:

Os megaprojetos como expressão do movimento de expansão do capital em seu contexto de ce estrutural, têm revelado sua natureza essencialmente desigual e predatória, promovendo expropriações das populações que habitam os territórios aonde se instalam, de forma que o respeito às comunidades locais e a preservação do meio ambiente, convertem-se em entraves para o aclamado desenvolvimento. Dai se constata a contínua violação de direitos; são custos humanos e sociais que não podem ser reparados, ainda que se convertam em objeto de compensação econômica. Este processo pode ser interpretado como uma nova expressão da velha luta de classes, um embate desigual, onde os interesses do capital subordinam e submetem os demais, transformando territórios antes ocupados por comunidades que sobrevivem diretamente da natureza, em territórios do capital (SILVA, 2018, p. 47, 48).

Em Cabo Verde, a questão dos direitos de titularidade sobre os prédios, não tem sido uma matéria pacífica, e uma das razões apontadas tem sido a complexa situação administrativa da gestão dos solos, em virtude da ausência de um cadastro predial que garanta a correta identificação dos prédios, com as respectivas confrontações, pelo que a delimitação física das

---

<sup>5</sup>(tradução) A população local pouco poderia fazer para se deslocar no turbilhão do desenvolvimento neoliberal do turismo - e mesmo aqueles que se organizavam estavam sujeitos à repressão permanente (Alfredo Lavariega). O máximo que os antigos comuneros, camponeses e pescadores conseguiam era incorporar-se como prestadores de serviços turísticos, donos de pequenos hotéis ou restaurantes em áreas distantes de suas antigas terras, que hoje fazem parte das "bellezas naturais" que "desfrutam" dos turistas estrangeiros e estrangeiros.

propriedades entre o Estado, as Autarquias Locais e os particulares, tenha gerado alguns conflitos e disputas a volta da posse e titularidade de terrenos.

Têm ocorrido situações de ocupações indevidas de terrenos, expropriação de terrenos privados pelo Estado para a implantação de grandes investimentos, e episódios de manifestação das populações que reclamam as devidas indenizações, que muitas vezes demoram a serem concedidas<sup>6</sup>. Na sequência destes e outros conflitos que têm surgido na gestão dos solos, o governo dos EUA financiou, ao nível do segundo compacto do Millennium Challenge Account (MCA)<sup>7</sup>, a implementação do Cadastro piloto nas ilhas consideradas “turísticas” do Sal, Maio, Boavista e também na ilha de São Vicente.

Para além dos grandes investimentos privados, tem surgido também iniciativas do poder público, consubstanciadas em projetos considerados de “grande envergadura”, sobretudo infraestruturas e equipamentos portuários e aeroportuários, concebidos para viabilizar e servir de suporte aos tais investimentos turísticos estrangeiros: são os casos do aeroporto internacional da Boavista, São Vicente e Praia (este último co-financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pelo Governo cabo-verdiano), a via circular da Praia, expansão e requalificação do Porto da Praia (financiado pelo primeiro compacto do MCA e governo de Cabo Verde)<sup>8</sup>, entre outros.

Na lógica de que o capital tem de produzir condições para a sua própria expansão e de que o reinvestimento requer meios adicionais de produção disponíveis no mercado, o Estado é levado a assumir estes investimentos em infraestruturas e os riscos inerentes ao processo (HARVEY, 2011a).

A dinâmica observada nas últimas décadas, no setor imobiliário, em países emergentes ou em desenvolvimento, tem sido alimentada por grandes quantidades de capitais, na maioria

---

<sup>6</sup> A construção do aeroporto Internacional da ilha de Boavista (uma das ilhas consideradas com boas potencialidades para o turismo de sol e Praia no país) foi marcada por alguma agitação social e que durou alguns anos para resolver. Algumas famílias que ocupavam os terrenos durante vários anos, embora não tivessem documentos que provassem a titularidade, reclamaram o direito a indenizações. O assunto mereceu, por inúmeras vezes, destaque nas sessões parlamentares, com acaloradas discussões entre os diferentes sujeitos parlamentares (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, 2003, p. 566).

<sup>7</sup> O governo dos EUA, através do Millennium Challenge Corporation (MCC) assinou a 10 de Fevereiro de 2012, com o governo de Cabo Verde, um compacto de 5 anos, no valor de 66 milhões de dólares Americanos, para reduzir a pobreza através do crescimento económico (fonte: <http://www.mca.cv/index.php/pt/>, acesso a 12 de Fevereiro de 2016)

<sup>8</sup> Programa aprovado pelo governo americano em 2004, cujo valor ascende a 117,8 milhões de dólares americanos, dos quais 110,1 milhões de dólares financiados pelo MCC (Millennium Challenge Corporation - Agência do Governo dos Estados Unidos que gere a iniciativa Millennium Challenge) e 7,7 milhões pelo Governo de Cabo Verde, para investimentos em projetos rentáveis, no setor privado e na capacitação nacional.

das vezes, conseguidos sob a forma de empréstimos a longo prazo, traduzindo-se no enorme endividamento destes países, e tornando-se muitas vezes num dos principais fatores desencadeadores das crises (HARVEY, 2011, p. 137).

Figura 2- Aeroporto da Praia



Fonte: CS Design (2007)

Figura 3 - Aeroporto de Boa Vista



Fonte: CS Design (2007)

Figura 4 - Porto da Praia



Fonte: CS Design (2014)

Figura 5 - Via circular da Praia

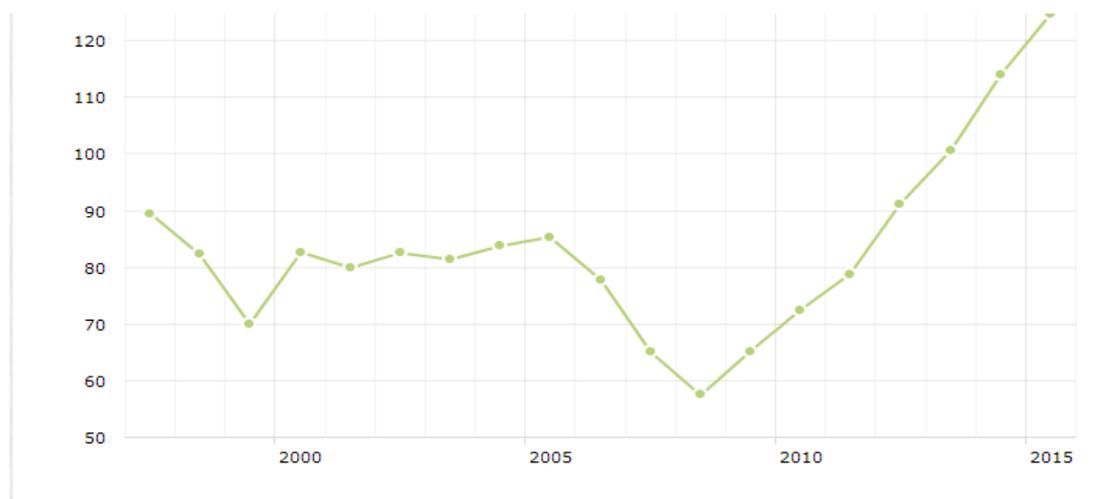


Fonte: <http://www.asemana.publ.cv/?Estrada-asfaltada-Praia-Cidade-Velha-e-inaugurada-este-sabado>

Lungo (2005, p. 32) observa que “*En América Latina contribuyó en buena medida al endeudamiento externo de muchos países al solicitar préstamos a los organismos financeiros multilaterales para realizar grandes intervenciones urbanas*”.

No caso de Cabo Verde, apoiado no discurso que determinadas infraestruturas são condições básicas para o “desenvolvimento”, grandes investimentos públicos recentes aparentemente, têm contribuído para o agravamento do endividamento do país<sup>9</sup>. O gráfico 13 evidencia não só o ritmo ascendente da dívida do Estado, mas também que ela é essencialmente de origem externa. De acordo com o Relatório de Contas do Banco de Cabo Verde de 2016, (BANCO DE CABO VERDE, 2016) *o aumento do endividamento externo líquido, sobretudo do Estado nos últimos seis anos, acrescentou mais vulnerabilidade à economia nacional, aumentando, não obstante o risco de incumprimento ser considerado remoto, as incertezas dos investidores quanto à previsibilidade da política fiscal e ao prémio de risco de funding dos seus investimentos.*

Figura 6 - Evolução da dívida pública (% do PIB) em Cabo Verde<sup>10</sup>

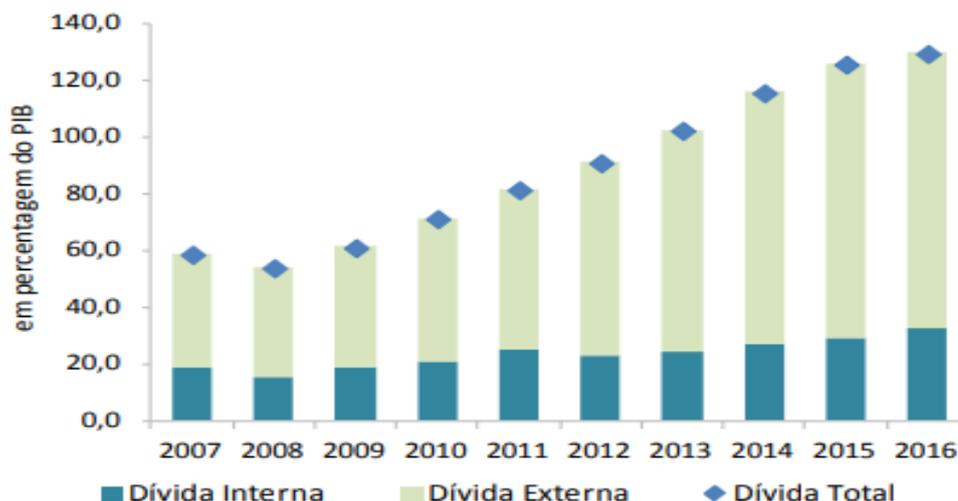


Fonte: Adaptado do Relatório de contas do Banco de Cabo Verde (2016)

<sup>9</sup> De acordo com o Relatório de Política Monetária de 2017, do Banco de Cabo Verde, a execução orçamental de 2016, que resultou num défice de 5.797,4 milhões de escudos, determinou o aumento do stock da dívida bruta do Estado na ordem dos seis por cento, para 211,5 mil milhões de escudos (cerca de 131 por cento do PIB), sobretudo junto ao setor bancário nacional. Fonte: [http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2017/RPM\\_Mar%C3%A7o%202017%20VF.pdf](http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/2017/RPM_Mar%C3%A7o%202017%20VF.pdf), retirado em 20 de Setembro de 2017.

<sup>10</sup> Fonte: <https://pt.actualitix.com/pais/cpv/cabo-verde-divida-publica-por-cento-do-pib.php>, acesso a 13 de Dezembro de 2017

Gráfico 1 – Caracterização da dívida do Estado (2007-2016)



Fonte: Adaptado do Relatório de contas do Banco de Cabo Verde (2016)

Convém, contudo, frisar que a lógica capitalista, que tem como foco a maximização da circulação do capital e do trabalho, só tem viabilidade se as instituições públicas forem coniventes e se associarem ao sistema. Segundo Harvey (1980, p. 400) a organização territorial do Estado transforma-se na configuração geográfica protagonista do processo do investimento. Em face disso, os Estados são levados a competirem-se uns com os outros, não só para arrecadarem grandes investimentos, mas também para o capital financeiro consolidar a sua dívida, fugindo por isso das suas mãos, a capacidade para controlar politicamente o capital, obrigando-os a assumir uma postura subserviente e competitiva.

Na medida em que a desvalorização e a destruição dos complexos recursos humanos se tornam necessárias no decorrer de uma crise, os Estados são colocados uns contra os outros em uma vigorosa competição em relação a qual deles deve arcar com o custo dessa desvalorização e dessa destruição social. O princípio geral da desvalorização específica do lugar é então convertido, pelo menos nessa esfera particular, na questão das desvalorizações e da destruição social específicas do Estado” (HARVEY, 1980, p. 400).

Aqui o papel do Estado acaba por condicionar o rumo dos acontecimentos e estabelecer os limites que o capital internacional pode ter na configuração sócio espacial e na

dinâmica económica local. A lógica e o discurso capitalista de competição entre territórios, para a atração de investimentos têm sido, de certa forma, reproduzidos nos discursos, nos documentos oficiais e nas estratégias de desenvolvimento regional e local traçadas pelo Estado Cabo-Verdiano. É comum encontrar nos sucessivos programas de governo, sobretudo a partir dos anos 2000, a utilização dos termos competitivo ou competitividade, referindo-se à necessidade das ilhas adaptarem-se aos interesses de potenciais investidores, de modo a serem mais atrativas que outras paragens, na alocação dos investimentos estrangeiros. Vai-se consolidando, assim, no país, o discurso que incentiva o reforço da descentralização e maior autonomia das localidades, como forma de conseguir uma melhor “competitividade” e atração de investimentos externos.

O atual Programa de governo (IX legislatura - 2016-2021), no seu ponto 3.2.12 (valorização das ilhas e dos recursos endógenos), aponta como um dos compromissos “*adotar um correto ordenamento do território, que permita o lançamento de estratégias inteligentes, mobilizadoras e sustentáveis, envolvendo todas as ilhas e cada uma delas, potenciando energias e aumentando a respetiva competitividade*”. O termo “competitividade” é usado ao longo do documento, como um dos requisitos essenciais a ser levado em consideração para o êxito ou bom desempenho dos diversos setores de atividades económicas e como requisito fundamental para que país seja atrativo a grandes investimentos e projetos. Santos (1994) qualifica esse apelo à competitividade de “guerra”, e destaca o facto dele contar com apoio da classe intelectual:

Mas a busca da competitividade, tal como apresentada por seus defensores — governantes, homens de negócio, funcionários internacionais — parece bastar-se a si mesma, não necessita de qualquer justificativa ética, como, aliás, qualquer outra forma de violência. A competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária, conduzida, na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional, e com o apoio, às vezes ostensivo, de intelectuais de dentro e de fora da Universidade (SANTOS, 1994, p. 15)

Nesta última década, Cabo Verde foi marcado por propagandas do poder público em torno da questão do fomento do empreendedorismo, e da urgente necessidade de se criar condições favoráveis à atração de investimentos estrangeiros, como forma de reforçar a capacidade produtiva e tornar a economia da nação menos dependente das “ajudas” e vulnerável aos contextos internacionais.

Fernandes (2001, p. 34) frisa que apesar do “processo de homogeneização do espaço que a globalização induz, a busca acerada por diferenciações, aniquila a solidariedade nacional

e do trabalho, acentua a fragmentação da sociedade, do mercado de trabalho e do território e empurra a localidade num sistema globalizado de acumulação, sobre o qual perde o poder e a liderança”.

[...] o mais grave é que o próprio poder local contribui para a centralização do capital, ao inverter prioridades, desviando recursos públicos para atender a interesses corporativos em sua movimentação pelo mundo afora, além de intensificar diferenças entre níveis salariais e arranjos nas condições de trabalho nas diferentes localidades que resultaram em padrões de estratificação social territorialmente divergente e mercados de trabalho altamente fragmentados. O grau de comando que os capitais transnacionais hoje detêm sobre a reprodução do trabalho e do território nos espaços economicamente exploráveis do planeta é, portanto, imenso (FERNANDES, 2001, p. 34)

Resta saber os impactos que esta postura “competitiva” poderá ter em num pequeno país insular, naturalmente fragmentado e aparentemente frágil. O certo é que lançado este mote pelo próprio Estado, tem-se assistido à uma corrida das ilhas e dos Municípios para a alocação dos investimentos, muitas vezes com alguns posicionamentos “bairristas”<sup>11</sup> e situações de tensões entre as localidades, motivando e servindo de suporte para frequentes apelos ou reivindicações em torno da questão da regionalização do país.

Por outro lado, tratando-se de investimentos que resultam na maioria das vezes, de lógicas globais, e por isso, no completamente do domínio exclusivo das escalas nacionais e locais, estão inseridos em interesses que nem sempre coincidem com as reais necessidades do país em termos de infraestruturação e equipamentos coletivos. Alguns destes “grandes” investimentos, tem merecido, embora muito pontualmente, algumas críticas por parte de franjas bem específicas da sociedade civil, como pesquisadores e académicos, quer relativamente à questão custo/benefício, tendo em conta o recente agravamento do nível da dívida pública do país, quer em relação ao fraco envolvimento da sociedade civil e impactos sociais decorrentes.

Sobre as barragens em particular e o surgimento de vozes críticas no âmbito da sociedade civil cabo-verdiana, Ferreira (2015, p. 23) observa que:

---

<sup>11</sup> Briga protagonizada pelos grupos das Ilhas de Sotavento (liderado pela cidade da Praia, Capital do País) e o grupo das ilhas de Barlavento (liderado por São Vicente). Tendo em consideração que São Vicente vem atravessando nos últimos anos um período de relativo abrandamento da dinâmica socioeconómica, tem sido uma das ilhas que mais tem reclamado da urgente necessidade da regionalização do país, e uma distribuição mais equilibrada das oportunidades e investimentos pelas diferentes regiões.

Se a opção por uma agricultura moderna e inserida no mercado tem gerado resistências e conflitos, a própria opção pela construção de barragens enquanto meio de retenção e mobilização de água também tem suscitado o surgimento de algumas “vozes” contestatórias, sobretudo no seio de “especialistas” e na comunidade acadêmica, embora ainda sem grande impacto na opinião pública nacional (FERREIRA, 2015, p. 23)

Figura 7 - Barragem de Poilão (em Santiago) financiada pela China



Fonte: CS Design (2015)

Figura 8 - Barragem de Faveta (ilha de Santiago)



Fonte: CS Design (2015)

Os processos decisórios e de controle social de grandes investimentos, dado ao elevado potencial de impacto, deviam exigir das instituições responsáveis, um compromisso mais firme no estabelecimento de formas institucionais alternativas de participação, não manipuláveis pelos ciclos políticos ou outros aspectos que possam perigar a defesa dos interesses, tanto dos que beneficiam, como dos que são prejudicados pelas intervenções. Nesta ótica Cuenya (2009) argumenta que:

Tanto la concepción como el montaje y la gestión de los GPU deben prever mecanismos de participación del conjunto de actores involucrados, tanto de los beneficiados como de los perjudicados, para recoger sus opiniones y necesidades y buscar fórmulas de consenso. Para esto se recomienda generar nuevas formas institucionales que no estén sujetas a las vicisitudes de los tiempos políticos, de manera que se pueda asegurar la continuidad de las decisiones y la transparencia en la asignación de prioridades y de responsabilidades de actuación. Se aconseja revisar y adecuar el marco formal de las instituciones, creando instancias interinstitucionales de integración administrativa y de articulación entre los organismos públicos y la sociedad civil<sup>12</sup> (CUENYA, 2009, p. 249).

No entanto, apesar dos constrangimentos apontados e das vozes contrárias, algumas evidências apontam para uma boa avaliação destes investimentos pela população. As alterações na paisagem, a suposta criação de postos de trabalho e a contribuição para o “desenvolvimento”, são alguns motivos que apresentam, para manifestarem a sua satisfação nas redes sociais. A nível das comunidades radicadas na diáspora, o agrado se deve especialmente às infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, dado que, uma das suas antigas reivindicações, sobretudo os oriundos da ilha de Santiago, relacionava-se com a necessidade da construção de um aeroporto internacional na Capital do país, evitando a obrigatória e cansativa escala no aeroporto internacional do Sal, para todos que tinham como destino final, a Cidade da Praia ou outros Municípios do interior de Santiago. Igualmente, os entusiasmos nos atos de inaugurações, que normalmente são organizados com pompas e circunstâncias, com festas, músicas, atuações de grupos culturais e longos discursos dos representantes do poder e das instituições financiadoras, também indiciam esta satisfação. Muitas destas obras, têm sido

---

<sup>12</sup> (tradução) Tanto a concepção como a montagem e a gestão das GPUs devem fornecer mecanismos para a participação de todos os atores envolvidos, tanto os beneficiários quanto as partes lesadas, para reunir suas opiniões e necessidades e buscar fórmulas de consenso. Para isso, recomenda-se gerar novas formas institucionais que não estejam sujeitas às vicissitudes dos tempos políticos, para que a continuidade das decisões e a transparência na atribuição de prioridades e responsabilidades possam ser asseguradas. É aconselhável revisar e adaptar a estrutura formal das instituições, criando instâncias interinstitucionais de integração administrativa e articulação entre os órgãos públicos e a sociedade civil (CUENYA, 2009, p. 249).

apresentadas como “sinais de desenvolvimento” e aproveitadas como produtos de marketing para as campanhas eleitorais, havendo até situações de disputa pela sua autoria entre os poderes centrais e locais.<sup>13</sup>

Figura 9 - Inauguração das obras de Modernização do Porto da Praia



Fonte: CS Design (2014)

Portanto, o atual cenário urbano-regional do país desafia o poder público a conceber e implementar políticas públicas que promovam maior integração das comunidades que ainda estão excluídas no contexto da atual dinâmica do país, proporcionando-lhe mais possibilidades de escolhas, participação e qualidade de vida.

A questão é se os GPUs, se alinham dentro das estratégias e matrizes capazes de promover esses desígnios, promovendo mais empoderamento e participação das comunidades na definição de políticas públicas que lhes afetam e se projetos como o do empresário chinês

---

<sup>13</sup> O Aeroporto Internacional da Praia é exemplo de uma das obras que foi amplamente utilizada em campanhas eleitorais, como exemplo de obra de referência, e cuja autoria foi muito disputada entre o PAICV, partido no poder na altura e que liderou a execução da obra e o principal partido da oposição MpD e que é poder local na cidade da praia, que diz ter sido o autor do projeto de arquitetura

David Chow, serão os ideais para incentivar mais controle popular e gestão democrática dos grandes empreendimentos, contrariar o cenário de centralização e incentivar o tal “desenvolvimento” das ilhas, que os sucessivos governos têm prometido.

### 3 RENOVAÇÃO DOS INTERESSES DA CHINA EM ÁFRICA: QUATRO DÉCADAS DE RELAÇÕES COM CABO VERDE

#### 3.1 A ÁFRICA NOS INTERESSES DA CHINA

A China anunciou a criação de uma plataforma, designada de Iniciativa “Nova Rota da Seda” ou “*One Belt One Road*” (OBOR), lançada oficialmente pelo presidente chinês em 2015, convista a intensificar as relações comerciais entre as várias regiões como a Ásia Central, Rússia e Europa. Sobretudo na gestão de Xi Jinping, a China vem expandindo a sua influência político-econômica no mundo, controlando inúmeras instâncias de organismos multilaterais e adquirindo diversas empresas em escala global. Tem providenciado algumas alternativas aos mecanismos existentes, nomeadamente a criação de novos bancos de desenvolvimento (D’ATRI, 2017). Para a autora, o programa OBOR deve ser visto como uma tática geopolítica e econômica.

Com os países africanos que mostraram interesse, a China “respondeu, pelo menos retoricamente, em favor da sua inclusão”, no entanto, para isso acontecer “o apoio dos países africanos será fundamental, fornecendo segurança adequada para proteger o ambiente de investimento<sup>14</sup>”. Em face disso, é legítimo questionar quais serão os planos da China para a África e se a recente intensificação das suas relações com o continente terá alguma ligação com os interesses hegemônicos representados pela iniciativa OBOR.

Os interesses da China em África tiveram origem há aproximadamente seis décadas, no âmbito do movimento de resistência contra a colonização europeia.

De modo a agradar os países em desenvolvimento e se expandir no seio da comunidade internacional, a China delineou e executou a partir da Conferência de Bandung<sup>15</sup> em abril de 1955, uma política de “ajuda ao desenvolvimento” com o objetivo de fomentar a cooperação econômica e cultural de cariz afro-asiática (COOLEY, 1965; KYNGE, 2006). Supostamente

---

<sup>14</sup> Fonte: <http://theconversation.com/where-africa-fits-into-chinas-massive-belt-and-road-initiative-78016>, acesso a 5 de Janeiro de 2018

<sup>15</sup> A Conferência de Bandung foi uma reunião de 23 países asiáticos e seis africanos em Bandung (Indonésia), entre 18 e 24 de Abril de 1955, com o objetivo de mapear o futuro de uma nova força política global (Terceiro Mundo), visando a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos e da União Soviética. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia\\_de\\_Bandung](https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_Bandung), acesso a 14 de Janeiro de 2016.

com foco nestes interesses, a China começou a sua relação com o continente africano, disponibilizando apoio político e militar durante o período colonial. Esta parceria tem passado por diferentes fases, tendo priorizado, antes de 1990, a luta conjunta contra a hegemonia ocidental, com a China a ajudar a África em três frentes: nos movimentos nacionalistas com armas para combater a colonização, na edificação de grandes projetos de construção, como a Tazara Railway<sup>16</sup>, na saúde e educação, com envio de equipas médicas e fornecimento de bolsas de estudo para estudantes africanos estudarem na China (LOOY, 2006).

Na sequência da independência em África, a China disponibilizou-se em auxiliar as novas nações com projetos e recursos financeiros e técnicos que se revelaram como sendo importantes nos momentos iniciais de gestão autónoma destas. Nesta etapa da relação sino-africana, uma das supostas estratégias da China seria cultivar maior número de aliados possíveis, manter velhas amizades e consolidar o seu reconhecimento internacional, levando a melhor na sua disputa com Taiwan, que também estava ajudando os países africanos e ganhando a simpatia destes (YU, 2009).

Trata-se de uma relação historicamente caracterizada por sucessivos acordos de ajudas, consubstanciados em apoios da China que, alguns consideram como não sendo inocentes, muito menos ingênuos, mas com interesses circunstanciais de ambos os lados.

Na década de 1990, essa relação foi se reconfigurando de acordo com a conjuntura e os interesses de ambos os países e, atualmente ela está sendo caracterizada como mais “pragmática” por parte da China. A vertente económica, o comércio e os benefícios mútuos passam a ser centrais, embora, a China continue a apoiar vários países africanos com ajuda direta.

The formation of China's African policy has been shaped by both domestic and external factors, with a close relationship between the two. Ideology, economics, and political considerations have all contributed to the formation of policy, depending

---

<sup>16</sup> Ferrovia na África Oriental que liga o porto de Dar es Salaam na Tanzânia com a cidade de Kapiri Mposhi na Província Central da Zâmbia. A ferrovia de trilha única é de 1.860 km de comprimento e é operada pela Autoridade Ferroviária Tanzânia-Zâmbia (TAZARA). Os governos da Tanzânia, da Zâmbia e da China construíram o caminho-de-ferro para eliminar a dependência económica da Zâmbia em relação à Rodésia e da África do Sul, ambas governadas por governos de minorias brancas. O espírito teórico do socialismo pan-africano entre os líderes da Tanzânia e da Zâmbia e o simbolismo do apoio da China a países africanos recentemente independentes deram origem à designação da TAZARA como a "Grande Estrada "Uhuru", que é em Swahili significa liberdade. O projeto foi construído entre 1970 a 1975, financiado e apoiado pela China, tendo sido a ferrovia mais longa da África subsaariana e maior projeto de ajuda externa realizada pela China na época, com um custo de construção de US \$ 406 milhões. Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/TAZARA\\_Railway](https://en.wikipedia.org/wiki/TAZARA_Railway), acesso a 09 de Janeiro de 2018

upon the needs of the moment. In the 1960s and 1970s, África served as a battlefield between China and Taiwan over the question of sovereignty and who represented China, while in the 21st century economic issues were central, including securing access to African energy and commodity resources for China's economic development. In this sense, China's African policy has manifested a degree of flexibility and pragmatism. To achieve policy objectives, China has been innovative in its utilization of foreign policy tools, both hard and soft. Economic tools have been at the forefront of Chinese-African relations; three forms have been central: official aid, commercial trade, and investment. Cultural tools, the establishment of Confucius institutes in África, to create and present a constructive and encouraging image of China, have also been employed<sup>17</sup> (YU, 2009, p. 6).

Um conjunto de fatores estiveram na origem desta mudança de paradigma, particularmente o empoderamento econômico da China, que com uma taxa de crescimento anual de 7%, expandiu-se enormemente, elegendo o acesso aos recursos naturais como fundamental, para o seu crescimento econômico. A África, rica em recursos naturais, teria um papel importante a desempenhar nesta nova etapa, podendo também servir, simultaneamente, como mercado potencial para commodities manufaturadas de baixo valor da China (LOOY, 2006, p. 27).

No ano 2000, com o intuito de estreitar as relações sino-africanas, organizou-se em Pequim o I Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), passando a partir de então a ser realizado com uma frequência trienal, alternadamente na China e num país africano (HONG-MING, 2004). De acordo com Looy (2006, p. 26) em 2004, os investimentos chineses em África representaram mais de US \$ 900 milhões, com cerca de 700 empresas a operar em 49 países africanos, com as estatais a investirem principalmente em petróleo, minas, pesca, madeiras, metais preciosos e infraestruturas, bem como em setores que o ocidente negligenciou por supostamente serem menos lucrativos. Aponta como exemplo a reabertura pela China das minas de cobre da Zâmbia, bem como a exploração de petróleo ao largo da costa do Gabão.

---

<sup>17</sup> (tradução) A formação da política chinesa na África foi moldada tanto pela gordura doméstica quanto pela externa, com uma estreita relação entre as duas. Ideologia, economia e considerações políticas contribuíram para a formação de políticas, dependendo das necessidades do momento. Nos anos 60 e 70, a África serviu como um campo de batalha entre a China e Taiwan sobre a questão da soberania e que representava a China, enquanto no século 21 as questões econômicas eram centrais, incluindo o acesso à energia e aos recursos de commodities para o desenvolvimento econômico da China. Nesse sentido, a política chinesa na África manifestou um grau de flexibilidade e pragmatismo. Para atingir os objetivos da política, a China tem sido inovadora no uso de ferramentas de política externa, tanto rígidas quanto brandas. As ferramentas econômicas estão na vanguarda das relações sino-africanas; Três formas têm sido centrais: ajuda oficial, comércio e investimento. Ferramentas culturais, o estabelecimento de institutos de Confúcio na África, para criar e apresentar uma imagem construtiva e encorajadora da China, também foram empregados (YU, 2009, p. 6).

Hanauer e Morris (2014, p. 5-6), na sequência de questionamentos sobre o que é que a China quer da África, apontam quatro interesses estratégicos abrangentes: “1. Acesso a recursos naturais, em especial petróleo e gás 2. Mercados de exportações chinesas 3. Legitimidade política em fóruns internacionais e 4. Adesão à política "One China"<sup>18</sup> ”.

Independentemente das motivações que lideram o interesse da China pela África, a experiência deste relacionamento tem apontado o setor das infraestruturas como uma das grandes apostas da China em África (LOOY, 2006).

Quadro 4 - Projetos de ajuda chinesa predominantes em África

Projetos de Infraestruturas	Ferrovias, estradas, redes de telecomunicação
Construções;	Estádios, palácios, sedes de governação e escolas;
Fábricas;	Algodão e têxteis, madeira, óleo, cigarros;
Agricultura;	Tabaco, chá, produção de açúcar;

Fonte: adaptado de Looy (2006)

Para Hanauer e Morris (2014) este aspecto é justificado pelo fato da África ainda ser um continente com muita carência em matéria de infraestruturas:

Many african countries are particularly eager for foreign investment in infrastructure. Poor infrastructure,” according to a 2012 study by Ernst & Young, “is currently a major contributor to África’s underdevelopment. Compared with other developing regions, África has one-fifth the density of paved roads, two-thirds the density of total roads, and one-ninth the power generation capacity. To develop infrastructure that is on a par with other such regions, the World Bank assesses, África needs \$93 billion in infrastructure improvements each year<sup>19</sup> (HANAUER e MORRIS, 2014, p. 34).

Dados mais recentes mostram que a China contabiliza cerca de 3% do estoque de investimento direto em África (CHEN, DOLLAR e TANG, 2015), número que mostra que este

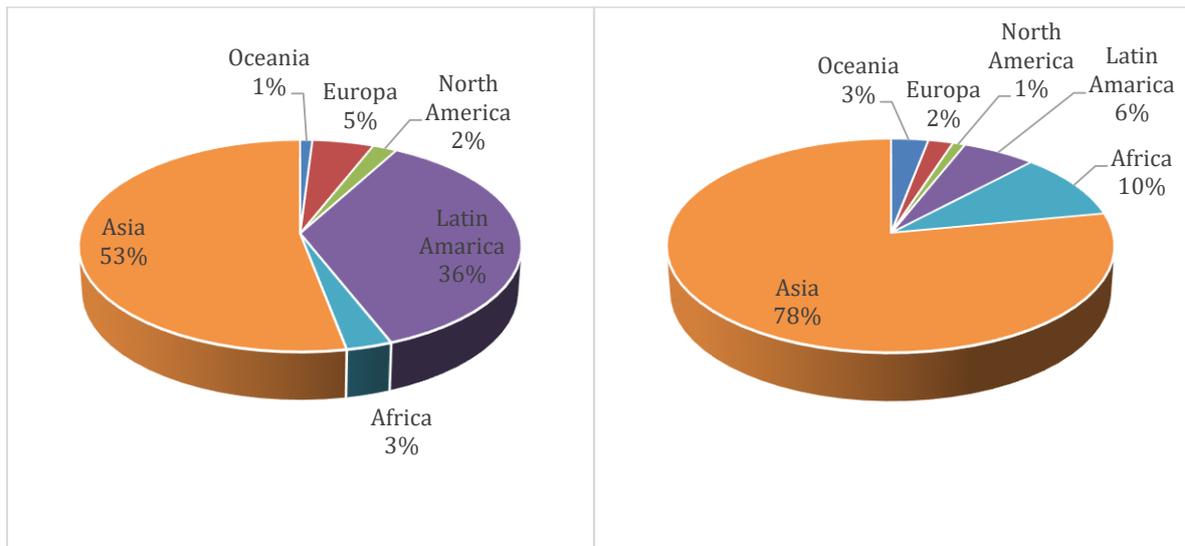
---

<sup>18</sup> O “One China principle” é o princípio que insiste em que Taiwan e a China continental são partes de uma única “China. Qualquer questão ligada à soberania e integridade territorial da China tem de ser decidida conjuntamente por 1,3 bilhões de habitantes chineses, incluindo 2.300 compatriotas de Taiwan. (YANPING, nd)

<sup>19</sup> Muitos países africanos estão particularmente ansiosos por investimentos estrangeiros em infraestrutura. Infra-estrutura deficiente”, segundo um estudo de 2012 da Ernst & Young, “é atualmente um grande contribuinte para o subdesenvolvimento da África. Em comparação com outras regiões em desenvolvimento, a África tem um quinto da densidade de estradas pavimentadas, dois terços da densidade do total de estradas e um nono da capacidade de geração de energia. Para desenvolver infra-estrutura que esteja em igualdade com outras regiões, avalia o Banco Mundial, a África precisa de US \$ 93 bilhões em melhorias de infraestrutura a cada ano.

investimento é em termos relativos, ainda francamente reduzido, embora esteja num rápido ritmo de crescimento. De 2003 a 2008 já se tinha notado uma notável reconfiguração nos destinos preferenciais do investimento direto chinês, a favor da África, reforçando a sua presença neste continente e na Ásia, em detrimento da América Latina (ILHÉU, 2010).

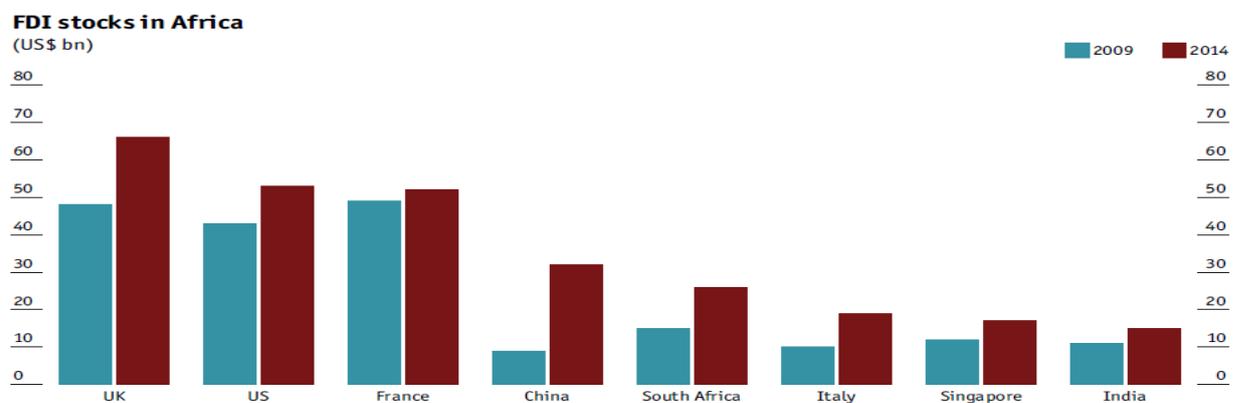
Figura 10- Evolução do investimento direto chinês por regiões (2003-2008)



Fonte: Adaptado, Ilhéu (2010)

Contudo, dados publicados pelo relatório do “*The economist intelligence Unit limited 2016*” mostram que, apesar do investimento direto da China em África ter aumentado substancialmente entre 2009 e 2014, ele é ainda amplamente ultrapassado por alguns países ocidentais, velhos parceiros da África como o Reino Unido, os Estados unidos e a França.

Gráfico 2 - Stocks do investimento direto chinês em África em 2009 e 2014



Fonte: The Economist Intelligence Unit Limit (2016)

O relatório da The Economist Intelligence Unit Limited 2016 aponta ainda que a China representa 20% das importações africanas totais, com taxas de penetração em níveis elevados para muitos países. Consta-se uma nítida evolução nas relações comerciais entre a China e a África entre 2006 a 2015 (gráfico 3), notando-se que em 2015 ocorre uma inversão da tendência ocorrida entre 2010 a 2014, das exportações africanas para a China ultrapassarem as importações, visto que em 2015 as importações ultrapassam claramente as exportações.

Gráfico 3 - Trocas comerciais africanas com a China (2006-2015)



Fonte: The Economist Intelligence Unit Limit (2016)

Chen, Dollar e Tang (2015) afirmam que a China continuará a ter sucesso em ligar a venda de instalações, máquinas e materiais, aos investimentos em grande escala em vigor, como projetos de extração de recursos naturais e infraestrutura em toda a África. Alertam ainda que o investimento chinês é atraído pela riqueza de recursos naturais, mas, não mais do que o investimento ocidental, “Chinese investment is attracted to natural resource wealth, but no more so than Western investment” (CHEN, DOLLAR e TANG, 2015, p. 16).

No entanto, o investimento chinês em África não é monolítico e cresce cada vez mais diversificado e dinâmico (SHEN, 2013). O estudo realizado por Shen (2013) evidencia um importante aspecto decorrente dessa evolução: o crescente papel desempenhado pelo setor privado, com um gradual aumento do número de firmas privadas chinesas na África, acompanhando a tendência geral de crescimento das empresas chinesas.

Gráfico 4 - Importância dos investimentos privados chineses em África (2000-2011)



Fonte: Shen (2013)

Enquanto as grandes empresas estatais se destacam muito no setor das infraestruturas, o setor privado domina o ramo manufatureiro não tradicional. O autor acrescenta ainda que a diversificação do investimento chinês na África tem jogado um papel importante no seu desenvolvimento, contribuindo sobretudo para a sua industrialização precoce e na criação de emprego. Para isso, se revelou fundamental a injeção de capital, tecnologia e ideias empresariais, possibilitado pelos investimentos privados chineses, fazendo com que estes sejam positivamente avaliados pelos países anfitriões africanos (SHEN, 2013).

Without question, China's stature and activism has been increasing in África. During the sixty years of relationship, and especially since the 1980s, China's interaction in terms of extensity and intensity with África has developed into a major global partnership. The developing bond has signaled China's global reach and influence *and* China's ascendancy, as a potential alternative, to the exiting Western dominated global culture and power structure<sup>20</sup> (YU, 2009, p. 31).

Contudo, à semelhança do que geralmente acontece com investimentos de cariz privado, também no caso chinês, tal como constata Shen (2013), as empresas privadas que

---

<sup>20</sup> Sem dúvida, a estatura e o ativismo da China têm aumentado na África. Durante os sessenta anos de relacionamento, e especialmente desde os anos 80, a interação da China em termos de extensão e intensidade com a África se transformou em uma grande parceria global. O laço em desenvolvimento sinalizou o alcance e a influência global da China e a sua ascendência, como alternativa potencial, à cultura global e à estrutura de poder dominadas pelo Ocidente.

investem em África têm como foco a obtenção de lucros, diferente dos muitos projetos de investimento liderados por empresas estatais, cujos interesses podem ter diversas motivações.

An interesting finding of this study is that not only the motives but also the basic behavior of private Chinese investors are similar to those of other international investors. They make decisions on where to invest by pretty much the same determinants, i.e., market gain, production cost saving, resource and raw materials access, and risks perceived, including those imbedded in the investment environment. In fact, one may argue that the surge in private Chinese investment overseas reflects less the rising economic power of China than China's integration into the international trade and investment market, whose dynamics press and incentivize all participating producers to move where they can produce at the lowest cost and the highest efficiency<sup>21</sup> (SHEN, 2013, p. 42)

No entanto, Chen, Dollar e Tang (2015) alertam que enquanto os investimentos do ocidente priorizam países com “boa governança”, a presença dos investimentos chineses nos ambientes considerados de má “governança” tende a ser elevada. De um modo geral, embora valorizam a estabilidade social e política, a China não parece atribuir um peso elevado às regras, leis e direitos de propriedade dos países beneficiários, alocando-se de forma não discriminatória entre os diversos ambientes considerados como bons ou maus em termos de “governança”.

Estes autores afirmam ainda que recorrendo a base de dados do Ministério do Comércio da China (MOFCOM - Ministry of Commerce), que contém registos de todas as empresas chinesas que investiram em África entre 1998 e 2012, foi possível identificar que as pequenas e médias empresas privadas chinesas atuam em todo o continente africano e que no conjunto dos seus investimentos, poucos optaram pelo setor do recursos naturais, havendo um predomínio do setor dos serviços, com algum destaque para o da fabricação (CHEN, DOLLAR e TANG, 2015).

Deixam evidenciar que empresas chinesas privilegiam setores mais intensivos em habilidades, mas menos intensivos em capital, “chinese firms invest in the more skill-intensive

---

<sup>21</sup> Uma descoberta interessante deste estudo é que não apenas os motivos, mas também o comportamento básico dos investidores chineses privados são semelhantes aos de outros investidores internacionais. Eles tomam decisões sobre onde investir por praticamente os mesmos determinantes, ou seja, ganho de mercado, economia de custo de produção, acesso a recursos e matérias-primas e riscos percebidos, incluindo aqueles embutidos no ambiente de investimento. De fato, pode-se argumentar que o aumento do investimento privado chinês no exterior reflete menos o aumento do poder econômico da China do que a integração da China no mercado internacional de comércio e investimento, cuja dinâmica pressiona e incentiva todos os produtores participantes a se moverem no menor custo e maior eficiência (SHEN, 2013, p. 42)

setors in skill-abundant countries, but the less capital-intensive setors in capital-abundant countries”, condições encontradas habitualmente em países politicamente instáveis, implicando incentivos mais fortes para maximizar lucros em ambientes mais difíceis (CHEN, DOLLAR e TANG, 2015).

As revealed by firm interviews in this study, to maintain their productivity and stay competitive in the global market, Chinese firms often face little choice but act in response to the changing global economic structures and conditions. Some do so by upgrading their products at home, others by moving the production to places that accommodate it better, including África<sup>22</sup> (SHEN, 2013, p. 42).

Como aspectos positivos dos investimentos privados chineses, o estudo feito por Shen (2013) revela que as empresas chinesas são de tamanho relativamente pequeno e, como tal, são rápidas e flexíveis na resposta ao mercado africano a que servem “They are incredibly adventurous, hardworking and practical, which help them in dealing with the harsh conditions in many frontier countries” (SHEN, 2013, p. 42). Como pontos fracos o estudo aponta o fato das empresas chinesas privadas terem ainda poucos anos de experiência de investimentos no exterior pelo que a maioria tem conhecimento limitado dos sistemas jurídicos e políticos em que atuam, e dificuldades com as línguas e culturas dos países de acolhimento, e, em alguns casos, limitam-se por manter uma forte tradição empresarial familiar (SHEN, 2013).

A África recebe uma pequena parte do total do investimento direto da China e de acordo com Shen (2013, p. 43), as empresas chinesas ainda possuem uma imagem negativa da África, “If anything, África still carries a generally negative image among Chinese firms as a distant, poor and unstable investment destination, resulting from both real problems and misperceptions”. Pelo que para se conseguir aumentar o bolo chinês de OFDI, o autor aconselha que os governos africanos devem manter um ambiente de investimento “aberto e amigável”, incentivando a concorrência e fornecendo um melhor suporte de infraestruturas, visto que o

---

<sup>22</sup> Conforme revelado por entrevistas firmes neste estudo, para manter sua produtividade e permanecer competitivas no mercado global, as empresas chinesas muitas vezes enfrentam poucas opções, mas agem em resposta às mudanças nas estruturas e condições econômicas globais. Algumas o fazem atualizando seus produtos em casa, outras transferindo a produção para lugares que a acomodam melhor, inclusive a África (SHEN, 2013, p. 42).

objetivo final não é apenas atrair mais investimentos privados chineses, mas mais benefícios para suas economias nacionais (SHEN, 2013).

### 3.2 A CHINA NOS DIFERENTES MOMENTOS DE CABO VERDE; BALANÇO DE QUATRO DÉCADAS DE RELAÇÃO OFICIAL

Apesar de estar bem posicionado entre os países da África Subsaariana, com uma das melhores classificações (122ª em 2015) no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>23</sup>, Cabo Verde encontra-se no final da lista das prioridades da política externa chinesa, provavelmente pela carência de recursos naturais e energéticos e limitado mercado. Pelo que, são comuns questionamentos sobre os interesses da permanência da China em Cabo Verde.

As seis décadas de relação com a China (quatro décadas de relação oficial), permitem evidenciar diferentes etapas, moldadas por diversos interesses e marcadas pelo apoio chinês na concretização de projetos de infraestruturação do país.

Para identificar as etapas que se evidenciaram nesta parceria, aproveitou-se a proposta apresentada por Tavares (2010) e fez-se a individualização de três momentos, baseando em factos e acontecimentos que marcaram ambos os países desde a década de 1960 até a atualidade, bem como a conjuntura internacional específica de cada fase. Essa aliança vai-se alterando ao longo do tempo, acompanhando os contextos e as oportunidades que vão surgindo, refletindo os interesses conjunturais e as estratégias de cada um.

#### 3.2.1 Primeira etapa: A independência de Cabo Verde, a China e os valores socialista: A diplomacia ao serviço da ideologia;

Considerou-se como primeira etapa, o período que antecede a independência nacional de Cabo Verde, particularmente a década de 1960, que marca o início do apoio à luta pela libertação, até 1975, ano da independência.

A China aparece no cenário da luta, como um dos principais apoiantes do processo emancipatório do país, pelo que nesta etapa, essa “cooperação” foi essencialmente militar. Esta

---

<sup>23</sup>Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015, disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf) acesso a 11 de Julho de 2017

fase está integrada dentro da etapa que Yu (2009) designou como “ a diplomacia ao serviço da ideologia “in the early years, following the founding of the People’s Republic of China in 1949, down to the end of the Cultural Revolution in the 1970s, ideology served as the central issue in Chinese foreign policy. The era was characterized by diplomacy serving ideology<sup>24</sup>” (YU, 2009, p. 9).

As duas grandes guerras que flagelaram a Europa durante a primeira metade do século XX, fragilizaram as nações europeias envolvidas, tornando-as incapazes de manter um domínio econômico e militar nas suas colônias. Estas fragilidades, articuladas a um movimento independentista, que se reorganizou na Conferência de Bandung, facilitaram o processo de negociação da independência das colônias, pelas antigas potências coloniais. Neste contexto, uma das principais marcas da conjuntura internacional do pós-guerra, foi o nascimento de diversas nações. Boa parte delas se constituíram, no seguimento da luta de povos asiáticos e africanos para se libertarem das potências colonizadoras, tendo contado, para isso, com o apoio tanto dos Estados Unidos como da União Soviética (TAVARES, 2010).

Para além destes aspectos, Carvalho (2012) destaca que no período do Estado Novo em Portugal (1932/74), Cabo Verde foi utilizado como destino para os adversários ao regime, que eram remetidos para a Colônia Penal do Tarrafal, atualmente Museu da Resistência na ilha de Santiago. Este fato contribuiu para acelerar nas ilhas, o processo de tomada de consciência da nacionalidade, em que o movimento literário Claridade<sup>25</sup> teve contribuição importante, a partir dos anos 1935/40 e que assumiu contornos políticos com a criação, em 1956, por Amílcar Cabral<sup>26</sup>, do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) que, a

---

<sup>24</sup> Nos primeiros anos, após a fundação da República Popular da China em 1949, até o final da Revolução Cultural na década de 1970, a ideologia serviu como a questão central da política externa chinesa. A época foi caracterizada pela diplomacia servindo a ideologia (YU, 2009).

<sup>25</sup> A Claridade é uma revista literária e cultural surgida em 1936 na cidade do Mindelo, que representou um marco fundamental na cultura cabo-verdiana, delimitando um antes e um depois no continuum histórico e literário das ilhas (FERREIRA, 1986)

<sup>26</sup> Amílcar Cabral foi um político, agrônomo e teórico marxista da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Foi líder fundador em 1956 do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) que veio a liderar a luta conjunta dos dois países para a independência.

partir de então, liderou a luta armada e política pela libertação e independência dessas duas colônias portuguesas.

Na luta pela independência, Cabo Verde revelou-se quase que uma arena de disputa entre grupos e países com interesses hegemônicos diversos, tanto do Leste como do Ocidente, tendo sido assediado, simultaneamente, pelos EUA e URSS, com permanentes que permaneceram nos anos subsequentes à independência.

Baralhando um pouco as disputas das duas potências (EUA e URSS), no sentido de garantir o alinhamento de Cabo Verde no âmbito das suas estratégias, marca presença também a China, aparentemente um aliado fiel de Cabo Verde nos seus períodos críticos. Num contexto em que a China se encontrava isolada no cenário internacional, a conquista e o apoio do continente africano parecia ser de fundamental importância para a sua projeção no plano internacional e Cabo Verde aparentava ser um dos focos de interesse do país asiático. A China aparece no contexto da luta como um dos principais apoiantes do processo emancipatório do país, concretizando o suporte militar ao PAIGC, na sequência de uma deslocação de Amílcar Cabral à China, em Agosto de 1960 (TAVARES, 2010).

A conferência de Bandung reforçou a cooperação sino-africana e estimulou o processo de descolonização. O empenho chinês na luta anticolonialista, constituía uma forma de assegurar futuras alianças e uma oportunidade de exportar a revolução para África, num período em que estava sobre fogo cruzado de Moscovo e Washington (TAVARES, 2010).

Para a África, a China representava ser um bom parceiro, pois, embora possuísse menor capacidade de apoio, tinha a vantagem da sua diplomacia privilegiar a relação com os países do terceiro mundo, considerando que comungavam dos mesmos interesses de Pequim (TAYLOR, 2006).

Contudo, de acordo com Tavares (2010) embora os princípios partidários do PAIGC convergiam, em parte, com a família socialista, este adotou uma política de não alinhamento e influência da sua política externa. O Estado atribui primazia às relações políticas e económicas suscetíveis de mobilizar ajuda externa, independentemente da ideologia.

Todavia, na sequência da independência nacional, as relações estabelecidas com os países socialistas terão deixado alguns sinais no seio da sociedade cabo-verdiana, visto que foram realizadas ações de formação dos quadros militares e civis, a nível superior e técnico, pelos países do bloco soviético e também pela própria China. Conforme referiu o diplomata cabo-verdiano Manuel Amante da Rosa, “As opções e alternativas eram escassas para o novel governo, pelo que, as primeiras alternativas, no que concerne à defesa e segurança, tenham sido

encontradas nos países do Bloco do Leste (GONÇALVES, 2010, p. 25). Sobre este assunto, o então Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez as seguintes considerações:

Nós não podemos mandar gente para a URSS ou Cuba e dizer as autoridades desses países: por favor não metam teoria marxista na cabeça das nossas gentes! O que se pode chamar marcas ideológicas eram inevitáveis num partido ou num sistema como o nosso. Eu pessoalmente, nunca me considerei marxista ou leninista. E, por iniciativa própria, cheguei a travar muita coisa nessa área. Por exemplo, com muita batalha, consegui que tivéssemos relações normais com os EUA (LOPES, 2002, p. 473)

O comportamento dos governantes cabo-verdianos, se apresentava como sendo duvidoso perante as duas potências - EUA e URSS. O que se deixava transparecer, na prática, era um relacionamento mais próximo entre o bloco soviético e o arquipélago, o que, provavelmente teria provocado alguma desconfiança da parte do Governo norte-americano (GONÇALVES, 2010, p. 26).

No caso concreto das relações entre Cabo Verde e a URSS, havia indícios de “contornos pouco claros”, tanto da parte da URSS como de Cabo Verde, pois os soviéticos apoiaram Cabo Verde antes e depois da independência, principalmente nos primeiros anos pós, em setores considerados importantes como a formação dos quadros. Porém, a contrapartida pretendida nunca foi abordada explicitamente e Cabo Verde nunca chegou a “oficializar” o seu alinhamento total com o bloco (GONÇALVES, 2010, p. 29)

Para Silva (2004) nos primeiros anos da independência, Cabo Verde parece ter o Partido a Leste e o Estado a Ocidente. Este aspecto é reforçado por Tavares (2010) quando afirma que:

De fato, verifica-se após à independência, uma maior aproximação ao ocidente do que em relação aos países do Leste, contrariamente à tendência dominante no período da luta de libertação, donde provinha a maior parte do apoio. Esta redefinição da estratégia diplomática, revela-se de extrema importância para o país, não só por potencializar a captação de recursos de ambos os blocos, mas, sobretudo, por criar um ambiente político-econômico estável e favorável ao desenvolvimento, precavendo, assim, o país de entrar nas contendas da guerra fria, como foram os casos de Angola e Moçambique (TAVARES, 2010, p. 102).

Para Graça (2009) há que se ter em conta, o estado em que foi encontrado o país, fortemente dependente do externo, agricultura atrasada e tradicional que nem satisfazia o mercado interno, uma indústria praticamente inexistente. Havia uma necessidade de arrumar a casa, para depois abri-la às visitas.

### 3.2.2 Segunda etapa: A China como um dos principais parceiros político e econômico: A diplomacia ao serviço da política e da economia;

Até os finais da década de 1980, vigorou no país um modelo de economia centralizado no Estado. A partir daí, este começou a dar sinais de falência, numa altura que o sistema vigente começa a sofrer algum desgaste interno, em paralelo com as mudanças que vão ocorrendo no contexto internacional. Neste âmbito, se depara com uma URSS em reformas com a Perestroika, em curso desde 1985, com o dirigente Mikhail Gorbatchev colocando em causa todo o regime intervencionista, fortemente estatizado. Do outro lado, temos Cabo Verde fortemente dependente do mundo ocidental e das remessas dos emigrantes (TAVARES, 2010).

Finda a Guerra-fria, há uma crescente intolerância interna ao unipartidarismo. Assim, com a queda do muro de Berlim em 1989 e a consequente falência do modelo soviético, o PAICV<sup>27</sup> se viu praticamente “obrigado” a alterar o rumo de governação do país com algumas propostas de abertura económica. Paralelamente, as pressões internas e internacionais fizeram com que se desse a abertura política no ano seguinte, com as alterações constitucionais que permitiram o surgimento de novos partidos políticos, sendo o MpD (Movimento Para a Democracia) um dos protagonistas deste processo.

Com a abertura democrática e a realização das primeiras eleições multipartidárias, a 13 de Janeiro de 1991, em que o MpD sai-se vencedor, com maioria qualificada, o país entrou numa nova era, surgindo um novo conceito de “Estado”, muito associado ao mercado e ao setor privado. É abandonado o modelo centralista, e com o suporte dos organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), as principais empresas públicas foram privatizadas. O Estado, paulatinamente, abandona o papel interventor na economia, dando assim, mais espaço à iniciativa privada. Os investimentos privados e estrangeiros ganham um grande destaque sobretudo, em setores das infraestruturas e turismo.

Tavares (2010) afirma que as vulnerabilidades endógenas do arquipélago, aliadas à dependência externa, remessas dos emigrantes, empréstimos concessionais, donativos e

---

<sup>27</sup>Depois de alcançar a independência, o PAIGC foi instituído como o único partido político legal da Guiné-Bissau e Cabo Verde. A 5 de julho de 1975, o PAIGC, partido binacional, que já estava no poder na Guiné-Bissau, tomou conta do Poder em Cabo Verde, passando ambos os países a viver sob o regime de partido único. Esta união foi mantida até ao golpe de Estado de 1980, em Bissau, que levou à cisão dos dois Estados, dando lugar a um novo partido, o PAICV, que passou a governar Cabo Verde a partir de 1981 (PEREIRA, 2013)

investimento direto estrangeiro – e a busca por um desenvolvimento sustentável, tornou-se um imperativo da política externa cabo-verdiana, desde os primórdios da sua emancipação, fazendo com que o país procurasse alargar o âmbito da sua política externa, estabelecendo relações e parcerias com diversos países e organizações multilaterais regionais e internacionais. Acrescenta ainda, que a cooperação internacional foi determinante para a sobrevivência de Cabo Verde como país autónomo, permitindo-lhe solucionar os problemas alimentares, melhorar o padrão socioeconómico das populações, a formação e qualificação de quadros e a infraestruturização em vários domínios (TAVARES, 2010, p. 159).

A suposta dependência em relação à cooperação internacional, potenciou o alargamento do leque de parceiros económicos, como alternativa para financiar o “desenvolvimento” nacional, num cenário de diminuição sistemática da ajuda internacional e das remessas dos emigrantes.

O conjunto de mudanças internas e externas nos respetivos países (implantação da democracia em Cabo Verde, as revoltas de Tiananmen, o fim da Guerra Fria e o fenómeno da globalização) acabou por ter impacto a nível da política externa. Face a isso, observa-se no início da primeira década do século XXI, um estreitamento gradativo dos laços políticos, económicos e culturais entre a China e Cabo Verde e evoluiu-se de uma cooperação essencialmente militar, no período da luta de libertação, para política no pós-independência, estribada no financiamento pontual de alguns edifícios públicos, para depois alargar-se para outras áreas, nomeadamente: saúde (envio regular de uma equipa médica prestando assistência à população), comércio, educação, agricultura, assistência técnica, parceria público-privado e cooperação descentralizada (TAVARES, 2010).

Por seu turno, a reforma económica que já tinha sido iniciada na China, nos finais dos anos 1970, torna-a cada vez mais poderosa, com implicações ao nível da política externa, lançando, assim, o processo de extroversão e internacionalização da sua economia e das empresas, o que a impeliu a estreitar os laços políticos e económicos com os mais variados países, principalmente os da sub-região africana e latino-americana, e a conquistar novos mercados e matérias-primas.

O crescimento económico, acima da média dos anos 1980 e 1990, reforçou o seu poderio económico e político rumo à potência global. Assim, a “cooperação desinteressada” com os demais atores políticos africanos, dos anos 1960 e 1980, foi progressivamente substituída por uma cooperação mutuamente benéfica. Esta nova retórica das autoridades chinesas, marca um novo período de relacionamento com os países africanos, cujas relações se vão estreitando em

função das prioridades governamentais e das conjunturas políticas. Com Cabo Verde, a instalação da embaixada em Pequim em 1995 (uma das primeiras embaixadas de países amigos no país), as relações foram reforçadas e evoluíram para outros patamares, superando os tradicionais laços políticos e os de cooperação institucional, alargando-se para o campo econômico, comercial, financeiro e empresarial.

O estímulo das autoridades chinesas, à internacionalização das suas empresas, contribuiu para o aumento do fluxo migratório em direção à África, particularmente Cabo Verde. É neste contexto que a diáspora chinesa começa a despontar em Cabo Verde, a partir da década de 1990, montando as primeiras lojas que foram crescendo e expandindo a nível nacional (MOTA, 2008).

De acordo com Tavares, (2010) sendo Cabo Verde um país credível, tendo relações com diversos países, logicamente que uma grande potência como a China, que tem a ambição de afirmar-se à escala internacional, através da internacionalização das suas empresas, interessa-lhe esse relacionamento, porque esta parceria possibilita-lhe reforçar a sua posição geopolítica e geoestratégica no mundo. Cabo Verde importa-lhe expandir as tradicionais relações político-diplomáticas e valer-se da disponibilidade da China enquanto aliado econômico.

### 3.2.3 Terceira etapa – Início da parceria estratégica China – Cabo Verde

As visitas oficiais do Primeiro-Ministro de Cabo Verde à China em Agosto/Setembro de 2004 e em Janeiro de 2006, no âmbito do Fórum Sino-africano e a visita do Ministro chinês dos Negócios Estrangeiros a Cabo Verde, em Janeiro de 2006, marcaram a diversificação, reforço e aumento da cooperação a novos domínios, nomeadamente: as telecomunicações, têxteis, turismo, comércio, empréstimos concessionais, *joint-ventures*, elevação do *credit rating* de Cabo Verde, reforço da cooperação na área de educação e um aumento considerável do volume dos projetos em *pipeline* (Tavares, 2010). Para Tavares (2010) a intensificação das relações Sino-cabo-verdianas, se enquadra no âmbito dos interesses estratégicos da China de vir a utilizar Cabo Verde como plataforma de penetração no mercado africano. A cooperação foi alargada em todas as áreas e a China elevou-se à categoria de parceiro estratégico de Cabo Verde (Tavares, 2010).

Portanto, de 1960 a esta parte, a cooperação Sino-cabo-verdiana tem prosperado e diversificado, a ponto da China converter-se num dos parceiros “estratégicos” de Cabo Verde, cujos resultados têm traduzido em investimentos em infraestruturas nos diferentes setores da

economia, ultrapassando já, a tradicional esfera pública para o privado, corporizando cada vez mais, o que se designou como “cooperação mutuamente benéfica”.

É nesta terceira etapa, aqui designada como a fase da “parceria estratégica”, que se assiste à criação de um conjunto de condições e incentivos, pelo governo chinês, para uma nova largada no âmbito do investimento privado chinês no país, diversificando os setores alvo de intervenção e assinando acordos para sua viabilização. Um dos setores incentivados foi o turismo, através da assinatura de um memorando de entendimento com a China em 2007, no sentido de se iniciar o intercâmbio turístico com este país e incentivar investimentos em empreendimentos turísticos.

Na sequência destas ações, começa-se a falar do Projeto Casino, do macaense David Chow, e cria-se um conjunto de expectativas e especulações sobre a sua contratualização. Este projeto, parece fazer-se acompanhar de uma carga simbólica, capaz de reconfigurar a já consolidada parceria entre os dois países, pelo que, se prevê o início de uma “quarta etapa” com base nesta referência.

#### 3.2.4 Projeto Casino: Início da 4ª etapa? Macau como ponte de ligação de Cabo Verde aos interesses da China

A identidade multicultural de Macau, moldada com a chegada dos portugueses em meados do século XVI, inspirou o enclave chinês a encarnar o ideal de ponte Oriente-Occidente (MENDES, 2013, p. 44). Passados cinco séculos, o território voltou ao controle da China, porém conservou as características lusófonas, que lhe permitiu, de acordo com Mendes (2013, p. 44) constituir-se “num peão embrenhado num jogo de sombras chinesas para alcançar interesses além-mar”, sendo oficialmente denominado como plataforma de ligação da China ao mundo lusófono (MENDES, 2013, p. 44).

Esta função atribuída a Macau, ganhou força quando em 2003, no âmbito da criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Macau foi constituído sede do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, por isso, este Fórum é conhecido como “Fórum Macau” (MENDES, 2013, p. 45). Na sequência, evidenciando uma vontade de “projetar a imagem e elevar o nível do Fórum” e suportar a cooperação multilateral, o governo chinês providenciou a criação do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, num valor de mil milhões

de USD, cujo capital inicial foi compartilhado pelo Banco de Desenvolvimento da China e pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização de Macau, ambos na qualidade dos investidores-pilar (*corner stone investor*) do Fundo (MENDES, 2013, p. 45).

O Fundo destinaria exclusivamente aos pedidos de investimentos e financiamento apresentados por empresas da China (incluindo a Região Administrativa Especial de Macau) e pelos Países de Língua Portuguesa, utilizando o capital como eixo de ligação para promover o desenvolvimento das empresas, o avanço da globalização e o crescimento econômico dos países envolvidos, concretizando uma importante medida adotada pelo Governo Chinês, para estimular e aprofundar a cooperação econômica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (MENDES, 2013, p. 53-54).

Foram inúmeras as hipóteses levantadas em relação aos objetivos subjacentes à criação deste Fórum pela China, desde a aproximação cultural, aprofundamento de parcerias econômicas com os Países de Língua Portuguesa (PLP), entre outras. Gaspar (2009) aponta o Fórum como via para “a consolidação das relações entre a China e os PLPs” mas vai mais longe quando refere que em troca a China quererá destes países uma espécie de “lealdade no sistema internacional”:

A institucionalização, permanência, os eventos e a troca de visitas, que se processam por meio de Macau, têm como objetivo central o conhecimento mútuo, a construção de confiança, que depois resultam numa maior influência política da China sobre estes países, que lhe ficam a dever alguns “favores”. Nesta lógica de reciprocidade é natural que a China, em troca de receber os PLPs em sua casa, dos investimentos, das construções de infraestruturas, do tratamento preferencial nas trocas comerciais, entre outras concessões que faz a este grupo de países, espera receber dos PLPs, a sua lealdade no Sistema Internacional (GASPAR, 2009, p. 27).

De acordo com Júlio Morais, primeiro embaixador residente de Cabo Verde na China, com Cabo Verde, as relações de amizade e cooperação duram décadas, tendo se iniciado com a chegada dos primeiros emigrantes cabo-verdianos para trabalhar na função pública macaense, bem antes da transição em 1999 e, alguns, mesmo antes da independência de Cabo Verde. O Fórum Macau, terá proporcionado, mais condições para uma maior aproximação entre os dois povos. Para Morais, a criação do Fórum Macau permitiu intensificar as relações entre Cabo Verde e Macau, particularmente os contatos a nível da cooperação econômica, cultural e técnico-institucional e tem contribuído para dar a conhecer Cabo Verde na RAEM (Região

Administrativa Especial de Macau) e no Delta do Rio das Pérolas, até então não muito conhecido pela China<sup>28</sup>.

No XII Encontro para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP) realizado em Cabo Verde, na cidade da Praia, a diretora – geral adjunta do Ministério do Comércio da China, Kang Wen, exaltou a participação do país, que embora pequeno já organizou três edições deste encontro:

Cabo Verde é um país, e membro, muito importante no Fórum Macau. E o Governo cabo-verdiano, inclusive os dois delegados indicados nesse Fórum e o ex-secretário-geral de Cabo Verde, têm dado um apoio muito forte para esse mecanismo que é o Fórum Macau, e em algumas atividades realizadas no âmbito desse Fórum. Embora seja um país pequeno, já realizou três edições deste encontro para a Cooperação Económica e Comercial no âmbito do Fórum de Macau, e não é qualquer país que pode fazer isso<sup>29</sup>

Essa aproximação, tem possibilitado a assinatura de alguns acordos no setor do ensino superior, nomeadamente na cooperação científica e pedagógica com o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação (MESCI) de Cabo Verde e o Instituto Politécnico de Macau (IPM), concernente à mobilidade dos alunos cabo-verdianos para o IPM, à concessão de bolsas de estudos, à mobilidade de docentes, intercâmbio cultural e cooperação para o desenvolvimento científico e pedagógico nos domínios da língua e cultura chinesas e gestão de jogos de casino (5 vagas do curso de licenciatura em língua chinesa e outras 15 para o curso de licenciatura em gestão de jogos e diversões, bem como para a formação de profissionais de casino, em Dealer Skills e Slot Skills)<sup>30</sup>.

Em 2015, a Uni-CV (Universidade de Cabo Verde) assina com a Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão, um protocolo para a instalação do Instituto Confúcio em Cabo Verde, um dos primeiros do país que incentiva a promoção da língua e da cultura chinesa. O Ministério da Educação e o Instituto Confúcio da Uni-CV assinaram, em 2017, um protocolo de cooperação, para que seja introduzido, no ano letivo 2017/2018, o idioma Mandarim, como língua estrangeira opcional no Sistema de Ensino Cabo-verdiano, visando construir oportunidades e, desse modo, permitir uma maior aproximação cultural (MADEIRA, 2015).

---

<sup>28</sup>Fonte: Revista Macau nº44, 2015. Disponível em: <<http://www.revistamacau.com/2015/06/15/cabo-verde-ha-condicoes-para-catapultar-a-parceria-bilateral-a-novos-patamares/>>. Acesso em: 2017.

<sup>29</sup>Fonte: <http://anacao.cv/2017/06/17/china-mostra-abertura-cabo-verde-integrar-one-belt-one-road/>, acesso a 12 de janeiro de 2018

<sup>30</sup>Fonte: <http://www.asemana.publ.cv/?Cabo-Verde-e-Macau-assinam-acordo-de-cooperacao-cientifica-e-pedagogica&ak=1>, acesso a 13 de Janeiro de 2013

O embaixador Júlio Morais, acrescentou ainda que “hoje podemos falar de evidentes avanços, já traduzidos na projeção de investimentos concretos em Cabo Verde, estando agendado para breve o início da execução de “um grande projeto” de turismo imobiliário e entretenimento na Praia, capital de Cabo Verde, por um conhecido grupo econômico de Macau, referindo-se ao Projeto Casino de David Chow<sup>31</sup>. Este terá manifestado interesse na materialização deste projeto e de outros investimentos turísticos, na sequência de uma estadia em Cabo Verde em 2002, enquanto cônsul honorário de Cabo Verde em Macau. Aparentemente, o empresário já vinha desenvolvendo contatos com Cabo Verde e já tinha adquirido o estatuto legal de cidadão cabo-verdiano, com a aquisição da nacionalidade e do passaporte deste país. Anos mais tarde, entre 2005-2006, apresenta a proposta do Complexo Turístico Integrado da Gamboa e ilhéu de Santa Maria.

De recordar que, Macau é conhecido como um país, com vasta experiência na área de jogos e dos casinos, nos quais, anexando o turismo, tem suportado a sua economia nos últimos anos. Pelo que, questiona-se, se eventualmente não haverão interesses por parte deste empresário em reproduzir em Cabo Verde o mesmo modelo que Macau conhece e domina.

O empresário já manifestou ter encontrado em Cabo Verde, um conjunto de vantagens, destacadamente a sua localização estratégica nas proximidades de potenciais mercados atrativos. Mesmo o Brasil, onde o jogo não é autorizado, conforma-se como um provável consumidor, por conta da vizinhança geográfica e afinidades histórica, cultural e linguística com Cabo Verde. Pelo que, configura ser pretensão do empresário, fazer de Cabo Verde, a médio/longo prazo, o “Macau” da África, na mesma linha, que este país tem sido visto, na Ásia, como “Las Vegas asiática”. O recente interesse, manifestado pelo empresário, em abrir um banco em Cabo Verde, que possa garantir posteriores investimentos da sua empresa, se encaixa bem nesta hipótese.

David Chow, na qualidade do Presidente da *Legend Globe Investment Company*, assinou com a Embaixadora de Cabo Verde em Pequim, um memorando de entendimento com vista a abrir uma instituição de crédito - Banco Sino-Atlântico - considerando que o setor financeiro tem sido um instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico do arquipélago.

---

<sup>31</sup>Fonte: Revista Macau n°44, 2015. Disponível em: <http://www.revistamacau.com/2015/06/15/cabo-verde-ha-condicoes-para-catapultar-a-parceria-bilateral-a-novos-patamares/>, acesso a 16 de Outubro de 2017.

Depois do lançamento do Complexo Turístico do Ilhéu de Santa Maria, um projeto avaliado em 250 milhões de euros, que representa quase 15 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde, o empresário radicado em Macau promete continuar a investir no país em áreas como a banca, protecção ambiental e agricultura. A abertura de um banco figura como o primeiro passo concreto, depois de ter revelado que submeteu, na sexta-feira, o pedido de autorização para o efeito, junto do banco central cabo-verdiano. O pedido surge na sequência da assinatura, em Junho, de um memorando de entendimento, com o Governo de Cabo Verde, para a criação de uma instituição de crédito denominada Banco Sino-Atlântic<sup>32</sup>.

Por outro lado, o facto do empresário David Chow, ter sido acompanhado pelo chefe do executivo de Macau, aquando do lançamento da primeira pedra do Projeto Casino em Cabo Verde, pode evidenciar algum interesse deste governo, em criar mais condições para que Cabo Verde, receba mais investimentos de Macau e tenha mais participação nos planos de alargamento da área de influência geopolítica e econômica da China.

O país que, eventualmente, goza de alguma credibilidade internacional, foi destacado por David Chow, como potencial plataforma de ligação entre Macau e os PLPs e com o próprio continente africano. Aproveitando-se da sua posição dentro das organizações regionais e internacionais, Cabo Verde apresenta-se estrategicamente, na sua relação com a China, como um país com elevado valor geopolítico, que o singulariza de outros espaços, possibilitando-lhe, a aproximação geográfica a importantes zonas geopolíticas e geoeconômicas, em particular do continente africano (MADEIRA, 2015). Logo, não seria de todo inconcebível, que este pequeno país (em parceria com Macau) tivesse algum papel a desempenhar no quadro dos planos geopolíticos e econômicos da China, evidenciados no ambicioso programa One belt, one road.

Esta hipótese é reforçada pela diretora-geral adjunta do Ministério do Comércio da China, Kang Wen, que garante que Cabo Verde tem toda a abertura, por parte do Governo do seu país, para integrar também o projeto “One Belt One Road”.

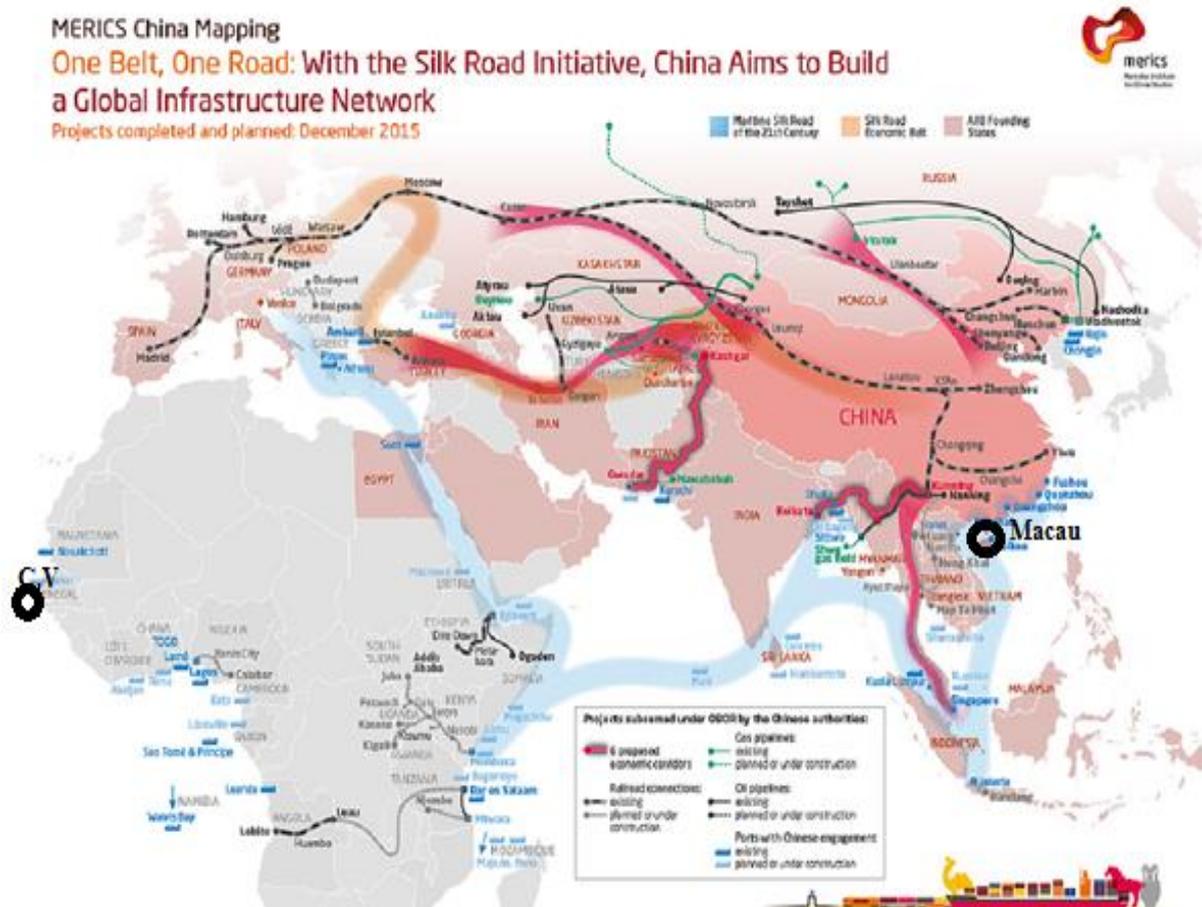
Embora Cabo Verde não seja um país envolvido no início da proposta da iniciativa, One Belt One Road, mesmo assim, também pode participar. Essa iniciativa é aberta e inclusiva. Se Cabo Verde aceitar, o conceito dessa iniciativa, isto é a negociação, construção e partilha conjunta, pode participar e negociar diretamente com o Governo chinês sobre os meios de participação<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup>Fonte: <https://hojemacau.com.mo/2018/02/21/david-chow-promete-investir-mais-em-cabo-verde/>, , acesso a 20 de Fevereiro de 2018

<sup>33</sup>Fonte: <http://anacao.cv/2017/06/17/china-mostra-abertura-cabo-verde-integrar-one-belt-one-road/>, acesso a 12 de janeiro de 2018

Figura 11 - Iniciativa one belt one road (OBOR), projetos realizados e planejados (2015)



Fonte: Merics China Mapping (2015)

A ideia do One Belt One Road – de reestabelecer rotas de comércio e promover o desenvolvimento de infraestruturas, ao longo dessas rotas – foi lançada em Setembro de 2013 e oficialmente anunciada pelo presidente Xi Jinping em 2015. Belt se refere à antiga Rota da Seda terrestre, que liga a China à Ásia Central e à Europa. Ao total, são 6 corredores principais: Ponte da nova Eurásia (do Oeste da China para Oeste da Rússia), China-Mongólia- Rússia (do Noroeste da China para o Sudeste da Rússia), China-Ásia Central-Ásia Ocidental (do Oeste da China para a Turquia), China-Península Indochina (do Sudoeste da China para Singapura), Bangladesh-China-Índia-Myanmar (do Sudoeste da China para a Índia), China-Paquistão (do Oeste/ Sul da China para o Paquistão). E Road se refere à rota marítima, da China através do Sudeste Asiático para o Oceano Índico, chegando ao Mediterrâneo. Recentemente, houve maiores detalhamentos das rotas China-Oceano Índico-África-Mediterrâneo, China-Oceania-Sul do Pacífico e China-Europa-Oceano Ártico. Com objetivos

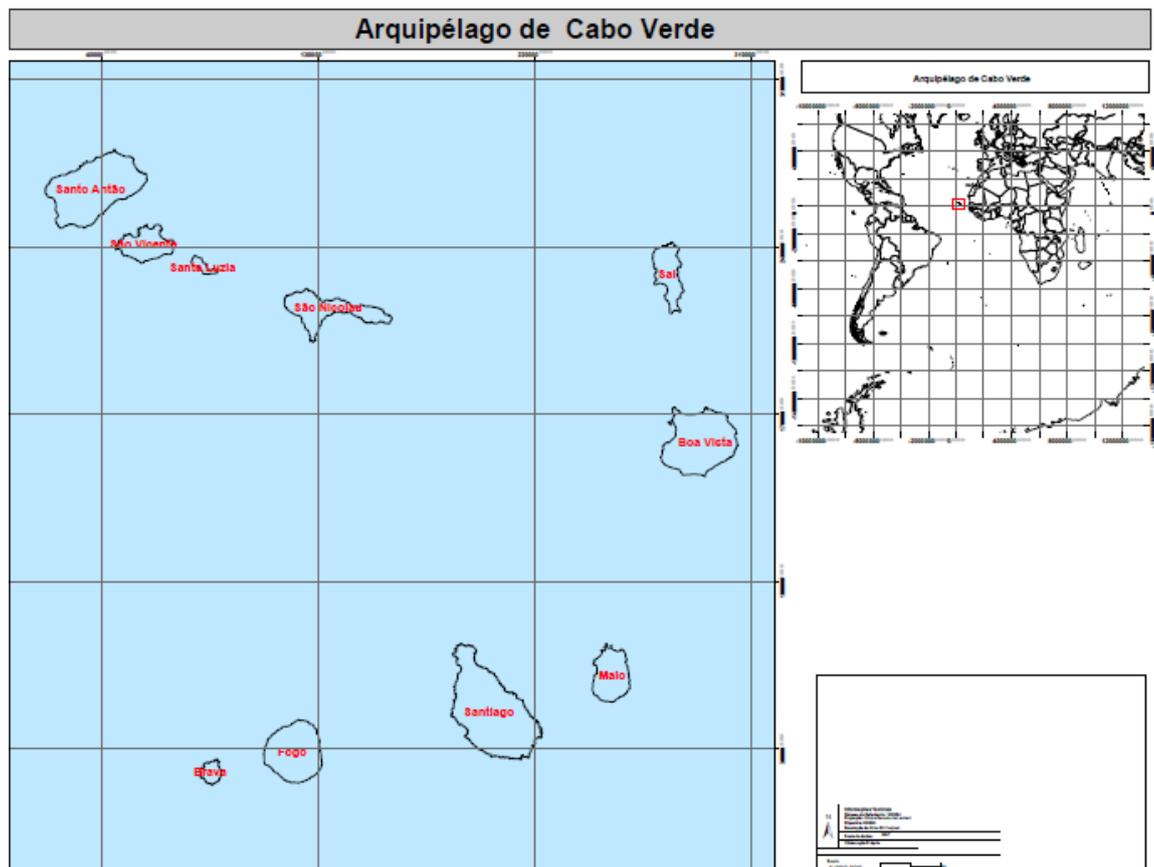
múltiplos, como o fortalecimento da diplomacia econômica, a abertura e promoção do comércio e a estratégia de desenvolvimento interno, há 68 países envolvidos até agora (não se restringindo aos limites geográficos dessas rotas) em 270 projetos concretos, que somam aproximadamente US\$ 900 bilhões (D'ATRI, 2017).

## 4 DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS EM CABO VERDE: TENDÊNCIAS PARA O REFORÇO DA CENTRALIZAÇÃO PRAIA

### 4.1 AS VULNERABILIDADES DE CABO VERDE FACE À SUA CONDIÇÃO INSULAR

Cabo Verde é um arquipélago, de origem vulcânica, situado no Oceano Atlântico, a 500 milhas da costa do Senegal, mesmo à frente do cabo do mesmo nome, que forma o extremo ocidental do continente africano.

Figura 12 - Arquipélago de Cabo Verde



Fonte: A autora, com base nos dados do INGT

Com uma superfície total de 4.033 Km<sup>2</sup>, o arquipélago é constituído por dez ilhas e oito ilhéus, subdividindo-se, as ilhas, em dois grupos: Barlavento e Sotavento, de acordo com os ventos dominantes. A norte, as ilhas do Barlavento (ilhas ao vento) integram Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista. Ao Sul, as ilhas de Sotavento (ilhas sob o

vento) são formadas por Maio, Santiago, Fogo e Brava. Em termos de poder político, Cabo Verde possui dois níveis: o nacional, ao qual correspondem os órgãos de soberania e o municipal, com os órgãos do poder autárquico. Nas ilhas com um único Município, existe coincidência entre a base geográfica e a base política (TOLENTINO, 2016).

O municipalismo é antigo em Cabo Verde e prosperou depois da independência nacional. Porém, em poucos anos, com motivos e métodos questionáveis, o número de Municípios passou de 14 para 22 e a freguesia, que foi um esboço de autarquia inframunicipal, combinando a tradição da igreja católica com o Estado laico, desaparece, no vazio de poder, em que vivemos localmente. Por conseguinte, o Município é uma ilha cercada de quase nada. Com dois níveis de administração, o Central e o Municipal, temos de discutir e decidir sobre a regionalização, o reforço de municipalismo e o destino da freguesia (TOLENTINO, 2016, p. 170).

Por altura da Independência Nacional, contava com 13 Municípios e 31 freguesias, situação que se manteve inalterada até Dezembro de 1991, aquando da criação do Município dos Mosteiros, na ilha do Fogo. O até então Município do Fogo, foi dividido em Município de São Filipe e Município dos Mosteiros (CARVALHO, 2012).

A divisão oficial, desde 2005, contempla 22 Municípios e 32 freguesias (com funções meramente religiosas). As ilhas de Sotavento possuem 14 Municípios e 18 freguesias, com a sua sede na cidade da Praia, também capital do país, na Ilha de Santiago. Apenas 04 ilhas possuem mais de um Município, das quais Santiago tem 09: Praia, Ribeira Grande de Santiago, São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Santa Catarina de Santiago, Santa Cruz, São Miguel e Tarrafal de Santiago; Santo Antão tem 03: Ribeira Grande de Santo Antão, Paul e Porto Novo; Fogo tem 03: São Filipe, Santa Catarina do Fogo e Mosteiros; São Nicolau tem 02: Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau.

As restantes, São Vicente, Sal, Boavista, Maio e Brava são Ilhas-Municípios, tendo cada um deles o nome da ilha em que se situam. A 10ª ilha e a mais pequena do arquipélago é Santa Luzia, que não é ainda habitada e encontra-se sob a jurisdição do Município de São Vicente.



Fonte: Página Turismo sustentável em Cabo Verde (facebook), acesso a 3 de Fevereiro de 2018

Figura 14 - Praia de Tarrafal, ilha de Santiago



Fonte: Página Turismo sustentável em Cabo Verde (facebook), acesso a 3 de Fevereiro de 2018

A orografia é em geral extremamente acidentada e caprichosa (exceção de Sal, Boa Vista e Maio), sendo raras as regiões planálticas e frequentes os cones vulcânicos, com crateras ou caldeiras, relativamente, bem conservadas. A acidentada orografia, dificulta a articulação interna de cada uma das ilhas, a implantação adequada de assentamentos humanos, condicionando o planeamento e o ordenamento do território.

Figura 15 - São Lourenço dos Órgãos, Ilha de Santiago



Fonte: Página Turismo sustentável em Cabo Verde (facebook), acesso a 3 de Fevereiro de 2018

Figura 16 - Ilha de São Vicente



Fonte: Página Turismo sustentável em Cabo Verde (facebook), acesso a 3 de Fevereiro de 2018

Figura 17 - Ilha de Boa Vista



Fonte: Página Turismo sustentável em Cabo Verde (facebook), acesso a 3 de Fevereiro de 2018

Figura 18 - Ilha do Maio



Fonte: Página Turismo sustentável em Cabo Verde (facebook), acesso a 3 de Fevereiro de 2018

A cidade da Praia localiza-se na parte sul da ilha de Santiago, a maior com 991km<sup>2</sup>, onde reside a maioria da população. A origem da cidade é relacionada com um desembarque de escravos, no porto da Praia em 1515, culminando com a constituição de um aglomerado, no

alto de uma reduzida achada (Plateau), cujas encostas abruptas funcionavam como proteções naturais, permitindo que, gradativamente, o então povoado se desenvolvesse, aproveitando-se também da decadência da “vila” de Alcatrazes (primeira cidade fundada pelos europeus nos trópicos), e da migração da população da cidade de Ribeira Grande. A transferência oficial da capital de Ribeira Grande para Praia de Santa Maria, deu-se em 1770 (MONTEIRO, VEIGA, *et al.*, 2012).

Ao longo da História de Cabo Verde, houve inúmeras propostas, de passagem da capital de Praia para outros lugares, particularmente para Mindelo, (durante o séc. XIX), mas sem sucesso. Por meio de um decreto de 1858, que eleva a vila da Praia à cidade, esta ocupou definitivamente este estatuto.

Do ponto de vista geográfico, a Praia é constituída por planaltos (designadas por achadas) e vales, destacando-se no seu contexto, o planalto que constitui o centro da cidade, e que por longos anos foi considerado, como sendo a cidade, o *Plateau*. Depois da independência, a cidade sofreu um *boom* demográfico, e passou-se a considerar a cidade como sendo o *Plateau* e todas as zonas circundantes.

Com aproximadamente meio milhão de habitantes<sup>34</sup>, embora com uma expressiva comunidade na diáspora, que segundo dados informais, se calcula ser superior à população residente nas ilhas<sup>35</sup>, Cabo Verde é conhecido como sendo desprovido de recursos minerais, com apenas 10% de todo o território considerado terra arável. A sua economia é essencialmente terciária, com o setor dos serviços e comércio a ocupar mais de 70% da produção interna. O comércio grossista e retalhista, a utilização dos portos e aeroportos e o turismo constituem atividades relevantes. O turismo é considerado um dos principais vetores de crescimento económico, afirmando-se como uma fonte de receita importante. O crescimento do turismo, contribuiu substancialmente, para o forte desempenho económico de Cabo Verde na década de 2000<sup>36</sup>.

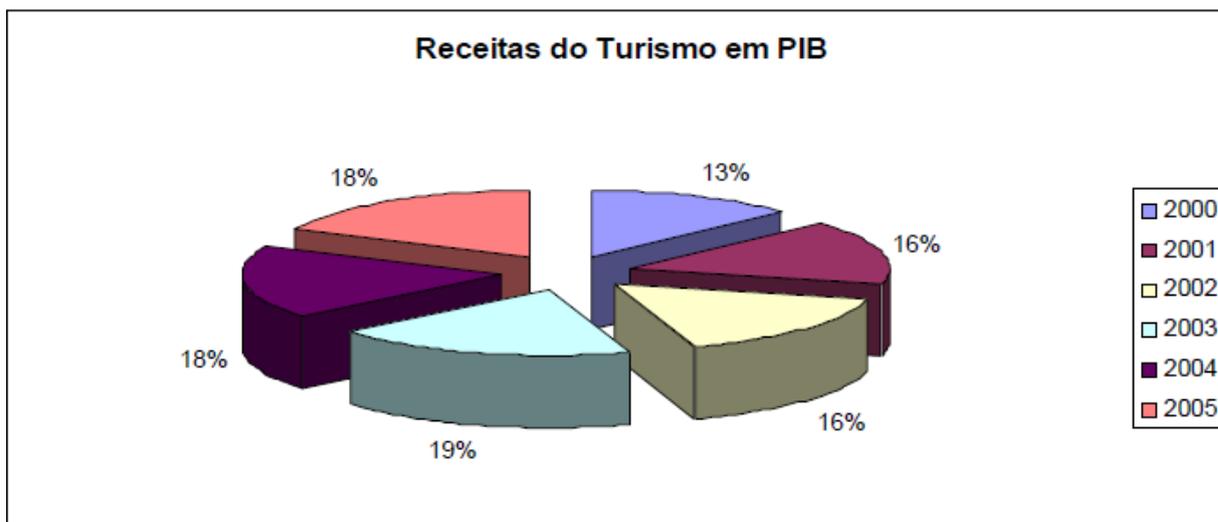
Figura 19 - Evolução das receitas de turismo em PIB

---

<sup>34</sup>Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2010

<sup>35</sup> Estima-se que aproximadamente 1 milhão de cabo-verdianos vivem na diáspora, contudo esses números não são exatos dado as dificuldades que as comunidades na diáspora ainda se deparam para a sua quantificação em base de dados.

<sup>36</sup>Fonte: Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação de Cidades, resolução nº24/2012



Fonte: Barros (2007)

Apesar do clima árido e do terreno montanhoso, Cabo Verde tem registado taxas de crescimento económico de algum destaque, no contexto do continente africano, o que em grande parte, tem sido associadas, ao bom desempenho da indústria do turismo. De acordo com informações do Banco Mundial, o crescimento do rendimento interno bruto (PIB) per capita teve uma média de 7,1% entre 2005 e 2008, bem acima da média para a África Subsariana e para pequenos estados-ilhas.

Cabo Verde atingiu um patamar que o permitiu saltar, com base na proposta das Nações Unidas, para País de Rendimento Médio, a partir de 2004. As consequências deste novo “estatuto” seriam a perda de ajuda ao desenvolvimento e empréstimos concessionais (taxas de juros mais baixos e período de amortização de dívidas mais alargados), junto dos parceiros e das organizações multilaterais. Tendo em consideração as suas supostas vulnerabilidades, a diplomacia cabo-verdiana negociou com as Nações Unidas, o alargamento do período de transição de modo a amortecer os possíveis impactos negativos, que tal promoção poderia significar. Por fim, ficou decidido que, passaria, efetivamente, a País de Rendimento Médio, a partir de Janeiro 2008 (TAVARES, 2010).

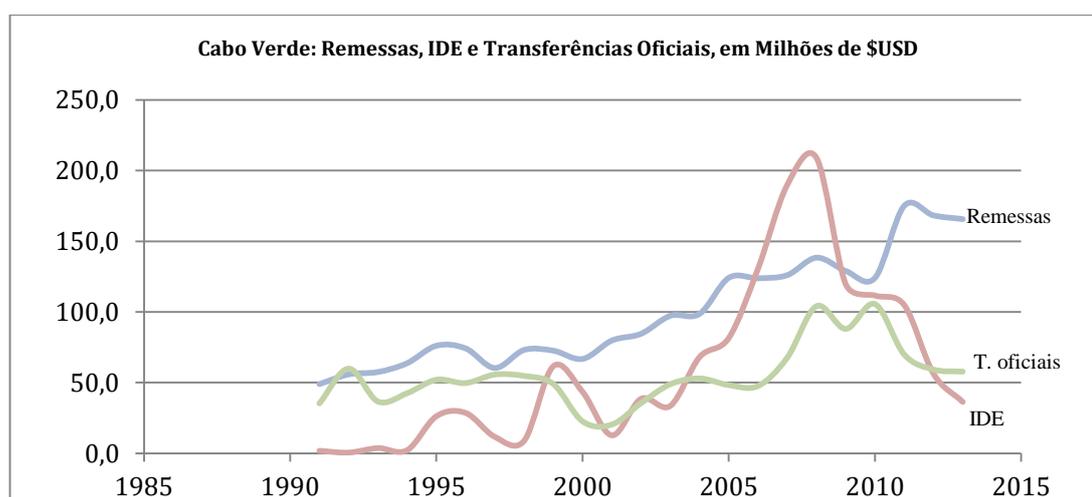
Porém, nos últimos anos, o crescimento tem-se desacelerado, associado a um abrandamento do turismo, resultante do fraco crescimento na Zona Euro, escasso investimento

direto estrangeiro (IDE) bem como o elevado desemprego e vulnerabilidades no setor bancário, contribuindo para “a fragilização da confiança dos consumidores e do investimento interno”<sup>37</sup>.

Convém observar, que Cabo Verde tem sido destacado pelas suas vulnerabilidades e fragilidades, dado à suposta dependência em relação a três fatores (turismo, remessas de emigrantes e as “ajudas” dos países “amigos”) classificados como sendo “exógenos” e portanto não de domínio interno e que associados às vulnerabilidades internas, provocadas pelo fator insularidade e clima (seco), aumentam as fragilidades do país, colocando em causa, o relativo “sucesso” dos seus indicadores de crescimento econômico.

O gráfico 5 compara o comportamento das remessas dos emigrantes, Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e Transferências Oficiais entre 1990 e 2015. Pode-se observar que, entre 1990 a 2006, as remessas de emigrantes ultrapassam os valores das transferências oficiais e do IDE. O IDE atinge um brusco pico entre 2006 e 2010, (o que poderá em parte explicar o crescimento de 7.1% entre 2005 e 2008) com valores, significativamente superiores, às outras duas variáveis. Passa de um valor aproximado de 35 milhões de dólares em 2004, para valores superiores a 200 milhões de dólares em 2007. De destacar, que o comportamento do IDE, durante este período, se mostra bastante instável, relativamente às outras duas variáveis, pois depois do pico em 2007/8, volta a registar um valor aproximado de 35 milhões de dólares em 2014.

Gráfico 5 - Remessas dos emigrantes, IDE e transferências oficiais em Cabo Verde (1990-2015)

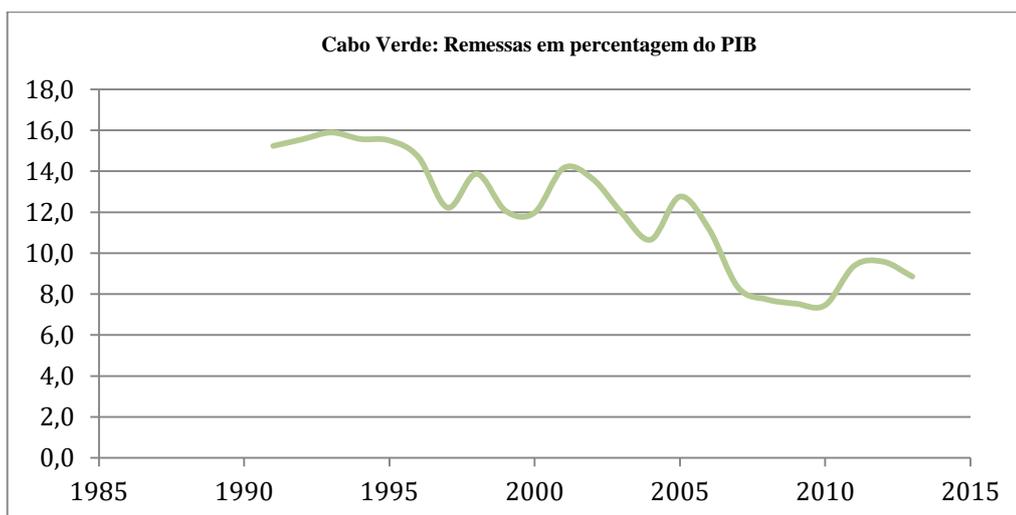


Fonte: Santo (2015)

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>, retirado em 20 de Junho de 2016

O gráfico 6 mostra os valores das remessas dos emigrantes, em percentagem do PIB, entre 1990 e 2015, e embora com uma tendência decrescente, denotam um peso significativo no contexto do PIB e da economia nacional (SANTO, 2015, p. 2).

Gráfico 6 - Cabo Verde: Remessas de emigrantes em percentagem do PIB



Fonte: Santo (2015)

Para Santo (2015, p. 2) a desaceleração das remessas ocorridas entre 2002 (13,6%) e 2009 (7,5%), coincide com uma significativa diminuição das remessas provenientes dos EUA, que representam 60% dos emigrantes cabo-verdianos”.

A seca, apontada como um outro fator de vulnerabilidade do país, terá contribuído para que a emigração, tivesse acompanhado de perto a trajetória de Cabo Verde. As sucessivas situações de secas, que em determinados períodos, provocaram crises de fome, terão contribuído para que a emigração ganhasse a importância que tem hoje no país (CARREIRA, 1983).

Estimativas internacionais colocam Cabo Verde entre os cinco países com maiores taxas mundiais de migração. Este indicador (diferença entre o número de imigrantes e emigrantes por mil habitantes) foi de -11,67 em 2010, o que quer dizer que 11,67 pessoas, por cada mil residentes, incluindo imigrantes, deixaram o arquipélago, que ocupou assim, o 155º lugar na lista dos 159 países considerados (TOLENTINO, 2016, p. 37). Com as remessas dos emigrantes a alcançarem a média de 11% do PIB, na década de 2000-2010, Cabo Verde foi incluído no grupo dos 20 países que, nestes anos, mais remessas captaram em percentagem do PIB (TOLENTINO, 2016). Para Tavares, (2010, p. 96) “a situação socioeconómica legada do

período colonial e a seca anularam, apriori, todas as tentativas internas para o “desenvolvimento”. Perante este cenário, a diplomacia cabo-verdiana, configurou-se num “instrumento político do Estado”, utilizado para a mobilização da ajuda externa e resolver as dificuldades herdadas: “a sua sobrevivência no sistema internacional”.

Relativamente ao fator insularidade, tem implicado por um lado, um maior esforço financeiro para dotar as diferentes ilhas de infraestruturas, serviços e equipamentos, e por outro lado, dificultado a instalação de um “eficiente” sistema de comunicação no território nacional. De acordo com Fernandes, Sousa e Fernandes (2009, p. 2381) os pequenos estados insulares, de um modo geral, são países em desenvolvimento, geralmente marcados por grandes diversidades territoriais, demográficas e socioeconómicas, isolamento, elevados custos infraestruturais (energia, transportes), da administração, acentuado peso da emigração, com reflexos na fragmentação e dispersão do território.

Esta fragmentação territorial reflete-se em custos acrescidos de transporte e de desenvolvimento que afetam tanto as grandes ilhas como as pequenas, impondo uma duplicação de investimentos, nomeadamente em infraestruturas de transporte – portos, aeroportos, estradas – que dificilmente se justificariam numa ótica de rentabilidade económica, face à inexistência de massa crítica, mas que se tornam obrigatórios por razões de equidade social (FERNANDES, SOUSA e FERNANDES, 2009, p. 2382).

Para Cardoso (2013, p. 28),

A fragmentação geográfica e uma baixa densidade populacional, requerem a duplicação das instalações infraestruturais. Apesar da sua pequena população, Cabo Verde tem nada menos do que quatro aeroportos internacionais, três aeródromos e nove portos. A prestação de serviço descentralizado é altamente fragmentária e impede a captação de economias de escala (CARDOSO, 2013, p. 28).

Em relação à ligação entre as ilhas, Cabo Verde, pela sua localização geográfica, tem a comunicação condicionada, não só devido às grandes distâncias entre os dois grupos de ilhas Barlavento e Sotavento (tabela 1), de que são exemplos Santiago e Sal (cerca de 116 milhas) ou Santiago e S.Vicente (cerca de 160 milhas), Sal e S.Vicente (119 milhas) e entre Santiago e Brava (69 milhas), mas também, por uma extensa área marítima com profundidade de mais de 300m, com fortes correntes (FERREIRA, 1998, p. 3). Esta constatação foi reforçada por Fernandes, Sousa e Fernandes (2009), alertando para a importância deste fator, na definição das relações entre os grupos humanos com os espaços.

As ilhas distam vários quilómetros entre si, definindo um espaço topológico global de grande extensão. Esta superfície é definida pelo conjunto das distâncias interilhas e

finalmente pela distância em relação ao Continente. Essas características, que são específicas, face aos continentes, devem ser devidamente consideradas, quando se abordam questões relacionadas com os sistemas de transportes e acessibilidades, pois, influenciam de forma decisiva, a relação dos grupos humanos com o espaço e condicionam o desenvolvimento econômico e social das sociedades insulares (FERNANDES, SOUSA e FERNANDES, 2009, p. 2382).

Tabela 1 - Distâncias entre os principais portos de Cabo Verde

S.Vicente									
8	S. Antão								
44	48	S. Nicolau							
119	121	86	Sal						
130	142	88	37	Boavista					
154	160	110	99	67	Maio				
160	152	119	116	83	21	Santiago			
130	133	92	144	121	72	61	Fogo		
130	131	104	149	126	80	69	10	Brava	

Fonte: Adaptado de Ferreira (1998)

O nível e a eficiência dos sistemas de transportes disponíveis, condicionam o “desenvolvimento” socioeconômico e afetam as relações entre áreas econômicas. Neste contexto, o desenvolvimento de sistemas de transportes e comunicações, pode contribuir para atenuar, ou mesmo inverter, alguns efeitos negativos derivados da situação de insularidade (FERNANDES, SOUSA e FERNANDES, 2009, p. 2383).

Em Cabo Verde, os transportes marítimos têm sido importantes nas trocas comerciais com o exterior e entre as ilhas, constituindo-se num fator impulsionador, não só do crescimento econômico, mas também de estreitamento das relações sociais e culturais entre as ilhas. Segundo Ferreira (1998) existem duas grandes zonas, em termos de deslocação de passageiros: Zona de S.Antão e S.Vicente e São Nicolau (sempre com maior número de passageiros) e a Zona de Boa-Vista Maio\_Santiago, Fogo e Brava. Historicamente, surgiram relações mais fortes entre S.Antão – S.Vicente e S.Vicente – S. Nicolau e entre Santiago-Maio, Fogo-Brava e Sal- Boa Vista. A principal rota (tabela 2), foi a do eixo S.Vicente – Santo Antão, que produziu entre 85% e 65% da circulação total de passageiros. Em relação à segunda rota, tem se alternado entre Fogo-Brava e Santiago-Fogo e mais recentemente a de Santiago-São Vicente.

Tabela 2 - Principais rotas marítimas inter-ilhas entre 1983 e 1993

	1983	1984	1985	1986	1987	1990	1992	1993
<b>São Vicente- Santo Antão</b>	77.786 (77%)	94.610 (77%)	75.649 (80%)	102.678 (86%)	76.808 (76%)	83.324 (64%)	85.149 (65%)	94.610 (65%)
<b>Fogo- Brava</b>	8.110	6.233	5.915	4.325	4.482	5.609	8.038	4.161
<b>Santiago – Fogo</b>	5.734	4.871	4.825	4.627	6.284	11.881	-----	8.932
<b>Santiago- São Vicente</b>	-----	-----	-----	-----	-----	-----	10.838	12.000

Fonte: Ferreira (1998)

Estes dados são confirmados mais tarde por Rocha (2014, p. 35) que, afirma que, as ilhas que tem ligações frequentes, são as de São Vicente e Santo - Antão e Santiago- Fogo- Brava, sendo que as restantes não têm carreiras fixas semanais.

Em relação às ligações aéreas, também têm importância na ligação interna, mas, sobretudo com o exterior, fundamentalmente com a representativa diáspora cabo-verdiana. O mapa da rota aérea nacional mostra que, as únicas ilhas que atualmente não dispõem de ligação aérea (aerportos ativos) são as de Santo Antão e Brava, e as com maiores conexões aéreas são, Santiago, (que tem ligação aérea com todas as ilhas, exceção de Santo Antão e Brava), São Vicente e Sal, naturalmente ilhas, que também apresentam maior dinâmica socioeconômica e estão melhores posicionadas, no panorama urbano-regional do país. As mais isoladas são as ilhas da Brava, Maio e São Nicolau, tanto por via marítima como aérea, o que acaba por repercutir também nas suas condições demográficas e socioeconômicas.

Figura 20 - Mapa da rota aérea nacional



Fonte: <https://flytacv.com/rotas/>, acesso a 23 de Março de 2016

Figura 21 - Mapa de rota aérea internacional



Fonte: <https://flytacv.com/rotas/>, acesso a 23 de Março de 2016

No que tange às rotas internacionais, as ligações aéreas confirmam fluxos que retratam tradicionais laços culturais com países “amigos e parceiros” de Cabo Verde, e que acolhem o grosso da comunidade cabo-verdiana emigrada, de que são exemplos, os Estados Unidos da América, Portugal, França, Holanda, Itália e Senegal.

Com base em Fernandes, Sousa e Fernandes (2009), a partir da década de 1990, com as reformas econômicas feitas em Cabo Verde, transformando-o numa economia de base privada e aberta à globalização, foi necessário um conjunto de mudanças, particularmente a nível interno, nas ligações entre as ilhas.

No início da década de 1990, as infraestruturas e serviços de transportes não eram, de um modo geral, compatíveis, nem quantitativa nem qualitativamente, com uma economia de base privada emergente, aberta ao investimento externo, na medida em que: As principais infraestruturas de transportes mostravam-se inadequadas à uma verdadeira integração no mercado interno, e não estavam vocacionadas para dar suporte à uma estratégia de desenvolvimento, orientada para o mercado externo (FERNANDES, SOUSA e FERNANDES, 2009, p. 2389).

O diagnóstico feito na altura<sup>38</sup>, no tocante à infraestruturação rodoviária, portuária e aeroportuária, (setores apontados como condicionadores do nível de mobilidade interna e externa), considerou-a inadequada, para um país que pretendia ser atrativo aos investimentos estrangeiros e que se queria “competitivo”. Isto vai contribuir, para a criação de um cenário adequado, para a consensualização de um discurso, à volta da necessidade e urgência de um conjunto de investimentos nestes setores, logicamente com recurso a capital externo, dado à hipotética debilidade econômica e financeira do país.

É neste contexto que vão surgir “apoios” internacionais para financiar um conjunto de programas, planos e projetos para o setor dos transportes, destacadamente o Programa de Infraestruturas de Transportes (PIT) em 1993, visando desbloquear os tais “pontos de estrangulamentos” notados no setor.

Para isso, e aproveitando-se da sua condição de País Menos Avançado (PMA)<sup>39</sup> o país teria mobilizado um grupo dos tais países “amigos” e instituições financeiras internacionais para intervir no referido setor. Surgem, na sequência, como grandes investidores do PIT o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Árabe de Desenvolvimento da África (BADEA), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), a União Europeia (UE), Alemanha, Portugal, Suíça, Holanda, tendo sido traçadas como metas: *a modernização dos portos, a reorganização da indústria de navegação marítima e a inversão da tendência para a degradação da rede rodoviária* (FERNANDES, SOUSA e FERNANDES, 2009). O principal porto do país (Porto Grande em São Vicente), por onde se processa o essencial das exportações de mercadorias, foi alargado e adaptado à movimentação de contentores, facilitando, deste modo, a instalação de atividades exportadoras na ilha, a partir de 1995.

O capital arrecadado foi aproximadamente de cerca de 113 milhões de USD, dos quais 21% eram donativos, 67% empréstimos em condições concessionais e 12% empréstimos em

---

<sup>38</sup>O setor tinha limitações relacionadas com: deficiente cobertura, articulação e gestão territorial das redes de infraestruturas e serviços portuários, aeroportuários e rodoviários; insuficiência de políticas, quadros institucionais e mecanismos de financiamento que permitam a manutenção contínua das infraestruturas, de maneira a garantir a sua conservação, funcionalidade e durabilidade; indefinição de níveis de serviços e características técnicas das redes de infraestruturas de forma a responder às necessidades do utilizador, tornando acessíveis os serviços mínimos de transporte à toda a população; dificuldade na clarificação dos papéis dos setores público e privado, e dentro do próprio setor público, designadamente entre a administração central e local; grandes desequilíbrios entre a procura e oferta de infraestruturas e serviços de transportes, ver (FERNANDES, SOUSA e FERNANDES, 2009.)

<sup>39</sup> O fato de Cabo Verde, na altura, ainda pertencer ao grupo dos PMAs terá sido importante para a mobilização dos apoios externos para o financiamento do programa.

condições normais de mercado (com taxa bonificada). Executados estes investimentos, ao longo da década de 1990, Fernandes, Sousa e Fernandes (2009) afirma que algumas das limitações foram parcialmente superadas:

O Programa de Infraestruturas de Transportes foi o catalisador de progressos sensíveis nalguns domínios importantes. A legislação marítima foi modernizada, e todas as ilhas passaram a dispor de uma cais acostável, o que vem favorecendo a circulação interna de mercadorias e de pessoas, e a unificação do mercado interno (...) Os aeroportos mais movimentados do país (aeroportos do Sal, da Praia e de S. Vicente) beneficiaram de obras de construção/alargamento e renovação respetivamente. A frota aérea foi renovada, as ligações internacionais intensificaram-se, passando a operar para novos destinos, com impacto positivo no turismo (FERNANDES, SOUSA e FERNANDES, 2009).

Contudo, feitos estes investimentos e identificado um conjunto de ganhos daí decorrentes, são os próprios autores a reconhecerem que o diagnóstico efetuado no início da década seguinte revelou que os problemas no setor continuaram sem resolução e as fragilidades persistiram:

Não obstante as medidas introduzidas e os investimentos efetuados e consequentes melhorias verificadas na década de noventa, o diagnóstico realizado no ano 2000 revelou ainda a persistência de vários problemas a entravar o processo de desenvolvimento do setor de transportes, cuja resolução impunha a definição de novas políticas e estratégias de intervenção (FERNANDES, SOUSA e FERNANDES, 2009, p. 2390).

Do Estado, cujo papel e responsabilidades se supõem ser redobrados, em contextos de insularidade e desigualdades regionais, esperava-se o reforço de políticas públicas que incentivassem maior integração social e territorial. Contrariamente, deixou de operar diretamente nos setores dos transportes marítimos de longo curso, deixando-os disponíveis para investimentos privados estrangeiros. Pelo que, apesar dos investimentos recentes em infraestruturas portuárias, o país ainda se depara com problemas nas ligações, decorrentes essencialmente da qualidade e quantidade de navios disponíveis, para garantir a prestação de um serviço eficiente. Daí que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 (GOVERNO DE CABO VERDE, 2017-2021) ainda identifica, relativamente aos sistemas de transportes marítimos e aéreos, de carga e de passageiros, a necessidade de “garantir a

unificação do mercado nacional, a sua integração com o mercado internacional, suportada, sobretudo, pela criação das plataformas marítimas e aéreas<sup>40</sup>.

#### 4.2 CABO VERDE NO CONTEXTO AFRICANO

Cabo Verde tem sido destacado pelos organismos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, relativamente aos seus indicadores socioeconômicos, no contexto regional africano, e pelo “progresso” alcançado, nos últimos anos, em relação aos dados da educação, saúde e esperança média de vida, variáveis importantes no cálculo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Apesar da seca e da suposta inexistência de riquezas minerais, o IDH do país tem sido bem classificado, em comparação com os países vizinhos da África ocidental, PRM (Países de Rendimento Médio), pequenos países africanos, e a nível da África Subsaariana.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2015 das Nações Unidas (PNUD, 2015) aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano do arquipélago de (0.646) foi superior à média do grupo dos países de desenvolvimento humano médio, com 0,630. Também superou os países da África subsaariana, em que o valor foi de 0,518<sup>41</sup>. Neste grupo, Cabo Verde só é ultrapassado pela Botsuana (0.698), Gabão (0.684) e África do Sul (0.666). O relatório avaliou 188 países, Cabo Verde se encontra na posição 122, apresentando em aproximadamente uma década e meia – 2000 a 2014 – o valor do índice de desenvolvimento humano, um aumento de 13%, uma média de crescimento anual de 0,58 por cento<sup>42</sup>.

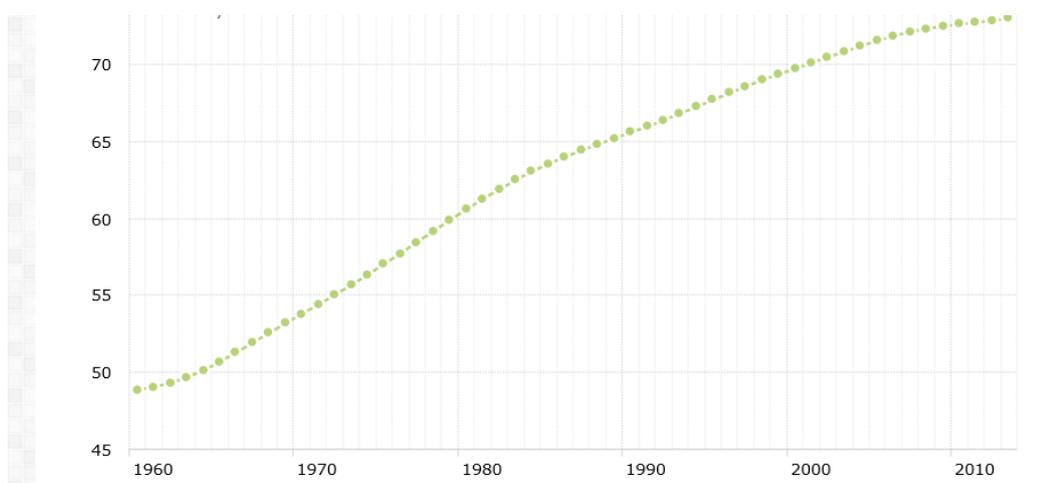
---

<sup>40</sup>Fonte: [www.governo.cv/index.php/rss/8763-plano-estrategico-de-desenvolvimento-sustentavel-2017-2021](http://www.governo.cv/index.php/rss/8763-plano-estrategico-de-desenvolvimento-sustentavel-2017-2021), acesso a 31 de Janeiro de 2018

<sup>41</sup>Fonte: Retirado em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf), em 11 de Julho de 2017

<sup>42</sup>Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2015, disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf), acesso a 11 de Julho de 2017

Gráfico 7 - Expetativa de vida em Cabo Verde (1960-2010)



Fonte: Banco Mundial, 2015<sup>43</sup>,

O relatório permitiu constatar ainda que, Cabo Verde melhorou nas categorias expectativa de vida à nascença de 72.1 (2014) para 73.3 em (2015). O gráfico 7 confirma uma tendência ascendente da expectativa de vida à nascença, entre 1960 a 2010.

Relativamente à média de anos de estudos, passou de 4.6 para 4.7 e manteve a classificação de 13.5, no domínio de expectativa de anos de estudos. Em relação ao Rendimento Médio Per Capita, aumentou de 5.988 para 6.094.

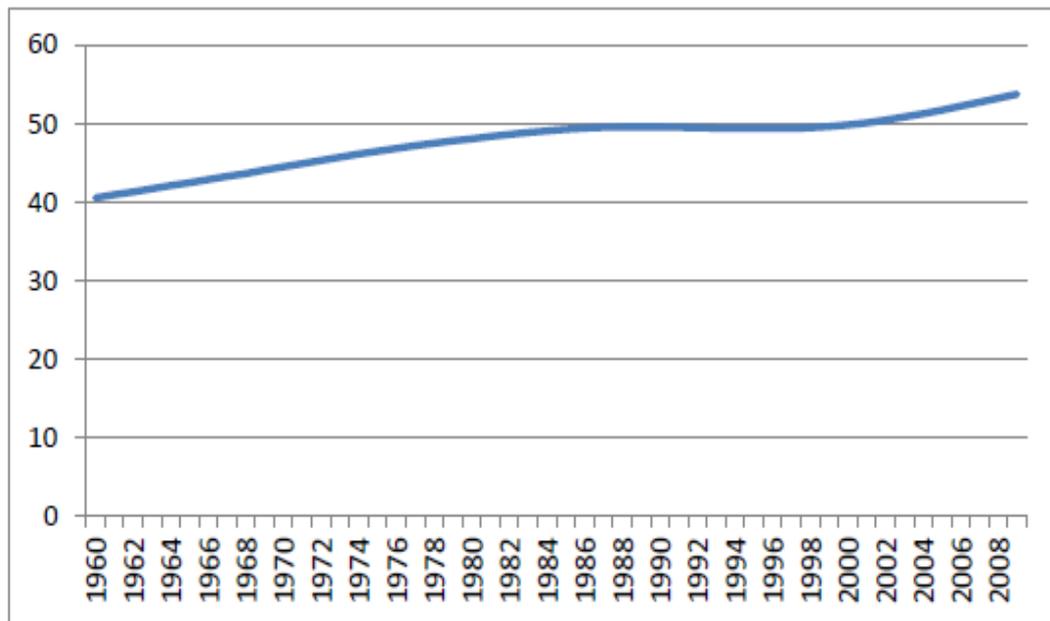
Os dados da evolução da esperança média de vida em Cabo Verde (CV) e na África ao Sul do Sahara (ASS), entre a década de 1960 a 2008 (em ASS), e a década de 1960 a 2010 (em CV) mostram uma tendência para valores superiores em Cabo Verde. Esta vantagem se observa ao longo do período em análise, sendo que em nenhum momento, nestas cinco décadas, ASS regista valores superiores a CV.

Tomando como referência as décadas 1960, 1980 e 2000, verificam-se os seguintes valores: Anos 1960, CV regista aproximadamente 50 anos de esperança média de vida e ASS 40, nos anos 1980, CV regista valores acima dos 60 anos e ASS, valores de aproximadamente 50 e finalmente nos anos 2000, CV mostra valores acima de 70 e ASS fica estacionada na média dos 50, indicando aqui uma paragem entre 1986 a 2002. Contrariamente, Cabo Verde progride entre as décadas de 1960 a 2000 passando de uma esperança média de vida de cerca de 50 anos para 70, com um avanço de aproximadamente 20 anos em 4 décadas. Em relação a ASS, as 4

<sup>43</sup>Fonte: <https://pt.actualitix.com/pais/cpv/cabo-verde-expectavia-de-vida.php>

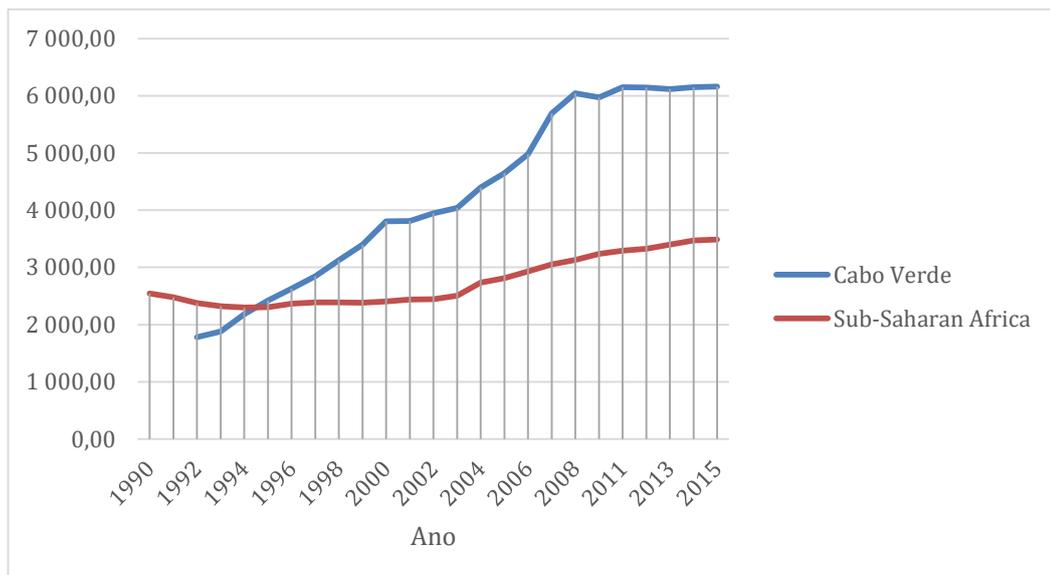
décadas em análise, mostram valores bastante estacionários, o que pode ser facilmente observado no gráfico pela posição praticamente horizontal da curva representativa do indicador em análise (gráfico 8).

Gráfico 8 - Esperança média de vida à nascença em África (1960-2008)



Fonte: Adaptado, Tavares (2012)

Gráfico 9 - PIB per capita, PPP (constant \$) em CV e ASS (1990-2015)



Fonte: A autora, com base nos dados do Banco Mundial (2016)

Relativamente ao PIB real per capita, o gráfico 9 permite observar que, na África Subsariana, entre 1990 a 2000, manteve-se estacionário, dando sinais de crescimento, só a partir de 2004. O Gráfico mostra ainda que as diferenças entre CV e ASS foram significativas entre 1994 e 2015, registando CV valores claramente superiores.

Utilizando ainda como indicador o PIB per capita, e observando os dados de 2011 analisados por Brito (2014), que confrontou Cabo Verde com o mundo, o continente africano, a África Subsariana, os Países de Rendimento Médio e com um grupo de países africanos considerados pequenos<sup>44</sup> foi possível constatar que, Cabo Verde com um PIB *per capita* de US\$3.616, ficou na posição 116<sup>o</sup>, num total 172 países a nível mundial, e 16<sup>o</sup> no contexto africano. Os outros pequenos países africanos, considerados no estudo, ocuparam as seguintes posições a nível mundial: Guiné Equatorial 23<sup>a</sup> (US\$32.026), Seychelles 35<sup>a</sup> (US\$23.172), Ilhas Maurícias 63<sup>a</sup> (US\$12.737), Suazilândia 97<sup>a</sup> (US\$5.349), Djibuti 134<sup>a</sup> (US\$2.087, valor de 2009), Gâmbia 139<sup>a</sup> (US\$1.873), S.T. Príncipe 140<sup>a</sup> (US\$1.805), Lesoto 146<sup>a</sup> (US\$1.504), Guiné-Bissau 155<sup>a</sup> (US\$1.097) e Cômoros 159<sup>a</sup> (US\$980) (BRITO, 2014). Dos 10 pequenos países africanos comparados, 6 registaram valores de PIB per capita inferior a Cabo Verde em 2011.

Foram também utilizados valores médios do PIB *per capita* de alguns grupos de países, nos quais Cabo Verde está inserido, nomeadamente: África Subsariana (US\$2.073), Países de Rendimento Médio (US\$6.232), Países Pequenos (US\$7.751) e a média Mundial (US\$10.061). O valor registado em Cabo Verde ultrapassa a média da África Subsariana, mas fica abaixo das médias observadas para o Mundo, os Países de Rendimento Médio e pequenos países africanos.

De todo o modo, para se ter uma melhor percepção da evolução da economia de Cabo Verde, no contexto dos pequenos países africanos, convém destacar também os dados do PIB per capita registados entre 1970 e 2011, analisados por Brito (2014).

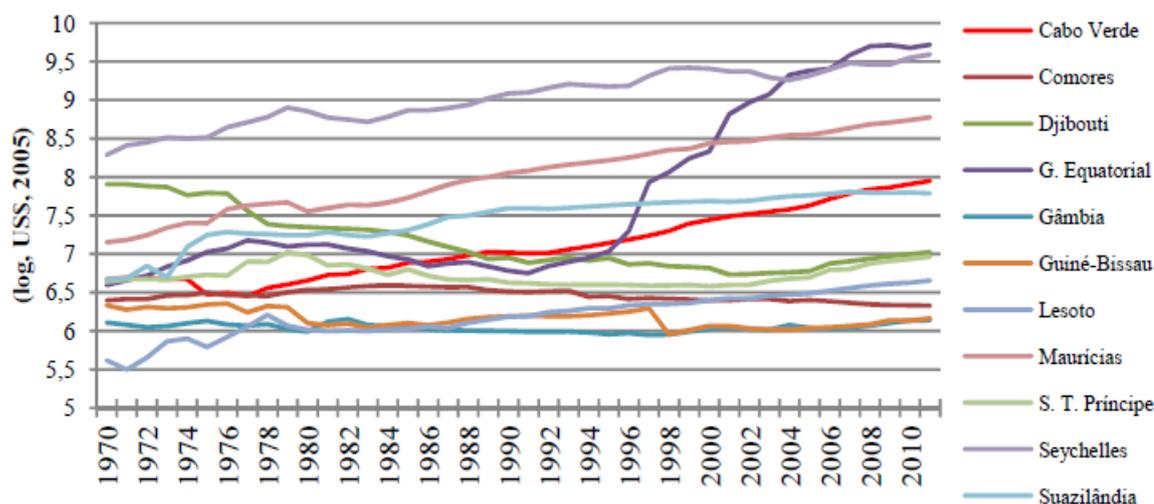
O gráfico 10 permite observar que, alguns países como a Guiné Bissau, Comores e SãoTomé e Príncipe, que em 1970 estavam em posições muito próximas a Cabo Verde, a partir de finais da década de 1990, são ultrapassados por este, que em 2011 ultrapassa também o Lesoto. Entre 1970 e 2011, Cabo Verde vê o seu PIB per capita aumentar 3.6 vezes, só sendo

---

<sup>44</sup> O grupo de Países de Rendimento Médio inclui os países com Rendimento Nacional Bruto *per capita*, em 2010, compreendido entre US\$ 1.006 e US\$12.275. O grupo de Países Pequenos inclui os países com população inferior a 1,5 milhões de habitantes: Fonte: (BRITO, 2014)

ultrapassado por Guiné Equatorial (22,7), Ilhas Maurícias (5,1) e Seychelles (3,7) (BRITO, 2014).

Gráfico 10 - PIB per capita de pequenos países africanos 1970-2010



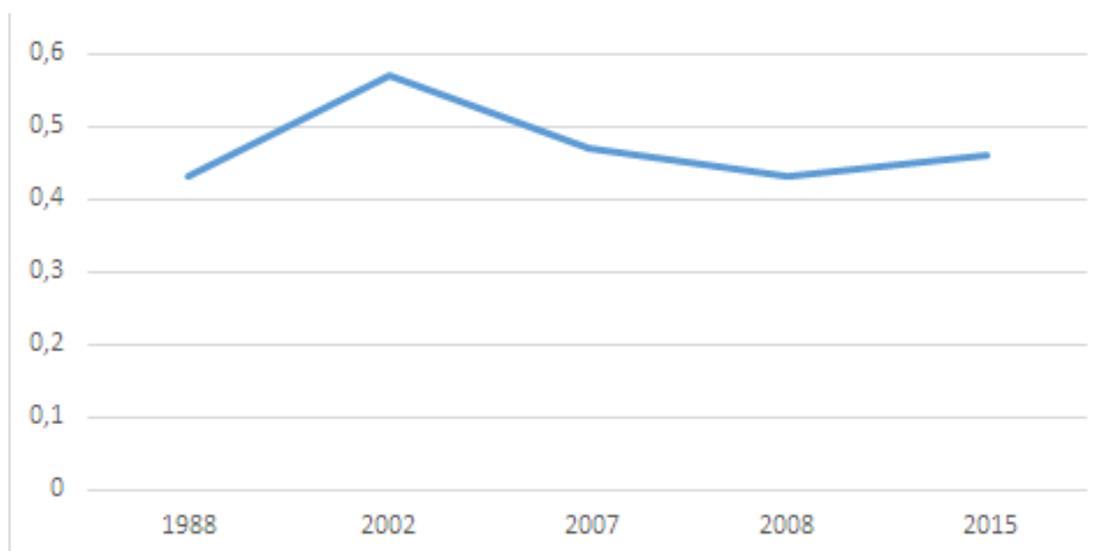
Fonte: Brito (2014)

Brito (2014, p. 2) afirma que “o crescimento econômico de longo prazo em Cabo Verde é satisfatório, comparativamente aos outros países pequenos africanos, ou seja, em 2011 Cabo Verde ultrapassou todos os países que em 1970 e 2010 tinham, praticamente, o mesmo nível do PIB per capita, com exceção da Guiné Equatorial”. O autor constata ainda que, em 1970, o PIB per capita de pequenos Países insulares em Desenvolvimento e a média Mundial eram 3,5 e 5,3 vezes superiores ao de Cabo Verde, mas a diferença reduziu-se em 2011 passou para 1,3 e 2,7, respetivamente.

Embora o grau de evolução do PIB *per capita* em Cabo Verde ser relativamente bom, convém analisar, como a riqueza está sendo distribuída pelas diversas franjas da sociedade. Os dados disponíveis do índice de Gini nos anos 1988 (0.43), 2002 (0.57), 2007 (0.47) e 2008 (0.43)<sup>45</sup>, mostram um valor relativamente elevado do indicador em 2002, quando nos finais da década de 1980 eram 14 pontos percentuais menores. Contudo, na sequência deste pico, nota-se uma tendência de diminuição, novamente para valores próximos ao registado em 1988.

<sup>45</sup>Fonte: Brito (2014) e DCRP (2004)

Gráfico 11 - Índice de Gini nos anos, 1988, 2002, 2007, 2008 e 2015



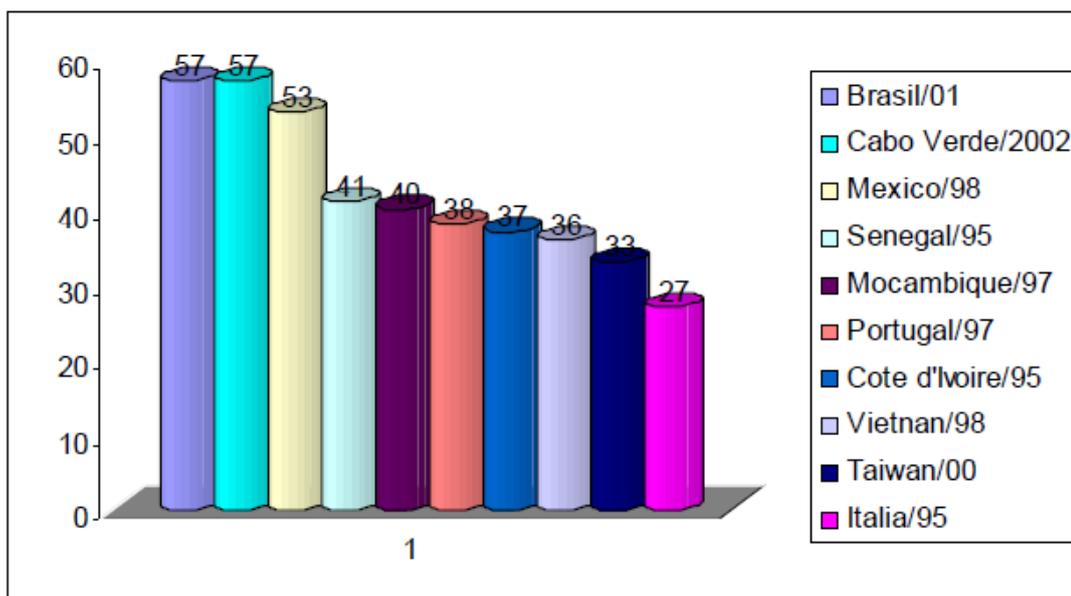
Fonte: A autora, com base nos dados de Brito (2014), DCRP (2004) e INE (2015)

A desigualdade na repartição do rendimento aumentou na década de 1990 e o aumento do agregado da desigualdade na repartição do rendimento fica evidenciado, comparando o índice de Gini em 1988-89 e 2001-2002<sup>46</sup>. Neste período, Cabo Verde foi considerado um país bastante desigual, relativamente aos outros países, classificados pelo PNUD, como sendo de rendimento médio. De acordo com o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DCRP) de 2004, elaborado pelo Ministério das Finanças e Planeamento (MFP), “o índice coloca Cabo Verde no decil mais desigual entre os países de desenvolvimento humano médio”. O relatório do PNUD teve em consideração na sua análise, um índice de Gini de 55 dos 86 países pertencentes ao grupo dos países de desenvolvimento humano médio. Nesse conjunto, Cabo Verde preencheu a posição 7, configurando-se num dos 7 com mais desigualdade interna. Somente 6 destes países, superaram o valor atingido por Cabo Verde. Por outro lado, Cabo Verde fica bastante acima da média registada para o grupo de 55 países que foi de 0.43, o que mostra bem o grau da desigualdade no país em 2001-2002.

---

<sup>46</sup>Fonte: DCRP (2004)

Gráfico 12 - Picos de Coeficiente de Gini de Cabo Verde e um grupo de países



Fonte: Adaptado do DCRP (2004)

O gráfico 12 apresenta os picos do coeficiente de Gini atingidos por um grupo de países entre 1995 a 2002. Como se pode notar, o valor atingido por Cabo Verde em 2002 (57), o coloca no topo, em pé de igualdade com o Brasil (país conhecido como tendo grandes desigualdades sociais), que regista o mesmo valor do índice de gini em 2001.

Contudo, anos mais tarde, o país regista uma baixa considerável neste indicador caindo de 0.57 em 2002 para 43.82 em 2008, o que faz com que preenchesse, de acordo com Brito (2014) uma posição intermédia em relação aos outros 10 países pequenos africanos, ocupando a 5ª posição, num conjunto que engloba a Guiné-Bissau com o menor valor (33,87 em 2010), configurando-se no país com menor desigualdade na distribuição de rendimentos, e o Seychelles com o índice mais elevado (65,77 em 2007).

#### 4.3 OS ATORES DA URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO EM CABO VERDE

Este subcapítulo descreverá os atores intervenientes no processo de infraestruturação, sobretudo, na implementação dos considerados “Grandes Projetos Urbanos” na escala do país”. Cada um desempenha um papel específico, em várias escalas, articulando-se tanto local, como nacional e internacionalmente. É possível estabelecer uma certa diferenciação temporal em termos da atuação dos diversos atores que vem intervindo no setor, na medida em que alguns como a China atuam há já algum tempo como parceiro político e econômico, antes da própria

emancipação política de Cabo Verde, e outros como são os casos dos países europeus e organismos internacionais, consolidaram a sua presença, só depois da independência. No caso específico das empresas privadas nacionais e internacionais, dado à própria conjuntura política e económica do país, só foi possível atuarem a partir dos anos 1990, com as reformas políticas e económicas que se observaram e que permitiram a retirada do Estado de alguns setores económicos.

Pode-se até arriscar-se dizer que, até a década de 1990 o Estado foi o principal ator na infraestruturização do país. Dado à hipotética “debilidade” económica, contou com apoios de alguns países “amigos” como a China e alguns organismos internacionais como são os casos das agências financeiras internacionais, particularmente o FMI e o Banco Mundial.

Portanto, para além do aparelho do Estado, representado pelas estruturas centrais e locais, fazem parte deste grupo, as organizações internacionais, de que são exemplos os organismos financeiros, os parceiros da dita “cooperação bilateral” representados pelos países amigos, o setor privado nacional e internacional, que entram na sequência do processo de privatização da economia do país. Estes nos parecem ser os atores que mais têm se destacado como parceiros ativos na infraestruturização ao longo da trajetória do país.

#### 4.3.1 O Estado

O Estado de Cabo Verde foi, durante 15 anos (1975-1990), em conjunto com alguns países “amigos” como a China, o interveniente mais ativo, no tocante à infraestruturização e implementação de projetos urbanos no país, com a responsabilidade de garantir o equilíbrio económico e social, num contexto avaliado como carente em equipamentos e infraestruturas básicos. Deste modo, apostou fortemente no alargamento de parcerias e cooperação com um conjunto de países, diversificando as suas relações, dentro do quadro da política de não alinhamento

, dando prioridade exclusiva aos “interesses da Nação cabo-verdiana (TAVARES, 2010). Pelo que, durante este período, configura-se como um Estado garantidor de políticas sociais, num contexto monopartidário, onde o PAIGC, partido no poder, era apontado como assimilador dos princípios socialista ou de esquerda.

No período anterior à independência, temos em Cabo Verde, um regime próximo ao da Europa Ocidental, mas logo depois da delegação da soberania aos cabo-verdianos,

vai aproximar-se do Leste europeu, temos um Estado forte, intervencionista (GRAÇA, 2009, p. 27).

O desempenho econômico do Partido/Estado, sobretudo nos primeiros anos que sucederam a independência, destacou-se positivamente e segundo Silva (2004, p. 94) no final da década de 1980, amplamente conotada como tendo sido uma “década perdida para a África”, o PIB registou uma média de crescimento de 6% que, representa o dobro do valor registado pelos países integrantes da Comité Permanente Interestados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS), seis vezes maior que os países do Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e 12 vezes superior que a do próprio continente africano. “Cabo Verde é igualmente o único dos PALOP e um dos raros países africanos que não conhece, no transcurso dos anos 1980 qualquer programa de ajustamento estrutural ou do tipo” (SILVA, 2004, p. 97).

Para além do desempenho do PIB, que como já se viu, pode não representar, na prática, a diminuição da pobreza e a redução das desigualdades, foi também no final da década de 1980, mais precisamente em 1988, que se tem conhecimento de um dos melhores desempenhos do coeficiente de Gini na história de Cabo Verde (0.43), nestes 43 anos de país independente. Estes dados permitem observar que no final da década de 1980, o Estado liderou um processo de crescimento da economia que, na prática, se materializou numa “boa” distribuição da riqueza gerada. A promoção do emprego público nas obras de infraestruturização do país, sobretudo nas zonas rurais, passou a integrar as políticas sociais, com vista ao combate à pobreza e exclusão social. O Estado assumiu para si a prerrogativa de constituir e gerir as grandes empresas no ramo alimentar, construção civil, transportes aéreos e marítimos, etc.

Com as reformas políticas e económicas, ocorridas na sequência das primeiras eleições “democráticas”, realizadas em 1991, *é adotado o sistema de mercado, onde o poder económico é concentrado nas minorias capitalistas e nos investidores externos, surge o incentivo à iniciativa privada, baseada na autonomia de mercado, segundo a lei do lucro* (GRAÇA, 2009, p. 15).

Com este novo cenário económico, celebra-se a “entrada do país na ordem económica mundial”, implementando uma vaga de privatização das principais empresas públicas, nos setores chaves como o financeiro, industrial (abastecimento da energia e água), transportes, construção civil entre outros.

De acordo com Graça (2009) no total, de 1992 a 2005, foram privatizadas 50 empresas, permitindo que, num curto espaço de tempo, a maioria das empresas estatais de diferentes áreas

de produção, passasse para o âmbito privado, empreendimentos mistos (parceria público privado) ou mesmo por ser liquidada.

Com essa reconfiguração, dá-se uma mudança no papel do Estado, que para além de “tradicional ator ativo” no setor da infraestruturização, passa também a exercer a função de fiscalizador e regulador do mercado. O desafio seria, a partir daí garantir que os novos atores intervenientes nos vários domínios, onde os serviços até então eram fornecidos pelo poder público, continuassem a ser prestados respeitando alguns princípios constitucionais como os da eficiência, eficácia, justiça, igualdade de oportunidades, rapidez etc.

Porém, o papel fiscalizador do Estado pode tornar-se complexo, quando este integra ou coordena iniciativas privadas e assume riscos do insucesso destes investimentos. Para Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez:

The State should play a more explicit role in preparing the legal and administrative environment for private business initiatives. Occasionally, the State can also play the role of the project-coordinator and warrant, especially when the risks for the private sector are too high. The role of the entrepreneurial State should be developed at the expense of that of the welfare or Keynesian State<sup>47</sup> (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, p. 9);

Curiosamente, em 2002, depois de 11 anos de implantação de um Estado mais “liberal”, tem-se o registo do valor mais elevado do coeficiente de Gini (0.57) e provavelmente, até agora, da história de Cabo Verde como nação.

#### 4.3.2 Organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial

Como se viu anteriormente, Cabo Verde tem sido caracterizado como país vulnerável, dependente das remessas dos seus emigrantes, dos apoios de instituições e países “amigos” e do investimento direto estrangeiro. Desde 1975, que na qualidade de país independente, Cabo Verde vem estabelecendo relações e parcerias com diversos países e organizações multilaterais regionais e internacionais, recentemente designados como parceiros de “desenvolvimento” do

---

<sup>47</sup>(tradução) O Estado deve desempenhar um papel mais explícito na preparação do ambiente legal e administrativo para iniciativas empresariais privadas. Ocasionalmente, o Estado também pode desempenhar o papel de coordenador do projeto e garante, especialmente quando os riscos para o setor privado são muito altos. O papel do Estado empresarial deve ser desenvolvido às custas do bem-estar ou do Estado keynesiano (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, página 9);

país. Criou-se ao longo do seu percurso histórico, um discurso que condiciona o seu “desenvolvimento” a um conjunto de variáveis, predominantemente exógenas, de que é exemplo a cooperação internacional:

A cooperação internacional foi determinante para a viabilização do Estado de Cabo Verde. Todo o sucesso dos esforços internos em direção ao desenvolvimento estivera e está intrinsecamente ligado à cooperação internacional. A ajuda externa permitiu solucionar os problemas alimentares, melhorou o padrão socioeconômico das populações mais vulneráveis, permitiu a formação de milhares de quadros que se revelaram importantíssimos para o país. Contribuiu, também, para a construção das infraestruturas, particularmente, nos setores da saúde e educação, sendo que os apoios eram, na sua maioria, provenientes dos países amigos, das organizações multilaterais e, posteriormente, das ONGs (TAVARES, 2010, p. 96).

Instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tem sido “parceiros” muito presentes no país, tendo particular destaque o papel do Banco mundial no processo de infraestruturação que se iniciou no pós-independência. Tratam-se de instituições financeiras com algum peso no plano internacional. Ao FMI, cabe a estabilização monetária dos países com déficit orçamentário. Já o Banco Mundial e o BIRD são órgãos que se destinam a prover assistência concessional aos países em desenvolvimento (STEPHANOU, 2005) e que em Cabo Verde têm atuado no financiamento de políticas públicas. Para que um país possa se beneficiar dos empréstimos do BID e do BIRD, entretanto, é necessária sua filiação ao FMI. Estas duas instituições têm linhas gerais de proposta semelhantes: educação, infraestrutura, saúde, redução da pobreza, modernização do Estado.

O BIRD e o FMI foram criados em Bretton Woods (EUA) em 1944 e fazem parte do sistema das Nações Unidas. O BIRD conta hoje com 180 países membros, entre os quais Cabo Verde. Considera as cidades, sujeitos indispensáveis na geografia política e econômica das nações: “national actions are only part of the picture, and actions at the local level are now the most important arena of reform in many countries” (BIRD, 2000, p. 19). As instruções do Banco, sublinham a importância de se incentivar a inovação nas cidades, através da assistência técnica e treinamento liderado pelas agências multilaterais.

De acordo com o relatório do Banco Mundial de 2016, nos países em desenvolvimento, que representam 90% do crescimento urbano, existe uma janela de oportunidade para construir cidades inteligentes em matéria de clima. As revisões de urbanização do Banco Mundial oferecem um mecanismo para os líderes das cidades, tomarem decisões difíceis, em matéria de desenvolvimento de suas cidades, proporcionando ferramentas de diagnóstico para identificar

distorções de políticas e analisar prioridades de investimento. Pelo que, lançou neste ano a Plataforma Global para Cidades Sustentáveis, programa de intercâmbio de conhecimentos que proporciona acesso às ferramentas de vanguarda e promove um enfoque integrado no planejamento urbano sustentável e no financiamento<sup>48</sup>.

Para a África, o relatório anual de 2017 destaca a importância do relatório *África's Cities: Opening Doors to the World* (Cidades da África: abrindo as portas para o mundo) que, “sugere que, se bem gerenciadas, as cidades da África podem criar ambientes produtivos capazes de impulsionar a inovação e atrair investimento internacional, criando ao mesmo tempo ambientes que podem restringir os custos urbanos<sup>49</sup>”.

No contexto nacional, estes organismos internacionais foram os principais impulsionadores da entrada de um novo ator no setor da infraestruturação do país, no decurso dos anos 1990: o designado setor privado, sobretudo o indutor de investimento direto estrangeiro. É nesse período que ocorre um conjunto de privatizações de empresas públicas, recomendadas por estas instituições financeiras, que as consideram “*como meio de desenvolvimento econômico no mundo e nos países em desenvolvimento em particular, no intuito de criar outro incentivo para o desenvolvimento da economia* (GRAÇA, 2009, p. 15).

O Banco Mundial e o FMI defendem que as privatizações ajudam a economia a recuperar, encorajando investimentos estrangeiros, um controle maior e administração rigorosa. Os governos africanos foram orientados para dar curso às privatizações (GRAÇA, 2009, p. 15). E perante efeitos desastrosos de alguns programas de ajuste estrutural implementados em alguns países, nos finais das décadas de 1990, o Banco Mundial, embora reconhecendo o caráter persistente destes efeitos negativos, permanece promovendo a desregulação e privatização de programas e serviços sociais urbanos, como mostra Díaz (2005):

El Banco Mundial insistió mucho hasta finales de los 90 en el carácter temporal de los efectos negativos de los programas de ajuste estructural sobre los sectores pobres, por lo que sus acciones en las áreas urbanas han tenido un enfoque focalizante de otros programas sociales. Hoy reconoce esta institución la persistencia de estos efectos negativos pero continua impulsando la opción de desregulación y privatización de los programas y servicios sociales urbanos, siendo esta tendencia uno de los pilares más importantes en la configuración de una nueva manera de enfrentarse a los problemas del desarrollo de nuestras ciudades<sup>50</sup> (DÍAZ, 2005, p. 51).

---

<sup>48</sup>Fonte: Relatório anual do Banco Mundial, 2016, acesso a 27 de dezembro de 2017

<sup>49</sup>Fonte: Relatório anual do Banco Mundial, 2017, acesso a 27 de dezembro de 2017

<sup>50</sup> (tradução) O Banco Mundial insistiu muito, até o final da década de 1990, sobre a natureza temporária, dos efeitos negativos dos programas de ajuste estrutural, sobre os pobres, de modo que, suas ações nas áreas urbanas, tiveram foco em outros programas sociais. Hoje, esta instituição reconhece a persistência destes efeitos negativos,

Apesar de alguns exemplos, das consequências nefastas da aplicação de políticas neoliberais, concretamente em países latino-americanos entre os anos 1980 e 1990, instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e a FMI continuam promovendo e incentivando a aplicação destas medidas, apresentadas como sendo “novas formas de lidar com os problemas urbanos”.

Foram estes organismos internacionais que lideraram as reformas econômicas ocorridas em Cabo Verde, na década de 1990, e que culminaram com a liberalização econômica do país e privatização de um conjunto de programas, serviços e setores chaves no contexto do país. Por isso, é comum a sua presença no “controle” do setor econômico, sobretudo do FMI em relação às contas públicas e do Banco Mundial no setor de infraestruturação.

Estes organismos foram os impulsionadores da implementação do novo modelo de ajuda em vigor no país e em outros países em desenvolvimento, a “Ajuda Orçamental” em substituição da tradicional “Ajuda Pública ao Desenvolvimento” (APD)<sup>51</sup>. Devido aos supostos “problemas relacionados com a APD, particularmente, a falta de garantia, relativamente aos seus resultados, decidiram alterar o modelo, introduzindo instrumentos de avaliação do “desempenho da política macroeconómica, da redução da pobreza e a boa governação”. Deste modo, o apoio aos projetos setoriais, foi substituído pelo apoio orçamental, canalizado por meio de quadros orçamentais e de despesas, focando, sobretudo, nos programas de redução da pobreza. Pelo que, adotaram esta nova modalidade de assistência técnica aos países em desenvolvimento cujo “sistema de gestão financeira pública é transparente e eficiente” (TAVARES, 2010).

Duas vezes por ano, o designado Grupo de Apoio Orçamental (GAO)<sup>52</sup>, composto pelos respetivos financiadores, avalia a implementação da ajuda orçamental, pelo Estado, e a questão

---

mas continua a promover a opção de desregulamentação e privatização de programas e serviços sociais urbanos, sendo esta tendência um dos pilares mais importantes na formação de uma nova maneira de lidar com os problemas do desenvolvimento das nossas cidades (DÍAZ, 2005, p.51)

<sup>51</sup>A noção de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, surge nos anos 1960 do século XX com a institucionalização do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Trata-se de uma ajuda fornecida pelos organismos públicos dos países doadores aos países em desenvolvimento e que tem por objetivo principal a promoção do “desenvolvimento económico” e bem-estar das suas populações (Tavares, 2010).

<sup>52</sup> Os parceiros de ajuda orçamental são: Portugal, Áustria, Espanha e Holanda, União Europeia, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Africano de Desenvolvimento.

do desembolso. Contudo, existem doadores que têm resistido em disponibilizar ajuda ao orçamento, em substituição ao programa de ajuda aos projetos, como o caso dos Estados Unidos e do Japão. Em relação à China, esta modalidade de ajuda não se encaixa na sua filosofia de assistência aos países em desenvolvimento (TAVARES, 2010, p. 100).

#### 4.3.3 A ONU Habitat

Um outro ator que tem marcado presença em questões relacionadas com as cidades em Cabo Verde tem sido o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a ONU HABITAT.

A ONU-HABITAT se estabeleceu em 1978, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), que aconteceu em Vancouver, Canadá, em 1976. Com sede em Nairóbi, Quênia, a organização é a encarregada de coordenar e harmonizar atividades em assentamentos humanos dentro do sistema das Nações Unidas, facilitando o intercâmbio global de informação sobre moradia e desenvolvimento sustentável de assentamentos humanos, além de colaborar em países com políticas e assessoria técnica para enfrentar o número crescente de desafios enfrentados por cidades de todos os tamanhos<sup>53</sup>.

Em 2010, ONU-HABITAT lançou a Campanha Urbana Mundial, que busca informar e conscientizar a população mundial sobre a necessidade de ter cidades sustentáveis, com pouca desigualdade e com serviços básicos de qualidade. Através desta campanha e outros meios, a agência concentra o trabalho em assuntos relacionados com cidades e implementa projetos especiais focados nos assentamentos precários. Uma destas é a Aliança das Cidades, uma iniciativa conjunta entre ONU-HABITAT e o Banco Mundial, que busca *“o melhoramento de assentamentos precários e promove políticas e estratégias de desenvolvimento de moradia digna; ajuda a desenvolver a Campanha Urbana Mundial e ações como o planejamento, a gestão urbana sustentável, a gestão do solo e a reconstrução de cidades atingidas por conflitos ou desastres naturais*<sup>54</sup>.

A ONU-HABITAT tem aproximadamente 154 programas técnicos e projetos em 61 países do mundo, a maioria deles, em países em vias de desenvolvimento. As atividades operacionais da agência *“ajudam governos a criar políticas e estratégias que visam o*

---

<sup>53</sup>Fonte: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>, acesso a 20 de outubro de 2016

<sup>54</sup>Fonte: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>, acesso a 20 de Outubro de 2016

*fortalecimento de uma gestão autossuficiente no âmbito nacional e local. Se concentram na promoção de moradia para todos, o melhoramento da governança urbana, a redução da pobreza nas cidades e melhoria do entorno nos lugares onde moram os mais pobres. O mandato estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas para ONU-HABITAT é “o de promover cidades social e ambientalmente sustentáveis com o objetivo de proporcionar moradia adequada para todos”<sup>55</sup>”.*

Em Cabo Verde, a ONU HABITAT também tem uma agência representativa e vem atuando desde 2009. As ações de representação da organização no país, anunciam como suas prioridades, a concepção e implementação de programas relacionados com o setor de “desenvolvimento” urbano de uma forma geral, focando nas cidades de uma forma particular. Contudo, contrariamente às “intenções” desta organização das Nações Unidas, os recursos mobilizados têm sido orientados, prioritariamente, para ações de formação e capacitação e na concepção e implementação de alguns programas, políticas e outros instrumentos orientadores para a gestão das cidades em particular.

Recentemente, tem surgido, embora ainda sem impacto a nível da opinião pública cabo-verdiana e de uma forma muito tímida, algumas vozes críticas em relação à forma como este tipo de organização internacional vem atuando no país, as características do seu modelo de apoio ao “desenvolvimento”, baseado essencialmente na disponibilização de assessorias estrangeiras e “alguma imposição de orientações na concepção de políticas públicas nacionais (destacadamente as políticas urbanas)”, sendo que, não tem sido possível contabilizar ações concretas desta organização, no tocante ao processo de infraestruturização urbana ou mesmo no processo de reestruturação, reabilitação ou requalificação dos ditos “bairros informais”, sendo estes, supostamente, os principais focos de apoio que a organização diz pretender privilegiar no país.

No entanto, de acordo com a coordenadora do Programa em Cabo Verde, a ONU-HABITAT tem sido uma parceira ativa do Ministério que tutela as questões relacionadas com as cidades, mediante a assistência técnica na realização de diversas atividades que foram financiadas pelo Fundo One UN, tendo em conta que Cabo Verde é um dos países-piloto na reforma das Nações Unidas visando a implementação do Delivering as One UN<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup>Fonte: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>, acesso a 20 de Outubro de 2016

<sup>56</sup>Programa implementado para facilitar o Sistema das Nações Unidas a trabalhar em conjunto, através de ações coordenadas, focalizadas e respostas coerentes às prioridades de desenvolvimento do país.

A ONU Habitat colaborou na concepção do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades (PNDUCC), programa chapéu em matéria de políticas públicas para as cidades, com vigência entre 2011-2016. Decorridos sete anos da sua concepção, e findo o seu período de vigência, ainda não se produziram documentos ou relatórios que possam indicar os resultados ou efetuar o balanço das ações levadas a cabo. Em 2016 com a mudança do governo, o novo Ministério das Infraestruturas e Ordenamento do Território concebeu, aparentemente em substituição deste, um novo programa, o PRRA (Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades)<sup>57</sup>.

Citando outros programas apontados por esta instituição, como tendo sido implementados no país, é mencionado o Programa Participativo de Melhoria dos Assentamento Informais – PSUP (Participatory Slum Upgrading Programme), implementado em mais de 100 cidades, 30 países africanos, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), englobando três fases: Fase 1: Perfil Urbano para urbanização dos assentamentos informais; Fase 2: análise da situação dos assentamentos informais, revisão da Política e estratégia de melhoria dos assentamentos informais; estratégia de mobilização de recursos para a urbanização dos assentamentos informais; desenvolvimento da nota conceptual dos projetos e Fase 3: Implementação dos projetos<sup>58</sup>.

No caso concreto de Cabo Verde, de acordo com informações recolhidas no então Ministério do Ambiente Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT), relativamente à primeira fase, a elaboração de 22 perfis urbanos de todos os Municípios e um Perfil Urbano Nacional, bem como a elaboração e aprovação, em Conselho de Ministros, do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades, permitiram obter o quadro da situação urbana do país, e apresentar propostas e projetos para a sua melhoria.

Cabo Verde passou à fase 2 do PSUP em 2013, tendo aprovado o seu plano de ação no seminário Regional PSUP ocorrido em Naivasha, Quénia, em Maio, 2013. Visando a

---

<sup>57</sup> O PRRA surge da necessidade de encontrar soluções para três grandes desafios, no que se coloca à “Requalificação Urbana”, “Reabilitação de Edifícios” e “Acessibilidades”, designadamente, garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos atores, concentrando recursos em operações integradas nas «áreas de reabilitação urbana», cuja delimitação e identificação de bairros, incumbe aos Municípios em instituir modelos de gestão e prioridades das intervenções de reabilitação urbana ao nível programático, procedimento e de execução (Fonte: Guia do PRRA, MIHOT, 2017)

implementação do plano de ação para cada fase, sobretudo as restantes fases 2 e 3, cada país deveria constituir um fórum de concertação dos diferentes atores e parceiros do desenvolvimento urbano, denominado Country Team, Equipa País, (EP). De acordo com as informações recolhidas pelo então MAHOT, o país encontra-se atualmente na fase 3, esperando ver concretizar a implementação prática de alguns projetos urbanos<sup>59</sup>.

Entre outras atividades, apontou-se a assistência técnica na elaboração de 23 Perfis Urbanos das cidades de Cabo Verde e de um perfil urbano nacional; condução de uma avaliação rápida da relação entre a organização do espaço urbano e da violência urbana em Cabo Verde; Desenvolvimento de capacidades em liderança local e desenvolvimento econômico local destinado a todos os Municípios e funcionários do governo, formando um núcleo de 25 formadores nacionais na série Liderança local da ONU HABITAT; disponibilização de especialistas internacionais para colaborarem no estabelecimento de um Observatório Urbano Nacional bem como a disponibilização de especialistas internacionais para facilitarem temas específicos em eventos como o Fórum Nacional das Cidades”, o seminário internacional sobre o ordenamento do território<sup>60</sup>.

#### 4.3.4 Países parceiros de desenvolvimento – o destaque da China

Muitos são os países que vem apoiando economicamente Cabo Verde, alguns com os quais mantem laços históricos, como é o caso de Portugal e outros países europeus como a Espanha, Países Baixos, Luxemburgo, França, e países do continente americano e asiático como os EUA, o Brasil o Japão e a China. Países como Portugal, EUA, França e Holanda destacam-se como principais destinos dos emigrantes cabo-verdianos, criando as bases para o aprofundamento das relações econômicas e culturais entre os respetivos povos.

Conforme já se referiu anteriormente, a China destaca-se no conjunto dos países que vem apoiando Cabo Verde há algumas décadas. Dado ao suposto *déficit* de infraestruturas no país, este setor tem sido um dos mais visíveis desta parceria, tendo se executado, nos anos 1980,

---

<sup>59</sup>Fonte: Relatório do Programa PSUP do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT)

<sup>60</sup>Fonte: Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT)

obras de alguma relevância no contexto da Cidade da Praia e do próprio país, como são os casos do Palácio da Assembleia Nacional e do Palácio do Governo, duas das mais emblemáticas.

Com o seu empoderamento econômico, a China diversifica o leque dos projetos de parceria com os outros países, tornando-se mais ousada e solidária, de acordo com Tavares (2010), diferentemente dos outros parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde, que priorizam as áreas sociais, Pequim constitui foco principal as infraestruturas.

O financiamento daquelas infraestruturas viera ao encontro dos interesses das duas partes, pois o país carecia de infraestruturas do género. Para além das infraestruturas públicas, Pequim também alargou a sua cooperação ao campo de saúde, com o envio regular de uma equipa médica prestando assistência à população (TAVARES, 2010, p. 120).

Figura 22 - Palácio da Assembleia Nacional



Fonte: CS Design (2012)

Para Andrade (2008), para além do petróleo, a China tem outras áreas de interesse em África, como construção de infraestruturas e de projetos de bem-estar social, apoio na qualificação de recursos humanos (assistência técnica e concessão de bolsas a jovens africanos para estudar na China). Ou seja, apesar de continuar a conceder apoios mediante o modelo

antigo de cooperação, com base na construção de grandes edifícios públicos ou de estádios desportivos, tem se voltado gradualmente para *“projetos de infraestruturas que venham, inclusive, posteriormente a facilitar a atuação das empresas chinesas.”*

O formato de cooperação faz com que a materialização das obras seja feita por empresas (e trabalhadores) chinesas, constituindo-se numa forma de contato e aprofundamento das relações entre os dois povos.

O costume chinês de limitar a contratação de trabalhadores locais e os respectivos equipamentos, teve alguma visibilidade na fase inicial da cooperação, porém, começa a haver tendência para mudanças, dado que ultimamente tem recorrido à contratação de trabalhadores, apesar de ainda, timidamente. Trata-se de um aspecto que tem implicações na questão do emprego, matéria importante no contexto de Cabo Verde, onde o desemprego é ainda significativo, fixando-se em 12.4% em 2016, segundo os dados do Instituto Nacional da Estatística (INE). Por outro lado, coloca-se também a possibilidade, de parte do capital investido nas infraestruturas, regressar ao país de origem pelo fato boa parte dos equipamentos serem adquiridos na China.

Na década de 1990, a China edificou projetos como, o Memorial Amílcar Cabral, a Biblioteca Nacional, o auditório Jorge Barbosa, bem como as habitações sociais nos bairros de Palmarejo e de Achada Grande. Nos anos 2000, com o reforço da aproximação entre os dois países, mais infraestruturas urbanas foram executadas como são os casos da maternidade e central de consultas do Hospital Agostinho Neto na Praia, da enfermaria do bloco cirúrgico e da residência para os médicos do mesmo hospital, a barragem de Poilão, duas escolas rurais (Salineiro e Achada Monte, ilha de Santiago), a Escola Secundária de Santa Catarina na ilha do Fogo, o Centro Tecnológico de Cabo Verde, e o Estádio Nacional com uma capacidade para 20.000 espectadores, incluindo uma pista de atletismo. Destas obras, destacam-se duas que pela sua dimensão e impacto, na Cidade da Praia e do país podem ser considerados exemplos de grandes projetos: A barragem de Poilão no Município de Santa Cruz (Santiago), a primeira construída no país e o primeiro Estádio Nacional no Município da Praia, com capacidade para acolher, aproximadamente, 17% da população do Município.

O cumprimento dos prazos e das cláusulas contratuais, o fator custo, são algumas competências, tradicionalmente associadas às empresas chinesas que operam no país, e que representam *“vantagens competitivas em relação às empresas nacionais”*. Algumas empresas chinesas de construção civil em Cabo Verde, como a Qilu Zhougyu Company, a Jinan Sijian Group Lda (sucursal) e a China Railway Engenering Group, têm concorrido com empresas

nacionais do ramo, com vantagens consideráveis relativamente aos preços praticados e os prazos de entrega (TAVARES, 2010).

#### 4.3.5 Empresários (setor privado) nacionais e estrangeiros

Até a independência nacional, dada à conjuntura política e económica do país, estes atores não tinham participação no processo de dinamização socioeconômico de Cabo Verde. Os diversos ramos e setores da atividade económica, eram geridos e controlados pelo Estado.

Logo a seguir as independências, os países da África subsaariana, procederam às nacionalizações em massa. Desta forma, os setores públicos cobriam, em muitos casos, todas as produções de bens e serviços, embora, há que salientar que, em Cabo Verde, tal não se verifica, literalmente, tendo em conta os poucos recursos naturais e minerais das ilhas. A maioria dos países africanos, adere á intervenção estatal pesada, inclusive nacionalizações da indústria e propriedade da terra. Esta política teve seus efeitos, considerados desastrosos, na medida que houve um baixo desenvolvimento, corrupção e serviços pobres (GRAÇA, 2009, p. 14).

A década 1990 vai marcar uma viragem no cenário político-econômico do país, ao permitir que setores e empresas, de cariz público, fossem privatizados, resultante de alguma pressão de organismos financeiros internacionais como FMI e Banco Mundial, permitindo assim a entrada do setor privado nacional e estrangeiro na vida económica do país.

Entre 1992 e 2005, 50 empresas foram retiradas do controlo do Estado e transferidas para investidores externamente financiados, com apenas 5 sob pertença do Estado. Das empresas abrangidas, 35 foram totalmente privatizadas, das quais 11 por investidores externos dominantes e acionistas minoritários nacionais, 23 a investidores nacionais, na sua maioria trabalhadores, e 3 por contratos de desempenho; 8 foram liquidadas por vontade própria do governo, 5 desmanteladas em 16 unidades privatizadas e posteriormente liquidadas; e 2 foram parcialmente privatizadas, enquanto aguardavam resolução da sobreposição da detenção de capital (GRAÇA, 2009).

A política de atração investimentos estrangeiros começa a se evidenciar e a ser promovida e incentivada pelo poder público, como forma de ultrapassar as supostas fragilidades económicas e financeiras do país. Do ponto de vista espacial, os resultados desta opção começam a se evidenciar nas ilhas “vocacionadas” para o turismo de Sol e Praia, com edificações de empreendimentos turísticos liderados, maioritariamente, por empresas estrangeiras, primeiro na ilha de Sal e mais recentemente na ilha de Boa Vista.

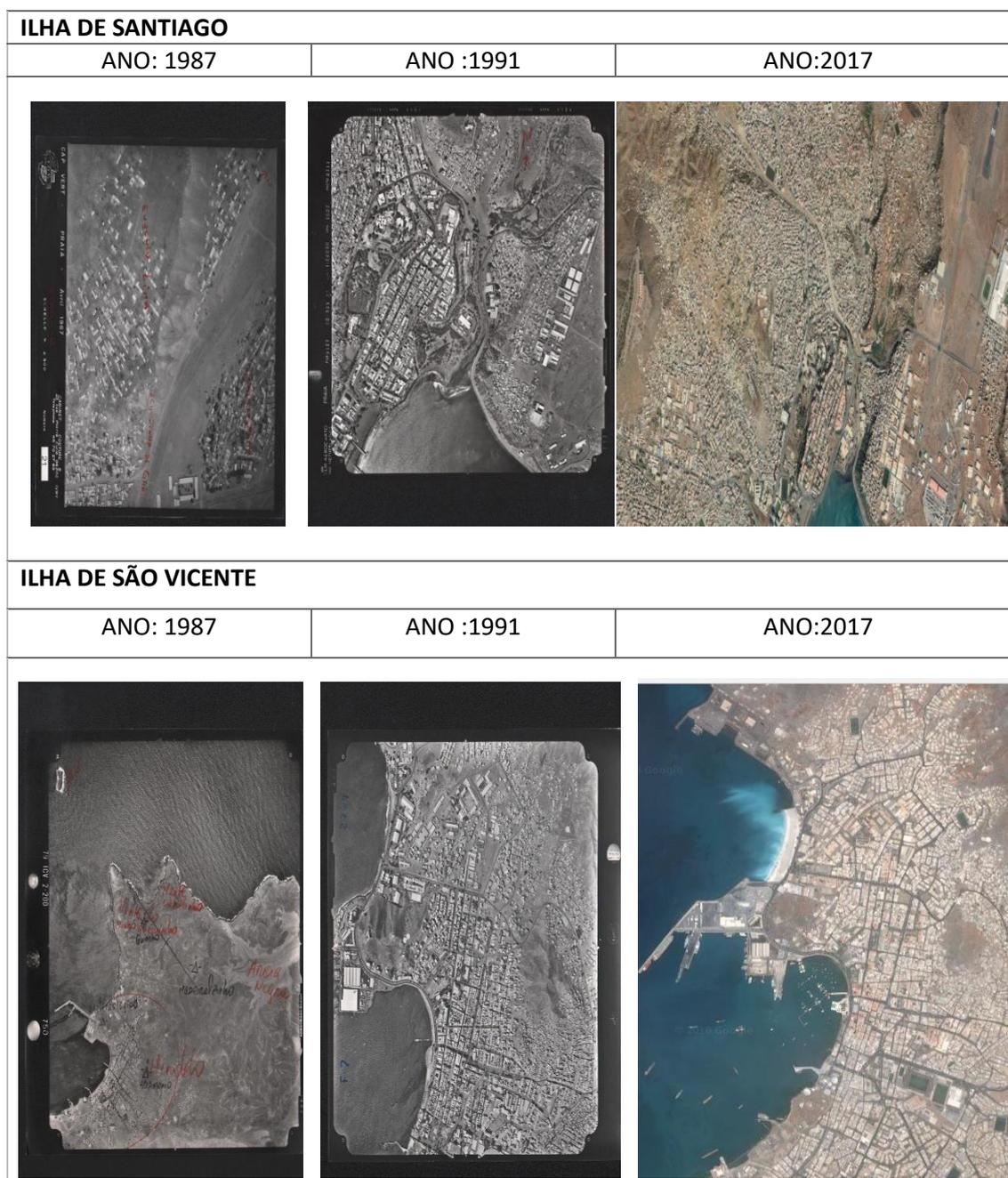
A dinâmica no setor das infraestruturas pareceu ter ganho um certo impulso, entre os anos 2000 a 2007, em que se notou uma certa movimentação promovida por empresas estrangeiras e nacionais no setor turístico imobiliário e pelo anúncio de alguns “megaprojetos”. Contudo, alguns projetos nem sequer chegaram a ser implementados e outros estão até hoje estão “abandonados” (como são os casos dos projetos Sambala Village e Santiago Golf Resort na ilha de Santiago e Vila Verde na ilha do Sal) supostamente, devido a problemas de ordem jurídica e financeira. Calcula-se que os efeitos da crise de 2008 na Europa (principal consumidor dos produtos turísticos de Cabo Verde), terão contribuído para esse arrefecimento. De todo o modo, como vimos anteriormente, o investimento direto estrangeiro no turismo, continua a ter um peso no PIB do país, em conjunto com outros fatores, como a remessa dos emigrantes ou as transferências correntes. Um dos maiores investimentos privado, alguma vez contratualizado no país, está sendo executado por uma empresa estrangeira, proveniente de Macau, despertando algumas expectativas no seio dos praienses e nos cabo-verdianos de uma forma geral.

#### 4.4 DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS: GPUS: SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS URBANOS?

##### 4.4.1 A lógica do incentivo aos GPUS e investimentos estrangeiros: o turismo e os impactos socioeconômicos e espaciais associados

Na sequência da independência, foi consolidado um “discurso” que concebia o país como tendo uma economia reduzida, fechada e concentrada no Estado. Com base na fundamentação de carência de infraestruturas, serviços e equipamentos básicos de apoio às necessidades quotidianas da população, o Estado surge como um dos grandes promotores e defensores da urgente aposta na urbanização e infraestruturização do país. Nas duas últimas décadas e meia, à semelhança da tendência mundial, Cabo Verde tem passado por um aumento do ritmo da “urbanização” do seu território. Este fato pode ser observado nos dados estatísticos relativos à evolução da população “urbana” no país, nos últimos 35 anos. Passou de 35,5% em 1980 para 45,9% em 1990 e 53,9% em 2000, e segundo os dados do censo 2010, a população urbana é de 62%, estando sobretudo concentrada na cidade da Praia.

Figura 23 - Urbanização em Santiago e São Vicente (1987, 1991 e 2017)



Fonte: Autora com base nos dados das fotografias aéreas (1987 e 1991) do INGT e as Imagens do Googlemap 2017

A figura 23 evidencia três momentos (1987, 1991 e 2017) elucidativos da dinâmica de ocupação de duas ilhas, que contém, dois dos principais centros urbanos do país: A Praia e o Mindelo, cujos dados do censo 2010, consideraram 97% e 93%, respetivamente, das populações como sendo “urbanas”. Para Fernandes e Carvalho (2014, p. 6):

Praia é o Município que apresenta o grau de atratividade mais elevado do país, uma vez que ali, concentram os principais serviços e todos os órgãos da soberania nacional. As populações dos restantes Municípios da ilha de Santiago e mesmo das outras ilhas tendem-se a deslocar para a área urbana do Município da Praia (FERNANDES e CARVALHO, 2014, p. 6).

Na sequência da liberalização econômica e abertura do país à globalização,<sup>61</sup> e na linha do se viu anteriormente, relativamente à existência de um ambiente pós crise, dos anos 1970, que estimula a “competitividade” para alocação de investimentos estrangeiros e execução de Grandes Projetos Urbanos, o Estado de Cabo Verde implementa um conjunto de condições para promover investimentos do setor privado nacional e estrangeiro, particularmente no setor do turismo. Segundo Ferreira (2006), a avaliação histórica do papel atribuído ao turismo mostra que entre 1982- 1985, etapa em que vigorou o I Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde (PND), o setor tinha pouco peso na economia de Cabo Verde, contribuindo com apenas 2% para o PIB nacional. Nesta altura, não se apresentava como prioridade, alegadamente pelas “fragilidades ambientais e econômicas do país”. Contudo, o segundo PND (1986-1990) mostra uma perspectiva diferente, inclui no documento os fatores que estavam impedindo o seu avanço e propõe medidas para os ultrapassar. A tabela 3 indica um aumento gradual do peso do turismo na economia nacional entre 1995 a 2005.

Tabela 3 - Peso (%) do turismo no PIB entre 1995 – 2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Peso no PIB	2.0	2.2	3.3	3.4	3.6	7.3	9.5	10.2	10.4	10.1	10.4

Fonte: Adaptado de Barros (2007)

No ramo hoteleiro, de acordo com informações do Plano Estratégico do Turismo 2003/2010, foi o próprio Estado cabo-verdiano, que construiu em 1986 o Hotel Belorizonte, (explorado pela rede NOVOTEL da Accord francesa), que acabaria por desempenhar, na prática, o papel de autêntico centro “formativo” no setor hoteleiro na ilha “*Foi o início de*

---

<sup>61</sup> Depois da independência em 1975, Cabo Verde viveu 15 anos com um sistema político monopartidário e uma economia centralizada no Estado. A partir dos anos 1990, fruto da conjuntura internacional e de pressões internas, deu-se a abertura política, com a realização das primeiras eleições livres e democráticas, bem como a liberalização econômica, permitindo a entrada do setor privado na economia do país.

*alguma formação na área de hotelaria e o hotel viria a funcionar quase como um viveiro de quadros médios e baixos para toda a hotelaria e restauração de então*<sup>62</sup>.

Em Agosto de 1990 criou-se o Centro de Promoção Turística, do Investimento e das Exportações (PROMEX), pelo Decreto Lei nº 69/9. Em 2004 foi modificado pela resolução nº 21/2004 de 21 de Setembro que funde o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE) - e o PROMEX, passando a denominar-se, Cabo Verde Investimentos (CI), Agência Cabo-Verdiana de promoção de Investimentos. Esta teve como principais atribuições, promover Cabo Verde como destino turístico; garantir o desenvolvimento das vantagens competitivas do país; promover o incremento do comércio de bens e serviços de origem cabo-verdiana; fomentar projetos de investimento nacional e estrangeiro e promover o desenvolvimento empresarial nacional e o apoio ao fortalecimento e modernização da estrutura empresarial do país (NASCIMENTO, 2008).

Surge, deste modo, na sequência das reformas econômicas implementadas, uma instituição cujo papel seria, constituir-se num “balcão único”, uma espécie de “primeiro ponto de contato para qualquer investimento no país, através do qual o investidor externo poderá concentrar todas as suas demandas. A sua principal função seria a de “estimular o desenvolvimento, expansão e crescimento da economia, promovendo Cabo Verde como um centro “competitivo” de negócios”. Deste modo, a CI (Cabo Verde Investimentos) teria, entre outras missões, promover o desenvolvimento das tais “*vantagens competitivas*” do país, *identificar e atrair o investimento externo, contribuir para a redução do desemprego e crescimento económico*”.

Um outro instrumento utilizado para a promoção ao investimento externo e criação de um clima de “maior confiança e segurança” aos investimentos estrangeiros, foi a legislação. Nesta matéria, destaca-se a Lei do Investimento Externo (Lei 89/IV/93, de 13 de Dezembro), que estabelece os incentivos fiscais – isenção de tributação de rendimentos (lucros e dividendos) durante 5 anos, isenção de tributação de amortizações e juros correspondentes às operações financeiras que constituam investimento externo e estabilização do regime fiscal (Taxa de

---

<sup>62</sup> Fonte: Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde, 2010/2013, disponível em [http://www.governo.cv/documents/plano\\_estrategico\\_do\\_turismo.pdf](http://www.governo.cv/documents/plano_estrategico_do_turismo.pdf), acesso a 18 de Dezembro de 2018

Imposto Único sobre Rendimentos de 10% a partir do 6º ano, sem prejuízo de condições mais favoráveis acordadas com o Estado de Cabo Verde)<sup>63</sup>.

No entanto, para assegurar que os investimentos privados estrangeiros, particularmente no setor do turismo, tivessem “sucesso” seria necessário a garantia de um conjunto de condições, nomeadamente a delimitação ou mesmo reserva de solos para a sua alocação e expansão. Provavelmente prevendo isso, que o governo de Cabo Verde criou em 1993, por decreto legislativo (DL nº2/93) as designadas Zonas Turísticas Especiais (ZTEs), *áreas identificadas como possuidoras de especial aptidão para o turismo*”, e que se classificam em Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTIs) e as Zonas de Reserva e Proteção Turística (ZRPT).

De acordo com o Decreto legislativo nº2/93, umas das preocupações fundamentais da política turística nacional é a de dotar o país de infraestruturas turísticas que integrem uma oferta de qualidade, o que pressupõe uma política de solos que permita ao Estado, em tempo, dispor oportunamente dos terrenos necessários à realização do planos de desenvolvimento turístico e preservar e valorizar as condições naturais, as praias, as belezas naturais e o clima, que contribuem, em muito, para que o nosso turismo seja um produto de qualidade.

Paralelamente, foi criado pelo decreto legislativo nº1/93 o Instituto Nacional do Turismo (INATUR), cuja missão seria, entre outras “difundir e defender a imagem de Cabo verde como destino turístico, orientar, coordenar, realizar e fomentar a promoção do turismo nacional, no país e no estrangeiro<sup>64</sup>”.

Foram estabelecidas, desta forma, as bases para o estabelecimento de empresas e grupos nacionais e estrangeiros que operam no setor do turismo, promovendo, particularmente, as ilhas consideradas como possuidoras de potencialidades de turismo de sol e praia destacadamente, a ilha do Sal e mais recentemente a de Boa vista.

Os primeiros registos da atividade turística no país, remontam à década de 1960, na sequência da construção do primeiro aeroporto internacional, na ilha do Sal. O facto desta ilha, ter tido o único aeroporto internacional do país, até 2005, fez com que se destacasse como o primeiro e mais conhecido destino turístico de Cabo Verde. Também a edificação, em 1967, da

---

<sup>63</sup>Lei 89/IV/93, de 13 de Dezembro de 1993, disponível em [https://cabo Verde.eregulations.org/media/lei\\_investimento\\_externo.pdf](https://cabo Verde.eregulations.org/media/lei_investimento_externo.pdf), acesso a 30 de Dezembro de 2017

<sup>64</sup> Fonte: Decreto legislativo nº1 e 2/93 de 1 de fevereiro de 1993

Pousada Morabeza (atualmente Hotel Morabeza) pela família belga Vynkier, foi fundamental, para o despontar do turismo balnear na ilha.

Por outro lado, as frequentes escalas na ilha, dos tripulantes da South African Airways, durante os seus percursos para a Europa e EUA, contribuíram para o surgimento e desenvolvimento de modalidades turísticas ligadas aos desportos náuticos, como o surf e o windsurf, o mergulho e a pesca submarina. De referir que a ilha do Sal, oferecia as vantagens, de ser a mais plana do país, com extensas praias de areia branca e águas transparentes, fatores imprescindíveis para a dinamização destes produtos turísticos, sobretudo na região turística de Santa Maria.

Paulatinamente, o setor imobiliário turístico, foi ganhando força nesta ilha, com a destacável contribuição de investidores portugueses e italianos, particularmente o grupo italiano Stefaninna, que, em parceria com investidores nacionais, criou o grupo Turim, almejando implementar um resort turístico na Baía de Murdeira.

Relativamente à ilha de Boa Vista, era praticamente desconhecida, há relativamente 10 anos atrás, dado ao seu isolamento, (precárias ligações aéreas e marítimas). Pelo que a abertura do aeroporto internacional em 2007, facilitou a sua abertura ao mundo e aos investimentos turísticos além fronteira.

Terceira maior ilha do país, com uma orografia marcada sobretudo por extensas praias de areia branca, e por planícies de dunas e tamareiras, a Boavista é considerada a ilha com o maior potencial para o turismo balnear em Cabo Verde. Paralelamente, o seu fundo marinho rico e diversificado, com águas límpidas e transparentes, bancos de corais e restos de navios naufragados, constitui uma importante atracção para o turismo de mergulho e a pesca desportiva. Também na ilha se encontram 14 das 47 áreas protegidas de Cabo Verde, que podem contribuir para diversificar a sua oferta turística.

Em 2008, o fluxo de turistas para a ilha conheceu um acréscimo de 113% (de 15.533 em 2007 para 33.135 em 2008), duplicando (5% para 10%) o seu peso no contexto nacional. Nesse mesmo ano, apesar da crise que abalou o setor imobiliário turístico, Cabo Verde conseguiu elevar em 7%, o fluxo de turistas relativamente ao ano 2007.<sup>65</sup>

Os resultados desta política de atração de investimentos (sobretudo estrangeiros) no setor do turismo, tem sido a ocupação intensiva da orla costeira do país, pontualmente criticada

---

<sup>65</sup>Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde, 2010/2013, fonte: [http://www.governo.cv/documents/plano\\_estrategico\\_do\\_turismo.pdf](http://www.governo.cv/documents/plano_estrategico_do_turismo.pdf), acesso a 18 de Dezembro de 2018

pelo fato de não respeitar a biodiversidade local e não proceder à integração social das comunidades afetadas, que apesar de contribuírem na edificação e funcionamento destas infraestruturas turísticas, têm sido excluídas, ficando à margem do suposto “desenvolvimento” que estes investimentos geram. As ilhas do Sal e Boa Vista acolhem um número significativo dos resorts e empreendimentos turísticos do país, particularmente empresas multinacionais estrangeiras, gerando contraditoriamente, como suporte ao funcionamento destas atividades, assentamentos urbanos precários, que acolhem comunidades de baixa renda e que vivem em condições pouco dignas. Os bairros de Boa Esperança na cidade do Sal Rei (Boa Vista) e Santa Cruz na cidade dos Espargos (ilha do Sal) são exemplos paradigmáticos, recentemente designados de “assentamentos informais” (figura 26).

Figura 24 - Hotel Rio Funaná, ilha do Sal



Fonte: <http://www.viagenseferias.net/hotel-riu-funana-passa-palace-cabo-verde-garopa-funana>, acesso a 26 de Dezembro de 2017

Figura 25 - Hotel Rio Caramboa na ilha de Boa Vista



Fonte: <http://www.diarioImobiliário.pt/Actualidade/Internacional/Cabo-Verde-RIU-Hotels-em-braco-de-ferro-com-o-Governo>, acesso a 27 de Dezembro de 2017

Figura 26 – Bairros ditos “informais” na ilha do Sal e Boa Vista



Fonte: <http://www.asemana.publ.cv/?Barraca-da-Boa-Vista-20-anos-depois-Entre-a-pobreza-e-a-esperanca-em-dias&ak=1>, acesso a 27 de Dezembro de 2017



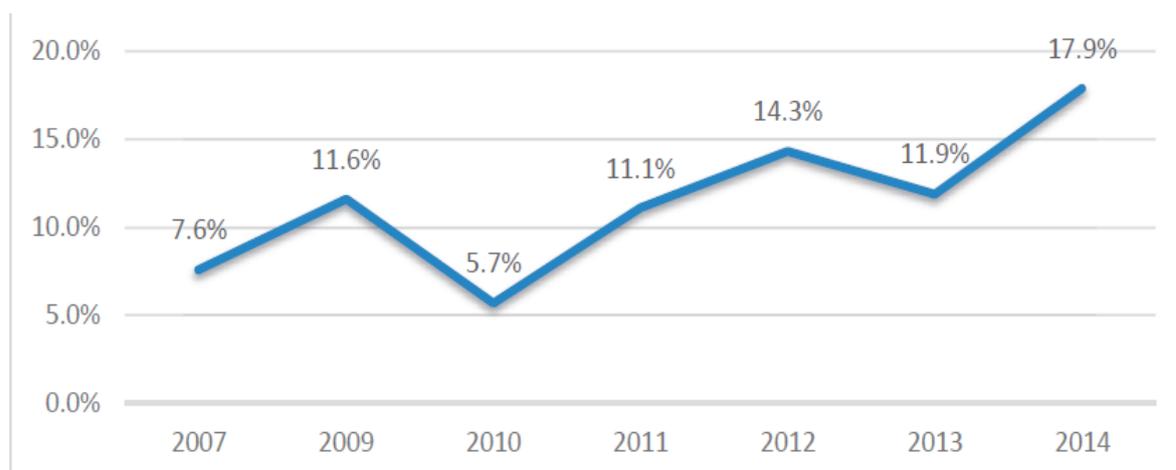
Fonte: Barbosa (2014)

Os trabalhadores dos empreendimentos hoteleiros (e que vivem nos ditos bairros informais) são maioritariamente jovens do interior da ilha de Santiago e cidadãos imigrantes da costa ocidental da África, que se deslocam em busca de emprego e da melhoria do nível de vida, que, provavelmente, nunca chegam a encontrar, dado ao elevado custo de vida que encontram nestas ilhas. Nos últimos anos, particularmente a partir do ano 2000, contribuíram para o rápido aumento populacional destas ilhas, e conseqüente agravamento da taxa de desemprego, com particular incidência na ilha de Boa Vista (gráfico 13). Em 2007 a ilha apresentava uma incidência da pobreza de 8% e acolhia apenas 0,3% dos pobres do país. Mas o acelerado crescimento populacional dos últimos anos<sup>66</sup> tem sido acompanhado pelo agravamento da taxa de desemprego, que em 2014 praticamente triplicou (MORAIS, 2016).

---

<sup>66</sup> Estima-se que atualmente vivem na ilha, aproximadamente, 13.000 pessoas (mais 45% face a 2010). Mas as projeções do INECV indicam que até 2030 a movimentação demográfica na ilha deverá registar o maior crescimento a nível nacional (mais 230%), para um total de 30.377 habitantes (fonte: Projeções demográficas de Cabo Verde 2010-2030. INE).

Gráfico 13 – Evolução da taxa de desemprego na Boa Vista (2007 – 2014)



Fonte: Morais (2016)

#### 4.4.2 As assimetrias regionais e o reforço da liderança da Praia: GPUs, soluções dos problemas urbanos?

Como se viu no início deste capítulo, apesar dos relativos “progressos” dos indicadores socioeconômicos do país (PIB, PIB per capita etc), comparados com os dos países vizinhos da África subsaariana e os pequenos países africanos, convém lembrar o posicionamento de Sen (2000) no que tange às insuficiências destes indicadores, relativamente ao conceito “desenvolvimento” e da necessidade de acrescentar aspectos relacionados com os direitos políticos e civis. Ademais as vulnerabilidades de Cabo Verde, resultantes da insularidade, seca e assinalável dependência das remessas dos emigrantes (num contexto internacional de alguma incerteza), fazem com que os tradicionais indicadores econômicos sejam também “vulneráveis”.

Por outro lado, apesar do país evidenciar uma evolução econômica positiva, o panorama urbano-regional do país é “desigual”, essencialmente no tocante aos efetivos de população que cada ilha possui, bem como às riquezas que cada uma delas consegue produzir. Tomando como base de comparação, dados da população e do PIB, entre 2000 e 2010, mostram-se, a seguir, alguns gráficos e tabelas, para melhor demonstrar as diferenças que existem a este nível:

Com base nos dados das tabelas 4 e 5, podemos observar que o Município da Praia é o maior núcleo populacional do país. Com exceção das ilhas “turísticas” (Sal e Boavista), registou a maior taxa de crescimento populacional (3%).

Excluindo os Municípios de São Vicente (1.3%), e Santa Catarina de Fogo (1%) os restantes Municípios registaram valores de taxas de crescimento populacional muito tímidos, todos, igual ou abaixo de 0.5%, sendo que quase metade (9 no total de 22) (Paúl, Ribeira Grande, Brava, Ribeira Brava, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, Ribeira Grande de Santiago, São Filipe, Calheta de São Miguel) obtiveram registos negativos, com perda de população durante este período. Outra nota digna de registo é que, excetuando os Municípios turísticos de Sal (1.8%) e Boavista (1%), a Praia e São Vicente são os únicos que reforçaram o seu peso relativo a nível nacional, entre 2000 e 2010, com claro avanço da Praia que aumenta 4.3 percentuais, enquanto São Vicente 0.2.

Tabela 4 - População relativa por Município em 2000 e 2010

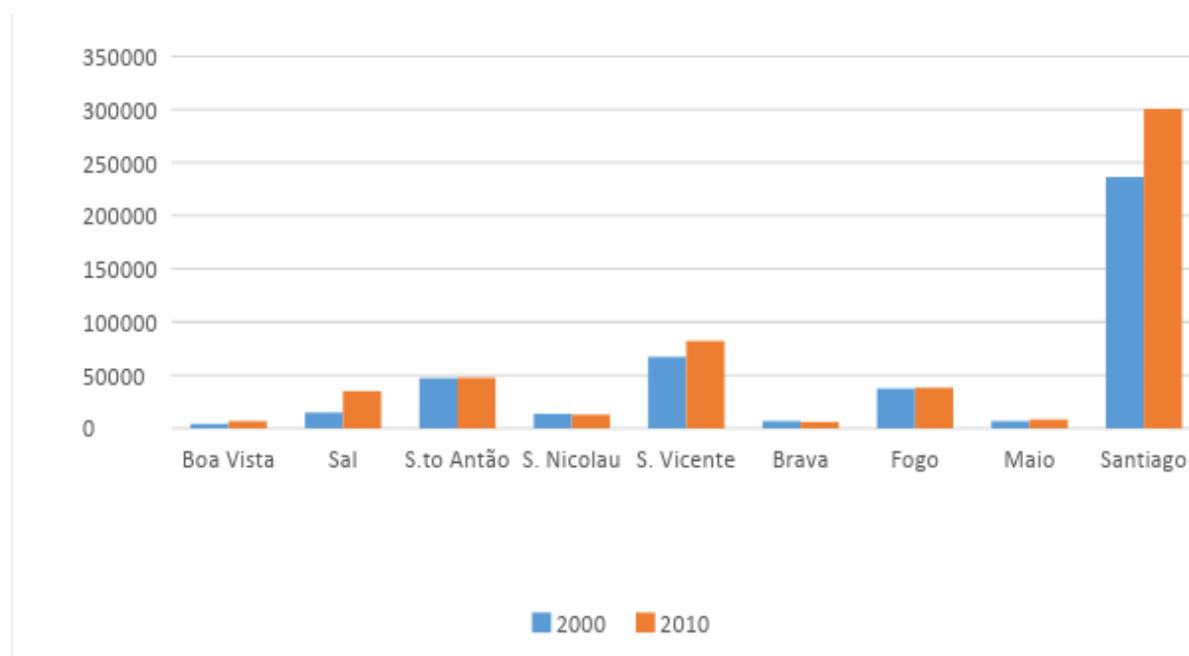
CONCELHO	POPULAÇÃO			
	2000	%	2010	%
Total de Cabo Verde	434625	100	491575	100
<b>Ribeira Grande (RGSA)</b>	21.594	4,97	18.890	3,8
<b>Paul (PL)</b>	8.385	1,9	7.032	1,4
<b>Porto Novo (PN)</b>	17.191	4,0	17.993	3,7
<b>São Vicente (SV)</b>	67.163	15,5	76.107	15,7
<b>Ribeira Brava (RB)</b>	8.194	1,9	7.580	1,5
<b>Tarrafal de São Nicolau (TSN)</b>	5.194	1,2	5.237	1,1
<b>Sal (SL)</b>	14.816	3,4	25.657	5,2
<b>Boa Vista (BV)</b>	4.209	1,0	9.162	1,9
<b>Maio (MA)</b>	6.754	1,55	6.952	1,41
<b>Tarrafal (TA)</b>	17.792	4,1	18.565	3,8
<b>Santa Catarina (SC)</b>	40.852	9,4	43.297	8,8
<b>Santa Cruz (SZ)</b>	25.206	5,8	26.609	5,4
<b>Praia (PR)</b>	98.129	22,6	132.317	26,9
<b>São Domingos (SD)</b>	13.320	3,1	13.686	2,8
<b>Calheta de São Miguel (SM)</b>	16.128	3,7	15.648	3,2
<b>São Salvador do Mundo (SSM)</b>	9.172	2,1	8.677	1,8
<b>São Lourenço dos Órgãos (SLO)</b>	7.809	1,8	7.388	1,5
<b>Ribeira Grande de Santiago (RGST)</b>	8.219	1,9	7.732	1,6
<b>Mosteiros (MO)</b>	9.469	2,2	9.524	1,9
<b>S.Filipe (SF)</b>	23.156	5,3	22.228	4,5
<b>Santa Catarina do Fogo (SCFO)</b>	4.796	1,1	5.299	1,1

<b>Brava (BR)</b>	6.804	1,6	5995	1,2
-------------------	-------	-----	------	-----

Fonte: A autora (2017) com base nos dados do Censo (2010)

Os dados do INE, para 2016, confirmam e reforçam a liderança populacional da ilha de Santiago (56%), mostrando a tendência para Praia continuar a ser o maior centro urbano do país (29,22% em 2016).

Gráfico 14 - População de Cabo Verde, por ilhas em 2000 e 2010



Fonte: Autora (2017) com base nos dados do Censo (2010)

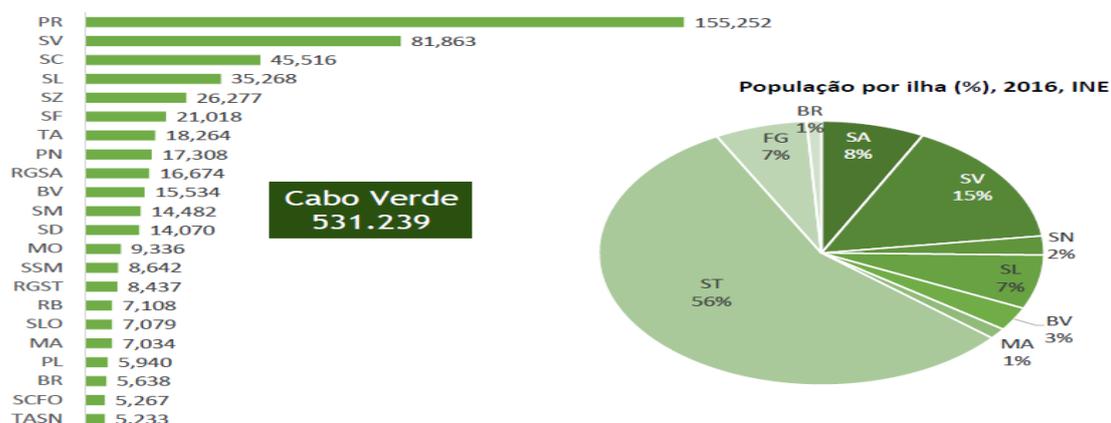
Tabela 5 - Taxa de crescimento populacional por Município entre 2000 e 2010

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	2000	2010	TCMA
<b>Total de Cabo Verde</b>			
<b>Paul</b>	8.385	7.032	-1,5
<b>Ribeira Grande</b>	21.594	18.890	-1,3
<b>Brava</b>	6.804	5.995	-1,3
<b>Ribeira Brava</b>	8.194	7.580	-1,1
<b>São Salvador do Mundo</b>	9.172	8.677	-0,6
<b>São Lourenço dos Orgão</b>	7.809	7.388	-0,6
<b>Ribeira Grande de Santiago</b>	8.219	7.732	-0,6

<b>S.Filipe</b>	23.156	22.228	-0,4
<b>Calheta de São Miguel</b>	16.128	15.648	-0,3
<b>Tarrafal de São Nicolau</b>	5.194	5.237	0,1
<b>Mosteiro</b>	9.469	9.524	0,1
<b>Maio</b>	6.754	6952	0,3
<b>São Domingos</b>	13.320	13.686	0,3
<b>Tarrafal</b>	17.792	18.565	0,4
<b>Santa cruz</b>	25.206	26.609	0,5
<b>Porto Novo</b>	17.191	17.993	0,5
<b>Santa Catarina</b>	40.852	43.297	0,6
<b>Santa Catarina do Fogo</b>	4.796	5.299	1
<b>Total de Cabo Verde</b>	<b>434625</b>	<b>491575</b>	<b>1,23</b>
<b>São Vicente</b>	67.163	76.107	1,3
<b>Praia</b>	98.129	132.317	3
<b>Sal</b>	14.816	25.657	5,5
<b>Boa Vista</b>	4.209	9.162	7,8

Fonte: A autora (2017) com base nos dados do Censo (2010)

Figura 27 - População por Municípios em 2016



Fonte: INE, 2016

Com base nos dados das contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística (tabela 6), entre, 2007 e 2012, a ilha que mais contribuí para o PIB de Cabo Verde foi Santiago, que respondia com mais de metade do total nacional, com um peso de 52,3 e 53,2 % respetivamente, seguida da ilha de São Vicente com 16,1 e 15,2%. A ilha do Sal, com o fator turismo, se apresenta como a terceira melhor posicionada, confirmando a tendência de se constituir no Município melhor colocado “economicamente”, a nível nacional, depois da Praia e São Vicente. As restantes ilhas somavam, juntas, não mais que 31,5% em 2012, levemente menor que o

patamar observado no início do período (31,7%), indicando a tendência à acentuação da concentração em Santiago.

Durante o período analisado, as ilhas de São Nicolau, Maio e Brava são as que registaram os menores valores do PIB e VN, o que associado aos dados populacionais anteriormente analisados, bem como os problemas de ligação marítima e aérea, coloca-as numa situação de certo isolamento.

No entanto, convém esclarecer que o domínio da ilha de Santiago é muito condicionado pela participação da cidade da Praia, pelo que isolada dela, os restantes Municípios da ilha se mostram bastante fragilizados nestes indicadores. Pelo que, achou-se pertinente mostrar também os dados do PIB da ilha de Santiago, sem o Município da Praia, em comparação com as restantes ilhas e de fato os resultados são bastantes esclarecedores (gráfico 15). Observa-se que os oito Municípios da ilha de Santiago, sem a Praia, obtiveram um registo de apenas 14% do PIB no contexto nacional, em 2012, enquanto que só o Município da Praia, contribuiu com mais de um terço da riqueza produzida no país (39%) e 74% da produzida na ilha de Santiago.

De sublinhar também o percurso “evolutivo” da ilha de Boa Vista nestes seis anos, em relação a estes dois indicadores, com tendência para melhoramento, particularmente do seu volume de negócios, a partir do ano 2009, o que seguramente está associado à dinâmica registrada no setor do turismo, na sequência da construção do aeroporto internacional Aristides Pereira.

Feita a avaliação do comportamento do PIB nos diferentes Municípios, torna-se pertinente analisar também, para os mesmos anos, os dados do PIB per capita, de modo a se ter noção da média de riqueza produzida por pessoa.

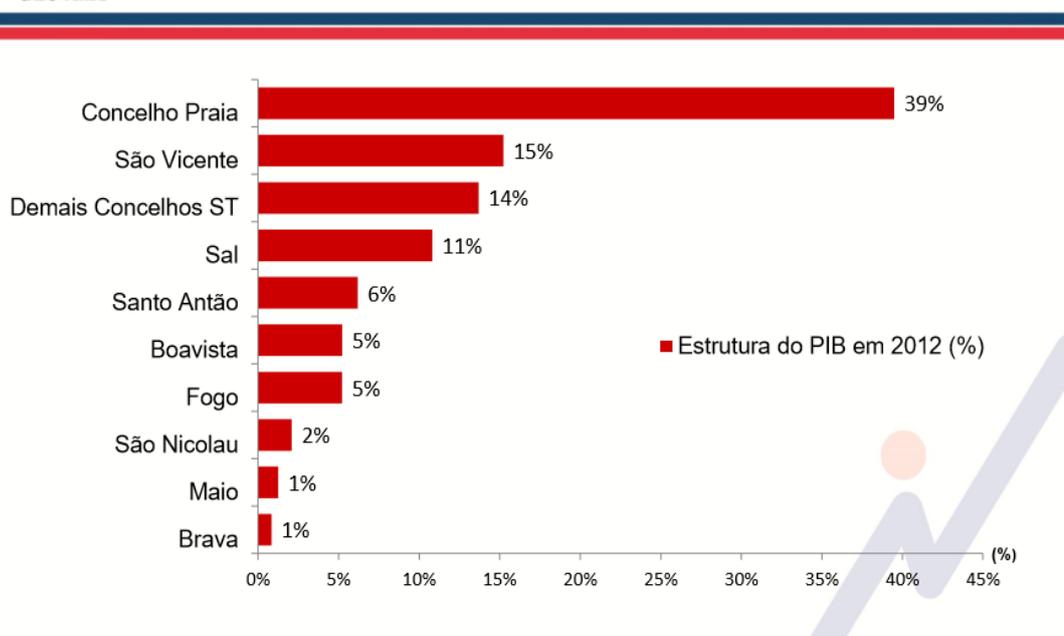
Verifica-se que o panorama sofre algumas alterações quando o indicador em análise é o PIB per capita. Os baixos valores do PIB dos Municípios do interior da ilha, contribuem para baixar o PIB per capita da ilha, que aliado ao fato desta ser a mais populosa do país, faz com que perca a sua liderança para Sal, Boavista e São Vicente (fig 29). De notar que, tanto em 2007 como em 2012, Boa Vista e Sal observam quase o dobro do PIB per capita da ilha de Santiago, aparecendo logo a seguir, São Vicente (3699 US\$ em 2012), ligeiramente à frente de Santiago (3578 US\$).

Tabela 6 - Participação das ilhas no volume de negócios e PIB nacional 2007-2012

Ilha	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	% VN	% PIB										
Santo Antão	0,7	6,7	1,0	6,5	1,0	6,7	1,4	6,6	1,4	6,5	1,3	6,2
São Vicente	25,2	16,1	21,4	16,3	25,4	16,0	26,9	16,3	28,0	16,2	28,8	15,2
São Nicolau	0,5	2,2	0,6	2,3	0,6	2,5	0,6	2,4	0,5	2,3	0,5	2,1
Sal	14,0	12,8	17,5	13,1	13,8	11,2	13,4	11,4	14,0	11,1	15,5	10,8
Boa Vista	1,8	2,5	2,7	2,8	1,7	3,6	2,6	4,3	2,7	4,3	3,1	5,2
Maio	0,3	1,3	0,3	1,3	0	1,3	0,3	1,3	0,4	1,3	0,3	1,2
Santiago	56,5	52,3	55,5	51,6	56,2	52,8	54,0	51,9	52,2	52,1	49,6	53,2
Fogo	0,8	5,2	0,9	5,1	0,8	5,1	0,7	4,8	0,8	5,2	0,8	5,2
Brava	0,1	1,0	0,1	0,9	0,2	0,9	0,2	0,9	0,1	0,9	0,1	0,8

Fonte: A autora (2017) com base nos dados do Censo (2010)

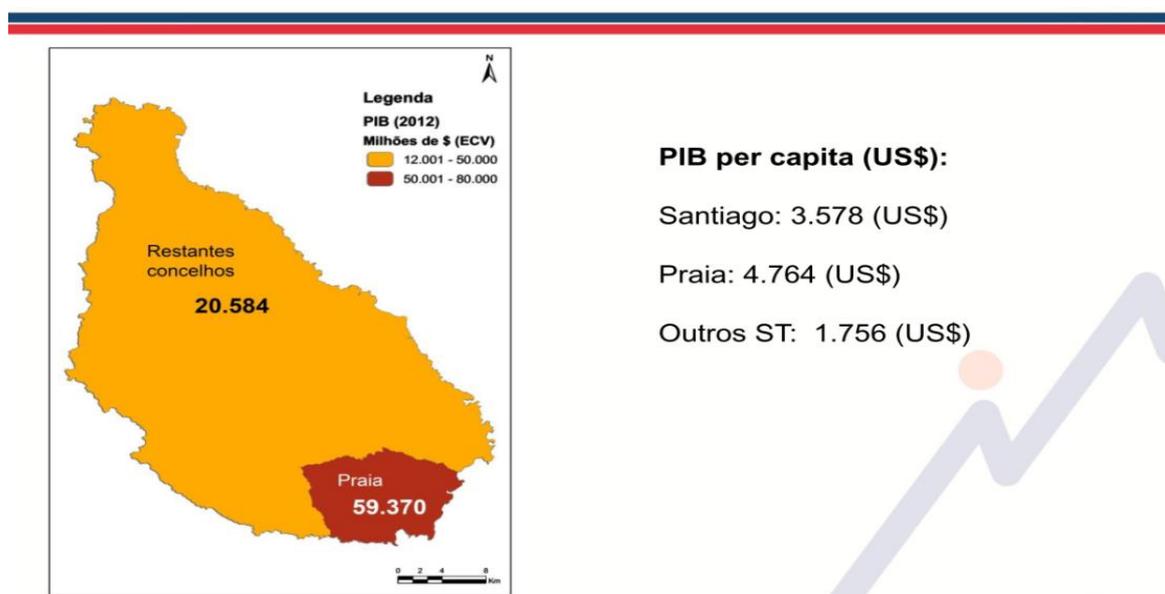
Gráfico 15 - PIB do Município da Praia em comparação com as outras ilhas



Fonte: INE: [http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr\\_regionalizacao.pdf](http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr_regionalizacao.pdf), acesso em janeiro de 2016

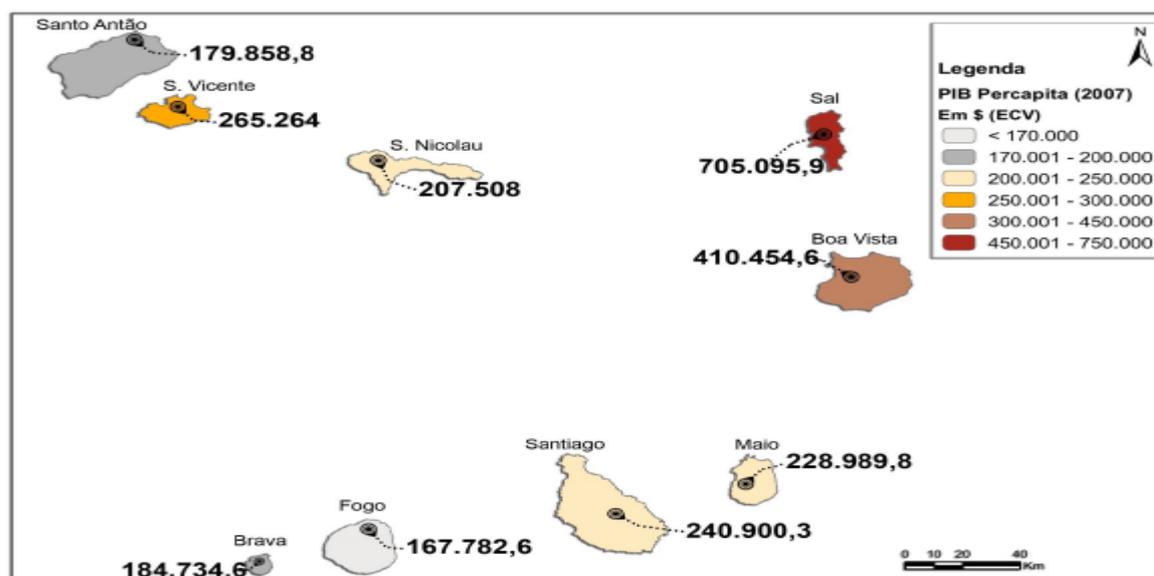
Considerou-se também importante apresentar os dados da Praia, isolados da ilha de Santiago, tendo se verificado que o PIB per capita do Município em 2012 (4.764 US\$) foi, praticamente, três vezes superior ao conjunto dos restantes Municípios de Santiago (1.756 US\$), e ultrapassa São Vicente (3699 US\$).

Figura 28 - PIB per capita da Praia no contexto da ilha em 2012



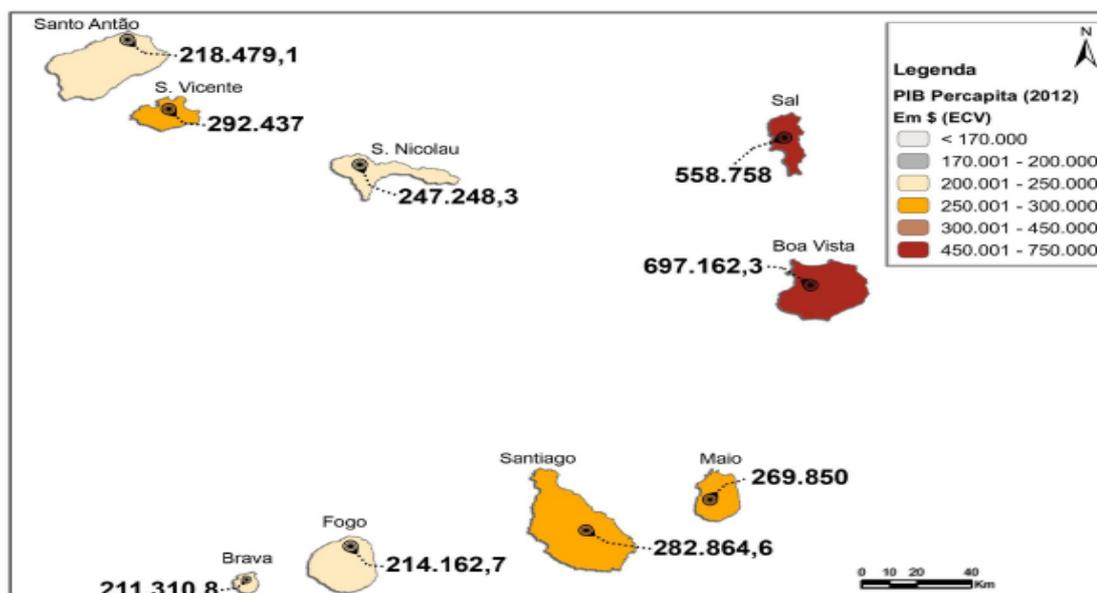
Fonte: INE: [http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr\\_regionalizacao.pdf](http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr_regionalizacao.pdf), acesso em janeiro de 2016

Figura 29 - PIB per capita por ilha em 2007 (ECV)



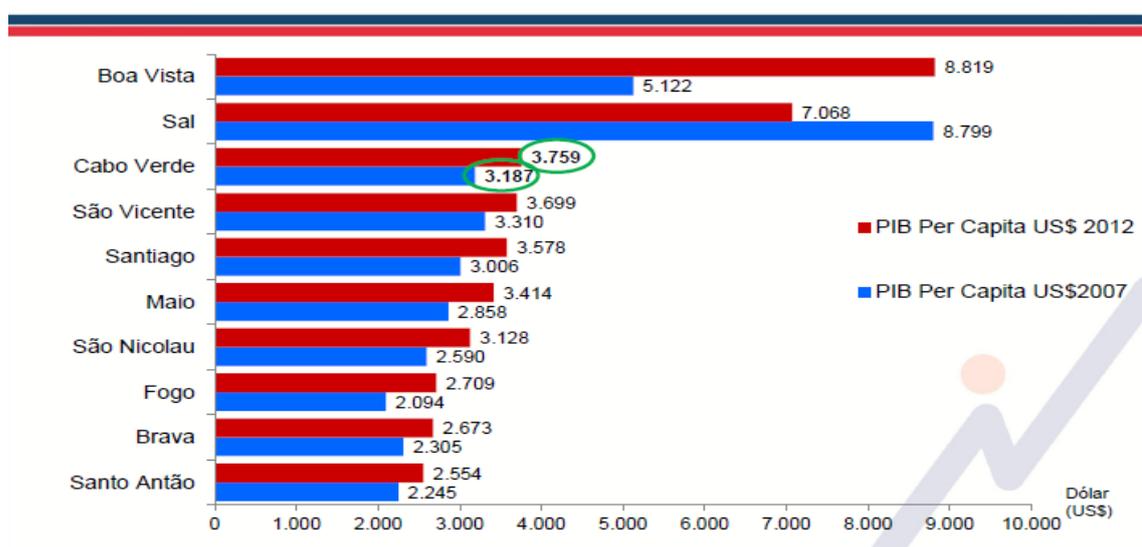
Fonte: INE: [http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr\\_regionalizacao.pdf](http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr_regionalizacao.pdf), acesso em janeiro de 2016

Figura 30 - PIB per capita por ilha em 2012 (ECV)



Fonte: INE: [http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr\\_regionalizacao.pdf](http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr_regionalizacao.pdf), acesso em janeiro de 2016

Gráfico 16 - PIB per capita por ilha (US\$) em 2007 e 2012

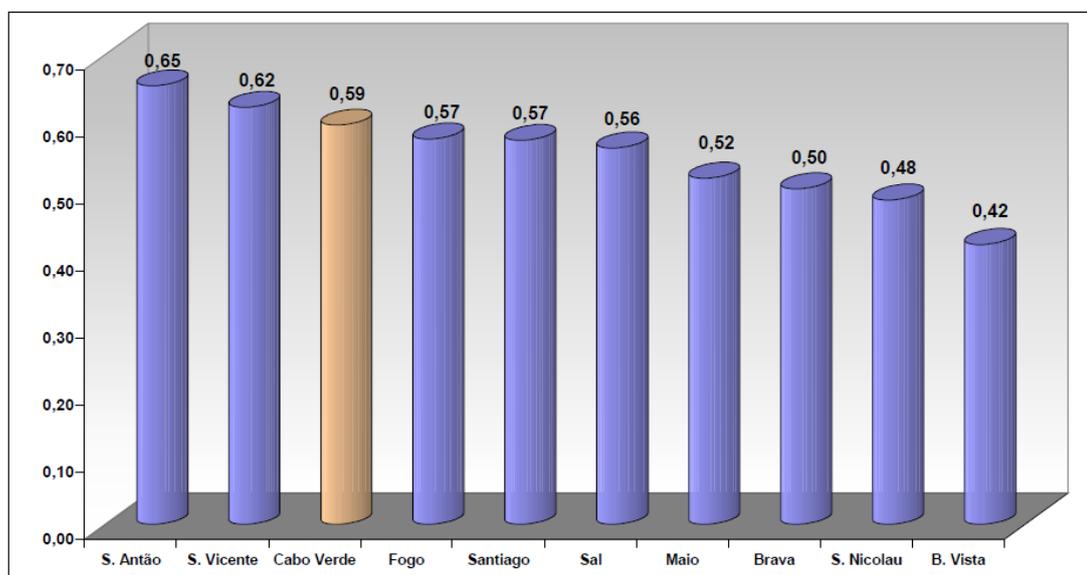


Fonte: INE: [http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr\\_regionalizacao.pdf](http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr_regionalizacao.pdf), acesso em janeiro de 2016

Entre 2007 a 2012, todos os Municípios melhoraram o seu PIB per capita, com exceção da ilha do Sal, que baixou de 8.799 US\$ em 2007 para 7.068 US\$ em 2012, provavelmente relacionado com a diminuição da dinâmica turística, resultante da crise que abalou o setor imobiliário turístico, tendo também nessa altura, entrado em funcionamento os aeroportos internacionais de São Vicente, Boa Vista e Praia.

Relativamente aos valores do índice de gini, Santo Antão apresenta-se com maior concentração da riqueza, com 5% da população a absorver 50% do consumo, seguida de S.Vicente e Fogo. As ilhas da Boavista e S.Nicolau, mostram níveis de concentração relativamente moderados. O maior agravamento da desigualdade, na década de 1990, verificou-se na ilha de S.Vicente (+ 55%), seguida de Fogo (+ 46%) e Santiago.

Gráfico 17 - Coeficiente de Gini por ilhas



Fonte: MFP (2004)

As cidades da Praia (Santiago) e Mindelo (São Vicente), concentram cerca de 198.300 habitantes (INE, 2010), 65,3% do total da população urbana do país, constituindo-se polos urbanos atrativos, aparentemente, com melhores oportunidades de emprego e acesso a determinados bens e serviços de saúde e educação. A importância destes dois centros urbanos (embora com clara supremacia da Praia), terá tido as suas raízes no período colonial, dado às funções determinantes que as respetivas ilhas desempenharam.

A ilha de Santiago, a maior e uma das primeiras a ser povoada, dado à um conjunto de fatores favoráveis à ocupação humana, como bons portos e melhores condições para a prática

de agricultura (tinha boas nascentes de água doce), desempenhou um papel notável, particularmente no tocante ao estabelecimento de entreposto comercial para o tráfico de escravos, que tem como exemplo de referência, a Ribeira Grande de Santiago, uma das mais antigas cidades fundadas pelos Europeus na África Subsaariana e que Silva (2004, p. 20), classifica de *porta dos mares pela qual se iniciou a dolorosa e persistente diáspora atlântica do homem negro*. Deste modo, Santiago se estabelece como a ilha berço da cultura e da nacionalidade cabo-verdiana, aproveitando-se da posição geoestratégica de Cabo Verde, no cruzamento entre os continentes africano, europeu, americano e o oriente (asiático), atribuindo-lhe uma função essencial no âmbito das trocas comerciais, no tráfico negreiro e no aprovisionamento dos navios em frescos e água (CARVALHO, 2012).

A ilha de São Vicente, cujo povoamento ocorreu três séculos mais tarde (Século XVIII) marcou a sua importância no século XIX, tendo-se destacado pela dinâmica do seu porto, que serviu como ponto de abastecimento de carvão, dos navios em rota pelo Atlântico.

Estas diferentes dinâmicas impactam o território, criando diversidades espaciais, paisagísticas e também sociais, impondo desigualdades de oportunidades que dificilmente podem ser ignoradas. De realçar que a própria parceria China – Cabo Verde, tem resultado em investimentos e projetos localizados quase que exclusivamente na ilha de Santiago e concretamente na cidade da Praia (quadro 5). Este facto tem provocado alguns comentários do tipo “não se trata de uma cooperação China – Cabo Verde, mas sim da China – República de Santiago”. Recentemente, por altura do lançamento da primeira pedra do Novo Campus da Universidade de Cabo Verde (UNICV) com financiamento do Governo chinês, esta questão voltou à tona, com alguns discursos extremistas e muitas vezes apelidados de “bairristas”, que reclamam o fim da centralização de investimentos na Praia e da necessidade urgente de se iniciar o processo de regionalização do país.

De fato, o quadro com a origem dos principais projetos da China em Cabo Verde, retrata bem esta realidade, pois dos 14 “grandes” projetos identificados, 96, 93% se localizam no Município de Santiago, dos quais 85% estão na capital Praia, e apenas 7% nos outros Municípios do país, no caso, na ilha do Fogo. Fica evidente que, a cidade da Praia, é a que tem concentrado a maioria dos investimentos chineses.

Tem sido aventada a possibilidade de execução de projetos em outras ilhas do país, como são os casos da reabilitação dos estaleiros da Cabnave (empresa sediada na ilha de São Vicente), no valor de 65 milhões de dólares, a criação de uma Unidade de Cerâmica na ilha da Boavista, novas barragens, habitação social nas ilhas de Santiago, São Vicente, Boavista, Maio

e Sal, no valor de 100 milhões de dólares, da Cimenteira de Santa Cruz (Município de Santa Cruz, na ilha de Santiago) avaliada no valor de 65 milhões de dólares, bem como a construção de um Porto, para melhorar o escoamento dos produtos industriais (MOTA, 2008; TAVARES, 2010). Contudo, até a atualidade estes investimentos ainda não foram executados.

Quadro 5 - “Grandes” Projetos da China em Cabo Verde

<b>Projeto</b>	<b>Ano de execução</b>	<b>Município</b>	<b>Ilha</b>
Palácio da Assembleia Nacional	Anos 80	Praia	Santiago
Palácio do Governo	Anos 80	Praia	Santiago
Moradias sociais Palmarejo	Anos 90	Praia	Santiago
Memorial Amilcar Cabral	Anos 90	Praia	Santiago
Biblioteca Nacional	Anos 90	Praia	Santiago
Auditório Nacional	Anos 90	Praia	Santiago
Estádio Nacional	Pós 2000	Praia	Santiago
Maternidade central de consultas do HAN	Pós 2000	Praia	Santiago
Duas escolas rurais	Pós 2000	Ribeira Grande de Santiago	Santiago
Enfermaria do bloco cirúrgico do HAN	Pós 2000	Praia	Santiago
Residência dos médicos	Pós 2000	Praia	Santiago
Barragem de Poilão	Pós 2000	Praia	Santiago
Centro tecnológico de Cabo Verde	Pós 2000	Praia	Santiago

Fonte: Autora (2017) com base em Mota (2008), Tavares (2010)

Por outro lado, as ilhas e os Municípios mais populosos, têm se deparado com problemas no desempenho de alguns setores como o da habitação e saneamento básico, apontados como os mais complexos da realidade urbana do país, fundamentalmente, na cidade da Praia, no Mindelo e nos Municípios com dinâmicas marcadamente turísticas, como são os casos do Sal e Boa Vista (cidades de Sal Rei e Espargos).

De acordo com os dados do IFH (Imobiliária Fundiária e Habitat), o déficit no setor da habitação é considerável, afetando franjas da população com diferentes níveis de rendimento, impactando, contudo, sobretudo, as frações com menor posse. Existe uma carência de 42 mil fogos, no que tange ao déficit básico ou quantitativo, sendo 70,7% (29.957) no meio urbano.

Relativamente ao défice qualitativo (domicílios inadequados), situa-se em torno de 68 mil fogos.

Tabela 7 - Défice habitacional por ilhas em 2010

Ilha	Habitacional Básico			Inadequação dos Domicílios		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
<i>S.to Antão</i>	1761	3533	5292	1879	5309	7229
<i>S. Vicente</i>	8320	257	8536	8396	527	8976
<i>S. Nicolau</i>	643	566	1198	541	984	1535
<i>Sal</i>	2498	342	2841	2105	190	2295
<i>Boa Vista</i>	425	192	610	350	384	735
<i>Maio</i>	344	295	630	423	524	948
<i>Santiago</i>	2989	5162	2885	4979	17687	23236
<i>Praia</i>	11560	368	11777	15347	1744	17182
<i>Fogo</i>	825	1724	2535	1305	4067	5481
<i>Brava</i>	244	707	950	191	667	858
<b>Total CV</b>	<b>29609</b>	<b>13146</b>	<b>37254</b>	<b>35516</b>	<b>32083</b>	<b>68475</b>

Fonte: IFH (2010)

A tabela 7 mostra que, as ilhas mais populosas, são as que apresentam maiores problemas no tocante tanto ao défice quantitativo como qualitativo. Mais uma vez, sentiu-se a necessidade de individualizar a cidade da Praia que apresenta, em termos de déficit quantitativo, praticamente o dobro de valores registados nos restantes Municípios da ilha de Santiago, embora o número de casas inadequadas seja inferior (Praia 17.182 e restantes Municípios de Santiago 23.236).

Como se referiu anteriormente, o solo é muito disputado no país, pelos investidores nacionais e estrangeiros, especialmente nas cidades da Praia, Mindelo e centros urbanos turísticos, o que aliada à uma certa inércia da administração local, que não tem presente políticas de acesso “justas e eficientes”, acabam prejudicando as classes com menos posse. O ambiente económico cada vez mais “competitivo” não tem possibilitado a democratização do acesso e a defesa e integração da franja populacional mais vulnerável, fazendo com que não sejam contempladas com lotes de terreno, “adequadamente” localizados para a construção das suas habitações, pelo que existe uma grande demanda neste segmento.

Figura 31 - Bairro de lata em São Vicente



Fonte: Perfil Urbano da cidade da Praia (2014)

Centros urbanos como Praia e Mindelo, e mais recentemente ilhas turísticas, tem observado uma expansão das áreas e loteamentos “espontâneos” (com elevado défice de infraestruturas e equipamentos adequados), na maioria dos casos, em zonas consideradas de riscos de alagamento e de acessibilidade difícil (áreas de declives acentuados, fundo de vales, áreas de duvidosa segurança geotécnica, etc.).

Figura 32 - Ocupação de encostas na Cidade da Praia



Fonte: Perfil Urbano da Cidade da Praia (2014)

Embora a precipitação seja escassa, ocorre torrencialmente promovendo situações de inundações e alagamentos, ocasionando transtornos à população, com significativas perdas materiais. Nos últimos anos, quase anualmente, situações de alagamentos têm afetado de forma particular, a Cidade da Praia, Mindelo, Ribeira Grande Santo Antão, Ribeira Brava e Tarrafal de S. Nicolau, Santa Maria na ilha do Sal e Sal Rei na ilha da Boa Vista<sup>67</sup>.

Figura 33 - Bairro de Bela Vista na cidade da Praia



Fonte: Perfil Urbano da cidade da Praia (2014)

Relativamente ao abastecimento de água, de acordo com os dados do Censo 2010, do Instituto Nacional de Estatística, em 2010, 54,4% dos alojamentos existentes tinham acesso à rede pública de distribuição de água, sendo o acesso no meio urbano de 60,8%.

---

<sup>67</sup> A situação de inundação mais grave, ocorreu na ilha de São Nicolau, em dezembro de 2009, com deslizamentos de terra, que deixaram Ribeira Brava completamente destruída, casas inundadas, ruas alagadas, praças e jardins destruídos, dada à força do caudal das ribeiras.

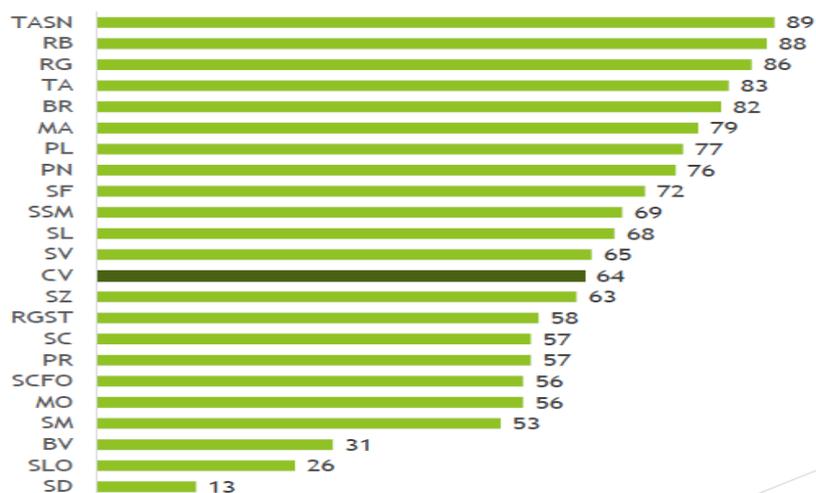
Tabela 8 - Acesso à água canalizada, esgoto, fossa céptica, carro de lixo e contentores, 2010

	Cabo Verde	Meio Urbano	Meio Rural
Acesso à água canalizada da rede pública	54,%	0,8%	42%
Acesso à rede de esgoto	19,%	9,4%	1,%
Acesso à fossa céptica	46,%	8,1%	44%
Utilização do carro de lixo	15,%	0,5%	6,%
Acesso aos contentores	56,%	1,1%	28%

Fonte: INE – Censos (2010)

À rede de esgoto estavam ligados apenas 19,4% dos alojamentos do país, sendo no meio urbano de 29,4% e no meio rural de apenas 1%. Cerca de 46,6% dos alojamentos tinham acesso à fossa céptica (48,1% no meio urbano e 44,0% no meio rural) e 15,6% utilizavam o carro de lixo (20,5% no meio urbano e 6,1% no meio rural). Aos contentores de lixo tinham acesso 56,5% da população, das quais 71,1% no meio urbano e 28,2% no meio rural. Pelo que em 2010, a situação do saneamento a nível nacional, não teria sido a mais desejável, sobretudo em relação ao destino dos dejetos e águas residuais e à recolha dos resíduos sólidos urbanos, tendo surgido na altura, alguns problemas de saúde pública, relacionados com surtos de paludismo e dengue.

Gráfico 18 - Percentagem dos agregados familiares com acesso à água por Município em 2015



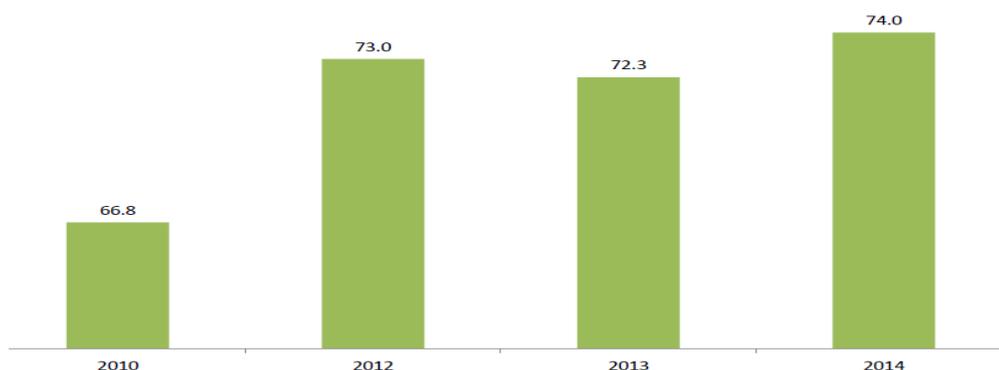
Fonte: INE (2016)

Dados mais recentes de acesso à água, nos possibilita visualizar que cinco anos mais tarde (2015) este setor registou melhorias e dos vinte e dois Municípios apenas três (Boa Vista, São Lourenço dos Órgão e São Domingos) estão a baixo de 50% de agregados familiares com acesso à água. No caso da ilha de Boa Vista, pressupõe-se que a dinâmica turística que a ilha esteve sujeita nos últimos anos, não foi acompanhada de medidas que possibilitassem que a população tivesse melhor acesso a esse bem precioso.

Em declarações à comunicação social em Julho de 2015, a então coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas (SNU) em Cabo Verde, Ulrika Richardson- Golinski, em entrevista à agência Lusa, para um balanço sobre as oito metas do Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), delineados pela ONU em 2000, com término em 2015, ressaltou que *“houve avanços significativos na disponibilização de água potável às populações, que já chegou aos 90%,(embora só 60% seja canalizada) e a restante através de fontanários públicos. A meta do saneamento, integrada ainda no sétimo objetivo, foi já ultrapassada, pois a ideia era atingir 62% da população e o indicador já chegou aos 72%”*<sup>68</sup>.

Relativamente à percentagem de agregados com acesso ao sistema de evacuação de águas residuais no alojamento, também denota-se, entre 2010 a 2014, alguma melhoria, registando um aumento de 8% durante este período (gráfico 19).

Gráfico 19 - Evolução da % de agregados com acesso ao sistema de evacuação de águas residuais no alojamento, 2010-2014



Fonte: INE (2016)

<sup>68</sup>Fonte: [http://www.sapo.pt/noticias/cabo-verde-esta-de-parabens\\_nocumprimento\\_55ab637bd82d215771604027](http://www.sapo.pt/noticias/cabo-verde-esta-de-parabens_nocumprimento_55ab637bd82d215771604027), acesso a 1 de Novembro de 2015

Também a ineficiência dos transportes públicos (transportes urbanos de passageiros), das acessibilidades e mobilidade, começa a ganhar contornos complexos, sobretudo, nos principais centros urbanos. O aumento anual do consumo de automóveis, em detrimento do uso de transportes coletivos, associado à ausência de suficientes vias de circulação alternativas, são as principais causas que explicam essa ineficiência. Apesar da legislação (estatuto dos municípios) prever a elaboração de Planos Municipais de Mobilidade, com a exceção da cidade da Praia, nenhum outro Município possui este instrumento de gestão e planeamento da mobilidade urbana.

#### 4.4.3 A política urbana em Cabo Verde: Quadro legal, programas e projetos

Face a estes dados, tem-se assistido algumas tentativas do poder público, em implementar medidas, para repor alguma igualdade entre as ilhas e os Municípios do país, no que concerne às infraestruturas e serviços urbanos considerados essenciais no quotidiano das pessoas. Um exemplo disso é a Lei n.º 77/VII/2010 de 23 de Agosto de 2010, que estabelece o regime da divisão, designação e determinação das categorias administrativas das povoações em Cabo Verde, que manda elevar todas as sedes dos Municípios ao estatuto de “cidades”, passando o país a contar com mais 18, totalizando 24 cidades.

Deve-se salientar que esta medida, de cariz essencialmente político, foi alvo de reações “perplexas” de individualidades e cidadãos comuns, que alegam ainda não reunirem condições para ostentarem este título, essencialmente por terem uma enorme escassez de infraestruturas e equipamentos sociais exigíveis para o efeito e por ainda não apresentarem as características socioeconômicas, demográficas e as funções geralmente apontadas para a aquisição deste estatuto. Muitos apontam como exemplos paradigmáticos, os casos de João Teves em São Lourenço dos Órgãos, Várzea de Igreja em São Domingos e de Achada Igreja em São Salvador do Mundo (todos na ilha de Santiago), vilas “rurais” com fraca dinâmica socioeconômica. Nestes casos, a cidade se resume à uma rua ou muito forçosamente uma “avenida”, aonde se concentram os poucos equipamentos e infraestruturas que existem nestes Municípios.

Figura 34 - Cidade” Achada Igreja – São Salvador do Mundo



Fonte: <http://www.anmcv.com/Munic%C3%ADpios/S%C3%A3oSalvadoroMundo.aspx>, acesso a 10 de Outubro de 2017

Figura 35 - Cidade” de João Teves – São Lourenço dos órgãos



Fonte: <http://www.inforpress.publ.cv/sao-lourenco-dos-orgaos-12-anos-da-criacao-do-municipio-assinalados-com-sessao-solene-inauguracoes-e-actividades-culturais-e-desportivas/> acesso a 10 de Outubro de 2017

Decorridos oito anos da implementação dessa lei, seria de todo interesse, proceder à avaliação da sua aplicação, para se analisar os resultados produzidos, avaliando a pertinência ou não de uma redefinição das metodologias e procedimentos. O que parece ser certo, é que o percurso que o país vem fazendo ao longo dos diferentes períodos que vem atravessando, tem

permitido a reconfirmação da cidade da Praia e um pouco São Vicente ou Sal, como principais polos econômicos do país.

No que diz respeito à política habitacional, o Governo de Cabo Verde elegeu o ano de 2009 como o “Ano da Habitação”, prevendo uma série de medidas e estratégias para promover a habitação social em todo o país, procurando criar as condições para o cumprimento gradual de uma das determinações constitucionais (direito à habitação condigna), muito reivindicada pelas populações. Elegeu-se, assim, a política social de habitação como uma das prioridades das políticas públicas para os próximos anos.

Neste âmbito, elaborou-se em 2009, um plano de ação designado de “Programa Casa Para Todos”, que define a visão, a missão, os eixos estratégicos, as metas e, um conjunto de programas e projetos, que deverão resultar na redução efetiva do défice habitacional nacional nos próximos anos. O “Programa Casa Para Todos” é um conjunto integrado de medidas de políticas, programas e ações que institua uma dinâmica contínua e sustentada para o combate ao défice habitacional nacional, contribuindo para concretização progressiva da habitação condigna, a requalificação dos espaços urbanos e a valorização dos recursos fundiários<sup>69</sup>.

O Governo de Cabo Verde, obteve junto do Governo Português, uma Linha de Crédito no valor de 200 milhões de euros, para a produção de Habitação de Interesse Social, a ser executada em 5 anos. Nos termos definidos no Acordo de Financiamento, os projetos de iniciativa governamental, em estreita articulação com os Municípios, devem ser executados por empresas cabo-verdianas e portuguesas consorciadas. De acordo com o contrato estabelecido, o período de desembolso seria de 5 anos, a partir da assinatura da Linha de Crédito, sendo 40.000.000€/ano. O Saldo não utilizado acumularia para o ano seguinte. O Período de imputação de projetos à linha de crédito, seria de 2 anos, a partir da assinatura da Linha de Crédito. Ainda de acordo com o contrato, O Governo de Cabo Verde teria que cofinanciar 10% do montante global dos projetos<sup>70</sup>.

A missão deste Programa consistia em “enquadrar a problemática da habitação; clarificar os atores sociais e seus papéis; estabelecer linhas de orientação estratégica; Mobilizar parcerias e recursos; monitorar a evolução do setor (introduzindo as correções necessárias à minimização do défice e a qualificação do habitat); concretizar o direito constitucional à

---

<sup>69</sup>Fonte: Gabinete de Apoio às Políticas de Habitação do MAHOT

<sup>70</sup>Fonte: Gabinete de Apoio às Políticas de Habitação do MAHOT

habitação, para todos. O Programa traçou como meta, reduzir até 2013, o déficit habitacional quantitativo em 20%, com a construção de 8.155 habitações e o qualitativo em 24%, com a reabilitação de cerca de 15.000 habitações.

Contudo, apesar de avanços consideráveis a nível dos resultados obtidos, não se conseguiu alcançar na íntegra, as metas traçadas para o ano de 2013, no tocante ao percentual de redução de déficit pré-estabelecido. Muito recentemente, houve paragem das obras, devido a atrasos no desbloqueamento de verbas por parte do financiador, mas que posteriormente foram resolvidos, possibilitando assim a retoma das obras. Contudo, o novo governo de Cabo Verde, saído das eleições legislativas de 2016, já deixou saber que o programa vai ser alvo de reformulação, pelo que atualmente encontram-se paralisados os sorteios para a atribuição dos apartamentos.

O Programa Reabilitar, subprograma do Programa Casa Para Todos, foi, segundo o então Gabinete de Apoio às políticas de Habitação (GAPH), o mais complexo e transversal em toda a componente de Desenvolvimento Urbano, pois é uma ferramenta cuja função será o de articular todos os setores e complementa-los, gerando projetos de intervenção estruturados e integrados às demais ações. Compreende várias áreas de ações desde a caracterização e diagnóstico de uma determinada realidade, passando pela definição de critérios e prioridades de intervenção, este último, assente em estudos, que permitam elaboração de projetos capazes de congregar esforços de todas as instituições com responsabilidade na matéria direta e indiretamente, mas também o papel de recrutamento e mobilização de sinergias e financiamento para alavancar as intervenções físicas, sejam elas estruturantes ou complementares às outras ações que reflitam a melhoria da qualidade de vida das populações e conseqüentemente um ambiente urbano melhor. Neste sentido, pode-se denominar a componente Reabilitar de "projeto integrado" significando o direito à cidade, à urbanidade, ao espaço e equipamentos públicos de qualidade.

Apesar destes avanços, o sistema de gestão territorial apresenta ainda alguns constrangimentos e carece de ações de reforço permanente, visando o reforço do quadro legal, por um lado, e o desenvolvimento da consciência e da cidadania territorial, por outro.

A dotação de equipamentos coletivos e de infraestruturas urbanas, o saneamento ambiental, a regularização fundiária, a resolução dos problemas de assentamentos espontâneos, da expansão desordenada e da fragmentação e desqualificação do tecido urbano, a proteção dos mais vulneráveis no acesso ao solo urbano, a construção de uma consciência de território enquanto bem coletivo, constituem, de acordo com este programa, desafios prioritários a serem

enfrentados na busca permanente da coesão territorial e social, sustentabilidade, equilíbrio ambiental.

Ainda no setor da habitação, foi recentemente concebido o Plano Nacional de Habitação, cujo objetivo geral seria “fornecer uma orientação estratégica para a definição de uma política integrada de habitação em Cabo Verde e os mecanismos para a estruturação de um Sistema Nacional de Habitação. Especificamente, o PNH pretende dotar o país de um instrumento, a partir do qual seja possível identificar as necessidades regionais e locais em habitação, por categorias de défice habitacional e as especificidades desse défice, bem como as estratégias para a sua resolução. A análise crítica e comparada da legislação e das políticas de habitação é outra mais-valia do documento, pois permitirá descobrir os pontos fracos da legislação e das políticas nacionais e desenhar estratégias para as colmatar. A participação de todos os atores intervenientes no setor é um dos princípios de base do PNH, de forma a garantir a sua apropriação por todos, incorporação nos projetos e programas locais e regionais e, portanto, a sua exequibilidade e eficácia.

Em relação aos setores como os transportes, o abastecimento de água e o saneamento urbano, foram feitos, recentemente, investimentos públicos de infraestruturação. Encontra-se em implementação, no quadro do II compacto do MCA (Millenium Challenge Account) o Plano Nacional de Saneamento Básico, que deverá “*dotar os centros urbanos das condições básicas de saneamento, desde a recolha e tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos, à clarificação institucional e o seu reforço, à melhoria do quadro legal, á capacitação dos recursos humanos e um programa de capacitação social para o saneamento*”<sup>71</sup>.

O projeto de água, saneamento e higiene (WASH) com financiamento no valor de 41,1 milhões de dólares americanos visa, “estabelecer uma base institucional financeiramente sólida, transparente e responsável, para a prestação de serviço de água e saneamento às famílias e empresas cabo-verdianas”.

O projeto de gestão da propriedade para a promoção de investimento (LMI), no montante de 17,3 milhões de dólares americanos, visa “melhorar o clima de investimento em Cabo Verde, através (i) melhorias do ambiente legal, institucional e processual, a fim de criar condições para um aumento de confiabilidade da informação sobre a propriedade, maior eficiência na administração das transações sobre a propriedade e reforçar a proteção dos

---

<sup>71</sup>Fonte: Instituto Nacional do Gestão do Território

direitos; (ii) do desenvolvimento e implementação de um novo sistema de informação e gestão de propriedade e (iii) clarificar os direitos sobre as parcelas e sobre os limites, nas ilhas alvo com elevado potencial de investimento<sup>72</sup>.

Em 2011, foi aprovado o Decreto-Lei nº 15/2011 de 21 de Fevereiro, que regula o Estatuto das Cidades e define as orientações da política de capacitação de espaços urbanos, prevendo, no seu artigo 16º a “instituição de um Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades, cujas linhas orientadoras, deverão ser definidas em articulação com a organização representativa dos Municípios e que visa essencialmente, de acordo com o artigo 23º do mesmo decreto, “coordenar e apoiar ações e programas direcionados para a capacitação dos agentes da administração pública central e local e para o apoio às parcerias público-privadas, às empresas e à sociedade civil em geral”.

O parágrafo 2 do mesmo artigo, defende ainda que o “Programa deve envolver as estruturas técnicas da administração pública municipal, e os atores sociais envolvidos na implementação da política urbana nomeadamente, a Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos, a Ordem dos Arquitetos Cabo-verdianos, a Ordem dos Engenheiros, instituições do ensino superior vocacionadas e organizações não-governamentais, com particular interesse na matéria”.

De acordo com a resolução nº24/2012 que aprova o Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades a “Política de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades em Cabo Verde, parte do reconhecimento de que o desenvolvimento do país depende, em grande medida, do modo como as áreas urbanas e cidades conseguirem estruturar-se e funcionar como espaços de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de desenho urbano, de edificação, de mobilidade e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habitação, aos equipamentos e serviços”. Consta ainda no Programa que, “pela recente estruturação das cidades em Cabo Verde, grande parte da população reside em áreas urbanas, daí o modelo de desenvolvimento das sociedades exige e faz depender do conhecimento e da inovação as bases sólidas para a capacitação das cidades, através de uma elevada qualificação das suas funções e uma forte capacidade de fixação e

---

<sup>72</sup>Fonte: Unidade de Cartografia e Cadastro Predial, MAHOT

atração de pessoas qualificadas e de atividades inovadoras. Para além de encontrar a resposta adequada aos problemas urbanos atuais, importa conceber uma política de criação de oportunidades que reforce a afirmação das cidades como espaços competitivos e privilegiados de produção de riqueza, do exercício da cidadania”.

Neste contexto, um Programa de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades, PNDUCC, que apoie ações e desenvolva capacidades neste domínio, terá de abordar a capacitação institucional e técnica, reforço do quadro regulamentar, a informação e educação para a cidadania territorial, a produção e divulgação de conhecimentos relativos ao ordenamento do território e desenvolvimento urbano, a qualidade e segurança da vida urbana, sem deixar de lado intervenções concretas que visem a requalificação urbana e melhoria do ambiente urbano”.

Com base nas medidas assentes no Programa do Governo, para a legislatura 2011/2016, a aposta em dotar o país de instrumentos de Gestão Territorial, quer de nível nacional, regional, como de nível local, configura-se como “pilar fundamental para a efetivação do desenvolvimento urbano sustentável, visando uma adequada organização e utilização do espaço urbano”.

Pela primeira vez, o país passou a contar com um instrumento de gestão de território de âmbito nacional, a Diretiva Nacional do Ordenamento do Território, aprovado em 2013. Já foram aprovados e publicados os Esquemas Regionais de Ordenamento do Território (EROTs) de praticamente todas as ilhas do arquipélago, excetuando apenas a ilha da Brava. A maioria dos Municípios, já conta com os respetivos Plano Diretor Municipal, excetuando, São Vicente, Ribeira Grande de Santiago e Tarrafal de São Nicolau.

O destaque vai também para o quadro normativo associado ao ordenamento do território e desenvolvimento urbano, tendo sido aprovado nos últimos anos, para além do Estatuto das cidades, importantes diplomas nesta matéria como o Regulamento Nacional de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, Regime jurídico da Reabilitação, Regime Jurídico da Edificação, Cadastro entre outros.

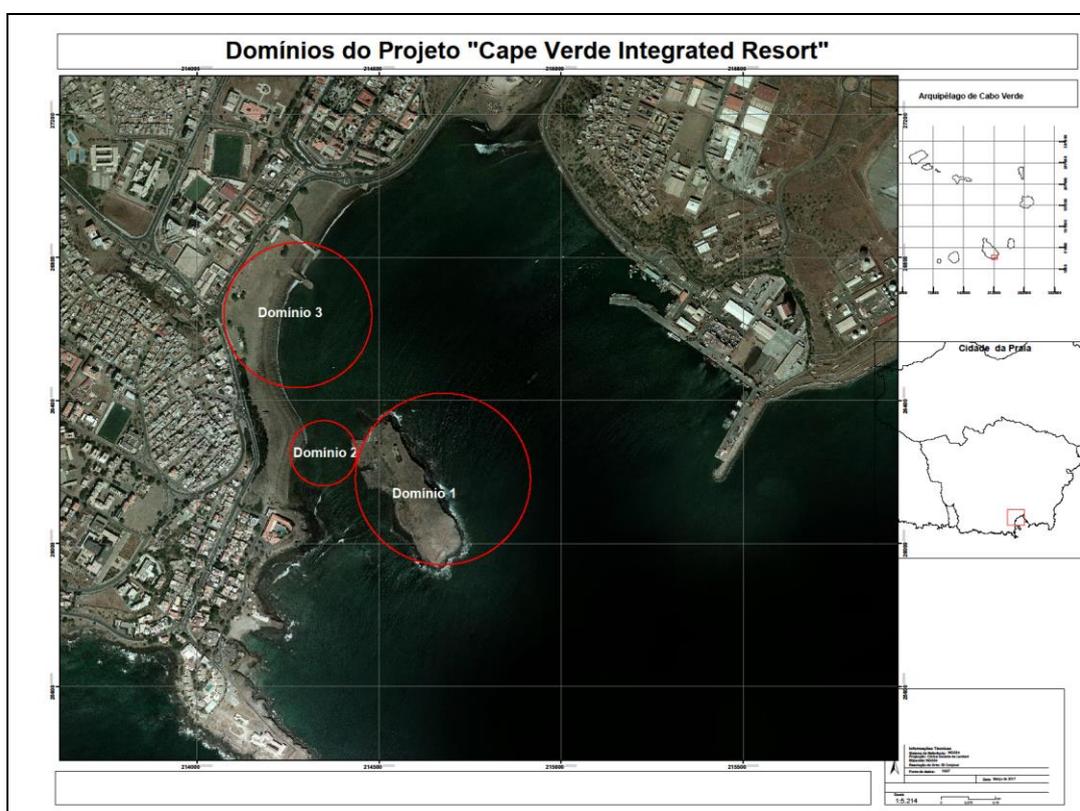
Para que os Municípios tenham disponibilidade de solos urbanos para a respetiva infraestruturação e programação habitacional, o Governo central, em 2009, decidiu criar uma Lei que estabelece regime excecional de transferência de terrenos do Estado para os Municípios e de registo definitivo a favor de terceiros adquirentes dos correspondentes direitos, (Decreto-Lei n.º 15/2009, de 2 de Junho).

O cadastro predial é tido como um elemento indispensável na localização e identificação dos prédios (propriedades), e referencial comum aos serviços da administração pública, às empresas e ao cidadão. A existência de informação cadastral, com um carácter atualizado sobre os prédios (propriedades) é reconhecida como um importante veículo a utilizar na implementação de políticas de gestão territorial, sendo o cadastro considerado como um dos instrumentos mais relevantes no fomento do desenvolvimento económico e social e dos mais eficazes na gestão do território e dos investimentos programados. Financiado pelo segundo compacto do MCA, foram implementados cadastros pilotos na ilha do Sal e do Maio, estando em fase final de implementação, nas ilhas de Boavista e São Vicente.

## 5 PROJETO CASINO: SÍMBOLO DE DESENVOLVIMENTO OU RENOVAÇÃO DA ALIANÇA CHINA-CABO VERDE?

De acordo com informações constantes na Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental (DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE, 2015), o Projeto Casino prevê a construção de um complexo turístico que ocupará uma área de 152 mil e 700 metros quadrados, abrangendo três domínios: o primeiro no ilhéu, prevendo um projeto de cidade cultural que comporta um centro de conferência internacional, um hotel, um centro cultural, um museu e uma igreja. O segundo domínio comporta um Hotel Casino que será construído no mar entre o ilhéu e a Gamboa. A cidade cultural complementa o casino, e vai ser o centro de promoção dos negócios do resort e o maior centro de promoção de eventos culturais da cidade e da ilha de Santiago. Será construído o primeiro Museu de raiz em Cabo Verde, dedicado ao período da escravatura (fonte: entrevista UN2, 2016). O terceiro domínio compõe um resort na praia da Gamboa, (onde está sendo construída a sede da empresa), doze residências tipo vila, um hotel, áreas desportivas, recreativas e parque de estacionamento.

Figura 36 - Domínios do Projeto Casino



Fonte: A autora, com base nos dados do INGT (2017)

Figura 37 - O ilhéu atualmente e na visão do Projeto



Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Apesar de abranger também a praia da Gamboa e uma parte marítima, o Projeto Casino é conhecido em Cabo Verde como “Projeto Djéu” (termo utilizado na língua crioula para se referir ao “ilhéu”), provavelmente por causa do valor simbólico que lhe tem sido atribuído no contexto da ilha de Santiago, particularmente na cidade da Praia. Segundo consta, o ilhéu foi usado no passado para acolher doentes leproso, sendo ainda possível identificar no local, as ruínas da velha instalação.

Figura 38 - Enquadramento do ilhéu de Santa Maria



Fonte: A autora, com base nos dados do INGT (2017)

Trata-se de um ilhéu árido, com cerca de 420 metros de comprimento por 130 metros de largura, situado à frente da Praia da Gamboa.

Figura 39 - Ilhéu de Santa Maria



Fonte: CS Design (2010)

De acordo com alguns relatos, foi neste ilhéu que Charles Darwin, na sua famosa viagem de circum-navegação, a bordo do navio HMS Beagle, fez as suas primeiras observações geológicas, em 1832, publicadas na obra "Geological observations on the volcanic islands visited during the voyage of H.M.S. Beagle", pelo que o ilhéu adquiriu, importância científica e histórica a nível mundial<sup>73</sup>. Tendo em consideração que o “tamanho” e outros indicadores de porte tem sido os critérios mais utilizados para identificar um GPU e com base em Altshuler e Luberoff (2003), que escolheram avaliar o tamanho, através do volume dos investimentos, classificando como GPUs, aqueles cujo valor dos investimentos rondariam US\$ 250 milhões, pode-se considerar o Projeto Casino, como um GPU pois cumpre, não só este parâmetro, mas outros relacionados, por exemplo, com o peso e potencial impactante considerável para um pequeno país, como Cabo Verde.

Figura 40 - Simulação do Casino



Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Aparentemente, é um dos maiores projetos privados, até agora mobilizados para o país, quer em termos do valor financeiro, quer em relação à dimensão física. Portanto, a escala desse

---

<sup>73</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilh%C3%A9u\\_de\\_Santa\\_Maria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilh%C3%A9u_de_Santa_Maria), retirado a 17 de novembro de 2017

projeto parece ser extraordinária, para um país insular com as dimensões de Cabo Verde. Vale lembrar que a população de Cabo Verde alcançou 561 mil habitantes, dos quais cerca de 155 mil (28%) residiam na capital Praia. O Projeto Casino equivale, portanto, a um investimento de ordem de US\$ 1613 por habitante, considerando-se a população da cidade da Praia (a título de ilustração, o PIB per capita do país era de US\$ 4.089 em 2013, segundo o FMI).

Figura 41 - Simulação do clube náutico



Fonte: Direção Nacional do Ambiente

Aqui, certamente os efeitos não serão na mesma proporção e intensidade, que seriam num país ou cidade de maior dimensão à escala mundial. O Projeto possui, assim, um peso que podemos classificar de expressivo na economia do país, pois segundo consta, representa cerca de 15% do PIB de Cabo Verde: *Com um investimento estimado em 250 milhões de euros – cerca de 15 por cento do PIB do arquipélago – o complexo turístico vai ocupar uma área de aproximadamente 153 mil metros quadrados e inclui, além de um empreendimento turístico de luxo, um casino*<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> Fonte: Informação publicada no jornal online Ponto final Macau, Fonte: <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2016/10/13/pro>, acesso a 17 de dezembro de 2017

Perante este fato, e face à suposta debilidade económica do país, se depreende a força deste “projeto”, no condicionamento das negociações de uma forma geral, e das contrapartidas em particular. Tanto que algumas vozes defendem que os representantes de Cabo Verde no acordo não cuidaram dos interesses do país e da cidade da Praia, durante as negociações, pelo que as contrapartidas parecem ser praticamente nulas. No seu blogue, o ex-bastonário da ordem dos arquitetos fez as seguintes considerações sobre este assunto:

O Honrável Sr. David Chow diz que vai conseguir atingir o *break-even* de um investimento de 250.000.000 de euros em cinco anos. Isto significa que entre 2018 e 2023 o empreendimento terá, em média, lucros de pelo menos 50.000.000 de euros por ano. Como é que um candidato a Primeiro-ministro do meu país, por sinal versado em contas, tenha sido incapaz de ver que com apenas 5% dos lucros anuais de um empreendimento dessa envergadura, a cidade da Praia teria, no mínimo, durante 70 anos, 2.500.000 de euros (275 mil contos) anuais para aplicar na sua infraestruturção e estruturação, condição básica para deixar de ser a porcalhota miserável que tem sido?<sup>75</sup>

Por outro lado, questiona-se as repercussões que poderá ter um projeto de renovação urbana, de dimensão espetacular, numa ilha, num pequeno país insular, muito referenciado como sendo frágil ou vulnerável, no quadro das atuais assimetrias urbano-regionais existentes, abordadas no capítulo quatro. Com a implementação do Projeto Casino, a cidade da Praia reforçará a sua posição como o centro urbano com maior dinâmica económica e populacional do país, e fortalecerá a sua imagem de maior mercado de emprego, tornando-se ainda mais atrativo. Há que levar em conta que a Praia têm sido não só a primeira opção de migração dos diferentes Municípios do país, mas também o que acolhe a maioria dos imigrantes de outros países (sobretudo de países vizinhos da África ocidental), (BARBOSA, 2014; BAPTISTA e TAVARES, 2009). Um dos resultados da implementação do Projeto, provavelmente, será o reforço do aumento da clivagem demográfica e socioeconómica da capital do país com outros Municípios mais periféricos, inclusive com as ilhas de Boa Vista e Sal que, apesar da recente

---

<sup>75</sup> Declarações do ex-bastonário da ordem dos arquitetos, Fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-4-djeu-o-negocio-da-china/>, acesso a 13 de junho de 2016

dinâmica econômica e populacional, como se viu à custa de alguns problemas sociais, apresentam-se ainda longe de competir com a Praia.

A grande possibilidade dos GPUs promoverem segmentação sócio-espacial ao permitir mudanças no valor do solo e facilitação de processos de gentrificação é um aspecto muito abordado pela literatura.

Sobre este assunto Smolka (2004) in Vainer (2011 p.15), utiliza a variável “volume ou tamanho da intervenção”, para mostrar que o fato de se tratarem de operações de largas escalas e implicar avultados recursos e amplas superfícies, faz com que condicionem as variáveis que determinam o gradiente de rendas fundiárias que, em geral e para pequenos e médios proprietários e os empreendedores em particular, são externalidades que determinam suas atividades e sobre as quais não têm como agir. Referindo-se, particularmente, ao exemplo dos países da América Latina, Díaz (2005, p. 15) observa:

Sin embargo muchos grandes proyectos urbanos de ellos han contribuido a una mayor segregación socioespacial en las ciudades y al desplazamiento de población pobre (procesos de elitización); provocado impactos ambientales negativos; canalizado el uso de recursos públicos para intervenciones privadas; y sobre todo, creado condiciones para la apropiación individual de la valorización de la tierra urbana, por lo que han sido fuertemente criticados<sup>76</sup> (DÍAZ, 2005, p. 54).

Para Limonad (2005), o que ocorre é a valorização desigual de partes da cidade, uma vez que ela não é mais pensada para o uso de seus habitantes, mas meramente para o consumo global. No caso específico do “mega” Projeto Casino, o fato de se integrar no setor turístico e agregar a indústria do jogo (habitualmente conotada como provocadora de impactos sociais consideráveis), que, por sua vez, se articula bem com o capital imobiliário, confere-lhe especificidades ainda mais agravantes, que podem trazer para a realidade cabo-verdiana, aspectos novos, com os quais até agora não tinha lidado.

---

<sup>76</sup> (tradução) No entanto, muitos de seus grandes projetos urbanos contribuíram para uma maior segregação socioespacial nas cidades e o deslocamento da população pobre (processos de elitização); provocou impactos ambientais negativos; canalizou o uso de recursos públicos para intervenções privadas; e acima de tudo, criaram condições para a apropriação individual da valorização da terra urbana, para a qual foram fortemente criticados. (DÍAZ, 2005, p.54)

As pessoas não estão habituadas a este tipo de turismo. As consequências a nível de vícios, tráfico de drogas e armas, podem vir associadas e por conseguinte aumento de criminalidade. Uma outra questão que podemos refletir e que é muito importante é saber que este espaço, era um espaço público com um elevado valor para os Cabo-verdianos em geral e Praia em particular. Privatizar este espaço, para este destino, sem mínima preparação das bases, a nível do perímetro urbano digo: apoios às organizações juvenis, habitações, ambiente, saúde enfim uma série de problemas profundos que deveriam ser resolvidos antes da implementação deste tipo de projeto. Na nossa visão, antes a prioridade vinha para os graves problemas que enfrentam os moradores vizinhos: problemas de gangs rivais, podemos até dizer também um problema de acessibilidade e mobilidade (fonte: entrevista ONG4).

Apesar da sua aridez, o ilhéu é frequentado por jovens dos diversos pontos da cidade, para atividades de lazer, mas sobretudo, por habitantes do bairro de “Brasil”<sup>77</sup> para a pesca e momentos de lazer, por ele denominados de caraca<sup>78</sup>.

Figura 42 - Enquadramento do bairro do Brasil, relativamente à área do Projeto Casino



Fonte: Autora, com base nos dados do INGT (2017)

<sup>77</sup> Bairro piscatório, próximo do ilhéu, cujos habitantes tem mantido uma relação muito assídua com o ilhéu

<sup>78</sup> Designação dada sobretudo pelos jovens para passeios-convívios nas proximidades do mar

Mais de duas dezenas de pescadores deste bairro vivem exclusivamente da atividade piscatória exercida na área de intervenção do Projeto e de acordo com alguns, gradualmente estão sendo afastados destes espaços, pelo avanço das obras, embora ninguém ainda lhes tenha contatado para explicar o Projeto ou apresentar-lhes formas alternativas de sustento. Não foram considerados na hora de se tomar uma decisão sobre o futuro do ilhéu e da praia da Gamboa e muito provavelmente, não serão integrados dentro das valências do projeto, nem tão pouco beneficiados com ações compensadoras por perdas decorrentes da ocupação da praia da Gamboa e do ilhéu.

A figura 42 evidencia a proximidade deste bairro, relativamente ao futuro complexo turístico (praticamente se localiza dentro do espaço de ação do complexo) e por isso, também das significativas possibilidades dele ser amplamente modificado, no âmbito da valorização fundiária decorrente, o que provavelmente culminará com o afastamento dessas pessoas dos seus espaços de vivência. O fato do Projeto Casino ter um peso tão grande na economia do país, poderá significar que o nível de impacto social seja também considerável.

De acordo com Sánchez, (2003, p. 515) na renovação urbana de áreas centrais, a expressão “revitalização” não define bem o que realmente qualifica os processos atuais: “a gentrificação, a definição de fronteiras de classe por meio de intervenção espacial. No plano da análise, se em algum sentido a revitalização procede, é para designar o que de fato ganha nova vitalidade: a valorização do solo em áreas centrais”.

Efetivamente, a “gentrificação” de algumas áreas das cidades, é parte de processos mais abrangentes de reestruturação espacial e de reorganização das classes rentistas que reorientam suas estratégias para as áreas centrais “degradadas”. Neste processo, muitos espaços vêm sendo transformados em “palygrounds da burguesia” onde convivem elegantes mercados, Shopping centers, edifícios reciclados, boutiques, marinas, restaurantes de griffe e hotéis. Essas significativas mudanças de uso em antigas áreas de habitação de baixa renda e pequeno comércio não são acidentes ou efeitos colaterais de um período de transição econômica, mas estão enraizadas na reestruturação da sociedade capitalista (SÁNCHEZ, 2003, p. 515).

Figura 43 - Pequenas embarcações de pesca na área de intervenção



Fonte: <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2016/10/13/projeto-de-david-chow-na-praia-tornou-se-centro-de-peregrinacao/>, acesso a 13 de Novembro de 2017

Por outro lado, sendo Macau experiente em investimentos turísticos similares, e que atraí pessoas de elevada renda, pretenderá reproduzir também em Cabo Verde este modelo de turismo. Conhecido como “Las Vegas asiático”, assimilando as pretensões chinesas explanadas no programa “one belt, one road” estará a planejar, por via do Projeto Casino, incluir também Cabo Verde. Este é um país estrategicamente localizado entre os continentes americano, africano e europeu, e por isso, com algum potencial para atrair cidadãos com posse nas proximidades.

Aliás, este desejo foi assumido pelo Diretor da empresa investidora do projeto, David Chow, aquando da cerimônia de lançamento da primeira pedra: “*Sendo Cabo Verde um pequeno país arquipelágico, situado no centro do Oceano Atlântico, onde estão integrados cinco países lusófonos, a sua posição estratégica vai atrair pessoas e mais investimentos da América, África, Caraíbas, e Europa*”<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> Fonte: <http://www.alfa.cv/david-show-quer-transformar-cabo-verde-numa-plataforma-logistica-que-sirva-toda-a-regiao-africana>, acesso a 27 de Maio e 2016

Neste sentido, o projeto parece não só encetar uma nova forma de “urbanização” em Cabo Verde, mas a assinatura do contrato que viabiliza a sua implementação, pode simbolizar novos contornos na aliança China – Cabo Verde. Contudo, tendo em conta as especificidades de cada país e o fato do projeto estar ainda numa fase muito inicial da sua implementação, e por isso cedo para extrapolar impactos concretos da sua execução, faz-se a seguir a análise de alguns aspectos relativos às dimensões política, institucional e simbólica que estão contextualizando e antecedendo a sua implementação, à luz do debate em torno dos Grandes Projetos Urbanos, discutido anteriormente, particularmente das notas metodológicas apresentadas por Vainer, Oliveira e Junior (2011).

## 5.1 DIMENSÃO POLÍTICA: CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA EMERGÊNCIA DO PROJETO

### 5.1.1 Contexto sociopolítico no início da implantação do Projeto Casino

Como se viu nos capítulos 3 e 4, até a assinatura do contrato para a implementação do Projeto Casino, grandes projetos e investimentos da China em Cabo Verde, correspondiam essencialmente ao domínio da parceria pública, com base na cooperação política iniciada em 1975, na sequência da independência de Cabo Verde, com financiamento de obras públicas emblemáticas (palácio do governo e da Assembleia Nacional). Nos anos subsequentes, a parceria paulatinamente se expandiu a outros domínios e setores. A partir do final dos anos 1990, decorrentes das mudanças nas economias, chinesa e cabo-verdiana<sup>80</sup>, dá-se uma assinalável entrada do setor privado chinês na economia de Cabo Verde, através da vinda massiva de pequenos e médios empresários chineses, destacadamente no setor do comércio. A parceria foi sendo aprofundada, como resultado de um conjunto de acordos assinados entre os dois países, resultando numa presença, cada vez mais visível dos empresários chineses no país, e uma intervenção cada vez mais alargada a nível de outros setores de atuação, que não sejam o comércio e as infraestruturas

---

<sup>80</sup>Implantação da democracia em Cabo Verde, as revoltas de Tiananmen, o fim da Guerra Fria e o fenómeno da globalização (Tavares 2010, pp.121)

O ano de 2006, início da parceria estratégica entre os dois países, marcou a diversificação, o reforço e o aumento da cooperação a novos domínios, nomeadamente: as telecomunicações, têxteis, turismo, empréstimos concessionais, “*joint-ventures*”, elevação do “*credit rating*” de Cabo Verde, reforço da cooperação na área de educação e um aumento considerável do volume dos projetos em *pipeline* (Tavares, 2010). A parceria entre os dois países dá sinais de mudança, com a inclusão do turismo no conjunto de setores que despertam algum interesse de investimento por parte de empresários chineses.

Com o turismo a crescer a passos largos, Cabo Verde, não querendo ficar de fora, assinou em finais de 2007 um memorando de entendimento com a China que visa, precisamente, facilitar o intercâmbio turístico chinês com Cabo Verde. Tal intercâmbio não deverá cingir-se apenas à ida de turistas chineses a este arquipélago, mas também incluir a construção de infraestruturas turísticas. O turismo cabo-verdiano poderá passar a receber turistas da China, um mercado que, dada a sua potencialidade, se encontra atualmente na mira dos principais operadores turísticos mundiais (MOTA, 2008, p. 145).

Em 2007, (numa altura em que a China já havia consolidado o seu empoderamento económico e iniciado o processo de internacionalização dos seus pequenos e médios empresários) é assinado um memorando de entendimento entre Cabo Verde e a China, que pretendia estimular o intercâmbio turístico chinês e incentivar a construção de infraestruturas turísticas chinesas em Cabo Verde. Neste contexto, se intensificam as negociações para a implementação do Projeto Casino, embora já se tinha publicitado, na comunicação social, a hipótese da sua contratualização desde 2006 (figura 44).

Figura 44 - Anúncio do projeto em 2006 por um jornal online

The image shows a screenshot of a news article from RTP Notícias. The main headline is "Grupo chinês investe 100 ME no Ilhéu de Santa Maria". The article text states: "O empresário macaense David Chow confirmou hoje, na Cidade da Praia, que vai investir cerca de 100 milhões de euros na construção de um complexo turístico no ilhéu de Santa Maria, ao largo da capital cabo-verdiana." There is a small image of a cruise ship on the right side of the article. The page also contains social media sharing buttons, a TIM advertisement for 3.5GB, and a cookie consent notice at the bottom.

Fonte: [https://www.rtp.pt/noticias/economia/grupo-chines-investe-100-me-no-ilheu-de-santa-maria\\_n79395](https://www.rtp.pt/noticias/economia/grupo-chines-investe-100-me-no-ilheu-de-santa-maria_n79395), acesso a 31 de Dezembro de 2017

Dezesseis anos decorridos da formalização da abertura de Cabo Verde à globalização, num momento em que tanto o governo de Cabo Verde, como a Câmara Municipal da Praia, (atores determinantes no processo de contratualização, licenciamento e fiscalização de projetos do género) eram liderados pela mesma cor político-partidária, ambos do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), partido membro da Internacional Socialista (IU<sup>81</sup>) e que tem se apresentado à sociedade cabo-verdiana como defensor dos “valores da esquerda”, tudo parecia apontar para a concretização do acordo. Contudo, as negociações não avançaram e, apesar de não se ter anunciado publicamente as razões, existem especulações que não se tenha conseguido superar alguns impasses políticos.<sup>82</sup>

Informações encontradas numa carta aberta do antigo bastonário da ordem dos arquitetos de Cabo Verde ao diretor da empresa Macau Legend Development (MLD), David Chow, publicada no seu blogue, trazem mais aspectos sobre a natureza política dos motivos que impediram o avanço das negociações em 2007:

Vossa Excelência certamente há de se lembrar dessa campanha histórica feita pelo MpD em 2005-2006, para impedir a concretização do Casino-Hotel no Djéu, que aliás conseguiu, quando o Governo do PAICV cometeu um crasso erro político, acobardando-se e recuando na promoção do empreendimento. Foi um erro político muito grande sobretudo porque o PAICV dispunha de maiorias absolutas na Assembleia Nacional e na Assembleia Municipal<sup>83</sup>.

Sete anos mais tarde, em 2014 numa altura em que o país estaria mais fragilizado “economicamente” e que a Câmara Municipal da Praia passa a ser liderada pelo MpD (mantendo-se o PAICV no governo nacional), grupo político que se identifica como democrata liberal e que pertence ao grupo dos sociais democratas, os acordos avançaram, levando tudo a crer que os dois partidos consensualizaram sobre o assunto. Ainda na mesma carta aberta

---

<sup>81</sup> Organização que busca a divulgação e implementação do Socialismo democrático através da união de partidos políticos social-democratas, socialistas e trabalhistas. Foi fundada em 1951 com a denominação Internacional Operária e Socialista e atualmente possui 160 partidos de mais de 100 países do globo, sendo uma das maiores organizações partidárias em atividade. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Internacional\\_Socialista](https://pt.wikipedia.org/wiki/Internacional_Socialista), acesso a 09 de Fevereiro de 2018

<sup>82</sup> De acordo com a análise do antigo bastonário da ordem dos advogados de Cabo Verde, as negociações não avançaram por motivos políticos. Segundo ele, o MpD (Movimento para a Democracia), na altura oposição no governo local, terá-se posicionado contra o avanço do projeto, de modo a que o PAICV, partido no poder, não se beneficiasse politicamente com a implementação de uma obra que poderia ser bem avaliada pelo país.

<sup>83</sup> Declarações do ex-bastonário da ordem dos arquitetos, Fonte: <http://nanindipala.net/carta-aberta-david-chow/>, acesso a 6 de Fevereiro de 2017

enviada pelo ex-bastonário ao Senhor Chow, as razões que motivaram a retomada das negociações, continuaram a ser de foro político:

Em 2014, com a economia do país em péssimo estado, e o tesouro público depauperado, o Governo foi obrigado a trazer, de novo, o projeto à ordem-do-dia, apenas para ser impiedosamente chantageado pelo MpD, que agora controla a Câmara Municipal da Praia. Nos últimos dois anos, o Governo de Cabo Verde tem estado de mãos completamente atadas e tem sido obrigado a fugir de todas as suas responsabilidades na governação da cidade e do Município, apenas para poder garantir o apoio da Câmara Municipal da Praia (CMP) ao projeto do Casino-Hotel<sup>84</sup>.

O contrato foi assinado e as obras iniciaram-se em Abril de 2016. O fato do MpD estar à frente da CMP, parece ter-se constituído um fator importante na viabilização do negócio, visto que a autarquia tem uma jurisdição direta e algum poder sobre a área de intervenção. Por não estar integrada nas designadas Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI)<sup>85</sup>, a área deixa ser controlada diretamente pelo governo central, estando a sua gestão sob a alçada do Município.

Não estando o Ilhéu de Santa Maria (Djéu) dentro das ZDTIs (locais onde o Governo central impera, soberaníssimo e inimputável, através dos tentáculos obscuros e sinistros da Cabo Verde Investimentos – CI, da Sociedade do Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e Maio – SDTBIM e da Direção-geral do Ambiente - DGA), nenhum empreendimento nesse precioso ilhéu, poderia avançar e ser concretizado sem o aval e a ativa colaboração da CMP<sup>86</sup>.

A importância do papel da CMP acabou por ser reconfirmada, quando no dia da assinatura do contrato em Macau, mesmo estando presente no ato, a Ministra do Turismo, aparece também, ao lado do Sr. David Chow a assinar o acordo, o representante da CMP, o vereador de Urbanismo, Arq. Rafael Fernandes, que aparece em substituição do então presidente Ulisses Correia e Silva, que se tinha retirado para candidatar-se às eleições legislativas de 2016. Ao que tudo indica, o contrato foi assinado pelo vereador, mas segundo informações fornecidas pela então ministra, foi também assinado por ela (figura 45).

---

<sup>84</sup> Declarações do ex-bastonário da ordem dos arquitetos Fonte: <http://nanindipala.net/carta-aberta-david-chow/>, acesso a 6 de Fevereiro de 2017

<sup>85</sup> As ZDTI's foram criadas pelo Decreto legislativo nº2/93 de 1 de fevereiro, que declara como zonas turísticas especiais, as áreas identificadas como possuidoras de especial aptidão para o turismo.

<sup>86</sup> Declarações do ex-bastonário da ordem dos arquitetos Fonte: <http://nanindipala.net/carta-aberta-david-chow/>, acesso a 6 de Fevereiro de 2017

Figura 45 - Ato de assinatura do contrato em Macau



Fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-4-djeu-o-negocio-da-china/>, acesso a 3 de Fevereiro de 2017

E assim foi, nos últimos três anos, com o PAICV e o MpD abraçados, aos beijos e abraços, com muitas viagens (de núpcias?) dos seus emissários a Macau, para negociar os termos da concessão com o investidor. É cristalino que foi a CMP a conduzir tais negociações, sabendo que seria ela a assinar o acordo final, tal como veio a acontecer, pois não passa pela cabeça de ninguém que o MpD tenha sido “galinha na burro” nesse processo, confiando-o cegamente ao PAICV, seu inimigo figadal, para no fim assumir, como seu, o acordo da concessão<sup>87</sup>.

A 9 de Abril de 2016, dois meses após o ato público de lançamento da primeira pedra, apareceram os primeiros sinais do início dos trabalhos da construção do complexo, com a vedação da Praia da Gamboa, por uma cerca vermelha, onde posteriormente foram construídos os estaleiros.

---

<sup>87</sup> Declarações do ex-bastonário da ordem dos arquitetos, Fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-4-djeu-o-negocio-da-china/>, acesso a 3 de Fevereiro de 2017

Figura 46 - Imagens da vedação da área de intervenção do Projeto Casino com uma cerca vermelha



Fonte: Foto da autora (2017)



Fonte: Foto da autora (2017)

### 5.1.2 Os grupos e movimentos de apoio e de contestação ao projeto

As manifestações públicas nas redes sociais e na comunicação social, os discursos feitos, e as entrevistas realizadas nas diversas franjas da sociedade civil, apontam para uma controvertida pré-avaliação. Da parte dos profissionais liberais, a percepção do que será o Projeto Casino é bastante positiva, em alguns casos, com um certo deslumbramento:

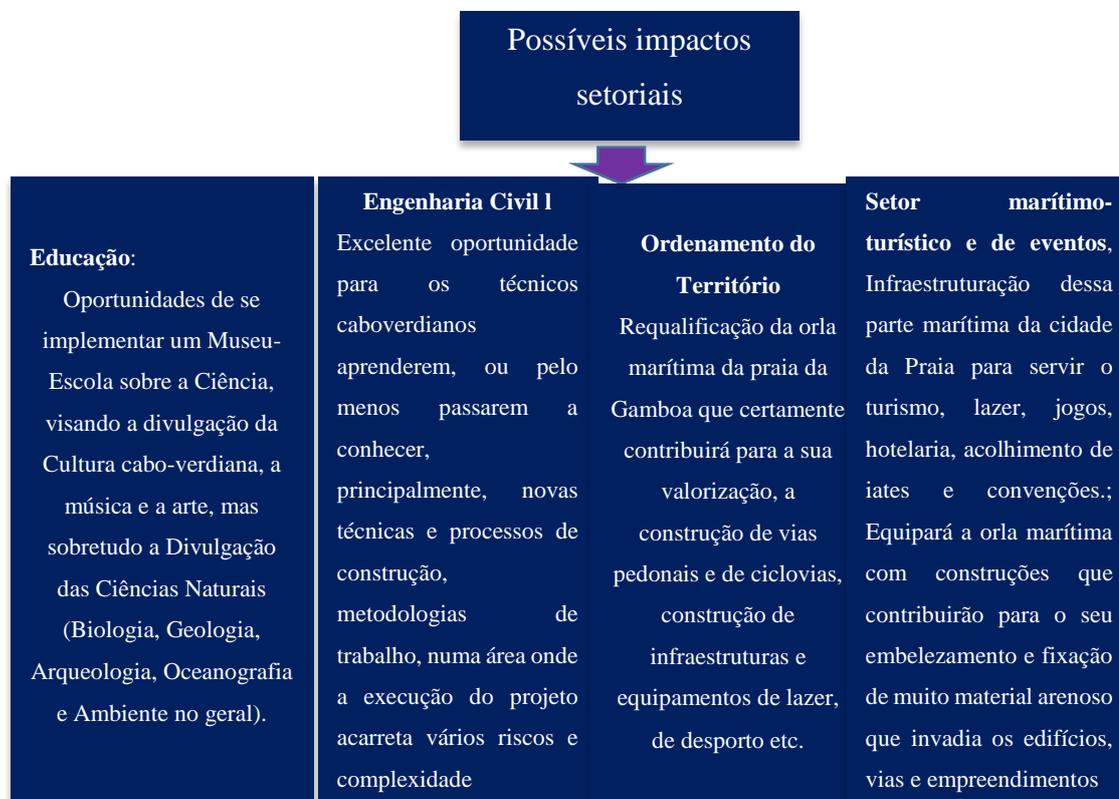
O empreendimento “Cape Verde Integrated Resort & Casino” é um projeto futurista, que terá um grande impacto ao nível económico e social para o país, com destaque para o setor turístico e igualmente para os setores conexos a este. Na fase de implementação irá dinamizar o setor da construção civil, gerar milhares de postos de trabalho. Este projeto irá, pela certa, revolucionar o setor turístico em Santiago e alargar a capacidade de oferta turística da ilha, disponibilizando aos visitantes deste novo destino turístico, uma oferta de alto stand ou de alto valor. Este investimento terá um forte impacto na economia, dado ao aumento exponencial de exportação dos serviços turísticos que irá proporcionar, e que terá forte impacto no crescimento económico, na redução do desemprego no país (FONTE: ENTREVISTA PC1, 2016).

As projeções feitas sobre os potenciais impactos, a nível dos diferentes setores da atividade económica, mostram-se positivas para alguns entrevistados. Também se prevê que os impactos sejam descentralizados a nível de todo o país, extravasando a escala de Santiago e uma possível “internacionalização” de Cabo Verde, termo muito mencionado nas entrevistas.

Contribuirá para inscrever a Praia como um melhor destino turístico no espaço atlântico e oeste africano; continue a proporcionar mais contrapartidas para o desenvolvimento infraestrutural e humana da cidade, onde está o projeto; Impulsione o Governo a criar melhores condições para se render serviços marítimos e portuário, de forma a apoiar os vários serviços marítimo-turísticos rendidos no quadro da atividade desse empreendimento (FONTE: ENTREVISTA JP, 2016);

Seguem exemplos de algumas opiniões sobre as perspetivas de impactos setoriais, colhidas nas entrevistas realizadas com representantes dos setores da educação, setor marítimo portuário, ordenamento do território e da Ordem dos engenheiros de Cabo Verde, que, como se constata na figura 47, são bastante otimistas.

Figura 47 - Possíveis impactos setoriais



Fonte: A autora (2018) a partir da sistematização das entrevistas realizadas

Em contraposição, algumas vozes já se posicionaram publicamente contrárias, apontando vários argumentos, entre os quais a inexistência de contrapartidas sociais, falta de transparência durante a fase de negociação, a não contemplação da participação e inclusão das diversas frações da sociedade, os interesses obscuros que estejam por detrás, bem como os tradicionais efeitos negativos que projetos do tipo costumam provocar. No dia 3 de Agosto de 2015, alguns jornais online bem como as televisões pública e privada, noticiaram a ocupação do ilhéu por um grupo de jovens, denominados “korrenti di ativistas”<sup>88</sup> em protesto contra o Projeto Casino, numa tentativa de também impedir o início das obras do complexo turístico.

<sup>88</sup> Organização não-governamental cabo-verdiana que junta associações que intervêm junto das crianças e jovens dos bairros mais desfavorecidos da Cidade da Praia. Fonte: <http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contrucao-de-complexo-turistico-19563573.html>, acesso a 05 de Fevereiro de 2017

Argumentaram que o projeto traduz, “não riqueza e progresso, mas problemas como a “lavagem de capitais, prostituição e turismo sexual”<sup>89</sup>.

Figura 48 - Ocupação do ilhéu pelo grupo “Korrenti di ativistas



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=860120554071445&set=pcb.860121150738052&type=3&theater>, acesso a 20 de Outubro de 2015

Em declarações ao jornal “A Nação”, o porta-voz do movimento, afirmou que o empreendimento do empresário macaense David Chow vai passar a ser uma espécie de “colónia chinesa”.

O casino vai ser um espaço de jogos/batota, dos vícios dos milionários e pequenos ricos, de prostituição, lavagem de capital, tráfico de droga, turismo sexual, por isso, que não podemos deixar que o imperialismo e capitalismo domine a mente dos cabo-verdianos, vamos proteger o nosso património natural com a nossa arma de guerra que é ativismo social, a revolução, porque estamos preparados até para uma revolta civil<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> Fonte: [http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contrucao-de-complexo-turistico\\_19563573.html](http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contrucao-de-complexo-turistico_19563573.html), acesso a 10 de janeiro de 2016).

<sup>90</sup> Declarações do líder Korrenti de ativistas, Fonte: [http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contrucao-de-complexo-turistico\\_19563573.html](http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contrucao-de-complexo-turistico_19563573.html)).

Figura 49 - Faixa apresentada pelo grupo com a mensagem “DJÈU PA POVU



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=860120884071412&set=pcb.860121150738052&type=3&theater>, acesso a 31 de Janeiro de 2018

O grupo defendeu que o complexo turístico não estava sendo projetado para beneficiar os pobres e as classes socialmente desfavorecidas, mas pelo contrário para satisfazer os ricos. As fotografias acima (figura 49) mostram a mensagem usada pela associação de jovens durante a manifestação “pacífica” contra o empreendimento turístico, com a colocação numa faixa, em letras maiúsculas e na língua crioula; DJÈU PA POVU, que na língua portuguesa significa “O ilhéu para o povo”. Na opinião deles, o projeto iria privatizar um espaço que sempre foi utilizado por pessoas de origem humilde:

A infraestrutura, além de vir causar o desaparecimento de espécies raras do local e degradar totalmente o ambiente, vai “impedir as pessoas da classe mais desfavorecidas, de desfrutarem do lazer e de uma visão ecológica do espaço”, assim como os pescadores e peixeiras deixarão de trabalhar nesta área. Cabo Verde precisa, sim, de grandes investimentos na área de mobilização de mais água para a agricultura, da pesca e da promoção do desenvolvimento local e comunitário, em vez do casino a ser construído num “património público” que “não pode” ser vendido para servir de “caprichos aos dois maiores partidos que resolveram novamente se unir quando é o dinheiro sujo que está em jogo. Queremos que o ilhéu fique como está, ou seja, um espaço onde as pessoas vão aliviar o stress e divertir-se<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> Declarações do líder Korrenti de ativistas, Fonte: [http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contra-construcao-de-complexo-turistico\\_19563573.html](http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contra-construcao-de-complexo-turistico_19563573.html)).

Em entrevista, o porta voz do grupo fez a seguinte afirmação:

Não vejo vantagem de um empreendimento, daquela natureza, para Cabo Verde porque uma coisa seria uma visão de vantagem para aqueles que tomam decisões e [outra] para aqueles que são muitas vezes obrigados a aceitar as mudanças radicais do processo do desenvolvimento. Por exemplo, de certeza que diriam que o acordo de pesca teria estas mesmas vantagens. Mas quais vantagens para a vida dos pescadores e vendedeiras de peixe, para aqueles que vivem da apanha de areia? Para o meu sector que é a sociedade civil, não aguardo nenhuma expectativa considerando que este não foi informado, minimamente, antes da implementação do projeto, nem das consequências que são imprevisíveis (FONTE: ENTREVISTA ONG4).

De acordo com o líder do movimento, o grupo sofreu pressões para abandonar o local e seis dias depois, em resposta à resistência deles, o motorista da embarcação que fazia as deslocações ao ilhéu foi preso pela polícia e perante a intensificação das ameaças da força policial, foram obrigados a abandonar o local. Outro motivo que o líder considera importante para ter tomado esta medida, se relaciona com o fato de não terem obtido o apoio necessário da sociedade civil praiense durante a ocupação. O não envolvimento da comunidade praiense na ocupação reforça a ideia de que a maioria parece desejar o projeto.

Acompanhando também os posicionamentos públicos de algumas personalidades políticas em relação à esta ocupação, é de se destacar aqui as palavras do então presidente da Câmara Municipal da Praia, Ulisses Correia e Silva, que acabam por mostrar alguma intolerância perante uma ação cívica de protesto considerada “normal” num estado que se diz “de direito”: *“era o que faltava as pessoas agora decidirem fazer a ocupação dos espaços públicos, espaços que pertencem ao património de toda a comunidade e do país”*. O mesmo apelou à intervenção das autoridades no sentido de desocupar o ilhéu de Santa Maria<sup>92</sup>.

Não devemos criar quadros no nosso país que afugentem investidores, que conotem negativamente investidores, que criem estigmas. Posicionámo-nos favoravelmente a investimentos que possam trazer para a cidade da Praia e para Cabo Verde criação de riqueza, crescimento económico, emprego e rendimento, que é o que o país precisa<sup>93</sup>”

---

<sup>92</sup> Fonte: <https://www.dn.pt/globo/interior/presidente-da-Câmara-da-praia-apela-a-que-as-autoridades- retirem-ativistas-de-ilheu-4715936.html>, acesso a 13 de junho de 2017

<sup>93</sup> Declarações do Presidente da CMP, Fonte: <https://hojemacau.com.mo/2015/08/06/cabo-verde-activistas- contra-casino-resort-de-david-chow>, acesso a 10 de Março de 2017

Aqui, a lógica do incentivo aos investimentos privados, ficou expressa nas palavras do então presidente da Câmara Municipal da Praia, apelando que se evitem situações “que afugentem os investidores”, mesmo que isso signifique alguns sacrifícios para determinada franja da população local.

Outra voz crítica foi a do ex-bastonário da Ordem dos Arquitetos de Cabo Verde, Cipriano Fernandes, que pediu publicamente, a intervenção da Procuradoria-Geral da República para suspender o projeto. O arquiteto considerou que a convenção negociada conjuntamente pelo Governo e Câmara Municipal da Praia, com a MLD (empresa chinesa investidora), deve ser “aberta ao escrutínio público e cumprir os requisitos legais”.

Este é um requisito básico fundamental e condição sine qua non para a concretização do empreendimento, mas infelizmente, neste momento, o único documento concreto que existe é um estudo de impacto ambiental de origem muito duvidosa e suspeita, mas que mesmo assim, foi aceite e colocado à consulta pública pela Direção-geral do Ambiente, quando ainda nem sequer a convenção de estabelecimento havia sido assinada.<sup>94</sup>

Convém destacar aqui também as argumentações utilizadas por ele, para acionar a petição pública (lançada online no seu blogue)<sup>95</sup> que manda suspender o projeto:

- a) É excessivo o período de 75 anos acordado para a concessão;
- b) Não se comunica um projeto desta envergadura com uma simples imagem virtual num outdoor;
- c) Não foi publicado no Boletim Oficial, o Plano Detalhado<sup>96</sup> para a zona em questão a justificar o projeto e respectivos parâmetros urbanísticos;
- d) Não existe um compromisso que obrigue a que uma percentagem fixa dos lucros do casino seja alocada à infraestruturação da Cidade da Praia, durante o período da concessão;

---

<sup>94</sup> Fonte: <http://nanindipala.net/>, acesso a 13 de Abril de 2016

<sup>95</sup> Fonte: <http://nanindipala.net/>, acesso 12 Janeiro de 2016

<sup>96</sup> O plano detalhado é o instrumento de planeamento que define com detalhe os parâmetros de aproveitamento do solo de qualquer área delimitada do território municipal, de acordo com o uso definido por PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano) ou PDM (Plano Diretor Municipal). Fonte: Decreto-Legislativo n° 1/2006, de 13 de fevereiro, que estabelece as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico,

e) Não existe uma fórmula que permita à cidade beneficiar de eventuais aumentos dos lucros da exploração do casino;

f) A obstrução do canal entre o ilhéu e a ilha, atenta contra o equilíbrio dos ecossistemas da Baía da Gamboa.

g) Existem compromissos na Convenção de Estabelecimento que extravasam o Ilhéu de Santa Maria, vinculando a Ilha de Santiago e o próprio país, que precisam ser devidamente explicados e justificados;

A 29 de Novembro de 2016, a petição contava com apenas 156 assinantes, número aparentemente baixo e que pode indiciar a existência de uma fraca cultura de mobilização da sociedade civil em Cabo Verde, contra megaprojetos turísticos e imobiliários, e grandes projetos de uma forma geral.

A queixa junto ao Ministério Público, pedindo o cancelamento do contrato viria a ser arquivada pelo mesmo, alegando não haver elementos suficientes para avançar com o processo. A Procuradoria-Geral da República (PGR) de Cabo Verde esclareceu que, na sequência da petição do arquiteto, *“foram solicitados documentos e recolhidas informações e que, depois de “uma análise crítica” e ponderada de todos os elementos de prova recolhidos e constantes dos autos, o Ministério Público ordenou o seu arquivamento dos autos<sup>97</sup>”*.

Muito recentemente, ainda antes do início das obras do Projeto Casino, por ocasião da comemoração do 184º aniversário do naturalista inglês Darwin, conhecido como o teórico da evolução, e que esteve no ilhéu de Santa Maria, doze cientistas e paleontólogos, liderados pelo Instituto Gulbenkian de Ciência de Portugal, aconselharam a não permissão de qualquer construção no ilhéu, na sequência de uma visita de estudo, cujo objetivo relacionava-se com o estudo da fauna, flora e registo fóssil no ilhéu. Recomendaram que, antes de qualquer intervenção, fossem realizados mais estudos biológicos e geológicos sobre o ilhéu, tendo utilizado como um dos argumentos o fato do ilhéu de Santa Maria ter colaborado para que o Darwin “construísse um pensamento lógico para revolucionar a Ciência da Biologia” e por isso do ponto de vista histórico, o “Djéu simboliza um local de importância extraordinária, ainda que do ponto de vista ambiental seja um “local muito pouco conhecido<sup>98</sup>”.

---

<sup>97</sup> Fonte: <http://nanindipala.net/>, acesso 12 Janeiro de 2016

<sup>98</sup> Fonte: [http://portugues.tdm.com.mo/radio\\_new.php?ra=nd&nid=12277](http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=nd&nid=12277), acesso a 17 de Maio de 2016

Destacam-se aqui também, entre as opiniões contrárias às dominantes, posicionamentos de alguns quadrantes do ensino superior e das organizações da sociedade civil que, em entrevista, chegam a fazer as seguintes avaliações do projeto:

Parece-nos óbvio que os interesses do grande capital estão aqui devidamente instalados neste projeto. Daí a principal “vantagem” de um empreendimento desta natureza é fazer circular o capital, trazendo mais valias acumuladas em outras regiões do mundo para o nosso país. Portanto o principal beneficiário destes investimentos serão os próprios promotores (Fonte: entrevista UNI. 2016)

Estas afirmações se enquadram na visão de Harvey (2011) relativamente à forma como se dá o processo de urbanização, eleita pela acumulação capitalista como um dos mais rentáveis focos de investimento, e um dos principais meios de absorver o excesso de capital. E seguindo o raciocínio do autor, como base de análise, Cabo Verde, pelas vantagens que habitualmente lhe são atribuídas, acabou por ser um dos espaços escolhidos pelos investidores chineses para a aplicação dos excedentes de capital que vem sendo produzidos no país asiático nas últimas décadas. Um dos objetivos, provavelmente, será transformar Cabo Verde, um país cuja população possui renda média e condições básicas relativamente elevadas, quando comparadas ao conjunto dos países da África, num lócus de grande acumulação de capital, a partir da indústria do lazer e do turismo.

Relativamente aos posicionamentos críticos, o empresário David Chow argumenta que, dificilmente se consegue atender a todos e que mais para a frente com o avançar do projeto, as opiniões provavelmente vão mudar. Afirmou sua abertura para alterações, mesmo a “nível da construção, se estas servirem para melhorar o projeto”.

“Não tenho nenhum problema com o fato de algumas pessoas estarem contra, mesmo os profissionais. O principal será o reconhecimento internacional, “assegurar que Cabo Verde esteja no mapa. O arquipélago tem a melhor localização estratégica do mundo, especialmente ao nível do Atlântico e é importante que comece a estabelecer um maior trabalho de network e relações públicas para tirar dividendos<sup>99</sup>”.

A afirmação do senhor Chow de que o Projeto Casino vai “assegurar que Cabo Verde esteja no mapa” elucida a forma como ele quer vender o projeto ao povo cabo-verdiano, passando a ideia de que é importante, para dar visibilidade a Cabo Verde, transformá-lo num destino competitivo, em suma num país preparado para receber aquilo que supostamente ele

---

<sup>99</sup> Fonte: <http://nanindipala.net/>, acesso a 13 de Abril de 2016

deve definir como “desenvolvimento”. O fato do próprio diretor da empresa investidora do complexo turístico reconhecer que o país tem a “melhor localização estratégica do mundo, especialmente ao nível do atlântico”, mostra que as autoridades cabo-verdianas, possuem um triunfo que lhes permitiria uma margem de manobra nas negociações, que talvez não foram devidamente exploradas a favor do conjunto da população do país.

Para o então MAHOT (Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território), havendo diversos posicionamentos sobre o projeto, recorre-se às leis, que no caso, segundo ele foram todas respeitadas. Assegurou que foram também estudadas medidas que devem ser implementadas para mitigar o impacto, a ponto de não pôr em causa a sustentabilidade ambiental, e que compreendem um conjunto de condicionantes, que já foi integrado no projeto técnico de execução de todo o empreendimento.

Garantindo não ver, razões para preocupação em termos ambientais, o então MAHOT assumiu que, do ponto de vista urbanístico e arquitetónico, poderá haver alguma descaracterização da zona, mas defende que:

“O desenvolvimento é assim. Temos de ‘descaracterizar’ o que temos hoje para podermos ter uma paisagem urbanística melhor no futuro. Ou seja, não se trata aqui de uma descaracterização no sentido negativo, mas sim no sentido de que ela é o processo normal de mudança. Estamos a promover a Praia e o Cabo Verde do futuro do ponto de vista do desenvolvimento e não podemos promover o desenvolvimento sem fazer nada. O que não faria sentido é deixar como está, bloqueando o processo de desenvolvimento quando não há razões ambientais de monta para que não se faça a construção. Promovemos o desenvolvimento sustentável e estamos tranquilos quanto a isso<sup>100</sup>”.

É de se destacar, nas palavras deste governante, pelo número de vezes que utiliza o termo, a sua preocupação com a questão do “desenvolvimento”, bem como a associação do conceito ao investimento em curso, levando-nos a questionar sobre que tipo de desenvolvimento estaria ele a falar. Fica implícito aqui que para ele (e como vimos anteriormente, também para o então Presidente da CMP, Ulisses Correia e Silva, hoje chefe do governo nacional), a implantação de GPUs é fundamental para o “desenvolvimento” e para o “futuro” do país.

---

<sup>100</sup> Edição impressa do jornal nacional “Expresso das Ilhas” nº 741 de 09 de fevereiro de 2015

Para alguns contestatários do projeto, sendo ele, até certo ponto, um acontecimento “inevitável”, deveria ser, no mínimo, melhor divulgado e negociado com a sociedade civil, o que para alguns quadrantes, não aconteceu.

Por mim este projeto nunca seria implementado. Já que não posso impedi-lo, acho ao menos, que o projeto deveria ser melhor negociado em termos de contrapartida para as populações que moram nas proximidades e que serão os mais impactados e para a cidade da Praia, no geral. Para além dos impactos sociais, deveria ser melhor negociada as contrapartidas relativamente aos investimentos em equipamentos e infraestruturas urbanas, no sentido de melhorar toda a cidade (Fonte: entrevista UN1, 2016).

Alguns entrevistados que são a favor do projeto, alertam para a necessidade de se prestar atenção aos possíveis efeitos negativos, que um investimento dessa envergadura, pode provocar, especialmente, do ponto de vista social. Neste sentido, apontaram um conjunto de investimentos e reformas, que está sendo negociado, para viabilizar o projeto e minimizar os possíveis impactos negativos.

Em relação às reformas não existe muita coisa a fazer. Cabo Verde apresenta uma legislação muito moderna nos setores de turismo, jogos, finanças etc. o problema de Cabo Verde é que esta vasta legislação nunca passa do papel. Por exemplo todos os contratos, concessões, envolventes na promoção dos investimentos da Macau Legend Development, estão enquadrados na legislação em vigor e a empresa tem respeitado escrupulosamente a legislação cabo-verdiana. O que falta ainda são as compensações previstas na orla costeira a ser negociada com o Município da Praia, que inclui a requalificação dos bairros na envolvência do projeto. Em relação a outros investimentos complementares, já estão a ser negociados mais dois projetos (Fonte: entrevista: UN2, 2016).

Relativamente às “compensações previstas na orla costeira” a serem negociadas com o Município da Praia, e que incluem a “requalificação dos bairros na envolvência do projeto”, parecem não existir, ou se há, não têm acolhido as expectativas da população impactada. Conforme mencionado anteriormente, ficou-se a saber, em conversa com alguns moradores e pescadores do bairro Brasil (bairro vizinho do futuro complexo turístico e que acolhe uma das comunidades mais pobres da cidade da Praia), que não lhes foi apresentado nenhum plano pós-projeto.

## 5.2 DIMENSÃO INSTITUCIONAL: PROCESSOS DECISÓRIOS E DE CONTROLE SOCIAL NA MONTAGEM E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

### 5.2.1 Das características do processo decisório: a falta de informações e o sigilo

Em Cabo Verde, a questão da participação popular na elaboração e implementação de políticas públicas, está integrada ou tratada em diversas legislações, programas e instrumentos de gestão.

Recentemente o país adotou um conjunto de diplomas, procedendo paralelamente à revisão de outros, nos quais terá se notado a preocupação do legislador em incluir mais instrumentos de controle e participação social. São exemplos, o Estatuto das Cidades, a Lei-Quadro da Descentralização, a Lei da Cooperação Internacional Descentralizada, a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbano etc.

Desde logo, a Constituição da República no parágrafo 1º do seu artigo 240, afirma que a Administração Pública persegue o interesse público com respeito pela Constituição, pela lei, pelos princípios da justiça, da transparência, da imparcialidade, da boa fé e pelos direitos e interesses legítimos dos cidadãos. Ainda o parágrafo 2º do mesmo artigo, diz que ela “é estruturada de modo a prestar aos cidadãos um serviço eficiente e de qualidade” e ainda prevê o controlo e a participação por parte dos interessados.

O Decreto-Lei nº14/2011, que regula o Estatuto das Cidades e define as orientações da política de qualificação de espaços urbanos em Cabo Verde, aqui designado de Estatuto das Cidades, prevê um conjunto de princípios democráticos de gestão urbana como:

- a) A partilha de competências tanto a nível nacional, regional e local;
- b) A participação popular, das organizações da sociedade civil e das empresas privadas;
- c) A criação do Conselho Nacional das Cidades a nível central e o Conselho Municipal da cidade a nível das autarquias;

A lei nº57/VII/2010, que estabelece o regime jurídico geral da cooperação internacional descentralizada, prevê a criação de uma Comissão Nacional de Cooperação Internacional como um espaço de coordenação e articulação entre os principais agentes de cooperação descentralizada. Elege a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV) e a Plataforma das ONGs como interlocutores privilegiados do governo, nesta matéria, podendo as ONGs participarem na Comissão Nacional de Cooperação Internacional, nas Comissões mistas,

nas mesas redondas e na definição de política de cooperação descentralizada respeitante ao seu território.

A Lei-Quadro de Descentralização (Lei nº 69/VII/2010), que estabelece o quadro da descentralização administrativa, bem como o regime de parcerias público-privadas do âmbito regional, municipal ou local, terá definido como um dos objetivos, melhorar a relação do poder local com os administrados, prevendo, designadamente, a obrigatoriedade das autarquias locais disponibilizarem ao público, gratuitamente, informações de interesse, assegurando a “participação das populações respetivas, na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas de âmbito local que lhes incumbam, reforçar as parcerias público-privadas entre o governo e as autarquias locais, por um lado, e as sociedades comerciais, associações de autarquias ou consórcios públicos, associações profissionais e organizações não-governamentais, por outro lado”.

No entanto, apesar destes direitos estarem consagrados em diversas legislações, são ainda consideráveis, os desafios que ainda se colocam em matéria de participação. Primeiramente, porque pode-se considerar que o país se encontra ainda numa fase muito inicial de amadurecimento da sua cultura de participação e exercício da cidadania, mas também, por outro lado, porque existe ainda algum défice de partilha de informações, principalmente, a sua disponibilização pelas entidades e gestores públicos, de modo a possibilitar às pessoas, conhecer e opinar sobre as diversas questões que mexem com o seu quotidiano.

Pode-se apresentar como exemplo, um estudo de avaliação do processo participativo, na fase de consulta pública, dos que podem ser considerados, a primeira geração de planos urbanísticos produzidos no país, concretamente os Planos Diretores Municipais (PDMs)<sup>101</sup>. Nesta pesquisa feita em 2014, foram considerados apenas os PDMs dos Municípios de Santiago (a maior ilha do país e que acolhe mais de metade da sua população) até então ratificados pelo governo central. Assim, foram analisados dois aspetos: (1) os meios ou instrumentos de divulgação, socialização e participação postos à disposição dos interessados; e (2) o perfil dos participantes, considerando quem é chamado ou deveria ser chamado a participar e quem participa ou deveria participar.

---

<sup>101</sup> O PDM é o instrumento de planeamento que rege a organização espacial da totalidade do território municipal e estabelece a estrutura, a classificação e qualificação básica do solo, bem como os parâmetros de ocupação, considerando a implantação dos equipamentos sociais. Fonte: artigo 99 do Decreto-Lei nº 43/2010 que Aprova o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico.

O quadro 6 mostra que, em sete Municípios analisados, os PDMs foram disponibilizados através de exposições públicas nos lugares mais frequentados e apresentados em sessões públicas organizadas nas sedes dos Municípios, envolvendo as autoridades locais, as forças vivas, organizações da sociedade civil e a população de uma forma geral. De destacar, os Municípios de São Domingos e Santa Catarina, que para além das sessões de apresentação nas respetivas sedes, organizaram também sessões descentralizadas de apresentação nas periferias dos respetivos Municípios, envolvendo as comunidades mais afastadas do centro.

Quadro 6 - Instrumentos de divulgação e participação utilizados durante a consulta pública dos PDMs de Santiago

Instrumentos de divulgação/participação utilizados	de	Meios de comunicação social	de	Distribuição de desdobráveis	de	Exposições públicas	Sessões públicas de apresentação
São Domingos	X		X		X		Desconcentrada
São Lourenço dos Órgãos	X		X		X		Concentrada
São Salvador do Mundo	X		X		X		Concentrada
São Miguel	X		X		X		Concentrada
Santa Cruz	X		X		X		Concentrada
Tarrafal	X		X		X		Concentrada
Santa Catarina	X		X		X		Desconcentrada

Fonte: A autora, com base nas atas de consulta pública (2014)

Fazendo uma breve leitura do quadro 7, relativo ao perfil dos que participaram na fase de consulta pública dos PDMs de Santiago, constatou-se que, de uma forma geral, houve uma fraquíssima participação no processo, destacando-se o facto de, em todos os setes Municípios não se ter verificado, nos respetivos relatórios de consulta pública, registros de participação de organizações da sociedade civil (S/R, sem registo), como associações profissionais e técnicas, sindicatos, grupos religiosos, universitários, representantes de associações locais etc. Há apenas registros de participação de cidadãos comuns e de forma isolada, mas em número bastante reduzido, tratando-se para cada Município de 2 participantes em média, com exceção de Tarrafal que se encontrava abaixo da média, com registo de apenas uma participação. Talvez seja necessário ir além dos tradicionais mecanismos e instrumentos de participação utilizados, se se deseja uma participação mais eficaz e generalizada.

Para além da fraca participação dos cidadãos e da ausência da sociedade civil organizada, dos poucos que deixaram a sua opinião na fase de consulta pública, não há registo

do tratamento ou seguimento que é dado às contribuições havidas, nem se há resposta ou reação das autoridades municipais.

Quadro 7 - Perfil dos participantes na consulta pública dos PDMs de Santiago

Perfil dos participantes nas Consultas Públicas	Cidadão comum	Sociedade organizada civil	Serviços governamentais	Setor privado
São Domingos	----	S/R	S/R	X
São Lourenço dos Órgãos	2	S/R	S/R	S/R
São Salvador do Mundo	2	S/R	S/R	S/R
São Miguel	2	S/R	S/R	S/R
Santa Cruz	2	S/R	S/R	S/R
Tarrafal	1	S/R	S/R	S/R
Santa Catarina		S/R	S/R	S/R

Fonte: A Autora, com base nas atas de consulta pública (2014)

Relativamente ao Projeto Casino, as vozes contra, alegam um elevado grau de sigilo à sua volta, argumentando que poucas informações foram disponibilizadas para o conhecimento público. O público em geral tem a compreensão do projeto através de dois outdoors colocados nas imediações da área de intervenção. Para além disso, existem notícias que, a versão “original” do projeto tem sofrido sucessivas alterações.

Como é possível que o Dr. JUCS<sup>102</sup> e equipa nos tenham insultado a inteligência de forma tão violenta, comunicando-nos um projeto desta natureza, com implicações, de todo, imprevisíveis sobre a cidade (e sobre o país) nos próximos 75 anos, através de uma simples imagem virtual publicada num *outdoor*? Quem se julgam estes senhores da CMP? Porventura acreditam mesmo que os cabo-verdianos são tão parvinhos assim? <sup>103</sup>

<sup>102</sup> Fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-3/>, acesso a 10 de Janeiro de 2017

<sup>103</sup> JUCS (José Ulisses Correia e Silvas), então presidente da Câmara Municipal da Praia

Figura 50 - Exposição do “projeto” casino nas imediações da área de intervenção



Fonte: Fotos da autora (2017)

Depois de aproximadamente sete meses do início das obras, deu-se uma paragem de cerca de 5 meses, e na ausência de um posicionamento oficial sobre as razões da interrupção, foi veiculado um conjunto de justificações nas redes sociais e na comunicação social, porém meramente especulativo. O certo é que, na sequência desta interrupção, publicou-se a 18 de Abril de 2017, num jornal online, uma notícia que dava conta de um encontro entre David Chow e sua equipa, com a CMP, solicitando “uma” alteração do projeto, nos seguintes termos: *o projeto sofreu uma alteração, e o que inicialmente estava previsto incluir um hotel adaptado para praia, foi alterado para um hotel com perfil de cidade*”.

Figura 51 - Encontro da empresa MDL com a CMP para a solicitação da alteração



Fonte: <http://anacao.cv/2017/04/18/david-chow-solicita-alteracao-ao-projeto-do-complexo-turistico-do-djeu/>, acesso a 23 de Dezembro de 2017

Curiosamente, a Adenda ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA), a que tivemos acesso, diz que as alterações “*incidem especialmente sobre as obras do Casino, da Marina e do acesso ao ilhéu*” e tiveram como principal motivo garantir uma fluente circulação da água marinha entre a Gamboa e o ilhéu de Santa Maria, manter uma elevada qualidade da água marinha na envolvente do Resort e manter as funcionalidades previstas no projeto com a alta qualidade paisagística”. O documento acrescenta ainda, que as alterações ao Master Plan anterior foram introduzidas “*por questões técnicas relativas às correntes oceânicas, às marés, à redução de sedimentação na baía e ao recente levantamento batimétrico, bem como alterações que melhorem o design e a função do empreendimento*”<sup>104</sup>.

Também se prevê a eliminação da estrada de acesso ao Hotel Casino, a partir da estrada principal de acesso ao ilhéu de Santa Maria. O novo acesso faz-se através de uma ponte mais pequena, a partir do ilhéu. A inserção da ponte na rodovia de acesso ao ilhéu de Santa Maria vai garantir o fluxo da corrente marinha entre a baía portuária e o Sul da ilha através do canal entre o ilhéu e a Gamboa. A plataforma artificial do Hotel Casino foi deslocada um pouco para Sul, de modo a aumentar o fluxo do oceano entre o ilhéu e a Gamboa;

Seguem, as principais alterações previstas no documento:

- a) Por meio de duas pontes, ligam-se o ilhéu de Santa Maria ao Hotel Casino; A Marina foi transferida para o extremo norte do ilhéu de Santa Maria;
- b) Aumento no número de quartos do Hotel Casino para 250 e do Hotel do ilhéu para 150, com um aumento na área de piso correspondente. O aumento de quartos dos hotéis não aumenta a altura dos edifícios, que permanecem com 8 pisos para o Hotel Casino e 5 pisos para o Hotel do ilhéu;
- c) Reorganização da Cidade Cultural, no ilhéu de Santa Maria, devido a todos os pontos anteriores, bem como mudar o local da igreja para torná-la num dos pontos centrais, permitindo que ambos os hotéis tenham vistas privilegiadas sobre a mesma. Redesenho do traçado da cidade, permitindo novos alinhamentos que obedeçam ao alinhamento tradicional das igrejas católicas, usando os eixos Este/Oeste das naves e Norte /Sul dos transeptos. A Utilização deste tipo de traçado urbano vem potenciar as vistas do hotel no ilhéu; Ligeira mudança do programa da Gamboa "Shoreline",

---

<sup>104</sup>Fonte: Estudo de impacte ambiental do Cape Verde Integrated Resort & Casino, Casino e Marina, Adenda, Janeiro de 2016, página 7

convertendo as moradias em apartamentos e o hotel programado em seis edifícios de quatro pisos.

Portanto, acabamos por constatar que as alterações, ainda são significativas, e que o que vem a público, através da comunicação social, passa a ideia de que as modificações são muito mais “ligeiras” do que efetivamente acabam por se observar na Adenda do estudo de impacto ambiental, documento ao qual o grande público não tem acesso. Para todos os efeitos, para este, as informações do “projeto” continuam a ser as mesmas, contidas no cartaz que foi afixado no dia do seu lançamento e que ainda lá permanece.

Figura 52 - Plano geral antigo e novo do projeto



Fonte: Adenda do estudo impacto ambiental do Projeto Casino, SIG-RISCO – Centro de Estudos Geográficos L.da, 2016

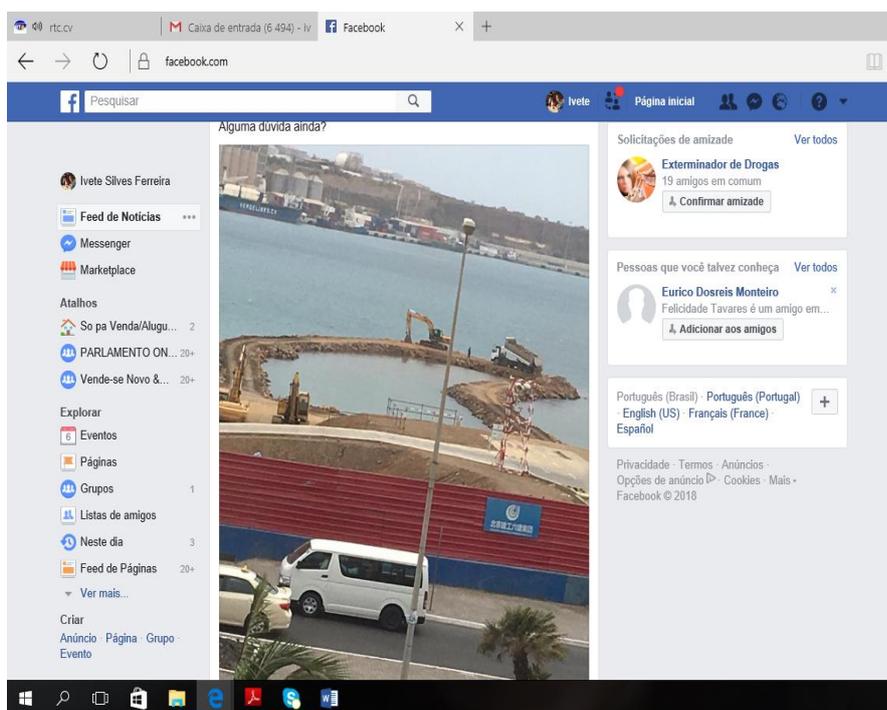
De ressaltar, que o parágrafo 2 do artigo 48º da Constituição da República, prevê que “todos têm a liberdade de informar e de serem informados, procurando, recebendo e divulgando informações e ideias, sob qualquer forma, sem limitações, discriminações ou impedimentos. Ainda o parágrafo 3 acrescenta, que é proibida a limitação do exercício dessas liberdades por qualquer tipo ou forma de censura.

É um projeto muito fechado, que não deu abertura para as pessoas, portanto não se sabe das reformas, não se sabe de nada. A primeira coisa que preocuparam, ao invés de informar as pessoas, é levantar um muro vermelho à volta da sua construção (fonte: entrevista ONG4)

A concessão coloca nas mãos da MLD Ltd. um total de 15.27 hectares, sendo 8,81 ha de terra e 6,46 ha de mar. A que título? Por que razão a CMP não divulga, na íntegra, o acordo que assinou em Macau<sup>105</sup>?

As informações “disponibilizadas” sobre o projeto são tão escassas que, à medida que as obras avançam, suscitam questões nas pessoas, que vão tentando adivinhar o que exatamente se está a construir. A figura 53 mostra uma fotografia cedida por uma pessoa que mora nos arredores do projeto e publicada no facebook, logo no início do mês de Fevereiro de 2018, com a seguinte pergunta: *Alguma dúvida ainda?* A questão suscita alguns comentários de leitores, do tipo: *mas o que é isto? Piscina pública? Marina que não é, de certeza. Futuro espaço para aquicultura?* (Figura 54).

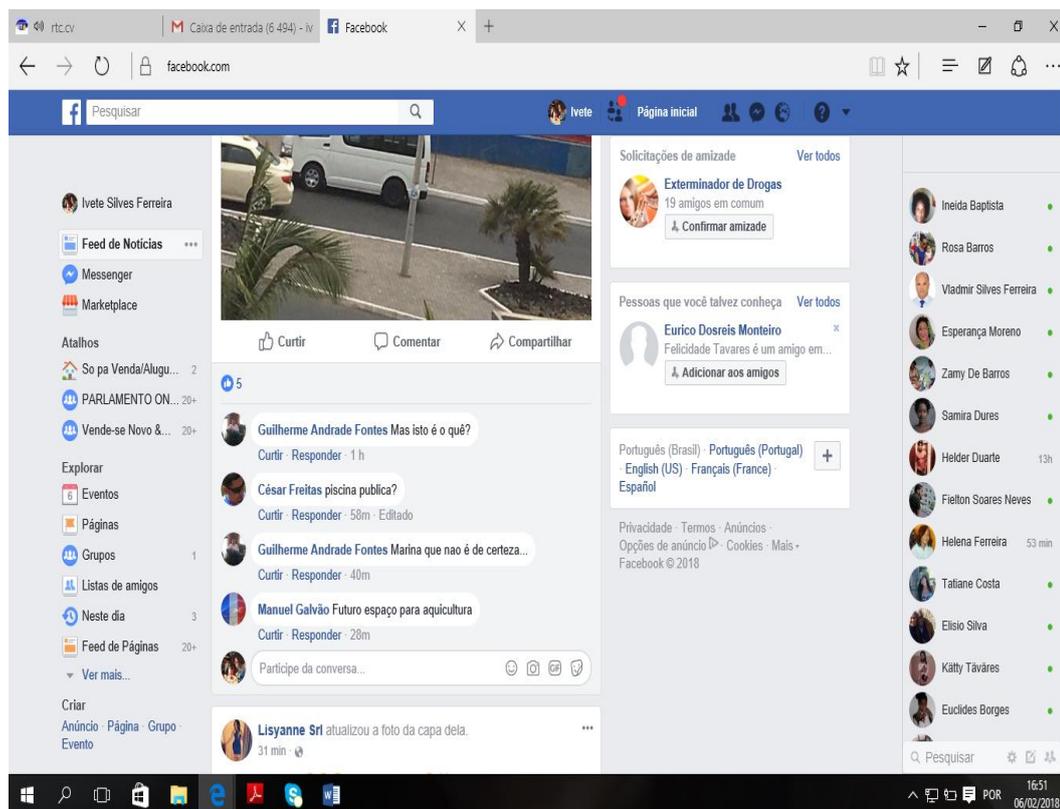
Figura 53 - Publicação no facebook questionando as obras



Fonte: Foto publicada por um morador vizinho da área do projeto, Fevereiro de 2018

<sup>105</sup> Fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-3/>, acesso a 10 de Janeiro de 2017

Figura 54 - Interrogações suscitadas pela publicação



Fonte: Publicação facebook, 2018

Dias depois, (18 de Fevereiro de 2018) fica-se a saber pela comunicação social, pela voz do vereador de urbanismo da CMP, que o projeto sofreu novas alterações e que afinal os tais enchimentos alvos de indagação no facebook seriam *“uma parte do início da construção que tradicionalmente se chama ensecadeiro, em que se faz o enchimento, como está aqui, e depois os pilares vão ser feitos na zona seca. Depois essa parte de enchimento retira-se e o pilar fica na zona de mar”*<sup>106</sup>.

Houve uma pequena alteração até sugerida por nós (CMP) em relação à ponte, em relação aos edifícios que eram uma espécie de bungalows, o que não fazia sentido, na primeira versão, porque parecia que era um destino turístico de praia e não é. É um turismo de cidade, diferente do que acontece nas outras ilhas. E houve também uma adaptação no ilhéu. O edifício que fazia a ilha, ia demorar muito tempo a ser construído e também ia ter um custo acrescido. O edifício emblemático do Casino vai ficar com o mesmo aspecto mas, ancorado no ilhéu<sup>107</sup>.

<sup>106</sup> Declarações do vereador do urbanismo da CMP, Fonte: <http://anacao.cv/2018/02/17/alteracoes-ao-projecto-djeu-david-chow-casino-ja-nao-vai-ficar-situado-mar/>, acesso a 25 de Fevereiro de 2018

<sup>107</sup> Declarações do vereador do urbanismo da CMP, Fonte: <http://anacao.cv/2018/02/17/alteracoes-ao-projecto-djeu-david-chow-casino-ja-nao-vai-ficar-situado-mar/>, acesso a 25 de Fevereiro de 2018

Portanto, mais uma alteração do projeto, que o vereador classifica de “pequena”, mas que vai alterar a localização do casino, é anunciada aos praienses através da comunicação social (figura 55).

Figura 55 - Anúncio da alteração da localização do casino num jornal digital

Fonte: <http://anacao.cv/2018/02/17/alteracoes-ao-projecto-djeu-david-chow-casino-ja-nao-vai-ficar-situado-mar/>, acesso a 25 de Fevereiro de 2018

A disponibilização de informações relacionadas com a gestão urbana é tratada no parágrafo 1 da Base XXVII da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (LBOTPU<sup>108</sup>), alegando que “os particulares têm direito à informação, tanto nos procedimentos de elaboração e alteração, como após a publicação dos instrumentos de gestão territorial, podendo consultar o respectivo processo, adquirir cópias e obter certidões.

Eu exijo publicamente que me seja facultado o acesso ao dossier completo desta convenção de estabelecimento, pois jamais mandataria qualquer dirigente deste país para negociar desta maneira e depois se achar no direito de me esconder os resultados da negociação. Como consta na carta-aberta que enderecei ao honorável Sr. David Chow, na gestão das potencialidades turísticas do meu país, NENHUM dos nossos dirigentes, eleitos ou nomeados, merece confiança. Estão aí para o provar, as negociatas (crimes de lesa-Pátria) que aconteceram, por exemplo, através da Cabo Verde Investimentos (com realce para o período em que estive, à mercê, do miserável labrego que a presidiu entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2007)<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Lei-quadro em matéria de ordenamento do território e planeamento urbanístico

<sup>109</sup> Declarações do ex-bastónario dos arquitetos, Fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-3/>, acesso a 22 de Outubro de 2016

Em análise desenvolvida a partir de estudos de caso de grandes projetos urbanos em 11 cidades europeias, Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez (2003) já haviam observado que utilizando o pretexto de confidencialidade comercial e imparcialidade técnica, as críticas e discussões sobre os GPUs são cercadas por um ambiente sigiloso, com escassa disponibilização de informação. Os autores destacam também que, um dos aspetos que caracterizam o ambiente no qual, habitualmente, os GPU's são implementados, é a tendência para a baixa resistência e oposição.

De facto, excetuando-se a petição pública lançada pelo ex-bastonário da ordem dos arquitetos de Cabo Verde e a ocupação feita pelo grupo de jovens, logo na sequência do anúncio da assinatura do contrato, o Projeto Casino não registrou, até o momento, resistências com impactos suficientes, para fazer com que os governantes, as autoridades locais, os gestores ou o dono da obra, disponibilizassem mais informações, abrissem mais espaços para a participação da sociedade civil, ou mesmo permitissem negociações ou diálogo para algumas contrapartidas sociais para a cidade em geral e, particularmente, para as pessoas que vivem em áreas próximas ao projeto e que supostamente serão as mais impactadas. Pelo contrário, a própria requalificação da orla marítima da Gamboa, que deveria ser assumida pelo projeto, ao que tudo indica vai ser executada pela CMP, dado que o anúncio feito no Jornal A Nação online, a 18 de Fevereiro de 2018, nos dá conta que *“Rafael Fernandes avançou ainda, que a autarquia irá por em curso a requalificação da praia da Gamboa e que a mesma ficará com “quatro vezes mais areia” do que aquela que tem atualmente<sup>110</sup>”*.

Outro aspecto que se nota, é que os atos relacionados com o projeto são realizados, quase que à porta fechada, e as informações tratadas em segredo. Na sequência da assinatura do contrato, aquando do lançamento da primeira pedra, amplamente divulgado pela comunicação social, e considerando o ato como sendo público, na qualidade de pesquisadora sobre o assunto, desloquei-me ao local do evento, na companhia de uma colega, também geógrafa, com o intuito de assistir e recolher, in loco, os diversos testemunhos das personalidades, que nele participariam oficialmente, mas fomos impedidas de aceder ao evento, com o argumento de que seria necessário um convite para o efeito. Assisti também, à semelhança do que aconteceu conosco, outras individualidades a serem impedidas de participar

---

<sup>110</sup>Fonte: <http://anacao.cv/2018/02/17/alteracoes-ao-projecto-djeu-david-chow-casino-ja-nao-vai-ficar-situado-mar/>, acesso a 25 de Fevereiro de 2018

no ato, estando entre elas, figuras com algum reconhecimento na sociedade civil, como são os casos de altos dirigentes da administração pública e alguns órgãos de soberania, de que são exemplos os deputados nacionais.

Outro acontecimento que evidencia o grau de sigilo que envolve o projeto, aconteceu com um elemento da Assembleia Municipal da Praia, o qual, enquanto líder da bancada do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) neste órgão, encontrou obstáculos para conseguir uma visita às obras e colocar questões por ele consideradas de interesse público. Conseguida a permissão para a visita, esta foi vedada à comunicação social e os questionamentos colocados não foram respondidos, alegando o representante da empresa, que não tinha nem competência nem autorização para responder a todas as perguntas.<sup>111</sup>

Figura 56 - Visita dos eleitos municipais às obras



Fonte: Fotografias cedidas pelo líder do grupo de deputados municipais do PAICV na Praia

De acordo com o líder da bancada municipal do PAICV, na sequência do último anúncio de alterações do Projeto, comunicando uma nova localização do Casino, solicitaram um conjunto de esclarecimentos, junto do Presidente da Assembleia Municipal da Praia. Este reencaminhou os questionamentos ao Presidente da CMP, que por sua vez alegou que as informações deveriam ser solicitadas à uma Comissão de Seguimento “*existe uma Comissão de*

---

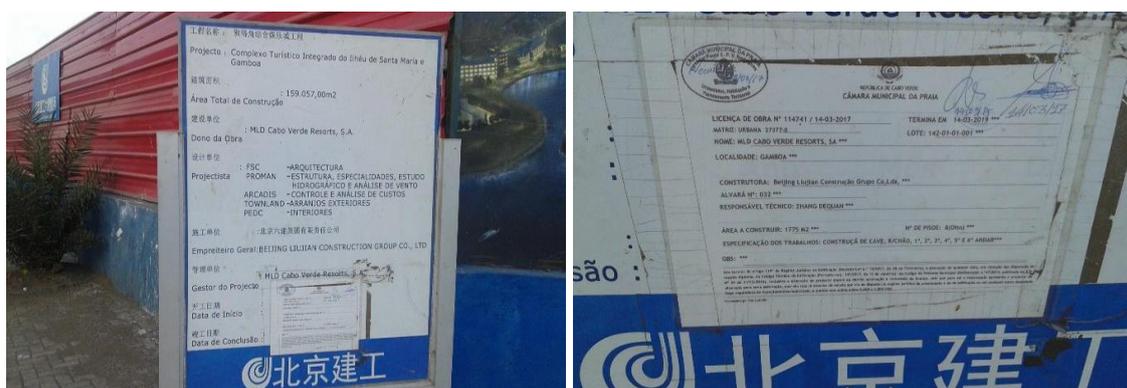
<sup>111</sup> Informações fornecidas pelo líder do grupo de deputados municipais do PAICV na Praia

*Seguimento que funciona junto do ME (Ministério da Economia) e que é a única entidade interlocutora, com competências para prestar as informações sobre o Projeto<sup>112</sup>”.*

O que se apresenta ainda mais caricato é o fato do representante do Cabo Verde Investimentos para os assuntos do Projeto Casino, ser o próprio Presidente da Assembleia Municipal da Praia, que teoricamente é, ou deveria ser, um órgão por natureza isento, imparcial e sobretudo fiscalizador das políticas públicas implementadas na cidade.

Para além da indisponibilização das informações sobre o projeto, o avançar das obras já começa a evidenciar discrepâncias entre o “pouco” que foi disponibilizado nos cartazes expostos, e o que está sendo implementado na prática. Embora os empreendimentos apareçam nos cartazes expostos, com um número máximo de, aproximadamente, cinco pisos, o primeiro edifício construído, em plena praia da Gamboa, já atingiu nove pisos. Esta contradição também é observada na licença<sup>113</sup> concedida pela CMP, para a construção deste edifício, exposta na entrada principal do recinto de obras, a escassos metros dos cartazes, na qual consta um total de oito pisos a construir (figura 57). Este fato evidencia que estas contradições de informações, estão sendo montadas, com a cumplicidade do poder público, no caso a Câmara Municipal, que tinha o dever de exigir uma coerência entre a maquete e as informações do projeto constantes na licença de construção.

Figura 57 - Placar com dados gerais do projeto e a licença de construção do 1º edifício



Fonte: Fotos da autora (2017)

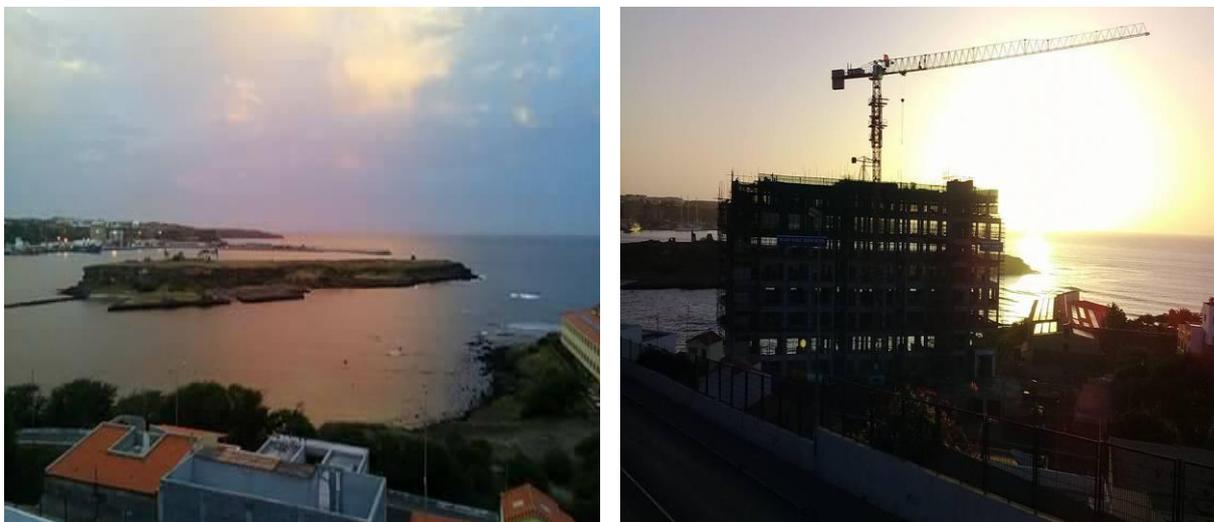
<sup>112</sup> Informações fornecidas pelo líder do grupo de deputados municipais do PAICV na Praia

<sup>113</sup>Do Projeto Casino, relativamente aos requisitos legais exigidos, foram dadas ao conhecimento público, duas cópias de licença de construção, emitidas pela CMP. Uma do ano 2017, referente ao “office complex” em construção na praia da Gamboa, outra do ano 2018, referente à edificação da ponte que liga o ilhéu à praia da Gamboa, e que ao que tudo indica irá ser iniciado brevemente.

Este fato já provocou reações pontuais da sociedade civil praiense nas redes sociais questionando o que efetivamente teria sido contratualizado no âmbito deste negócio.

Deste modo, na fase inicial da construção do Projeto Casino, já se pode confirmar algumas das tendências apontadas pelos estudos teóricos sobre esta temática, discutidas anteriormente, no que tange particularmente à questão da participação e envolvimento das pessoas, na identificação da solução ou do modelo do projeto adotado para implementação, pois este não foi alvo de socialização com a sociedade civil, pelo que esta não conhece os seus meandros. Já é nitidamente possível notar uma defasagem entre a proposta e a realidade, concretamente exemplificada pela volumetria dos edifícios em construção que já ultrapassa a proposta apresentada no “projeto” disponibilizado aos praienses. Particularmente, os habitantes do bairro de Brasil, já perderam a vista que tinham para o lhéu de Santa Maria, a partir do miradouro, reabilitado há alguns anos pela CMP e, queixam-se ainda, que receiam perder mais para a frente a vista para o mar, já que segundo consta, mais três edifícios com o mesmo número de pisos serão construídos. Segue uma foto publicada no facebook, por um morador do bairro do Brasil, no início de Janeiro de 2018, demonstrando o desfasamento entre o antes e o “depois” da construção do primeiro edifício:

Figura 58 - O antes e o “depois” da construção do primeiro edifício



Fonte: Fotografias publicadas no facebook, reclamando o excesso de pisos do 1º edifício

### 5.2.2 Os dispositivos urbanísticos e os procedimentos legais não respeitados

No evento de lançamento da primeira pedra do Projeto Casino, para além do embaixador da China em Cabo Verde, Xian Cong, e da representante da região administrativa especial de Macau, Tin Lin, também estiveram presentes, o Presidente da Câmara Municipal da Praia, Óscar Santos<sup>114</sup>, e uma comitiva de responsáveis políticos e da classe empresarial nacional.

De acordo com declarações feitas pelo então Presidente da CMP, Óscar Santos, “na autarquia sempre coabitou a organização e o bem-estar da cidade, de forma “holística”, sendo que para alcançar este objetivo, a CMP apostou “fortemente” na planificação do seu território”. O mesmo acrescentou ainda que o Projeto Casino “enquadra-se, também, no Plano Detalhado de Gamboa, que nos motiva a continuar a apostar na mesma linha de gestão urbanística e económica da Cidade. Com o plano de Gamboa, atualmente em consulta pública, a CMP fecha o planeamento territorial de praticamente toda a frente marítima da Cidade da Praia<sup>115</sup>”

Estas afirmações do Presidente da Câmara da Praia, alegando que o Projeto Casino está integrado dentro de um instrumento de planeamento urbanístico do Município, no caso o Plano Detalhado de Gamboa, suscita-nos algumas questões: Primeiramente, tratando-se provavelmente do maior investimento privado até agora negociado no país, não seria pertinente ter o seu próprio Plano Detalhado, sem prejuízo da sua articulação com outros instrumentos urbanísticos vigentes?

Depois de sete anos à frente da CMP, porventura não sabe o Dr. JUCS que muito antes da assinatura do contrato da concessão, era necessário elaborar e socializar, através de uma competente consulta pública, o Plano Detalhado para a zona em causa, no qual seriam rigorosamente definidos os parâmetros desse desenvolvimento urbanístico, num ambiente de elementar transparência na condução da coisa pública? Não sabe o Dr. JUCS que a máxima “*O segredo é a alma do negócio*” NÃO se aplica nos negócios públicos? Não sabe o Dr. JUCS que NUNCA se aprova um estudo de impacto ambiental sem que previamente exista e tenha sido aprovado o competente Plano Detalhado? Dado que o Governo, através da DGA, se prestou a fazer esse serviço sujo, o fato é que os atuais dirigentes da CMP, arrogantemente estão a provar que lhes

---

<sup>114</sup> Tendo o Presidente da Câmara Municipal da Praia, Ulisses Correia e Silva se retirado para as eleições legislativas de 2016, Óscar Santos, na qualidade do nº2 da lista, ficou em sua substituição.

<sup>115</sup>Fonte: Declarações do Presidente da Câmara, Óscar Santos, Fonte: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article116344&ak=1>, acesso a 27 de Maio de 2016

foi dado, pelo atual Primeiro-ministro, uma carta-branca para “fazerem o pino” nas negociações com a MLD Ltd<sup>116</sup>.

Segundo, dizer que o Projeto Casino está integrado dentro do Plano Detalhado (PD) de Gamboa, contrariam as informações do ex-bastonário da ordem dos arquitetos. Este destaca, entre as diversas razões elencadas para acionar uma petição contra a forma como o projeto estava sendo negociado e pedir a sua suspensão pelo Procurador Geral da República, o fato de não ter sido publicado no Boletim Oficial, nenhum Plano Detalhado para a Gamboa e muito menos para a área de intervenção do projeto. De fato, tentamos localizar algum Plano Detalhado que abrangesse o complexo turístico, mas recebemos informações que nenhum chegou a ser publicado, pelo que do ponto de vista oficial ele não existe o que, a confirmar-se, denota uma certa “ligeireza” do Presidente da Câmara da Praia, no tratamento de um assunto considerado de interesse público e de importância para o Município.

Neste contexto, é importante salientar que conforme estipula o parágrafo 2 da base IV da LBOTPU (Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico), o *“Estado e os Municípios, devem viabilizar as iniciativas de ordenamento e planeamento de origem particular, desde que respeitem o interesse público e sejam conformes com a lei vigente em matéria de ordenamento e planeamento. Portanto, a iniciativa de elaboração de instrumentos de planeamento urbanístico é também facultada ao particular, o que a ser bem aproveitado, pode reforçar o envolvimento e a participação da sociedade e do cidadão, em particular no processo de desenvolvimento das suas comunidades”*.

Na linha do que Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez (2003) observaram para os GPUs que analisaram na Europa, embora ainda o tradicional planeamento tenha um papel de peso na dinâmica dos territórios, frequentemente este pode ser substituído pelos projetos, invertendo as prioridades dos investimentos públicos:

Planning through projects has emerged as the main strategy to stimulate economic growth and to "organise innovation" (Berlin). Large scale projects and events are perceived as strategic instruments aiming at reshaping the city. Against the crisis of the comprehensive. Plan, the large emblematic Project have emerged as a viable

---

<sup>116</sup> Fonte: Declarações do ex-bastonário da ordem dos arquitetos, fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-4-djeu-o-negocio-da-china/>

alternative combining the advantages of flexibility and targeted actions with a tremendous symbolic capacity. (...)The emblematic Project captures a segment of the city and turns it into the symbol of the new restructured-revitalized metropolis cast with a powerful image of innovation, creativity and success<sup>117</sup> (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, nd, p. 13)

É o que parece estar a querer acontecer com este projeto que, aparentemente, está a contornar os trâmites legais estabelecidos, definindo os seus próprios procedimentos, com a conivência de atores locais, responsáveis pela garantia de cumprimento das normas.

O parágrafo 3 da base IV da LBOTPU acrescenta que “a inobservância do disposto no número anterior (nº2) pode envolver responsabilidade criminal, civil e disciplinar, conforme ao caso couber, e pode fundar a ação de invalidade dos instrumentos de política, atuações e medidas desconformes com o referido princípio, constituindo partes legítimas para estas ações, “o Ministério Público, em representação do Estado e das comunidades, as autarquias locais, as associações de interesse público ou privado, os proprietários, arrendatários e qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, no pleno gozo dos seus direitos civis, seja no seu interesse, seja no interesse de terceiros”.

Trata-se de uma norma que, provavelmente quererá conceder algum poder de controle à sociedade civil, no ato da gestão dos bens públicos, pelo que parece ser importante a sua promoção e divulgação para conhecimento e domínio das pessoas, de modo a exigirem a materialização dos direitos estabelecidos nesta matéria e exigir do poder público, o cumprimento dos procedimentos legais previstos. Por outro lado, a questão da responsabilização criminal, civil e disciplinar pode ser importante, na inibição de ações com impactos negativos no território e nas comunidades.

Para além do poder de invalidar os instrumentos de política que não foram sujeitos à discussão, consulta pública ou à participação dos interessados de uma forma geral, a legislação ainda reconhece aos titulares de direitos e interesses lesados, por instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, as garantias gerais dos administrados nomeadamente:

---

<sup>117</sup> (tradução) O planeamento, através de projetos, surgiu como a principal estratégia para estimular o crescimento económico e "organizar a inovação" (Berlim). Projetos e eventos de grande porte são percebidos como instrumentos estratégicos para reformular a cidade, contra a crise do abrangente plano, o grande projeto emblemático surgiu como uma alternativa viável, combinando as vantagens da flexibilidade e ações direcionadas com uma tremenda capacidade simbólica. (...) O projeto emblemático captura um segmento da cidade e o transforma no símbolo da nova metrópole reestruturada-revitalizada, com uma poderosa imagem de inovação, criatividade e sucesso (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, sd, p.13)

o direito de promover a respectiva impugnação; o direito de ação popular; o direito de apresentação de queixa ao Ministério Público e ao Provedor de Justiça. São direitos importantes, se considerarmos, como se viu anteriormente pelo exemplo dos PDMs na ilha de Santiago, que o país registra alguns défices em termos de organização cidadã, para ação cívica e participativa e conseqüentemente algum risco da grande maioria das políticas públicas implementadas não passarem pelo crivo dos cidadãos e da sociedade civil em geral. Fica então reforçada a ideia de que a possibilidade que é legalmente dada a todos os cidadãos de recorrerem e promoverem a impugnação, ou apresentarem queixa ao Ministério Público e ao Provedor da Justiça, sempre que são “marginalizados” do processo de governação local ou os seus direitos sejam lesados por grandes projetos ou instrumentos de gestão territorial, seja reconfortante, e parece ser relevante, a existência dessas normas para garantir a justiça e o equilíbrio democrático.

Contudo, para isso, os poderes públicos têm que cumprir e fazer cumprir a lei nesta matéria, porque na ausência de instrumentos de planeamento urbanístico, tudo acaba por ser “legal” e “permitido”, ficando difícil responsabilizar os prevaricadores, particularmente quando são donos de investimentos com um grande peso na economia do país, como parece ser o caso do Projeto Casino.

### 5.3 DIMENSÃO SIMBÓLICA: JUSTIFICAÇÕES, DISCURSOS E POSICIONAMENTOS

#### 5.3.1 As retóricas e os discursos nos primeiros atos públicos

A 22 de Julho de 2015, foi assinado em Macau, entre o governo de Cabo Verde e a empresa Macau Legend Development Ltd, o contrato para a construção do complexo turístico do ilhéu de Santa Maria e Gamboa, tendo participado no ato, em representação do então governo de Cabo Verde, a ministra de turismo, investimentos e desenvolvimento empresarial, Leonesa Fortes, o co-presidente e diretor executivo da companhia MLD, David Chow, o representante da CMP, o vereador Rafael Fernandes, e o chefe do executivo de Macau, Chui Sai On. Como já mencionado anteriormente, embora estando presente a representante do então

governo de Cabo Verde, chama atenção o facto do contrato também ter sido assinado pelo representante da CMP (Câmara Municipal da Praia)<sup>118</sup>.

Três dias depois, (25 de Abril de 2016) foi realizada a cerimônia de lançamento do projeto na cidade da Praia, na praia da Gamboa, área de intervenção do complexo turístico.

A propaganda tem tentado fazer-nos acreditar que a assinatura do contrato da concessão foi feita na praia da Gamboa, mas nada mais falso. A assinatura, a sério, foi em Macau e, nessa cerimônia, o Governo do PAICV foi um mero espectador na pessoa da Ministra do Turismo, enquanto o consultor-Vereador de Urbanismo da CMP, sentado à sua frente, nos amarrava, a todos, a um compromisso (até ver) absolutamente inaceitável<sup>119</sup>.

Ficam algumas dúvidas sobre os reais motivos que levaram a que o ato de assinatura tivesse sido em Macau e não na cidade da Praia, e questiona-se o porquê de dois eventos de “oficialização do acordo”, um a seguir ao outro, num curto espaço de tempo. Terá o mesmo documento ter sido assinado duas vezes? Ou simplesmente, quis-se honrar os dois países, realizando duas cerimônias de oficialização do acordo?

Durante a cerimônia de Macau, a representante do governo de Cabo Verde, deixou saber no seu discurso, que o projeto será “o maior projeto de investimento para o país<sup>120</sup> e que “vai significar uma mudança muito profunda, não só a nível local, na cidade da Praia, na região de Sotavento, mas em todo o Cabo Verde<sup>121</sup>”. Agradeceu a “todo o povo da China”, pelo apoio prestado “desde o momento zero da independência” e lembrou a necessidade da assinatura de um memorando de entendimento para o impulso ao investimento.

---

<sup>118</sup> Segundo consta, existe um diploma do período colonial que transfere as orlas costeiras do domínio público do Estado para o domínio dos Municípios

<sup>119</sup> Fonte: Declarações do ex-bastonário da ordem dos arquitetos, fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-4-djeu-o-negocio-da-china/>

<sup>120</sup>.Fonte:<http://mtide.gov.cv/index.php/artigos/139-leonesa-fortes-assina-o-projeto-milionario-para-os-ilheu-de-santa-maria> retirado a 27 de Maio de 2016 e publicado a 23 de Julho de 2015 pelo site do Ministério da economia e emprego.

<sup>121</sup>.Fonte: : <http://asemana.publ.cv/spip.php?article111747>, retirado a 27 de Maio de 2016 e publicado a 23 de Julho de 2015 no Jornal a semana

Figura 59 - Cerimônia do lançamento público do projeto na Gamboa<sup>122</sup>



Fonte: Fonte: <http://anacao.cv/2015/07/25/complexo-turístico-david-chow-obras-vaio-iniciar-pela-gamboa/>, acesso 15 de janeiro de 2016

As declarações da representante do governo deixaram transparecer as expectativas que o então governo criou à volta do projeto e a abrangência que atribuiu ao peso dos potenciais impactos, dado que a mesma considera que vai ultrapassar a escala da cidade da Praia, alcançando todo o país. Para o investidor, David Chow, o acordo traduz-se em duas mensagens muito importantes:

Em primeiro lugar, está a ser uma grande oportunidade, para a sua empresa poder fazer uso da plataforma sino-portuguesa, para expandir os seus negócios no exterior. Em segundo lugar, este projeto segue a política nacional do governo da China "One belt, one road"<sup>123</sup>, uma estratégia para ajudar a posicionar Macau como uma das cidades importantes da Rota da Seda Marítima, servindo-se de vanguarda, para impulsionar pequenas e médias empresas de Macau a se expandirem a partir de Macau.<sup>124</sup>

Aqui o diretor da empresa que investe, assume claramente e sem rodeios, os grandes objetivos do projeto, fazendo crer que para além dos tradicionais interesses econômicos e

<sup>122</sup> Fonte: <http://anacao.cv/2015/07/25/complexo-turístico-david-chow-obras-vaio-iniciar-pela-gamboa/>, acesso 15 de janeiro de 2016

<sup>123</sup> É um grande projeto para conectar o mundo (ou a metade do mundo entre a Ásia e a Europa) com rotas comerciais por terra e mar (fonte: MERCIS, 2016)

<sup>124</sup> Fonte: <http://www.prnewswire.com/news-releases/macau-legend-to-develop-a-world-class-integrated-leisure-tourism-and-entertainment-project-in-cape-verde-300117679.html>, acesso em Fevereiro de 2016

comerciais, existem também interesses geopolíticos, associados à estratégia econômica de um grupo econômico específico, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa<sup>125</sup>). E neste particular, Cabo Verde poderia ser muito útil, na aproximação entre Macau e os países da CPLP, (devido a um conjunto de razões que o próprio Senhor Chow identifica), no quadro dos planos geopolíticos e econômicos da China, evidenciados no programa One Belt, One Road.

A sua localização estratégica converte o arquipélago “num importante centro logístico dos países de língua portuguesa e conseqüentemente um bom destino para o desenvolvimento de projetos turísticos. É louvável o fato de uma empresa de Macau poder aproveitar-se do seu papel e, servindo de plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, poder desenvolver as suas atividades no estrangeiro” (David Chow).<sup>126</sup>

A 08 de Fevereiro de 2016, realizou-se o ato de lançamento da primeira pedra do projeto, aberto apenas para personalidades devidamente convidadas e fechado para o público em geral, reforçando a ideia de que habitualmente grandes investimentos do tipo Projeto Casino, são implementados num clima de sigilo.

Figura 60 - Cerimônia de lançamento da primeira pedra na praia da Gamboa



Fonte: <http://anacao.cv/2016/02/08/david-chow-responde-a-polemica-sobre-o-complexo-turistico-do-djeu-nao-se-pode-satisfazer-toda-a-gente/>, acesso a 07 de Fevereiro de 2018

<sup>125</sup> Organização internacional formada por países lusófonos, cujo objetivo é o "aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros"  
Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade\\_dos\\_Pa%C3%ADses\\_de\\_L%C3%ADngua\\_Portuguesa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_dos_Pa%C3%ADses_de_L%C3%ADngua_Portuguesa)

<sup>126</sup> Fonte: <https://expressodasilhas.cv/economia/2016/02/13/projecto-do-djeu-abre-novo-capitulo-turistico-em-cabo-verde/47609>, acesso a 13 de Janeiro de 2017

Nesse evento, o Senhor David Chow afirmou que *“Cabo Verde goza de uma situação política considerada estável, com um clima bastante ameno, com lindas paisagens que se podem desfrutar em todas as suas ilhas paradisíacas, para além das boas condições de transportes”, tratando-se, por tal, de “um bom destino para o desenvolvimento deste projeto turístico”<sup>127</sup>*.

Depois de ter assumido os grandes interesses que contornam o Projeto Casino, destacadamente geopolíticos, fica implícito, que as motivações integradas nas considerações feitas acima, sobre Cabo Verde, embora importantes, não tivessem sido decisivas para a sua escolha para a implantação deste investimento, até porque existirão outros destinos mais “competitivos” do ponto de vista de um conjunto de fatores, como a dimensão do mercado, e que poderiam responder melhor à lógica e aos interesses deste tipo de investimento. O próprio diretor executivo da empresa empreendedora reconhece isso quando afirma, ainda no seu discurso no evento de lançamento da primeira pedra, que *“para o projeto transformar Cabo Verde numa plataforma logística que sirva toda essa região africana, o país vai precisar de um milhão de pessoas para enfrentar todo e qualquer investimento desta envergadura, já que Cabo Verde tem apenas 500 mil habitantes. Aqui, o diretor deixa transparecer um outro interesse que o projeto pretende atender “transformar Cabo Verde numa plataforma logística que sirva toda essa região africana.*

Cabo Verde está “situado num espaço, onde estão integrados cinco países lusófonos”, que confluem, constituindo-se, assim, uma mais valia geoestratégica. Usando essa mais-valia, o empresário macaense quer, com o seu projeto, transformar o país em “uma plataforma logística que sirva toda esta região africana”:<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup>Fonte:<http://www.caboverdedireto.com/index.php/economia/item/359-abre-se-novo-capitulo-no-setor-de-turismo>, publicado a 9 de Fevereiro de 2016 pelo Cabo Verde direto e acesso a 24 de Maio de 2016

<sup>128</sup> Declarações de David Chow, fonte: <https://expressodasilhas.cv/economia/2016/02/13/projeto-do-djeu-abre-novo-capitulo-turistico-em-cabo-verde/47609>

Portanto, são duas estratégias que estão aparentemente combinadas com a implementação deste investimento privado: atender à pretensão da China de ser mais influente nos países da língua portuguesa e, simultaneamente, constituir-se numa plataforma logística para toda a região africana.

O empresário macaense reforçou que o empreendimento que se vai erguer entre a praia da Gamboa e o ilhéu de Santa Maria, *“além de servir como um exemplo da habilidade das gentes de Macau no mundo dos negócios, também representará a estreia de uma nova fase no setor turístico cabo-verdiano, facilitando também o pleno intercâmbio econômico e cultural com o território de Macau.* Este discurso, que também já tinha sido feito pelo então chefe do executivo cabo-verdiano, leva-nos a questionar, o que quererão dizer quando referem-se à “nova fase do turismo”. Será a reprodução, em grande escala, do modelo de turismo em andamento nas ilhas do Sal e da Boa Vista? O então primeiro ministro de Cabo Verde, compartilha da visão do Sr. Chow, fazendo a seguinte afirmação:

“Este grande projeto é mais uma pedra fundamental que colocamos nesse processo de transformação e de construção de Cabo Verde, porque vai permitir que o nosso turismo atinja um novo patamar. Com os novos hotéis em construção em várias ilhas do país, o turismo vai dar um “grande salto” nos próximos anos. Com o desenvolvimento desse setor, Cabo Verde vai poder viabilizar o desenvolvimento dos outros domínios de desenvolvimento econômico, como os do aero-negócios, da economia marítima e ter condições para gerar milhares de postos de trabalho nos próximos anos<sup>129</sup>.

Acrescentou ainda que o “empreendimento mostra que o país está num bom caminho”, apontando a geração de milhares postos de trabalho pela infraestrutura, que permitirão alavancar ainda mais o desenvolvimento do turismo, para além de outros setores como o agronegócio e a economia marítima. É possível identificar, nas palavras do então primeiro ministro, uma associação entre os tais projetos (grandes hotéis e outros empreendimentos turísticos nas ilhas de Boa Vista, Sal e Santiago) com “desenvolvimento” de outros setores e a criação de emprego.

Pode-se constatar que as ambições e pretensões chinesas neste investimento, cruzam com algumas expectativas das autoridades governamentais cabo-verdianas (que vêm no projeto a oportunidade de se conseguir materializar alguns “sonhos” e discursos recentemente alimentados) e que se relacionam com o reforço da “competitividade” do país e a possibilidade

---

<sup>129</sup> Fonte: <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1465827.html>, retirado a 08 de Fevereiro de 2016 no Sapo c/Expres

de “internacionalizar” a sua economia, constituindo-se numa plataforma logística que sirva toda a região da África ocidental. Referenciam este investimento como um marco para o turismo no país, inaugurando uma nova fase para este setor.

David Chow salientou ainda que, este projeto será muito importante para Cabo Verde, tendo em conta que o país está situado num ponto estratégico, mas reconheceu que o arquipélago vai precisar de apoios tecnológicos, de técnicos estrangeiros, mas também da população local. Sendo Cabo Verde um pequeno país arquipelágico, situado no centro do oceano atlântico, onde estão *integrados cinco países lusófonos, admitiu que a sua posição estratégica vai atrair pessoas e mais investimentos da América, África, Caraíbas, e Europa*<sup>130</sup>.

Ficam aqui evidências, que apontam que a localização “estratégica” de Cabo Verde, terá sido determinante para a escolha de Cabo Verde para a implantação do projeto e respetiva materialização dos interesses geopolíticos e comerciais da China. Tendo em consideração a importância que a China e outras potências mundiais (como os EUA por exemplo), aparentemente atribuem à essa localização, questiona-se até que ponto estas vantagens têm sido valorizadas no âmbito das tradicionais alianças estabelecidas entre estes países e, no caso concreto do Projeto Casino, se eventualmente foi usada como moeda de troca importante nas negociações das contrapartidas sociais, de modo a conseguir compensações, e não sacrificar esta oportunidade para o país. As afirmações acima levam a crer que o projeto quer assumidamente se aproveitar desta suposta localização estratégica, para estar bem posicionado em relação a potenciais mercados emergentes da América, África, Caraíbas, e Europa, e tirar os dividendos possíveis desta localização.

Outra nota complementar que se pode extrair das afirmações do Diretor do MLD, é que o Projeto Casino poderá representar um pretexto para impulsionar futuros novos investimentos, na linha do que a literatura sobre GPUs observa. Para alguns autores, especialmente aqueles de origem local, que esperam obter altas taxas de valorização imobiliária aos seus capitais, imobilizados nas imediações do projeto, este pode não constituir-se num “objetivo final”, mas sim num meio para se conseguir outras e talvez mais ambiciosas metas.

In most cities, urban revitalisation is presented as an opportunity to change setoral hierarchies and functions within the urban region, creating new jobs and strengthening

---

<sup>130</sup><http://www.alfa.cv/david-show-quer-transformar-cabo-verde-numa-plataforma-logistica-que-sirva-toda-a-regiao-africana>, publicado a 8 de Fevereiro de 2016 pela Alfa Comunicações

the city's position in the urban division of labor also. The search for growth turns, in this way, urban renewal into a mediated objective, a necessary precondition for economic regeneration (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, p. 11)<sup>131</sup>.

Em matéria de desencadeamento de outros investimentos, as práticas e experiências realizadas em outras paragens, têm mostrado que nem sempre os GPUs incentivam uma dinamização local, constituindo-se em mais um discurso associado. No caso do Brasil, Palmeira e Souza (2016), utilizando especificamente o exemplo da cidade da copa em Recife, alertam para a necessidade de se ter em devida atenção, que os GPUs, contrariamente aos discursos que promovem, nem sempre cumprem na prática, as expectativas em relação ao desencadeamento de mais investimentos.

### 5.3.2 As motivações acionadas como justificação e as principais expectativas criadas

A maioria dos títulos das notícias relacionadas com o Projeto Casino, publicada em jornais online nacionais, é “bombástica” e acaba por evidenciar os simbolismos, os significados e a “grandeza” que um conjunto de atores diretamente implicados, têm tentado associar ao Projeto Casino (figura 61). Uma das mensagens muito utilizadas para convencer a população da pertinência do Projeto Casino é a possibilidade de gerar “milhares de postos de trabalho”, “permitindo alavancar ainda mais o setor do turismo”. Embora alguns tenham se referido a “milhares de empregos”, informações mais “oficiais” sobre o assunto, têm estimado a criação de cerca 2000 postos de trabalho: *“A expectativa é que venha a gerar 2.100 postos de trabalho diretos e a receber diariamente 12 mil pessoas nos setores do comércio, lazer, desporto e cultura”*<sup>132</sup>

As vozes contestatórias do empreendimento consideram o discurso de geração de empregos, uma questão falaciosa.

---

<sup>131</sup>\_(tradução)\_Na maioria das cidades, a revitalização urbana é apresentada como uma oportunidade para mudar hierarquias e funções setoriais dentro da região urbana, criando novos empregos e fortalecendo a posição da cidade na divisão urbana do trabalho também. A busca pelo crescimento transforma, assim, a renovação urbana em um objetivo mediado, pré-condição necessária para a regeneração econômica (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, p.11).

<sup>132</sup> Fonte: <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2016/10/13/projeto-de-david-chow-na-praia-tornou-se-centro-de-peregrinacao/>

Com a pretensão de ser o próximo Primeiro-ministro de Cabo Verde, como pode o Dr. JUCS desconhecer que as contrapartidas para uma concessão da indústria de jogos de fortuna e azar NUNCA devem ser prioritariamente avaliadas em termos do número de empregos (veniais ou não) que pode gerar, mas sim em termos do DINHEIRO VIVO, de uma percentagem concreta dos lucros fabulosos que serão gerados? Como é possível que estes senhores do Governo e da CMP estejam a dar foguetes sobre o fato de que o desenvolvimento urbanístico do Djeu “*vai ser muito bom para o país porque vai gerar mais de 3.000 empregos, (na maior parte veniais, afirmo eu?)*”<sup>133</sup>

Em relação à questão do fomento do emprego por grandes investimentos, Fernandes (2001) faz a seguinte análise:

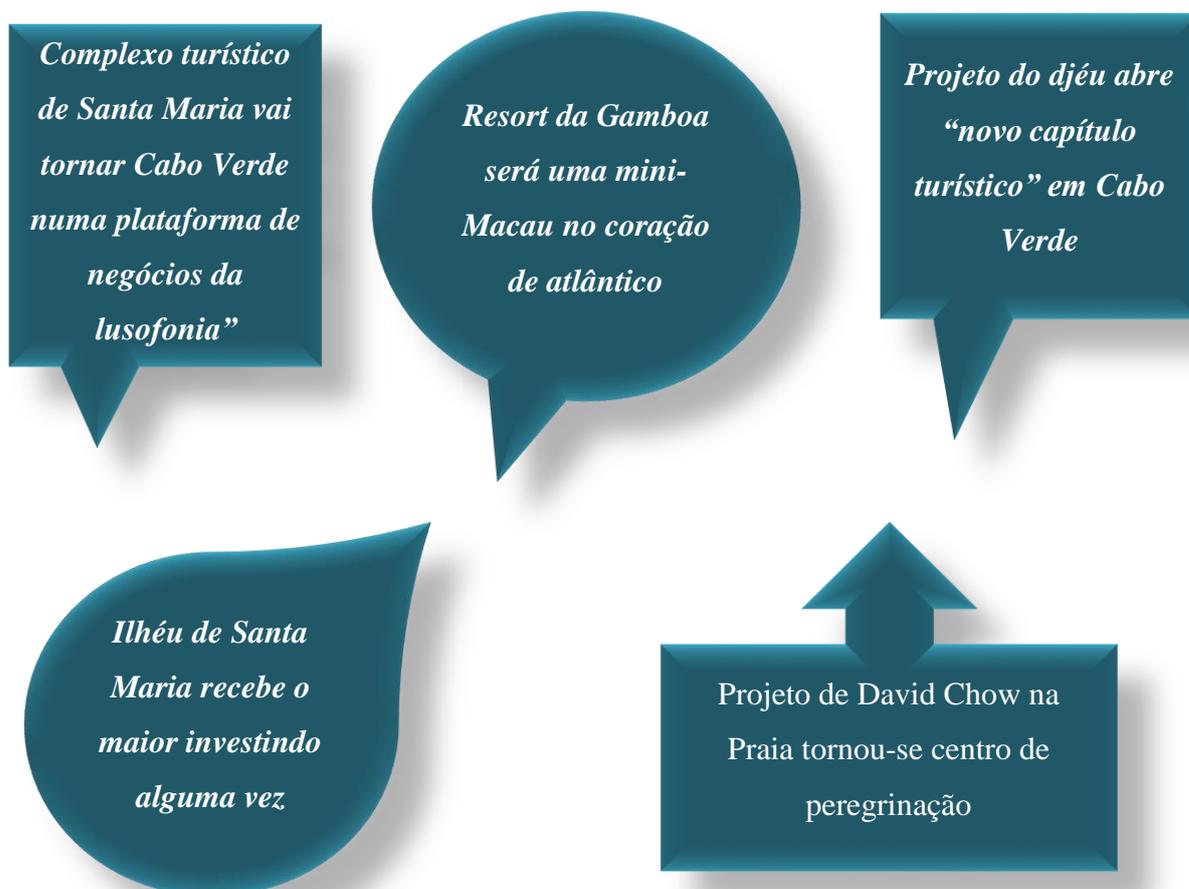
Como não podia ser diferente, o amálgama que vai reunir os segmentos dispersos da sociedade local é o argumento tradicional dos novos empregos que as ações da coalizão vão gerar, argumento compreensivelmente de grande apelo entre os trabalhadores, de grande importância, por conseguinte, para a atração destes para a coalizão. (...) a ênfase no emprego torna-se parte do discurso tipo-estadista dos editorialistas da mídia. Desnecessário será dizer que, os benefícios em lucros e rendas raramente são trazidos a público (FERNANDES, 2001, p. 37)

Esta constatação parece se adaptar à sociedade cabo-verdiana, que avalia grandes projetos, levando em consideração apenas aspectos econômicos, em detrimento de aspectos sociais ou de outra natureza. E até se compreende a eficiência do argumento em torno dos empregos gerados, tendo em consideração, o nível de desemprego no país, bem como o discurso recentemente consolidado pelo poder público sobre a necessidade de o país ser mais competitivo, na atração de investimentos estrangeiros, incentivando o seu desenvolvimento econômico e qualificando-se para enfrentar os desafios da infraestruturação, além do desemprego.

---

<sup>133</sup> Fonte: <http://nanindipala.net/a-solucao-de-ulisses-4-djeu-o-negocio-da-china/>

Figura 61 - Manchetes “apelativas” do Projeto Casino em jornais online



Fonte: A autora com base em títulos de jornais digitais

José Maria Neves acredita que o investimento irá também tornar o país mais competitivo no contexto da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), considerou que é preciso "aproveitar este negócio para atrair mais investimentos diretos estrangeiros e para promover o desenvolvimento do setor privado" em Cabo Verde.<sup>134</sup>

<sup>134</sup>Fonte: [http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/complexo-turistico-de-santa-maria-vai-tornar-cabo-verde-numa-plataforma-de-negocios-da-lusofonia-governo\\_19529295.html](http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/complexo-turistico-de-santa-maria-vai-tornar-cabo-verde-numa-plataforma-de-negocios-da-lusofonia-governo_19529295.html)

Deste modo, parece ser pertinente analisar o que este projeto pode representar ou significar para Cabo Verde e até que ponto, os seus eventuais “benefícios” vão de encontro às expectativas e necessidades locais, melhoram o problema dos desequilíbrios regionais no país, ou incentivam o empoderamento e “desenvolvimento” das comunidades impactadas, à luz das perspectivas identificadas por Sen (2000).

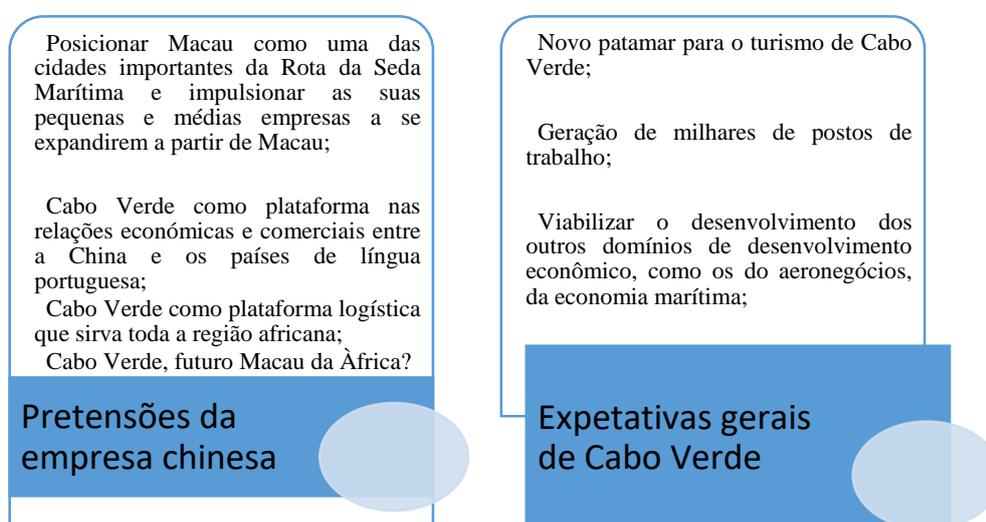
Como se viu no capítulo 2, o confronto entre algumas características que a literatura tem considerado comuns aos Grandes Projetos Urbanos, como o Projeto Casino, com as principais bases identificadas por Sen (2000) para a definição do conceito de desenvolvimento, parece resultar numa divergência de fins e objetivos. Podem ser apresentados como exemplos concretos, as questões relacionadas com os processos decisórios e de controle social (participação, cidadania e democracia). Perante as diferenças que já se começam a apresentar (exemplo da discrepância entre a maquete, a licença de construção e o primeiro edifício construído), a questão que se coloca é a seguinte: será que o projeto vai conseguir satisfazer as diversas expectativas, até agora criadas nos diferentes quadrantes da sociedade civil? Estará o “Estado” a se organizar adequadamente e a tomar as medidas necessárias para que o investimento tenha retornos que beneficiem a sociedade na sua totalidade?

Elaborou-se o quadro 8, com base nas entrevistas realizadas com representantes de alguns quadrantes da sociedade cabo-verdiana, nomeadamente, poder local, ONG’s, ordens profissionais, universidades e técnicos da administração pública de áreas relacionadas. A figura representa uma sistematização das principais expectativas dos entrevistados, em relação ao Projeto Casino, de modo a se identificar possíveis pontos comuns entre as pretensões anunciadas pelo investidor e as expectativas criadas a vários níveis no país. Sintetiza as pretensões da empresa chinesa e as “expectativas gerais” de Cabo Verde, assumidas publicamente em atos oficiais, pelos respectivos representantes do poder local e central.

A China, segundo o diretor da empresa investidora, pretende posicionar Macau como uma das cidades importantes da Rota da Seda Marítima, servindo-se do projeto e de Cabo Verde, como suportes, para incentivar a expansão das suas pequenas e médias empresas no mercado lusófono e africano. São aqui reveladas ambições que provavelmente estarão contextualizadas no âmbito de interesses muito mais amplos do gigante asiático e que poderão abrir uma nova janela nas tradicionais relações entre os dois países, e renovar a aliança de seis décadas. Andrade (2008) vai ainda mais longe e afirma que para além das tradicionais razões apontadas para o interesse da China em Cabo Verde (país com total estabilidade política, legislativa e social), e da pretensão de Macau utilizar Cabo Verde como plataforma para os

mercados dos países da África Ocidental, “para as empresas de Macau, Cabo Verde é atrativo porque desenha-se como uma praça financeira offshore, que lhes interessa (ANDRADE, 2008, p. 40). Para Cabo Verde, o projeto representa o início de um novo ciclo para o turismo no país e a possibilidade de redinamizar o seu desenvolvimento, e a partir daí, viabilizar também a expansão de outros domínios do setor econômico, como os do agronegócio e da economia marítima. Contudo, a expectativa mais enfatizada, foi a possibilidade de geração de “milhares de postos de trabalho”.

Figura 62 - Projeto Casino: As motivações acionadas como justificação a as expetativas criadas



Fonte: A autora, com base nos posicionamentos de algumas entidades públicas chinesas e cabo-verdianas

Quadro 8 - Projeto Casino: expetativas positivas e negativas de alguns quadrantes da sociedade cabo-verdiana

POSITIVAS				
ONG'S	PODER LOCAL	ORDENS PROFISSIONAIS	TÉCNICOS	UNIVERSIDADES
Incentivo ao empreendedorismo	Impacto na economia do país com destaque para o turismo	Novas técnicas e processos de construção civil	Requalificação da orla marítima da praia da Gamboa	Obra gerador de <b>EMPREGO</b>
Praia como um melhor destino turístico no espaço atlântico e oeste africano	Diminuição do <b>DESEMPREGO</b>	Criação de <b>EMPREGO</b> em todas as fases do projeto	Melhoria da qualidade de vida dos praienses	Modernização da cidade da Praia

Redução da taxa de <b>DESEMPREGO</b>	Revolução do setor do turismo em Santiago	Receitas fiscais consignadas para projetos sociais e ambientais	Desenvolvimento do setor marítimo turístico	Museu-escola, divulgação da cultura de CV
Impulsionamento do setor do turismo	Alteração paisagística e urbano a cidade	Melhoria do sistema de drenagem pluvial da cidade	Embelezamento da orla marítima e fixação do material arenoso	Reconversão patrimonial do ilhéu num espaço de memória
	Mais oportunidades para os jovens		Criação de <b>EMPREGO</b> e empreendedorismo	Polo gerador do Turismo na ilha de Santiago
<b>NEGATIVAS</b>				
<b>ONG'S</b>	<b>PODER LOCAL</b>	<b>ORDENS PROFISSIONAIS</b>	<b>TÉCNICOS</b>	<b>UNIVERSIDADES</b>
<b>É excessivo o período de 75 anos acordado para a concessão.</b>		Não foi publicado no Boletim Oficial o Plano Detalhado para a zona em questão a justificar o projeto e respetivos parâmetros urbanísticos	Possível aumento da criminalidade, prostituição, degradação ambiental, alcoolismo, vícios em jogos, desestruturação familiar, pedofilia etc.	Circulação do capital acumulado em outras regiões do mundo para o nosso país (principais beneficiários serão os próprios promotores)
Sociedade civil não foi informado minimamente antes da implementação do projeto (através de imagem virtual num outdoor)		Não existe um compromisso que obrigue que parte dos lucros, seja alocado à infraestruturação da Cidade da Praia		
A obstrução do canal entre o Ilhéu e a ilha, desequilíbrio dos ecossistemas da Baía da Gamboa. Privatização de um espaço público com um elevado valor		Convenção de estabelecimento vinculam Santiago e o próprio país (precisa ser devidamente explicada e justificada)		
Vícios, tráfico de drogas e armas, aumento de criminalidade				

Fonte: A autora, com base nas entrevistas realizadas

Relativamente às expetativas das diversas frações da sociedade entrevistadas (ONG's, ordens profissionais, universidades, quadros da administração pública e poder local), são maioritariamente positivas, embora, como se viu anteriormente, existam algumas vozes contrárias.

Em relação às positivas, de acordo com o quadro 8, elas se restringem, essencialmente, a três aspectos, que foram, simultaneamente, apontados por todos os quadrantes entrevistados:

1- A primeira e mais citada foi a possibilidade da criação de emprego em todas as fases do projeto e conseqüente redução da taxa de desemprego, trazendo mais oportunidades para os jovens, bem como promoção de mais empreendedorismo;

2- O segundo bloco de expetativas, também assumido pelos representantes do poder no país, se relaciona com o impulsionamento do setor do turismo, com impacto na economia do país, destacadamente na ilha de Santiago, que poderá assistir à uma revolução no setor;

3- A terceira grande expetativa tem a ver com transformações do ambiente construído da cidade da Praia, com a alteração paisagística e urbana, a melhoria do sistema de drenagem pluvial, a requalificação da orla marítima da praia da Gamboa, conduzindo à modernização da cidade da Praia, de uma forma geral.

Relativamente às expetativas negativas elas são muito pontuais e se relacionam essencialmente com dois aspectos:

1 – O não envolvimento e participação da população nas diversas fases de negociação e implementação do projeto, e a não socialização do mesmo. Apontam que nem o projeto nem o referido Plano Detalhado para a zona em questão, a justificar o projeto e respetivos parâmetros urbanísticos, foram publicados no Boletim Oficial (B.O)<sup>135</sup>. Referem que a Sociedade civil não foi informada minimamente da implementação do projeto, conhecendo-o por via de imagem virtual num outdoor.

2 - O segundo grupo de expetativas negativas, diz respeito aos possíveis males associados a este tipo de investimentos, alertando que vícios em jogos, prostituição, degradação ambiental, alcoolismo, desestruturação familiar, pedofilia, tráfico de drogas e armas podem vir

---

<sup>135</sup> Jornal oficial de Cabo Verde

associados e, por conseguinte, aumentar o índice de criminalidade, essencialmente na cidade da Praia.

Revistas as principais expectativas, a questão que se coloca é se existem boas possibilidades das positivas se materializarem, tendo em conta que elas não resultam de um processo participativo e negociado entre as várias partes, particularmente com os que vão ser diretamente impactados. A literatura sobre o assunto mostra, que existe maior tendência para a materialização das expectativas negativas do que positivas, nestes tipos de empreendimentos, pelo que, o papel do Estado, aqui representado pelos atores do governo local e central, intervenientes no processo, será fundamental.

Deste modo, expostos alguns aspectos das dimensões políticas, institucionais e simbólicas que acompanharam os três anos que sucederam a assinatura do contrato e dois do início das obras, ressaltam, em síntese, duas questões, do nosso ponto de vista, dignas de atenção e de acompanhamento:

1ª Apesar das obras estarem ainda numa fase de arranque, o valor total a ser investido indica um peso digno de realce no contexto econômico da cidade da Praia e do país, perspectivando-se, a acentuação do atual poderio econômico da capital, relativamente, aos demais centros urbanos; Por outro lado, apesar de ainda não ser possível medir impactos sociais concretos, não se pode perder de vista as experiências que vem se observando nas ilhas do Sal e Boa Vista, onde um modelo de turismo próximo ao do Projeto Casino, vem se desenvolvendo à custa de uma franja de população “empobrecida e marginalizada”.

2ª À semelhança de algumas experiências de implementação de GPU's mencionadas no Capítulo 2, o Projeto Casino tem sido associado a um discurso de crescimento econômico, criação de emprego e “desenvolvimento”, que causa-nos alguma inquietação dada à preocupante ausência de mecanismos de participação e controle social observada até o momento, com circuitos decisórios fechados e restritos à uma minoria; A sociedade tem estado impossibilitada de realizar o controle social das decisões e ações desenvolvidas neste projeto.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve, como propósito central, verificar a importância do Projeto Casino para a consolidação da presença de interesses chineses no país, em novas bases, e simultaneamente para a acentuação de tendência às desigualdades urbano-regionais em Cabo Verde, apesar das políticas públicas recentes planejadas em sentido contrário.

Deste modo, assumiu-se como hipótese geral que o Projeto Casino, dada à sua espetacular dimensão e peso na economia do país, pode reconfigurar a relação entre Cabo Verde e China, introduzindo um novo modelo de turismo no país, reforçar a recente inclinação do poder público para a promoção de investimentos privados estrangeiros, agravar o quadro urbano-regional e reproduzir, também na cidade da Praia, situações de segregação sócio-espacial já identificadas nas ilhas de Sal e Boa Vista, que recentemente têm acolhido projetos turísticos de grande envergadura.

Nesta perspectiva, identificaram-se quatro hipóteses auxiliares: Primeira, que as experiências internacionais de execução dos GPUs dão indicação da existência de contradições entre o discurso e a prática, promovidos como instrumentos de “desenvolvimento”, e contrariamente, se revelarem provocadores de polarização socioeconômica, de mudanças de escalas espaciais de governação, substituição do planejamento urbano e prioridades locais, fraca articulação com o território e fraca aplicação de mecanismos de participação.

A segunda hipótese auxiliar de contextualização colocada, foi que a China tem novos interesses na África, integrados dentro de objetivos geopolíticos e econômicos mais globais (One Belt, One Road), estabelecendo com Cabo Verde (um reduzido mercado, mas estrategicamente localizado) uma parceria política e econômica de seis décadas, direcionada sobretudo ao apoio à infraestruturação, para aparentemente, encetar uma nova fase com a execução do Projeto Casino na Praia, que tende a agravar as assimetrias urbano-regionais e ser fator indutor de segmentação social e espacial.

A terceira hipótese de contextualização colocada foi que, apesar das supostas “vulnerabilidades”, Cabo Verde tem sido considerado bem posicionado socioeconomicamente no contexto africano. Internamente, constata-se a propensão para alocação de GPUs, sobretudo estrangeiros, apesar dos impactos socioeconômicos e espaciais segregadores já evidenciados nas ilhas de Sal e Boavista. Embora estas ilhas tenham recentemente apresentado uma certa dinâmica turística, não contrapõem ainda, a tendência para a consolidação da Praia como o

maior centro populacional e econômico do país, apesar de recentemente propostas políticas públicas de redução das assimetrias urbano-regionais.

A última hipótese auxiliar levantada foi que, apesar de algumas contestações, o Projeto Casino desperta expectativas positivas na população, é visto como instrumento de “desenvolvimento” gerador de empregos e inaugurador de uma nova fase no turismo em Cabo Verde. Representa interesses da China expandir, a partir da dita localização estratégica de Cabo Verde, a sua área de influência geopolítica e econômica, particularmente nos Países de Língua Portuguesa e na costa ocidental africana.

Contudo, analisar os impactos socioespaciais de uma iniciativa ainda em implantação é deveras desafiador. Nem os efeitos estão todos materializados, nem o olhar do pesquisador conta com o distanciamento do tempo que permite observação com mais isenção. Também o ambiente sigiloso em torno do projeto, as dificuldades no acesso às informações junto à empresa macaense, a resistência de alguns atores da sociedade civil em responder os questionários, constituíram fatores limitativos à pesquisa. Entretanto, os procedimentos metodológicos adotados permitiram a produção de evidências que já mostram efeitos imateriais – em termos de decisões tomadas pelo poder público, entre outras que sustentam as conclusões a seguir.

Os dados empíricos recolhidos, focados na experiência inicial de execução do Projeto Casino, estão permitindo confirmar as hipóteses levantadas, e reforçar as perspectivas de que Grandes Projetos Urbanos são símbolos de uma ideia específica de “desenvolvimento” presente no senso comum. As cidades, apresentadas como produtos de venda e marketing, são caracterizadas como “desenvolvidas”, quando se alinham com práticas urbanas que priorizam apenas uma pequena parte do tecido urbano, atraente à valorização imobiliária e que lançam mão de ícones e marcas (SÁNCHEZ, 2003; MOURA, 2011; SOMEKH e GASPAR, 2012).

O projeto foi negociado em Macau com representantes de grupo econômico sediado naquela Região Administrativa Especial chinesa, num ambiente de sigilo, sem o envolvimento da comunidade praiense. O início das obras foi marcado por contradições entre o que foi “apresentado” e o que até então tem sido implementado. Já foram anunciadas, na comunicação social, duas “pequenas alterações”, as quais, como se mostrou no capítulo 4, são ao contrário modificações significativas. Não se sabe se foram solicitadas por conveniência do investidor ou por imposição das autoridades locais, o certo é que não resultaram de uma concertação entre as diversas franjas da sociedade local, pelo que esta forma de gestão urbana distancia-se do conceito de “desenvolvimento” debatido no capítulo dois, e que passa pela efetiva liberdade e capacidade do indivíduo participar e influenciar as decisões que o afetam (SEN, 2000).

Na mesma medida, as informações e os dados recolhidos nesta pesquisa forneceram elementos que indicam que, na linha do que a literatura prevê (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, 2003; MOURA, 2011), as riquezas produzidas dificilmente serão canalizadas para benefícios locais, mas provavelmente para um grupo restrito. Tanto que o Estado, em vez de negociar contrapartidas com o investidor, assumiu investimentos para viabilizar o projeto (requalificação de toda a orla costeira da Gamboa), fez uma concessão de terras para 75 anos, para a exploração de jogos de casino de fortuna e de azar por 25 anos, sendo que, nos primeiros 15 anos, a exploração será exclusiva para casinos na ilha de Santiago. Além disso, o Governo de Cabo Verde também concedeu uma licença especial, com um exclusivo nacional para operação dos jogos on-line, física e apostas desportivas on-line, por um período de 10 anos, a partir do início da operação do negócio de jogos on-line pelo Grupo MLD em Cabo Verde.

Nos termos do contrato, Macau Legend vai desfrutar de alguns benefícios fiscais favoráveis dados pelo Governo de Cabo Verde, incluindo imposto sobre o jogo de 10% das receitas brutas do jogo, dedução de 25% do imposto sobre o jogo, durante 5 anos, para os clientes VIP e uma isenção do imposto de renda por 10 anos.

Contraditoriamente, tudo indica que não terá sido exigida pelo Estado, a implementação, pela empresa investidora, de um conjunto de medidas mitigadoras ou compensatórias para comunidades piscatórias, que vivem nas imediações do futuro complexo turístico e cuja forma de sobrevivência (pesca) é exercida na área agora em ocupação. Já estão sendo afastadas da praia da Gamboa, pelo avanço das obras, e muito provavelmente, até o fim da execução do projeto, serão afastadas dos seus próprios alojamentos, com a valorização fundiária da área envolvente.

Os GPUs também estão associados a mudanças de escala de governação e criação de novas lideranças urbanas, particularmente na execução de projetos com algum peso relativo, como afigura-se ter o projeto chinês, condicionando as negociações, submetendo o Estado às suas condições, com o argumento de que tem que ser “competitivo” para atrair grandes investimentos (SOMEKH e GASPAR, 2012; FERNANDES, 2001; SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, 2003). O discurso do poder público, em torno da necessidade do país ser atrativo a grandes investimentos para debelar a pobreza, deixa transparecer as fragilidades do Estado e o seu fraco poder de negociação. Facilita a emergência de lideranças urbanas externas, desreguladas, cujo interesses se desadequam das prioridades locais estabelecidas. O Projeto Casino permite-nos observar o grau de facilidade que o “tradicional”

planejamento urbano é substituído pelo *master plan* “estratégico” e como novos atores urbanos contornam as normas e procedimentos urbanísticos locais estabelecidos, definindo outras que melhor se adequam aos seus interesses.

Os dados e as informações que recolhemos reforçaram a hipótese inicial de que, à semelhança do papel que vem desempenhando como plataforma no relacionamento entre Países de Língua Portuguesa e a China, Macau está subdelegando para Cabo Verde, com suporte no Projeto Casino, a função de ponte de ligação entre os países de língua portuguesa e os países vizinhos da África, no quadro das estratégias de expandir as suas empresas no exterior e se afirmar como uma das cidades importantes na nova rota da seda marítima. Portanto, por conta das supostas vantagens da localização de Cabo Verde, no meio do Atlântico, no cruzamento entre os continentes, e certo “prestígio internacional e credibilidade externa”, a China, com suporte do Macau, projeta suas ambições de alargamento da sua área de influência geopolítica e económica no Atlântico Sul.

Em Cabo verde, tal projeto se destaca por apresentar duas especificidades, não observadas na literatura sobre a temática dos GPUs: por um lado, representa ser um projeto com espetacular dimensão (aproximadamente 15% do PIB nacional) para um país frágil, vulnerável, arquipelágico e pequeno como Cabo Verde, com uma economia extremamente reduzida, o que eleva o grau dos seus impactos no conjunto do país; por outro lado, representa ser um projeto de intervenção urbana que, simultaneamente, se apresenta como instrumento de expansão dos interesses econômicos e geopolíticos chineses na África Ocidental e nos países de língua portuguesa em África e América do Sul. O Projeto Casino pode significar uma intensão deliberada de Macau exportar para Cabo Verde o modelo de turismo desenvolvido naquele país, por meio do que amplia e reproduz seus capitais, em uma localização situada à distância estratégica dos continentes africano, europeu e americano. Com relação a este último, a pequena distância relativa ao Brasil, onde casinos são proibidos, pode ter levado o estudo de viabilidade do empreendimento a considerar turistas brasileiros como parte do público ao qual se destina. Sua magnitude tem, assim, estimulado o governo de Cabo Verde a apresentar o Projeto Casino à população como uma confluência entre interesses “nacionais” de crescimento econômico, redução do desemprego e elevação da renda, e as aspirações econômicas e geopolíticas da China.

Por outro lado, o Projeto Casino pode representar para Cabo Verde a consolidação do domínio socioeconômico da Praia (em detrimento da maioria dos Municípios do país que denotam alguma apatia), e o agravamento do quadro urbano-regional do país, evidenciado pelo

conjunto de indicadores econômicos e populacionais analisados no capítulo 4. Apesar da recente adoção de algumas medidas legislativas pelo poder público, que espelham vontade de se alcançar algum equilíbrio, nomeadamente a Lei nº 77/VII/2010 de 23 de Agosto de 2010, que estabelece o regime da divisão, designação e determinação das categorias administrativas das povoações em Cabo Verde (que manda elevar todas as sedes dos Municípios ao estatuto de “cidades”), a aprovação do Decreto-Lei nº 15/2011 de 21 de Fevereiro, que regula o Estatuto das Cidades e define as orientações de capacitação de espaços urbanos, a conceção de um Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades (recomendado pelo artigo 16º do estatuto de cidades), as disparidades urbano-regionais continuam a persistir.

A resistência do governo em discutir abertamente o projeto com a população e representantes do povo (deputados, vereados), a dificuldade de se obter informações, e a relação entre esta interdição de informações e a baixa capacidade de reação dos grupos sociais atingidos, são sinais preocupantes pois, a falta de informação adequada pode ajudar a manter baixa a reação destes grupos e a pressão sobre o governo para exigir mais contrapartidas ao empresário.

Pode-se esperar, que serão de grande magnitude os efeitos na economia cabo-verdiana, de um investimento das dimensões do Projeto Casino, inclusive em termos da geração de postos de trabalho, levando à ampliação expressiva da fração do setor turístico no PIB e no mercado de trabalho local e nacional. Entretanto, entende-se que esta dinamização não deve ser justificativa para que seja subtraída da população organizada o acesso a informações sobre detalhes do projeto que lhe permitam avaliar com mais propriedade impactos de natureza social e ambiental que lhes preocupam, bem como contrapartidas aos benefícios que os investidores obtêm em se instalar no país. O afastamento de representantes da população, nas diversas fases do projeto, incluindo concepção, mudanças realizadas e construção, desperta assim dúvidas quanto às ideias divulgadas pelos investidores, governantes e demais responsáveis. Pelo que, torna-se necessário que o Estado se estruture adequadamente para que, durante a fase de construção, sejam tomadas medidas que possibilitem as maiores vantagens sociais possíveis. A literatura aponta a não participação como uma das grandes preocupações e limitações deste tipo de investimentos. Sem participação não se contribui para a concretização do que Sen (2000) identificou como “pressupostos fundamentais para a materialização do conceito desenvolvimento”. E o desenvolvimento desenhado nestes termos, nos parece demasiado limitado e restrito.

## REFERÊNCIAS

- ABASCAL, E. H. S. et al. **Projeto urbano e desenvolvimento local: crise e perspectivas para a prática e o conceito - motivações, desafios, caminhos**; Larissa Ferrer Branco; Carlos Perondi Wieck. Encontro de Associação nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo. Porto Aegre: [s.n.]. 2016.
- ALTSHULER, A.; LUBEROFF, D. *Mega-Projects: The Changing Politics of Urban Public Investment*, Washington, n. D.C./Cambridge, Mass, Brookings Institution Press/Lincoln Institute of Land Policy, 2003., p. 45-75, 2003.
- ANDRADE, L. L. M. D. **A China em África -Que Desenvolvimento Comum? O Caso Cabo Verde**. Lisboa: Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações, 2008.
- ANSHAN, L. China ad Africa: policy and challenges. **China Security** 3, V.3, 2007. p. 69-93.
- BANCO DE CABO VERDE. **Relatório de Política Monetária**. Praia: [s.n.], 2016.
- BAPTISTA, A.; TAVARES, V. **Dinâmica de longo prazo da migração em Cabo Verde**. Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde - 15º Congresso APDR. [S.l.]: Cabo Verde - Redes e Desenvolvimento Regional. 2009. p. 890-901.
- BARBOSA, C. E. M. **Trânsitos no Atlântico: Experiências Migratórias no Arquipélago de Cabo Verde**. Coimbra: Tese de Doutoramento em Pós Cidadania Global, para obtenção do grau de Doutor , 2014.
- BARROS, J. M. D. V. **Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico: o caso da ilha do Sal**. Aveiro: dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, 2007.
- BIRD. *World Urban Economic Development in 2000*. Washington, Washington, 2000.
- BRITO, J. A. **Diagnóstico do Crescimento da Economia Cabo-Verdiana. Munich Personal RePEc Archive**, 2014.
- CARDOSO, U. S. **Estratégia para o desenvolvimento do setor portuário de Cabo Verde com base nas tendências internacionais**. Lisboa: Projeto de mestrado, ISCTE Bussiness School, Instituto Universitário de Lisboa, 2013.
- CARREIRA, A. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde. Praia**. Praia: ICL, 1983.
- CARVALHO, J. M. C. D. **Os Liames de solidariedade entre o Estado e as organizações de economia solidária na luta contra a pobreza nas comunidades rurais em Cabo Verde**. Brasília: Tese de doutoramento. Universidade de Brasília, 2012. T.
- CHEN, W.; DOLLAR, D.; TANG, H. *Why is China investing in Africa? Evidence from the firm level*, 2015.

COOKE, J. G. **China's soft power in Africa**. Center For Strategic Internayional Studies. Washington, p. 27-44. 2009.

COOLEY, J. **East wind over Africa; Red`s China Africa offensive**. New York: Walker and company, 1965.

CRUZ, V. D. C. **Lutas Sociais, Reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. Niterói: Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em geografia. Universidade Federal Fluminense, 2011.

CUENYA, B. Grndes Proyectos Urbanos Latinoamericanos: Aportes Para Su Conceptualización Y Gestión Desde La Perspetiva Del Gobierno Local. **Espacio, cultura e sociedad**, V.8, n°8, 2009. 229-252.

D´ATRI, F. One Belt One Road: uma iniciativa geopolítica e econômica da China. **CBEC Alerta - Atualização dos principais indicadores comerciais e económicos do relacionamento Brasil -China, informativo n°78**, 2017.

DEL RIO, V. Em busca do tempo perdido. O Renascimento dos centros urbanos. **Arquitextos 006**, São Paulo, 2010.

DÍAZ, M. L. Globalización, grandes proyectos y privatización de la gestión urbana. **Urbano**, Chile, V.8, N.11, 2005. 49-58.

DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE. **Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto intitulado "Cabo Verde Integrated Resort and Casino**. Praia: [s.n.], 2015.

FERNANDES, A. C. D. A. Da reesruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaços & Debates 41. Revistas de estudos regionais e urbanos. Aliança e competição entre as cidades**, São Paulo, V.41, 2001. 26-41.

FERNANDES, F.; SOUSA, J. F. D.; FERNANDES, A. Os efeitos das Infra-estruturas rodoviárias no rrdenamento e desenvolvimento do território: O caso da ilha de Santiago em Cabo Verde. **Cabo Verde, Redes e Desenvolvimento Regional**, 2009. 2380-2408.

FERNANDES, N.; CARVALHO, P. Território, população e desenvolvimento em Cabo Verde. **Desarrollo Local Sostenible**, Málaga, V.7, n°18 2014.

FERREIRA, E. M. M. M. S. **Ferreira, Eduardo M. M. M. S. (2006) O Turismo no Contexto de uma Pequena Economia Insular: o caso de Cabo Verde**. Tese de doutoramento em economia. Universidade Técnica de Lisbo. Lisboa: Tese de doutoramento em economia. Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

FERREIRA, E. S. Reflexão sobre infraestruturas e sistemas de transportes no desenvolvimento de uma pequena economia insular: O caso de Cabo Verde, Lisboa, 1998.

FERREIRA, M. **Clairidade, revista de cultura e arte (1936-1960)**. Lisboa: ALAC, 1986.

FERREIRA, V. S. **Conflitos e Participação no Uso da Água da Barragem de Poilão**. Cidade da Praia: Imprensa Nacional, 2015.

FUKUDA-PARR, S. Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos - o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano, 2002. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2JiwMWItln8J:sergiorosendo.pbworks.com/f/Fukuda-Parr%252B2002%252BSen.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=cv>>. Acesso em: 7 Fevereiro 2017.

GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A.; FREY, K. Das práticas de gestão de Grandes Projetos Urbanos. **Saúde Soc.**, V.21, Supl.3, 2012. 21-32.

GASPAR, S. L. F. **Fórum de Macau: um Novo Instrumento de Política Externa da República Popular da China?** Coimbra: Dissertação Apresentada ao Programa de Mestrado em Relações Internacionais para a Obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa. 4. ed.** São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, A. M. **Política externa de Cabo Verde entre 1975 a 2008**. Lisboa: Dissertação de mestrado. Universidade Lusíade de Lisboa, 2010.

GOVERNO DE CABO VERDE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável**. Praia: [s.n.], 2017-2021.

GRAÇA, L. M. B. D. **Reformas económicas em Cabo Verde: Privatizações e suas implicações sociais**. Porto: Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, 2009.

HANAUER, L.; MORRIS, L. J. **Chinese Engagement in África: Drivers, Reactions, and Implications for U.S Policy**. International Security and Defense Policy Center of the RAND National Defense Research Institute. [S.l.]. 2014.

HARDT, L. P. A. et al. **Grandes projetos urbanos: impactos do Plano Serete sobre a morfologia e a paisagem do ambiente construído de Curitiba**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL E PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE. Brasília: Anais.Brasília. 2008. p. 1-18.

HARVEY, D. A produção das configurações espaciais: as mobilidades do capital e trabalho. In: HARVEY, D. **Os limites de capital**. São Paulo: Boitempo, 1980. p. 373-406.

HARVEY, D. A geografia disso tudo. In: HARVEY, D. **O enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 117-150.

HARVEY, D. Cap, 3 - O Capital vai ao trabalho. In: HARVEY, D. **O enigma do capital: as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011a. p. 55-90.

HONG-MING, Z. A política chinesa na África.. In: BELLUCCI, B. **Abrindo os Olhos para a China**. Rio de Janeiro: Centro de estudos afro-asiáticos, Universidade Cândido Mendes, 2004. p. p. 233-295.

ILHÉU, F. The Role of China in the Portuguese Speaking African Countries: The Case of Mozambique, Lisboa, n. Centro de estudos sobre África e do desenvolvimento - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

KYNGE, J. **A ascensão de uma Nação á vida, A China abala o mundo**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2006.

LIMONAD, E. Estranhos no paraíso (de Barcelona): impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, 2005.

LOOY, J. V. D. **Africa and China: A Strategic Partnership? "Afrikadag"**. Leiden: African Studies Centre. 2006.

LOPES, J. V. **Cabo verde: Os bastidores da independência**. 2ª edição. Praia: Spleen, 2002.

LUNGO, M. Grandes Proyectos Urbanos: Una visión generale. **Urbana 37/2005**, 2005. 15-43.

MADEIRA, J. P. Cape Verde: Geopolitics and Projection of a Small Island State in West Africa. Austral. **Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, 2015. p. 58-77.

MENDES, C. A. Macau 500 anos depois: A plataforma da china para o mundo lusófono. **Oriente**, Coimbra, 2013. p. 44-59.

MINAYO, M. C. D. S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO. **DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E DE REDUÇÃO DA POBREZA (DECRP)**. [S.l.]: [s.n.], 2004.

MINISTÉRIO DE FINANÇAS E PLANEAMENTO. **Documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza (DECRP)**. [S.l.]. 2004.

MORAIS, C. F. D. R. **Turismo e Empreendedorismo Social em Cabo Verde: Estudo exploratório sobre as condições e perspetivas de intervenções de organização do terceiro setor**. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre, 2016.

MORAIS, J. Cabo-Verde: há condições para catapultar a parceria bilateral a novos patamares. **Revista Macau n°44**, 2015. Disponível em: <<http://www.revistamacau.com/2015/06/15/cabo-verde-ha-condicoes-para-catapultar-a-parceria-bilateral-a-novos-patamares/>>. Acesso em: 2017.

MOTA, A. M. D. C. **As comunidades imigrantes em Cabo Verde: os chineses em São Vicente e a sua participação no desenvolvimento do comércio**. Lisboa: Tese de mestrado em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. **Boletim Campineiro de Geografia**, 2011. 7-30.

MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. **Boletim Campineiro de Geografia.**, V.1, 2011. 7-30.

NASCIMENTO, L. **Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde**. Lisboa: Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas , 2008.

NOVAIS, P. Urbanismo na cidade desigual: O Rio de Janeiro e os Megaeventos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V.16, N.1, 2014. 11-33.

OLIVEIRA, F. L.; LIMA, P. N. **Grandes Projetos Urbanos: Panorama da experiência brasileira**. Congresso da LASA (Associação de Estudos Latinos Americanos). Rio Janeiro: Anais. 2009.

PALMEIRA, M.; SOUZA, F. A. M. D. **GRANDES PROJETOS URBANOS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE**. 7º Congresso Luso Brasileiro Para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável: Contrastes, Contradições e Complexidades. [S.l.]: [s.n.]. 2016.

PEREIRA, L. C. **Cabo Verde: Da Descolonização à abertura democrática**. [S.l.]: dissertação apresentada para a obtenção de grau de Mestre em Ciência Política – Cidadania e Governação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2013.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano - O trabalho como motor do desenvolvimento**. [S.l.]: [s.n.], 2015.  
Relatório de política monetária - Banco de Cabo Verde. [S.l.]. 2017.

ROCHA, A. **Ligações entre ilhas: Um Olhar sobre a Mobilidade do Turismo Interior**. Mindelo: licenciatura em turismo, Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, 2014.

SÁNCHEZ, E. T. Megaproyectos turísticos en México El caso de los Centros Integralmente Planeados. **Megaproyectos turísticos en México Una lectura crítica**, México, v. V.1, n. Editorial Itaca, p. 91 - 129, 2016.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTO, A. D. E. Remessas de emigrantes: os casos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, 2015. Disponível em:  
<[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:o0\\_z6Qztpn0J:www.telanon.info/wp-content/uploads/2015/10/artigo-completo.docx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=cv](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:o0_z6Qztpn0J:www.telanon.info/wp-content/uploads/2015/10/artigo-completo.docx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=cv)>.  
Acesso em: 15 Março 2016.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São paulo: [s.n.], 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SHEN, X. Private Chinese Investment in Africa: Myths and realities. **Policy Research Working Paper**, 2013.

SILVA, A. C. E. **Combates pela história**. Praia: Spleen- Edições, 2004.

SILVA, M. D. G. E. Desenvolvimento Capitalista e Megaprojetos: expropriações em tempos de mundialização do capital. **Série Brasil & África - As antonomias do desenvolvimento: uma crítica aos megaprojetos no Brasil, Moçambique e Cabo Verde**, Recife, v. 4, n. Coleções Ensaio, p. 21 - 52, 2018.

SILVEIRA, T. E. G. E. D. T. Métodos de pesquisa. **Série educação a distância**, Porto Alegre, n. UFRGS, 2009.

SOMEKH, N.; GASPAR, R. C. Capital excedente e urbanização, o papel dos Grandes Projetos Urbanos. **Revista Brasileira De Estudos Urbanose Regionais**, V.14, N.2, 2012. 133-146.

STEPHANOU, M. C. Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. **In: Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. V.5, n.1, 2005.

SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F.; RODRIGUEZ, A. Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy, 2003. 548-582.

SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F.; RODRIGUEZ, A. LARGE SCALE URBAN DEVELOPMENT PROJECTS: A CHALLENGE TO URBAN POLICY IN EUROPEAN CITIES, nd.

TAVARES, A. I. P. **Mudança estrutural e crescimento econômico em Cabo Verde**. Coimbra: Especialização em Economia do Crescimento e das Políticas Estruturais, Faculdade da economia, Universidade de Coimbra, 2012.

TAVARES, P. B. **Relações Cabo Verde-China: Balanço dos Trinta e Dois Anos de Cooperação**. Lisboa: Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, 2010.

TAYLOR, I. China's Oil Diplomacy in Africa. **International affairs**, 2006. p. 937-959. The evolving role of China in Africa and Latin America. The Economist Intelligence Unit Limited. [S.l.]. 2016.

THECONVERSATION. Where Africa fits into China's massive Belt and Road Initiative, 2017. Disponível em: <<http://theconversation.com/where-africa-fits-into-chinas-massive-belt-and-road-initiative-78016>>. Acesso em: 5 Janeiro 2018.

TOLENTINO, C. **Cabo Verde - Janelas de África 1975-2015**. Praia: Pedro Cardoso Livraria, 2016.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. A. Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, V.7, n.2, 2007. 7-14.

VAINER, C.; OLIVEIRA, F. L. D.; JUNIOR, P. D. N. L. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos, 2011.

YANPING, L. Sobre o Princípio “Um País, Dois Sistemas”: a Política Nacional Fundamental. **Revista de Estudos de “Um País, Dois Sistemas” Vol. I**, v. Vol. I, nd.

YU, G. T. China, Africa, and Globalization: The “China Alternative”, Sweden, 2009.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

- 1- Identifique possíveis interesses/vantagens/desvantagens do empreendimento “Cape Verde Integrated Resort & Casino” para o seu setor?
- 2- Quais as suas expectativas em relação ao projeto e seus impactos na cidade da Praia, na sociedade e no país de uma forma geral?
- 3- No seu entender que investimentos/reformas/contrapartidas demandam este projeto?

## APÊNDICE B - RESUMO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

<b>Grupo</b>	<b>Subgrupo</b>	<b>Entrevistas</b>	<b>Identificação</b>
<b>Universidades</b>	.....	4	UN
Técnicos Administração. Pública.	IPCC	1	TAP
	Instituto Nacional Gestão do Território	4	
	Direção Geral do Turismo	1	
	Direção Geral Infraestruturas	1	
	Direção Geral do Ambiente	1	
ONG's	Assoc. Pescadores	1	ONG
	Comunidade chinesa na Praia	4	
	Outras ONGs	4	
Ordens Profissionais	Ordem dos engenheiros	1	OP
Presidentes de Câmara	RGS e Smiguel	2	PCS
Total das entrevistas	.....	24	.....

Fonte: A autora, com base nos dados da pesquisa, 2016